

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

HELENIZE SOARES SERRES

AS ESTÂNCIAS MISSIONEIRAS DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI

SÃO LEOPOLDO

2018

Helenize Soares Serres

AS ESTÂNCIAS MISSIONEIRAS DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio do Sinos (PPGH – UNISINOS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americano.

Orientadora Prof.^a Dra Maria Cristina Bohn Martins.

São Leopoldo

2018

S488e

Serres, Helenize Soares.

As estâncias missioneiras da Banda Oriental do Rio Uruguai / Helenize Soares Serres. – 2018.

208 f. : il., mapas. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

“Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Bohn Martins”.

1. História – América do Sul. 2. Estâncias – Rio Grande do Sul – História. 3. Estâncias – Uruguai – História. 4. Jesuítas – Missões – América do Sul – História. 5. Missões – América do Sul – História. I. Título.

CDU 98

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252)

Helenize Soares Serres

AS ESTÂNCIAS MISSIONEIRAS DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGH – UNISINOS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americano.

Orientadora: Pro^a Dra Maria Cristina Bohn Martins.

Aprovada em: 06-07-2018

Banca examinadora:



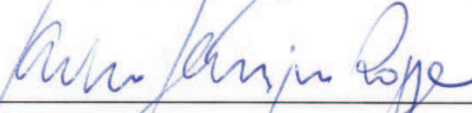
Prof. Dr. Artur Henrique Franco Barcelos – Universidade Federal do Rio Grande



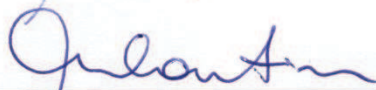
Prof.ª Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck - Universidade do Vale do Rio dos Sinos



Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo – Universidade Federal de Pelotas



Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge – Universidade do Vale do Rio dos Sinos



Prof.ª Dra. Maria Cristina Bohn Martins – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

(orientadora)

Dedico esse trabalho a minha família que tanto amo, por me cuidar tão carinhosamente nos momentos em que mais precisei. Meu marido amado, Willians Bernardes; meus pais, João Serres e Maria de Fatima, e meu querido irmão, Alexsandro Soares Serres.

AGRADECIMENTOS

Meu sincero agradecimento a todos que, de alguma forma, de longe ou perto me apoiaram, durante os 4 anos do curso de Doutorado, e também aqueles que me acompanharam nas trilhas que conduziram ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, pois o caminho que antecede é tão importante quanto o caminho cursado.

À **Capes**, que me proporcionou a bolsa de pesquisa a qual tornou possível a execução desse trabalho. Essa realização se dá através de um financiamento público, e por isso estendo meu “muito obrigada” a cada brasileiro que de forma indireta contribuiu para subsidiar esta pesquisa.

À minha orientadora, **Professora Dra Maria Cristina Bohn Martins**, que, desde o primeiro momento, me acolheu e aceitou me conduzir ao longo desses anos. Faltam palavras para expressar o tamanho da minha gratidão. Obrigada pela paciência que demonstrou, pelas explicações que ficarão de exemplo, pelas correções atentas e sugestões, por prestigiar minhas apresentações nos eventos, pelo carinho e pelas boas conversas regadas a chimarrão e um toque de hortelã. Foi uma honra ter sido sua orientanda!

Ao **Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS** e aos professores que o compõem, especialmente àqueles cujas disciplinas tive a felicidade de cursar: **Prof.^a Dr.^a Ana Paula Korndörfer**, **Prof.^a Dr.^a Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos**, **Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez**, **Prof. Dr. Luiz Fernando Medeiros Rodrigues**, **Prof. Dr. Marcos Antônio Witt**, **Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira** e **Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Bohn Martins**. Um agradecimento especial ao **Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, S.J.** que gentilmente, várias vezes, me recebeu no Arquivo de Pesquisa Anchietano, e, através de boas conversas, esclareceu dúvidas e fez indicações de textos que foram importantes para esse trabalho.

Em particular, agradeço à **Saionara Brazil**, secretária do Programa, pela amizade e incansável auxílio, sempre alegremente, em questões burocráticas. Também não posso deixar de destacar vários colegas que tive a oportunidade de conhecer, com quem pude trocar ideias e desenvolver alguns trabalhos de projetos de extensão e organização de eventos, e construir uma amizade para a vida. Em especial, agradeço à **Juliana da Silva Camilo**, a primeira colega que me acolheu na Unisinos, tão carinhosa e amiga, e ao **Marcus Vinícius Barbosa** e ao **Douglas Angeli**. Vocês realmente fizeram a diferença na minha vida durante esse curso.

Um agradecimento com toque de carinho à colega que se tornou uma irmã de coração, **Alba Cristina Couto dos Santos Salatino**. Iniciamos essa jornada juntas e agora encerramos esse ciclo, mas tenho certeza que um novo ainda melhor inicia para nós. Foram tantas empreitadas, nos aventuramos pelos eventos fora da Unisinos, mesmo trabalhando temas diferentes, em meio a apresentações e organizações. E, como se não bastasse, ainda fizemos nosso estágio sanduíche juntas em Buenos Aires, dividimos angústias e realizações entre uma publicação e outra, aprendemos a nos fortalecer. Só posso agradecer por tudo e torcer para completarmos a profecia dos 42 anos de amizade, rogada pelos nossos queridos amigos e colegas Douglas Angeli e Marcos Vinícius Barbosa.

Meu agradecimento à **Professora Dr.^a María Elena Barral**, minha Coorientadora do estágio de sanduíche em Buenos Aires, Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”, e ao Grupo de Estudios de Historia de la Iglesia Religio que me acolheu atenciosamente, tornando a estadia ainda mais especial.

Também estendo minha gratidão à **Professora Dr.^a María Beatriz Vitar Mukdsi** da Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Sevilla - Espanha pela carta de aceite ao meu projeto de pesquisa para bolsa sanduíche, por gentilmente ter organizado toda questão burocrática nesta instituição. Infelizmente, devido a problemas políticos e econômicos do nosso país, o edital daquele período foi cancelado. Espero que, num futuro próximo, possamos nos encontrar, e que eu possa concretizar a possibilidade de ser sua orientanda.

Aos professores que compuseram minha Banca de Qualificação, **Professora Dr.^a Eliane Fleck**, **Professor Dr. Júlio Quevedo** e ao **Professor Dr. Artur Henrique Barcelos**, pela leitura atenta, pelos questionamentos e pelas sugestões apontadas. Em especial agradeço ao **Professor Barcelos** por compartilhar materiais sempre com uma gentileza indescritível.

Ao **Professor Dr. Norberto Levinton** pelas sugestões, por me presentear com obras, e pela troca de documentos de grande valia para esse trabalho.

Ao **Professor Dr. Fernando Camargo**, agradeço por todos os ensinamentos que certamente me trouxeram até aqui. Tenho muito orgulho de ter sido sua orientanda, me sinto profundamente honrada pela oportunidade de convívio. Sempre orientador e amigo, é um exemplo de inspiração, por quem tenho profundo respeito e admiração. Almejo ser para algum dos meus alunos um pouco do que é para mim.

Agradeço também aos **funcionários de todos os Arquivos Nacionais e Internacionais** em que pesquisei ao longo do curso, cuja dedicação e disponibilidade foi fundamental para que este trabalho fosse concluído: **Biblioteca da Unisinos, Instituto de Pesquisa Anchieta, Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio**

Ravignani” UBA, Archivo General de la Nacion Argentina, Instituto de Teoria e Historia del Arte “Julio E. Payró” UBA, Biblioteca Centro “Prof. Augusto Raúl Cortazar” UBA.

À acolhedora **Casa das Missionárias**, na qual estive hospedada várias vezes ao longo dos 4 anos do curso, agradeço o carinho que tiveram comigo desde sempre, tornando impossível eu não me sentir em casa.

Aos meus pais, **Seu João e Dona Maria de Fatima**, e a meu irmão **Alexsandro**, responsáveis pelo melhor que há em mim. Se existe uma definição de família, essa é a mais perfeita. Um amor que traduz respeito, união e empatia; juntos somos mais fortes e vamos além das nossas próprias realizações.

A **Willians Bernandes**, meu marido, parceiro e amigo. Obrigada por estar sempre ao meu lado, me incentivando a seguir voando, acreditando e respeitando meu trabalho e, finalmente, me fortalecendo com amor e alegria. Agradeço todos os dias por ter você! Eu “acertei o pulo” quando te encontrei!

Minha gratidão a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para realização deste trabalho!

Verão de 2018

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: procurar e reconhecer quem e o que no meio do inferno, não é o inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 2003, p. 158).

RESUMO

Esta tese estuda as estâncias missioneiras da Banda Oriental do Rio Uruguai na primeira metade do século XVIII. O trabalho investiga as articulações que elas mantiveram com suas respectivas reduções e também com outros atores sociais daquele espaço. As estâncias foram, em boa medida, responsáveis pelo sustento das reduções, uma vez que a criação de gado foi essencial à alimentação de suas populações, situação que as tornava diretamente responsáveis pela viabilidade das missões. Por isso, ao falar em espaço missioneiro, é preciso considerar tais áreas não “urbanas” como parte importante a que se refere. As estâncias apresentavam, entre suas estruturas, postos com currais, ranchos, galpões e capelas, sendo habitadas por um número de indígenas que variava durante o ano. Considerando isso, o texto aborda as dinâmicas de sua formação e organização, os trabalhos e trabalhadores que faziam parte de sua rotina, bem como as relações que, a partir delas, se estabeleciam com grupos de indígenas não reduzidos, colonos espanhóis e portugueses. Interessa ainda os litígios em que se envolveram as estâncias entre si e com os povoados missioneiros, bem como a forma como estes casos eram resolvidos. Esse estudo se baseou na leitura da literatura de referência e na análise intensiva de um conjunto variado de fontes jesuíticas tais como: memoriais, diários de padres, pareceres, cartas, processos de litígios, crônicas e mapas. Ao lado delas, foram consultados documentos procedentes da administração espanhola e diários dos administradores que assumiram os *pueblos* após a expulsão dos jesuítas. Por meio desse material, a tese busca elucidar a importância alcançada pelas estâncias, uma vez que se constituem como uma parte essencial da própria redução.

Palavras-chave: Estâncias missioneiras. Reduções. Jesuítas. Indígenas. Banda Oriental.

ABSTRACT

This thesis studies the missionary ranches (*estancias*) of the Eastern Band of the Uruguay River in the first half of the 18th century. The work investigates the articulations that they maintained with their respective reductions and also with other social actors within that space. The ranches were, to a large extent, responsible for sustaining the reductions, since cattle farming was essential to feed their populations, which made them directly responsible for the viability of the missions (*missiones*). Therefore, when speaking in missions' space, it is necessary to consider such non-"urban" areas as an important part to which it refers. The *estancias* had corrals, ranches, sheds and chapels among their structures, being inhabited by several natives whose number varied during the year. Considering this, the text addresses the dynamics of its formation and organization, the tasks and workers that were part of its routine, as well as the relations that, from them, established themselves with groups of indiscriminate indigenous, Spanish and Portuguese settlers. It also interests the litigations amid the *estancias* themselves and also with the mission villages, as well as the way these cases were fixed. This study was based on the reading of the literature of reference and the intensive analysis of a varied set of Jesuit sources such as: memorials, diaries of priests, opinions, letters, litigation processes, chronicles and maps. Next to them, were consulted documents from the Spanish administration and diaries of the administrators who took over the pueblos after the expulsion of the Jesuits. Through this material, the thesis seeks to elucidate the importance reached by the *estancias*, since they constitute an essential part of the reductions.

Keywords: Ranches. Missions. Reductions. Jesuits. Indigenous. Eastern band.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Mapa de la Gobernación del Paraguay y de la de Buenos Ayres con la Línea divisória de las tierras de España y Portugal, ajustada entre las dos Coronas año de 1750.</i>	18
Figura 2 – Vacarias e Estâncias	52
Figura 3 – Mapa da Localização dos Povos, ervais e estâncias das missões.	74
Figura 4 – Croqui dos currais	78
Figura 5 – Plano de <i>San Juan Bautista</i> das missões guaranis	80
Figura 6 – Plano ou mapa do Povo da Real Coroa nomeado <i>Santo Thomé</i>	89
Figura 7 – Parte do Mapa das terras do <i>Pueblo de La Cruz</i>	90
Figura 8 – <i>La capilla de San Alonso</i>	92
Figura 9 – Mapa da localização dos povos, ervais e estâncias das Missões, caso de <i>La Cruz</i> e <i>Yapeyú</i>	110
Figura 10 – Mapa produzido pelo Cabildo de <i>La Cruz</i> , em 1784	119
Figura 11 – Mapa da localização dos povos, ervais e estâncias das Missões, caso de <i>San Miguel</i> e <i>Santo Thomé</i>	126

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Rebanhos das Estâncias missioneiras em 1768	82
Quadro 1 – <i>Composición numérica de la estancia reduccional de la Concepción, 1740-1752.</i>	83
Quadro 2 - <i>Gente, que tiene esta Estancia y distribuicion della, 30-12-1762</i>	101

LISTA DE SIGLAS

AGN – Archivo General de la Nación

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

MCA – Manuscrito da Coleção de Angelis

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	17
2.	O PAPEL ECONÔMICO DAS ESTÂNCIAS COMO PARTE DO ESPAÇO MISSIONEIRO	33
2.1	A vida econômica das reduções jesuíticas	34
2.1.1	Os horticultores guaranis	36
2.1.2	O gado e as “vacarias”	48
2.1.3	As estâncias missioneiras	61
3.	ESTÂNCIAS DA BANDA ORIENTAL	70
3.1	Da localização à estrutura	70
3.2	As capelas das estâncias: para além da devoção	85
3.3	O trabalho nas estâncias	94
4.	PUEBLOS E SUAS ESTÂNCIAS: UM “INCÊNCIO” DE PLEITOS	106
4.1	O caso de <i>La Cruz</i> e <i>Yapeyú</i>	108
4.1.1	“Direito antigo” sobre a terra, “uso cotidiano” e “acordos interétnicos” 120	
4.2	Os “<i>linderos</i>” da estância de <i>San Miguel</i>: avanços e recuos	123
4.3	Do Padre local ao Padre Geral: a busca pela harmonia entre os pueblos 133	
5.	ESTÂNCIAS DA BANDA ORIENTAL: HORIZONTES DE INTERAÇÃO E CONFLITOS	144
5.1	Relações amistosas, parentesco e alianças	146
5.2	Conflitos, invasões e saques nas estâncias	150
5.2.1	Quando o inimigo é o infiel	151
5.2.2	O inimigo pode estar do seu lado: roubo de gado, indígenas missioneiros e espanhóis foragidos	170

5.2.3 O inimigo pode ser o vizinho: os portugueses de Sacramento	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
FONTES MANUSCRITAS	196
FONTES PUBLICADAS	198
ANEXOS.....	200

1. INTRODUÇÃO

Um mapa bastante conhecido entre os que estudam as “missões guaranis”, produzido em 1752 pelo jesuíta José Cardiel, costuma ser reconhecido como uma das mais importantes projeções dos jesuítas sobre o espaço em que eles atuaram missionalmente na *Paracuaria*, isto é, na Província do Paraguai. De fato, o documento abaixo (Figura 01) procura fixar e traduzir um dado território que é habitualmente chamado de “espaço missioneiro”. Nele podemos visualizar uma linha pontilhada que delimita a área de ação dos padres da Companhia de Jesus como missionários no século XVII e XVIII, nessa região. As cores e indicações em vermelho foram inseridas pela autora.

Esta imagem que já foi amplamente aceita deve ser discutida, entre outras coisas, em sua intenção de apresentar a região a que se refere como um espaço estável e homogêneo. Sabemos que ela não era uma área exclusivamente de ação jesuítica e que, ao lado dos guaranis, outros grupos étnicos também aí viviam e relacionaram-se de diversas formas. Esta compreensão sobre o “espaço missioneiro” é sustentada por importantes autores contemporâneos (Wilde, 2009a; Quarleri, 2009; Baptista, 2015).

Costumamos também conceber as reduções a partir do seu traçado urbano, reproduzido em várias imagens, como a famosa planta de *San Juan Bautista* (Figura 5), e presente em remanescentes arquitetônicos de regiões do Brasil, Argentina e Paraguai, que será analisada no capítulo 3. Entretanto, o que queremos propor aqui é que a esse núcleo de praças, casas, colégios e igrejas, correspondia uma área rural a ele intimamente associada. Falamos dos ervais, estâncias (com seus postos e capelas) e caminhos entre os *pueblos*. Nesse sentido, vamos, ao longo desse trabalho, usar o conceito de “espaço missioneiro” para nos referir a área envolvida no projeto de missão por redução, ainda que ela fosse mais que isso. Que dizer, entendemos que era também território de grupos nômades, de guaranis não cristãos, de espanhóis fugitivos e, na Banda Oriental, também de portugueses da Colônia de Sacramento, realidade que não ignoraremos.

Dedicamo-nos ao estudo das estâncias missioneiras da Banda Oriental do Rio Uruguai e das articulações que mantiveram com suas respectivas reduções na primeira metade do século XVIII, de forma a entender como elas fazem parte deste cenário.

Para alcançarmos este objetivo, foi necessário perceber como foram criadas as estâncias, que papéis desempenhavam e como contribuíram para o desenvolvimento das reduções, isto é, buscamos refletir sobre a importância desse espaço rural como elemento associado ao projeto de “missão por redução” desenvolvido pelos jesuítas.

Analisamos, para além do seu papel na produção de gado, como funcionavam, quem eram seus trabalhadores e quais eram os tipos de atividades ali desenvolvidas. Estudamos, também, as relações que mantiveram entre si, estâncias e povoados, especialmente no que concerne a litígios por terra. E, finalmente, analisamos como situações de invasões e roubo de gado introduziram elementos de conflitos em que aparecem outros atores sociais, tais quais “infieis” e portugueses.

O recorte temporal desse trabalho corresponde ao século XVIII, concluindo-se com a expulsão dos jesuítas decretada pelo rei Carlos III, em 1767. Antes que isso acontecesse, as reduções tinham vivido um tempo de expansão a partir das fundações de povoados¹, de aumento populacional e de maior estabilidade econômica, aspectos que implicam diretamente a situação experimentada pelas estâncias. Este marco não impede que, quando necessário, nosso exame recue em relação a ele, ou que o ultrapasse se assim for necessário para o desenvolvimento do tema.

As estâncias das missões orientais, objeto desta pesquisa, abarcavam uma vasta área do atual território do estado do Rio Grande do Sul e da República do Uruguai. Trata-se das fundações jesuíticas localizadas na margem oriental do rio Uruguai: estância de *San Borja*; estância de *San Lorenzo*; estância de *San Luis*, estância de *San Nicolás*; estância de *Santo Ángel*; estância de *San Juan Bautista*; estância de *San Miguel*². Elas foram estabelecidas no período conhecido como “segunda entrada” dos jesuítas na região, haja vista que eles haviam iniciado suas atividades apostólicas nesta área anteriormente. Na década de 1630, os religiosos foram obrigados a transladar suas missões para a margem oposta do referido rio, de

¹ “Las últimas reducciones que se agregaron fueron la del Jesús, formada primero em 1687 junto al río Monday con indios silvestres, y más adelante trasladada hacia el sur á paraje más cómodo; Santa Rosa de Lima, colonia desprendida en 1697 de Santa María de Fe; Trinidad, fundada en 1706; y las cinco del Uruguay, San Luis, San Borja, San Lorenzo, San Juan y San Ángel; la última de las cuales se estableció en 1707” (HERNANDEZ, 1913, p. 19).

² Ver figura 3, página 74.

forma a buscar proteção diante das expedições escravagistas portuguesas³. Segundo Arno Kern,

Após a implantação de um núcleo de colonização lusa na margem norte do Rio da Prata, com a fundação da Colônia do Sacramento (1680), devido ao crescimento demográfico e à necessidade de proteção das áreas ganadera e ervateira ameaçadas pelo avanço português, os limites orientais das Missões estenderam-se, novamente, pela margem esquerda do rio Uruguai. Ali, sete povoações missioneiras foram fundadas, desde o final do século XVII até 1707 (1982, p. 13).

As missões na antiga Província Jesuítica do Paraguai⁴, das quais fazem parte os Povos⁵ citados, iniciaram-se no século XVII e desenvolveram-se sem interrupções até 1767. Foram uma “instituição de fronteira” em que, pela ação dos jesuítas, para desenvolver a “polícia civil e cristã” junto aos povos indígenas, buscava-se contribuir para o controle colonial destes territórios. Isto implicava “reduzir a *pueblos*”, ou seja, interferir no padrão de assentamento disperso dos índios para concentrá-los de forma a facilitar a catequese e o controle sobre eles (MARTINS, 2012).

Este propósito foi expresso com grande clareza pelo Padre Antônio Ruiz de Montoya, autor da conhecida crônica “A Conquista Espiritual”, de 1639. Ele escreveu que os índios viviam “à sua antiga usança em selvas, (...) separados uns dos outros, reduziu-os a diligência dos padres a povoações não pequenas e a vida política e humana...” (MONTROYA, 1985, p. 34). Em outro momento, ele definiu: “chamamos reduções aos povos ou povoados de índios que foram reduzidos por nosso esforço ou indústria a povoações grandes e transformados de gente rústica em cristãos civilizados com a contínua pregação do evangelho” (MONTROYA 1985, p. 20).

Segundo Kern, os jesuítas puderam, assim, “transformar simples aldeias em Povos, em centros de intensa solidariedade e de espiritualidade para os Guaranis” (1982, p. 111). A redução buscava a estabilidade da população indígena para que pudesse, de fato, consolidar-se

³ Ver Anexo 1, página 202.

⁴ Foi criada em 1604, correspondendo atualmente ao Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, partes da Bolívia e Brasil. No ano de 1625 foram desmembradas a área do Chile e a província argentina de Cuyo. De acordo com Pablo Pastells, seus limites eram “al Oriente con Brasil, al Norte con las Sierras de Santa Cruz, al Poniente con la Gobernación de Tucumán y al mediodía con la Provincia del Río de la Plata. Según las descripciones y los mapas con escalas de aquella época podría estimarse, con valores aproximados, que la Provincia del Paraguay tenía de Norte a Sur, 3000 kms, y de Este a Oeste, 2.000 kms. Dependió de Virreinato del Perú y de la Real Audiencia de Buenos Aires y las Gobernaciones de Charcas hasta la creación de la Real Audiencia de Buenos Aires, Asunción y Tucumán. En el orden eclesiástico estaba incluida en los Obisposados de Charcas (Sucre-Bolívia), Buenos Aires, Tucumán, Paraguay y Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), aunque esta ciudad siempre estuvo fuera de los límites de la Provincia jesuítica del Paraguay” (PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p. 57-58).

⁵ Queremos esclarecer que, ao longo do trabalho, as expressões Reduções, Missões e Povos Misioneiros, ou simplesmente Povos, estarão sendo usadas como sinônimos. Por vezes, a fim de evitar repetições que prejudicam o texto, estes termos podem aparecer em espanhol. Finalmente, alertamos para que, embora saibamos da diferença entre “missão” e “doutrina” (KERN, 1982), não a estaremos considerando no trabalho.

uma comunidade cristã, a partir, por exemplo, de práticas de trabalho que seguiam uma relação com a organização econômica das sociedades guaraníticas.

Para entender o sistema econômico das sociedades guaranis, é preciso compreender que entre estes indígenas não há uma separação da esfera econômica das demais. As atividades coletivas estão interligadas, podendo desempenhar vários papéis ao mesmo tempo. A família aparecia como unidade de produção e consumo, e a circulação econômica funcionava pela reciprocidade. Segundo José Otávio Catafesto de Souza (2002, p. 214). “uma única atividade coletiva pode desempenhar papéis ao mesmo tempo econômicos, religiosos, sociais, políticos e culturais. Tal observação é fundamental para introduzir a temática do sistema econômico nas sociedades guaranis”. Não há dúvida que o colonialismo impactaria fortemente sobre esta realidade.

Nas missões, eles participavam de uma nova vida social, contribuindo na ocupação do espaço e no desenvolvimento da sociedade colonial espanhola. Formavam uma “colônia sem encomendeiros” (MELIÀ, 1997).

Segundo Nicholas Cushner, os jesuítas argumentavam que:

The Indian reductions were mission stations where Indians remained voluntarily, while at the same time working for their own support and for the support of their spiritual tutors. The organization of Indian labor on the reductions and the distribution of its fruits were in missionary hands, argued the Jesuits, lest rapacious white traders cheat the Indians by underpaying them for their principal product, yerba mate (1983, p. 20).

Efetivamente, pelo menos desde o trabalho de Kern (1982), se tem estabelecido cada vez com mais clareza os nexos entre as missões e o colonialismo espanhol, ao mesmo tempo em que elas desafiavam alguns dos pressupostos deste colonialismo (MELIÀ, 1997).

Ao lado dos objetivos de alcance espiritual e moral que os jesuítas tinham para as reduções, eles estavam focados em construir uma sociedade que pudesse progredir na mesma proporção da dos colonos, com uma vida social, política e econômica organizada, porém, sem ser administrada diretamente pelos espanhóis. Esta era uma alternativa dentro do mundo colonial, a qual, segundo Bartomeu Melià (1997), mostrou-se utópica.

Josep M. Barnadas explica que “as reduções estavam aptas a estabelecer uma evangelização baseada no interesse pela personalidade integral do converso. Seu objetivo não era apenas doutrinar, mas fortalecer a vida social e econômica dos índios em todos os aspectos” (1997, p. 544). Os indígenas tiveram responsabilidades através dos cargos administrativos de cada redução, o que possibilitava uma integração maior com os jesuítas.

Segundo Norberto Levinton,

En el pasaje de estas aldeas al pueblo misional se produjo una articulación en el pasaje del *guara* indígena a la organización misionera. En otras palabras, la estructura espacial configurada surgió de aplicar el concepto de Derecho Natural, en muchas decisiones se tuvieron en cuenta las prácticas indígenas. El criterio implementado lo consideramos fundamental para explicitar la organización espacial misionera (2009, p.14).

Portanto, os jesuítas no espaço reducional buscavam conduzir os indígenas a viver concentrados, ou seja, em povoados sobre o controle do Estado e da Igreja, interferindo em aspectos sociais, políticos e econômicos de suas sociedades, em um esforço de ocidentalização. Sem dúvida, as estâncias e o trabalho nelas são um importante *locus* para pensar este tema. A redução, como afirma Martins,

[...] foi um projeto político de integração dos índios dentro do sistema colonial, num esforço em que os sacerdotes, especialmente os regulares, assumiram um papel de primeira importância. Foi também um método missional que se caracterizou por uma ação que se pretendia integral, assumindo a vida em sua totalidade: da educação a vida familiar, do trabalho ao lazer e às festas (2006, p. 139).

Assim, ela deve ser entendida como algo mais que um fenômeno religioso, uma vez que a fundação dos povos e conversão de seus moradores provocou transformações de vários níveis. Os padres jesuítas promoveram mudanças no âmbito religioso, na política e na sociedade, por exemplo. Não resta dúvida que também as pautas econômicas indígenas deveriam ser transformadas.

O colonialismo provocou, portanto, para os índios reduzidos, diversas rupturas no seu sistema tradicional, mas não há como negar que os jesuítas buscaram elementos de apoio nas formas de vida destes índios, sempre que elas não entravam em choque com os preceitos religiosos, morais e civilizacionais do ocidente cristão (MARTINS, 2006). Desse modo, as referidas rupturas não são um sinal do fim de uma cultura, tanto que, em algumas áreas, as características da organização missioneira levaram em conta as práticas indígenas. O regime de trabalho e de produção é uma destas esferas, sendo que se mantiveram, em parte, a organização coletiva do trabalho e a posse comunitária dos seus frutos (MARTINS, 2006, p. 66-85).

Apesar disto, não há como não reconhecer que, em nível econômico, as transformações foram sobressalentes, até mesmo pela ampliação da população que tinha que ser atendida. À medida que os povoados cresceram em dimensão e demografia, surgiram novos desafios a serem enfrentados para atender às suas necessidades.

Por isso, embora se mantivessem neles elementos da tradicional horticultura guarani, foi preciso incrementar a produção para atender conjuntos maiores de população. Além disso, os povoados requereram novas habilidades que eram desconhecidas anteriormente, tanto na elaboração de produtos manufaturados, quanto na criação de animais. Para a criação de animais, que eram parte essencial da dieta das populações dos povoados missioneiros, foram constituídas as estâncias.

De fato, para os jesuítas parecia muito claro que o sucesso de sua proposta de manter os índios concentrados nos *pueblos* implicava que eles pudessem oferecer alimentos para as populações reunidas (MARTINS, 2006). Desta forma, o conjunto das estâncias integrava espaços que foram determinantes para o fortalecimento das reduções. As estâncias serviram como apoio, oferecendo ajuda de um lado na subsistência a partir da produção agropecuária e, de outro, na ocupação do território para coroa espanhola.

As estâncias compreendiam grandes extensões de terras, cujos limites se pretendeu demarcar através de acidentes geográficos como arroios e rios, organizadas estrategicamente para diminuir as distâncias que separavam os povoados das vacarias. Nestas “vacarias”, onde o gado havia se multiplicado de forma natural, os animais estavam dispersos, o que, ao lado das distâncias, vinha a ser elemento de dificuldades para a sua exploração. Assim, as estâncias vieram a constituir-se nas unidades produtivas em que se criava o gado que deveria prover as reduções de animais de abate.

Ernesto Maeder e Ramón Gutierrez indicam que sob o aspecto

[...] territorial, os povoados localizados na margem do rio Uruguai serão os que irão estabelecer as estâncias de maior extensão, ganhando vastos campos de pastagem para suas fazendas, no espaço virtualmente vazio do Rio Grande. As estâncias de maior extensão foram as de Yapeyú e San Miguel, nas quais o gado se achava distribuído em numerosos locais (2009, p. 27).

Como veremos, as estâncias não estavam desatreladas das missões em outros aspectos para além daquele da provisão de alimentos. Por isto, nelas encontravam-se capelas, nas quais havia atividades de doutrina cristã para os índios. Além disto, havia casas, currais, galpões e hortas, isto é, toda uma estrutura para tornar possíveis os afazeres produtivos.

Para melhor administrá-las, foram escolhidos índios considerados de confiança para trabalhar e ajudar a controlar a grande quantidade de gado resguardada em seu território. A administração das estâncias era responsabilidade dos cabildos, o conselho formado pela população indígena, estabelecidos na área urbana das reduções.

É importante lembrar que o tema que escolhemos desenvolver nesta tese não se encontra analisado com sistematicidade na literatura especializada. Encontramos alguns aspectos seus presentes, como matérias secundárias, em várias obras, mas nenhuma delas o prioriza especificamente. Sabemos que as estâncias jesuíticas da região de Córdoba foram estudadas por Carlos Page (2011), enquanto as fazendas da Companhia no Rio de Janeiro foram objeto da atenção de Marcia Amantino (2015). Entretanto, estas experiências foram muito diferentes das estâncias das reduções, de forma que pouco nos ajudaram a compreender a situação que nos propomos a estudar. Antes disto, Magnus Mörner produziu um importante estudo ([1968] 1985) em que analisa o papel da Companhia na implantação espanhola a região do Prata. O autor trata dos inícios da organização da Província Jesuítica da *Paracuaria* nos inícios do Seiscentos, da relação dos jesuítas e das reduções com os encomendeiros, do impacto da ação dos bandeirantes, entre outros temas. Entretanto, não aborda com sistematicidade o tema que desejamos explorar.

Levando em conta estes elementos, a pesquisa foi direcionada a partir das seguintes questões:

- a) Podemos entender as estâncias efetivamente como parte do “espaço missioneiro” na Província Jesuítica do Paraguai?
- b) Quais as relações estabelecidas entre as reduções e as suas estâncias? Como as estâncias vinham a ser agentes propulsores do crescimento das suas respectivas reduções?
- c) Que tipos de atividade e trabalhadores podemos encontrar nas estâncias? Para além dos guaranis missioneiros, que outros personagens podemos encontrar nestes espaços?
- d) Como se constituem os litígios entre Povos e estâncias, cujos rastros encontramos na documentação, e com outras populações nativas destas áreas?

Ao iniciarmos o trabalho, havíamos nos proposto a averiguar, também, o desenvolvimento da vida religiosa, familiar e social que transcorria nas estâncias. Entretanto, o desenvolvimento da investigação não nos permitiu atender a este propósito, uma vez que tais elementos não deixaram rastros na documentação que pudemos encontrar.

A relevância desse trabalho reside na possibilidade de dialogar criticamente com bibliografia e linhas interpretativas sobre a história das missões, buscando conhecer um tema pouco explorado. Outro ponto a destacar reside no ineditismo da abordagem emprestada a este trabalho, centrada nas estâncias e não nas reduções. De fato, a pesquisa permitiu verificar que, embora algumas estâncias jesuíticas tenham merecido atenção dos investigadores, como as de Córdoba, por exemplo (PAGE, 2011), o mesmo não ocorre com as da Banda Oriental,

ausência que impôs uma certa dificuldade metodológica ao trabalho pela inexistência de historiografia que permitisse obter uma base de informações prévias. O que foi possível encontrar foram alguns mapas destacando a localização das estâncias, além de um ou outro subcapítulo de livro tratando o tema de forma geral, ou em alguns tópicos, parágrafos e notas de rodapé. Ao lado disto, é claro, há trabalhos sobre as zonas rurais e a economia *rioplatense* que tangenciavam o nosso tema (GARAVAGLIA, 1987). Buscamos, desta forma, trazer uma contribuição para a historiografia colonial, mais precisamente das missões jesuíticas.

Desde as últimas décadas do século XX, vários historiadores passaram a analisar as reduções jesuítico-guaranis a partir de temas que o foco, por muito tempo, esteve centralizado nos religiosos, para refletir sobre os povos indígenas que viveram o processo de “redução”⁶. Desse modo, os investigadores têm proposto novas questões e leituras que permitem ampliar e renovar o conhecimento sobre a história das missões jesuíticas. Algumas destas obras contribuíram, mesmo que de forma complementar, ao lado de estudos clássicos como os Pablo Hernández (1913) e Guillermo Furlong (1962), para compreendermos alguns aspectos, gerais ou específicos, do objeto de nossa atenção.

Com ênfase nos aspectos econômicos e políticos das atividades da Companhia de Jesus no rio da Prata, os trabalhos de Magnus Mörner (*Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Rio de la Plata* ([1968]1985) e Juan Carlos Garavaglia (*Economía, sociedad y regiones*, 1987) nos auxiliaram a compreender a produção econômica e as relações comerciais que se desenvolveram a partir deste negócio. O trabalho de Rafael Carbonell de Masy - *Estrategias de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609 -1767)*, 1992), também trouxe contribuições ao analisar o funcionamento administrativo. Ele também apresentou uma dimensão da circulação dos produtos entre os povos, e desses com o mercado interno colonial, indicando técnicas de atividades laborais e modos de conservação de recursos naturais que fizeram parte das estratégias de desenvolvimento dos povos.

Arno Kern, com *Missões uma utopia política* (1982), também ajudou a refletir sobre a política econômica implantada. Embora sem aprofundar muito o tópico, ele tratou de suas bases econômicas, tais como a oferecida pela exploração da erva-mate, a agricultura e a pecuária, desenvolvidas especialmente para o consumo interno, e a importância do que ele considerou uma “ação política tutelar” dos jesuítas para o seu desenvolvimento. Ao analisar a coexistência das terras familiares e coletivas nas missões, o abambaé e o tupambaé, ele afirma

⁶ O trabalho de Bartomeu Melià, especialmente a partir de “O guarani conquistado y reducido” (cuja primeira edição é de 1986), pode ser tido como o grande impulsionador de análises que passaram a empregar uma metodologia etno-histórica que destaca a necessidade de levar em conta a cultura guarani sobre a qual operam os jesuítas.

que “dos dois tipos de propriedade denota perfeitamente o resultado da ação política agindo sobre a esfera econômica” (KERN, 1982, p.72). No entanto, sabemos que muitas situações, ligadas ao sistema individual e coletivo das missões jesuíticas, não funcionaram conforme o previsto, como veremos mais adiante em relação à distribuição do gado, um dos principais alimentos da comunidade, ou mesmo do território entre os *pueblos*.

José Otávio Catafesto de Souza, em *O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-colombianas* (2002), permitiu reconhecer o sistema econômico guarani fundado nas relações familiares de produção, circulação e consumo de serviços, recursos e bens subordinados, segundo ele, pela lógica do dom e da reciprocidade, num período anterior à colonização europeia. Bartomeu Melià, em *El guarani conquistado y reducido* (1997), trouxe temas como a introdução de novas pautas de economia e trabalho junto aos guaranis. As reduções jesuíticas funcionaram como parte da política que os indígenas deveriam seguir, a partir de uma estrutura de legislação e realizações práticas que deu forma a um novo contexto, com ideias oriundas da mistura da cultura indígena e europeia. Segundo Melià (1997, p. 194), “la reducción se consideraba un instrumento esencial para el cambio que se pretendía en los índios, que era hacerlos pasar de la “infidelidad” al cristianismo y de la barbárie a la vida política”.

Esses autores não analisaram de forma exaustiva ou sistemática o tema que estamos propondo, o das estâncias missioneiras. Não tiveram, efetivamente, o propósito de estudá-las, porém, nos apresentaram referências do contexto político e econômico das missões jesuíticas que abrem espaço para introduzir a questão. Já no início do século XXI, novas obras foram lançadas, com temas que trouxeram mais possibilidades de nos focar no estudo das estâncias missioneiras.

Em relação aos trabalhos que nos permitiram maior aproximação com nosso objeto de estudo, em especial para entender a configuração do território missioneiro, pudemos contar com a obra de Norberto Levinton *El espacio jesuítico-guaraní: La formación de una región cultural* (2009) que destaca o conceito de “região cultural” como essência da macrorregião missioneira, organizada em função do aproveitamento dos recursos naturais. O autor trabalhou a partir da problemática dos limites do território missioneiro, esclarecendo sobre a formação das sub-regiões chamadas Províncias do Paraná e do Uruguai. “Ambas subregiones, del Paraná y del Uruguay, se estructuraron espacialmente en función de los ríos principales porque estos funcionaron como dos ejes circulatorios para el transporte de la producción” (LEVINTON, 2009, p. 15).

Segundo ele, a mudança na distribuição das terras utilizadas pelos índios missioneiros ocorreu em parte pela necessidade de crescimento das estâncias, associada à evolução demográfica dos povos, e pela expansão dos portugueses que produziu modificações no espaço missioneiro. Nesse sentido, esse trabalho torna-se essencial para esta tese. Outras obras do autor também foram de suma importância, tais como *Misiones: territorio de fronteras 1609-1895* (2015), a partir de análises de várias ilustrações cartográficas que destacam a localização dos povoados, bem como a expansão desse território e o caso das fronteiras com outros agentes, no período da primeira fase até a segunda, de ampliação dos povoados missioneiros.

Artur Henrique Franco Barcelos, em *Espaço & Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista* (2000), apresentou algumas possibilidades da arqueologia espacial no esclarecimento de questões relativas ao espaço missioneiro como um todo, visto a partir de suas unidades básicas, as Reduções. O estudo prioriza o levantamento do espaço da redução de *San Juan Bautista*, tanto da área urbana quanto a rural, trazendo uma visão mais abrangente do espaço missioneiro tal como o pensamos para esta tese. “O espaço missioneiro integrou assim condições geográficas, projetos expansionistas ibéricos, interesses comerciais e trabalhos de catequização, criando possibilidades de crescimento populacional e econômico no interior do mundo colonial” (BARCELOS, 2000a, p. 118). Desse modo, mesmo o autor não tratando diretamente das estâncias missioneiras, sua análise possibilitou a compreensão das reduções para além de suas áreas urbanas.

Também nos apropriamos do trabalho de Jean Baptista, especialmente em *Dossiê Missões* (2015), que apresentou os aspectos materiais do espaço missional, mostrando a diversidade e a complexidade existente nos povoados. Este traz considerações sobre as áreas de cultivo, aspectos das estâncias e sua possível autonomia administrativa que podemos utilizar. Desse modo, é um dos estudos que tangencia alguns tópicos que esta tese quer desenvolver, tal como as possíveis construções que nas estâncias apareciam, como as capelas, o papel dos caciques nesses espaços e a formação de um tipo de trabalhador específico promovido pelas estâncias, o vaqueiro.

Da mesma maneira, também a contribuição de Guillermo Wilde (2009a) nos desafia a refletir sobre importantes temas que são transversais a esta pesquisa, envolvendo, por exemplo, a questão da espacialidade entre os guaranis, as relações de parentesco e a ambiguidade que são presentes nas missões jesuíticas. Em harmonia com ele, Lía Quarleri, a partir do seu trabalho *El territorio jesuítico-guaraní: del enfrentamiento de sentidos al conflicto armado (1750-1761)* (2007), traz questões relevantes para pensar as dinâmicas internas do

território missioneiro, as mobilidades e intercâmbios que fizeram parte desse sistema. Com isso, a autora dá ênfase para o espaço das estâncias missioneiras e propõe pensar em alianças temporárias que se modificaram conforme as necessidades do momento. Importantes para refletirmos sobre as relações entre os grupos étnicos na área em que estavam as estâncias da Banda Oriental foram alguns estudos de Diego Bracco. De acordo com ele, em “*Charrúas, guenoas y guaraníes interacción y destrucción: indígenas en el Rio de la Plata*” (2004), episódios bélicos no início do século XVIII, envolveram diferentes atores neste espaço. Tal estudo mostra as características de alianças e oposições que, em geral, se deram envolvendo indígenas missioneiros, grupos indígenas não reduzidos, jesuítas, portugueses e autoridades espanholas, especialmente na região da margem oriental do rio Uruguai. Trata-se de uma complexa interação cultural que foi moldada através dos interesses do momento. Conforme o autor, um dos principais fatores que determinou os conflitos aí ocorridos, foi o interesse pelo gado. “La Compañía de Jesús precisaba el ganado que pastaba en las llanuras situadas al sur de Yapeyú y San Borja, esencial para el sustento de los pueblos de misiones. Para obtenerlo debió competir y, o aliarse con la avanzada colonial española y con los nómadas que habitaban esos territorios” (BRACCO, 2004, p. 254).

Os mapas foram essenciais para pensarmos as estâncias como parte do espaço missioneiro. No *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil*, de Maeder e Gutierrez (2009), encontra-se reunido um farto material cartográfico sobre a estrutura urbana das missões, com a localização e identificação de seus edifícios, distribuição dos espaços, bairros de moradias e periferias destes povos. Esse trabalho facilitou não só a localização geográfica das missões, mas também as suas dimensões demográficas, com mapas e quadros estatísticos. Serviu, assim, como apoio às investigações mais pontuais sobre aspectos urbanísticos e cartográficos das missões. Outros mapas, históricos, serviram como fonte, pelas informações que traziam. É o caso do mapa produzido pelo Cabildo de La Cruz, em 1784, a planta dos currais dos postos da estância de *Yapeyú*.

Como se pode verificar, nenhuma destas obras tem as estâncias como o cerne de suas análises. É preciso esclarecer sobre isto, que nosso trabalho não aborda o tema das estâncias sob um viés de história econômica. O que se procura é entender de que forma este era um espaço que formava parte das reduções, inclusive indagando sobre quem, e como vivia ali.

O levantamento efetuado nas fontes documentais e bibliográficas no Brasil, Argentina e Uruguai possibilitou a construção de uma interpretação e de uma perspectiva de análise

sobre o papel e importância das estâncias no espaço missionário, assim como sobre sua organização, funcionamento e relações que estabeleceram.

Desta forma, além das referências esparsas da historiografia, contamos com as fontes disponíveis em diferentes arquivos. Destacamos aí, as correspondências, registros, memoriais com instruções sobre os mais distintos aspectos de funcionamento do sistema das reduções e estâncias, desde situações do cotidiano, até a organização do espaço, permitindo abordar o tema da maneira proposta.

A metodologia para realização deste trabalho parte da análise da literatura de referência sobre o tema das missões, buscando nela informações que digam respeito ao tema da pesquisa. Paralelamente analisamos documentação de mais de um tipo. Além dos que foram assinalados no parágrafo anterior, destacamos ainda crônicas, diários e pareceres, por exemplo, sobre a movimentação de balsas e barcos entre as doutrinas e as cidades coloniais, além dos Inventários dos Povos e Catálogos com a “numeração”, isto é, o levantamento anual da população das doutrinas.

Também utilizamos algumas cartas ânuas, que são compostas por diversas informações que o Superior da Província enviava de maneira periódica para o Geral da Companhia de Jesus, em Roma. Nessas cartas, constam informações dos acontecimentos nas reduções e colégios, a situação das doutrinas, o número da população por povoados em determinados períodos, entre outros temas que, em geral, tratam do progresso espiritual da missão. Ainda assim, elas nos valeram por trazer notícias como as relações com os “infieis”, com os portugueses, entre outros.

Os Diários foram importantes, tal qual aquele que trata da “[...] viaje a las vaquerias del mar, 1705” do H.^{no} Silvestre Gonzalez⁷, um sacerdote que sai, com seus tropeiros, da estância de San Borja em direção à Vacaria do Mar para recolher o gado que deveria dar início a uma outra vacaria, a dos Pinhais. O jesuíta através do seu registro, permite que possamos acompanhar seu deslocamento pelas estâncias em que esteve, conhecer os currais e capelas, além dos detalhes do caminho até as Vacarias. Nesse Diário encontramos relatos sobre os caminhos que ligavam estâncias e *pueblos*, registros de suma importância para nosso trabalho.

Os Memoriais de visitas trazem diversos dados sobre a organização econômica, produtos que saíam e entravam nos povos e problemas que deveriam ser resolvidos. Por

⁷ O padre Silvestre Gonzalez nasceu em Hueva, Espanha, em 1657. Ele ingressou na Companhia de Jesus em 1675 e chegou a Buenos Aires em 1681. Concluiu seus últimos votos em Santiago del Estero, Argentina, em 1689, e faleceu em Candelária, em 1708 (STORNI SI, 1980).

exemplo, falam de roubo de gado, reparos nas capelas e nos ranchos dos índios, bem como da organização das funções desenvolvidas nas estâncias. Ainda, é possível entender certas relações estabelecidas entre os povoados, como as trocas de bens entre eles. A partir dos Pareceres, conseguimos entender como os jesuítas conduziram situações de conflitos entre os *pueblos*, e como eram resolvidas, assim como os mecanismos que foram utilizados para evitar maiores desavenças. Todavia, trata-se de uma documentação complexa, trazendo informações fragmentárias das estâncias.

O conteúdo dos documentos analisados nesse estudo se diferenciava, dependendo de onde circulavam, de seus produtores e do contexto em que eram escritos. Os que tinham ampla circulação, por exemplo, mostram a realidade das missões jesuítas de forma mais superficial, ocultando alguns assuntos. Isso se justifica por que está relacionado a um público de leitores amplo e a uma política dominante associada à ideia de uma civilidade cristã e ao domínio de uma população. Segundo Wilde (2009a, p. 43), “ciertas prácticas indígenas, como la poligamia y la “hechicería”, fueron deliberadamente ocultadas por los sacerdotes jesuítas en las fuentes de circulación más amplia, aunque aparentemente formaban parte de la vida cotidiana misional” .

Os documentos que tinham uma circulação local ou regional trazem uma visão diferente de outras fontes que tratam da mesma realidade. Nos Pareceres de visitas e Memoriais, por exemplo, constam informações que nos interessam, como é o caso do roubo de gado e conflitos com os índios não reduzidos. Nessa documentação, é possível encontrar uma diversidade de temas referentes às questões práticas para a vida dos povoados: necessidade de matéria prima para consertar estruturas físicas das povoações, problemas advindos do roubo de cavalos, entre outros.

Assim como as fontes jesuíticas apresentam seus problemas de interpretação, como a fragmentação apontada acima, a visão idealizada construída pelas crônicas, o caráter edificante das cartas, entre outros, as pós-jesuíticas também exigem do historiador uma leitura crítica no sentido de compreender que foram elaboradas, muitas vezes, como parte das polêmicas em que a Ordem esteve envolvida.

Ao longo do trabalho, foram utilizados vários documentos que trataram especificamente sobre a estância de *Yapeyú*. Mesmo localizada na Banda Oriental do rio Uruguai, ela não está associada àquelas das missões que definimos como nosso objeto estrito de estudo. No entanto, essa estância ocupou um papel importante na história das missões jesuíticas, em vista de ser uma das maiores e conseqüentemente se destacar na criação de gado. Desse modo, sua análise acabou sendo importante para a condução de nossos

argumentos. Ela serviu, também, em termos de analogia, para que pudéssemos compreender as demais estâncias, tendo em vista que havia sobre ela maior número de fontes, e que ela é bastante explorada pela historiografia das missões jesuíticas em comparação às demais.

Nosso trabalho com as fontes e a historiografia estudada buscou contribuir para uma compreensão da história das reduções que contemplasse de forma privilegiada o seu espaço agrário. Com este objetivo, o trabalho foi organizado em 4 capítulos além desta Introdução.

Em *O papel econômico das estâncias como parte do espaço missioneiro*, será apresentado um panorama econômico das reduções jesuíticas a partir das análises de Juan Carlos Garavaglia (1987), Rafael Carbonell de Masy (1992), especialmente. Junto a estes autores, foi importante a utilização de obras clássicas como as de Pablo Hernández (1913) e Furlong (1962), a fim de reunir elementos sobre o tema que permitissem a sua compreensão. Procuramos neste momento do trabalho, elucidar a situação econômica e os mecanismos de funcionamento que ajudaram no desenvolvimento das atividades econômicas dos povoados.

Como já afirmamos, o elemento econômico era importante, pois foi um dos meios pelo qual os jesuítas buscaram alcançar o sucesso das suas missões. Era preciso possibilitar a subsistência da população guarani missioneira e ter bases para a fundação de novos povoados. A partir disso, investigamos o papel das estâncias missioneiras como parte desse espaço missioneiro. Dessa maneira, tentamos explicar o que eram as estâncias missioneiras, como foram constituídas, bem como para que serviram. Procuramos, nesse capítulo, esclarecer sobre o crescimento das reduções a partir das estâncias, buscando entender as relações estabelecidas entre a área rural e urbana.

Estâncias da Banda Oriental foi como chamamos o capítulo seguinte, em que lançamos luzes sobre a estrutura que as compunha, tais como postos, currais, galpões, ranchos e capelas; também sobre o tipo de atividades laborais realizadas pelas famílias de indígenas missioneiros ali assentados. Nesse sentido, procuramos compreender os tipos de trabalhadores e atividades desenvolvidas nas estâncias. Como elas pertenciam às reduções, que eram responsáveis pela sua administração. Explicamos como funcionaram seus prepostos nas estâncias, se havia índios responsáveis pelo controle e pela organização, e como auxiliavam os padres.

Além disso, também destacamos como eram constituídos os postos das estâncias e os tipos que currais que havia, bem como o papel das capelas distribuídas por esses espaços. Para entender a função das capelas missionais, um dos trabalhos com que contamos é de Jean Baptista (2015a) que as compreende como elementos de demarcação dos espaços simbólico. Os Memoriais Jesuíticos permitiram conhecer os tipos de trabalhadores que percorreram a

zona rural, igualmente os tipos de atividades e a distribuição dos agentes pelos *puestos* das estâncias.

No capítulo posterior, *Pueblos e suas estâncias: um “incêndio” de pleitos*, a documentação produzida pelos jesuítas permitiu visualizar disputas que ocorreram entre os *pueblos* missioneiros envolvendo as estâncias. A partir disso, procuramos analisar tais litígios, em especial os que ocorreram na Banda Oriental do rio Uruguai. Que motivos levaram a esses conflitos, foi uma das perguntas que se pretendeu responder, esclarecendo também, como eram resolvidos os litígios. Entre outros documentos, analisamos algumas cartas escritas pelo Padre Francisco Retz, 15º Superior Geral, para o Província do Paraguai, entre os anos de 1731 a 1739, destinadas aos Provinciais Jerónimo Herrán Jaime Aguirre y Antonio Machoni, abarcando diversos temas, entre eles os pleitos de terras que estavam ocorrendo entre as reduções.

Por último, no capítulo final, *Estâncias da Banda oriental: horizontes de integração e conflitos*, procuramos entender as relações mais ou menos conflituosas entabuladas, a partir das estâncias, com outras populações com as quais este espaço rural era compartilhado. Norberto Levinton (2009), por exemplo, afirma que em alguns *pueblos* missioneiros havia circulação dos charruas, e esse contato levou à formação de famílias misturadas, resultando em relações interétnicas de parentesco, tema que buscaremos compreender. Guillermo Wilde (2009a) analisa este espaço como heterogêneo e permeável, funcionando através de uma rede de interações que se estendeu além dos limites das missões, permitindo aos indígenas reduzidos construir e renovar as alianças e legitimidades políticas.

Outro ponto a ser destacado nesse capítulo é o roubo do gado das estâncias que aconteceu não só por parte de grupos de índios “infieis”, mas por espanhóis fugitivos que buscavam as estâncias como paragem para permanecer durante um tempo. Levamos ainda em consideração o cenário de rivalidades e confrontos ampliados a partir da fundação da Colônia de Sacramento pelos portugueses, a qual teve implicações para as estâncias missioneiras da Banda Oriental do rio Uruguai.

As páginas desse trabalho contemplam alguns documentos inéditos e outros que já foram publicados por distintos autores que estudam as missões jesuíticas, porém aqui foram analisados com uma nova perspectiva, centrada nas estâncias missioneiras. Nosso estudo, colocando em cena o trabalho e trabalhadores das estâncias, os conflitos entre os povoados motivados pela disputa de áreas de estância, e o contato nestas com outros grupos étnicos, vai

além de fechar uma lacuna na história das missões jesuíticas ao criar novos pontos de interrogação para algo que ainda não havia ganhado a importância necessária.

Algumas observações se fazem indispensáveis ao encerrarmos esta Introdução. Esclarecemos, assim, que os documentos manuscritos foram transcritos obedecendo a grafia que apresentavam no original. As referências sobre eles foram apresentadas em notas de rodapé, enquanto as demais, envolvendo historiografia e fontes impressas, foram introduzidas no corpo do texto. Esta escolha se deu devido ao nosso intento de apresentar as fontes escritas com o maior número de dados que fosse possível.

Outra lembrança que se faz necessária diz respeito aos etnônimos das sociedades indígenas referidas no trabalho. Sabemos que esta é uma questão complexa em torno da qual se debatem os especialistas. Na maioria das vezes, o nome pelo qual os grupos são identificados representa apenas a perspectiva do observador. Por isso, nossa escolha foi seguir as fontes. Assim, por exemplo, os charruas também são chamados de *yaros*, e os minuanos de *guenoas*. Outros coletivos como *bohanes*, *matidanes* são referidos, junto a “demais coligados”, sem maiores especificações que pudessem nos ajudar. Muitas vezes, eles aparecem nos textos de época sob a definição de “infiéis”, tal como os jesuítas identificavam populações que não haviam sido cristianizadas.

Procuramos, sempre que possível, evitar aspas e itálicos que sobrecarregam o texto. Em certas circunstâncias, porém, eles foram imprescindíveis, caso das expressões em língua estrangeira. Finalmente, optamos por não traduzir o nome dos povoados e missões, chamando-as uniformemente pelo nome em espanhol que receberam em sua fundação. Consideramos, sobre isto, que a utilização do nome corrente, em português, para o caso dos “Sete Povos” fundados no que hoje é o Rio Grande do Sul, traria uma falta de uniformidade que procuramos evitar.

2. O PAPEL ECONÔMICO DAS ESTÂNCIAS COMO PARTE DO ESPAÇO MISSIONEIRO

A “missão por redução” foi uma estratégia de evangelização de povos indígenas adotada pela Companhia de Jesus em diversos territórios pertencentes à Monarquia de Castela no Novo Mundo, inclusive seguindo a orientação das *Leyes de Indias* que previam a concentração de populações que viviam dispersas. Em certos casos, ela foi uma alternativa aos esforços das “missões volantes” de resultados incertos e pouco duradouros (MARTINS, 2006). Na Província Jesuítica do Paraguai, a *Paracuaria*, ela foi praticada junto a vários grupos, entre os quais os guaranis, com quem foram instituídos os conhecidos “30 Povos”. Para que eles prosperassem, era necessário obter uma série de resultados, inclusive na manutenção de populações bastante consideráveis, como veremos a seguir.

2.1 A vida econômica das reduções jesuíticas

A “missão por redução” com os índios guaranis na América do Sul foi um projeto que buscou estabilidade a partir da exploração de enormes porções de solos, matas e rios. Os povoados concentravam populações extensas, chegando a 3, 4 ou 5 mil indivíduos, e deveriam ser capazes de ter sustentabilidade e, ainda, de produzir algum excedente para trocas no mercado interno colonial. Por isto, nos espaços imediatamente próximos aos núcleos urbanos, organizaram-se áreas de cultivo, que deveriam ser maiores que as tradicionalmente manejadas pelos horticultores guaranis, como parte de uma estrutura produtiva essencial aos Povos. Isso implicou uma série de profundas transformações no “modo de ser” destes índios, inclusive em suas pautas econômicas, de forma a permitir a subsistência dos estabelecimentos que são chamados genericamente de “30 Povos das missões”. Segundo Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, as reduções

[...] significam um momento inicial da transição de parcialidades guaranis – que assim o permitiram – da sociedade aldeã doméstica a uma nova forma de produção e de organização social – missioneira – articulada com a sociedade moderna do Estado absoluto, a partir de uma aliança tática desses grupos com os jesuítas. O salto guarani foi em direção a uma nova forma de organização social, inserida no Estado espanhol. A formação missioneira também significou a capacidade de barganha de parcialidades guaranis, que construíram em meio aos conflitos coloniais um espaço de liberdade negociada que lhes permitiu viver e, melhor, aumentando a esperança média de vida do guarani, com garantias de proteção contra encomenda e

escravidão. Ao negociar viver na Missão, os guaranis demonstravam a capacidade de interferência na realidade empírica (2009, p. 25).

Ao mesmo tempo em que houve mudanças na organização social, os jesuítas interferiram, também, na organização econômica dos guaranis. Para atender às novas necessidades, ampliaram sua produção para uma escala destinada, não apenas ao consumo interno, mas também para exportação, como é o caso da erva-mate. A possibilidade deste incremento foi importante para Província Jesuítica do Paraguai, favorecendo a subsistência dos primeiros povoados e a fundação de outros.

Uma das principais características do sistema econômico organizado pelas reduções foi a capacidade de criar uma economia que gerasse bons rendimentos produtivos e uma relativa autonomia frente aos colonos espanhóis. O desenvolvimento econômico das reduções mostrou que os guaranis podiam produzir e desfrutar dos seus bens, sem se submeter a *encomienda*¹.

O uso de novas técnicas agrícolas permitiu melhores rendimentos aos produtos tradicionais da agricultura guarani e a inclusão de outros, como o algodão e o tabaco, por exemplo. A partir disso, foi possível gerar excedente para o comércio, sendo que a maior categoria de exportação foi, como dissemos, a erva mate. Desse modo, a estrutura indígena, orientada pelos jesuítas, recebeu novas técnicas que possibilitaram sua relativa autossuficiência e uma importante comercialização.

O sistema econômico das reduções estendeu-se às formas de trabalho, propriedade, distribuição e consumo dos produtos. Os jesuítas promoveram um setor coletivo de produção e distribuição equivalente aos princípios guaranis de cooperação e reciprocidade, ao qual associaram a produção segundo as unidades familiares.

Neste capítulo, iremos apresentar um panorama das atividades econômicas que foram desenvolvidas nas reduções, as quais permitiram aos jesuítas ampliar uma série de projetos na Província. Sobre esta sua faceta “empreendedora”, Paulo Assunção (2004) afirmou que os padres expuseram conhecimentos e técnicas que os capacitaram a gerir com habilidade os bens que estavam inseridos em um complexo sistema produtivo que envolvia o plantio, a criação e a distribuição dos produtos. Contudo, a historiografia contemporânea, especialmente

¹ Tratava-se de uma concessão feita pela Coroa em favor dos colonos, conferindo a eles o direito de cobrar impostos e explorar a mão de obra de um determinado número de indígenas, cujos cuidados espirituais e materiais passavam a ser de responsabilidade dos *encomenderos*. Enquanto em outras partes das Índias de Castela, o sistema perdeu vigor ao longo do século XVII, sendo substituído progressivamente por outras formas de trabalho compulsório, na Província do Paraguai, ele continuou sendo importante ao longo de todo período colonial (MARTINS, 2006).

desde as contribuições de Bartomeu Melià (1990), evidenciou que, ao lado da competência dos missionários neste sentido, eles aproveitaram a boa capacidade de produzir que tinham os guaranis.

2.1.1 Os horticultores guaranis

Anteriormente à chegada dos jesuítas, os guaranis tinham pequenas chácaras e sementeiras para o seu sustento. Eles produziam reduzidas lavouras de cultivo de milho, mandioca e batata doce. Embora sua economia tenha sido qualificada como “de subsistência” em abordagens mais antigas, ela pode ser entendida dentro do espectro que Marshall Sahlins qualificou como “economias de abundância” (1977), uma vez que permitia atender de forma bastante satisfatória às necessidades dos grupos. É importante e até necessário que se atente a isso, pois não se pode deixar de considerar que as fundações das reduções aproveitaram muito da “base cultural” que era própria aos guaranis (MELIÀ, 1997).

Segundo José Otávio Catafesto de Souza,

Os Guaranis eram grupos horticultores que, no momento da chegada das primeiras frentes de colonização ibérica na América do Sul, dominavam grandes parcelas das florestas tropicais e subtropicais da bacia do rio da Prata. Nestas florestas, organizaram um singular arranjo técnico e econômico, capaz de manter equilíbrio mais duradouro entre a exploração dos recursos e o ambiente natural (2002, p. 212).

Como sabemos, o colonialismo introduziria grandes mudanças nas sociedades indígenas. Também assim ocorreu com os povoados missioneiros, uma faceta deste colonialismo. Aí, porém, muito mais que em outros espaços, houve uma combinação e adaptação de realidades. Uma série de categorias da cultura guarani foi aproveitada na base da nova ordem reducional e outras foram substituídas. A grande contribuição dos trabalhos de Bartomeu Melià (1997) e da etnohistória foi verificar o quanto os jesuítas se valeram do substrato do “modo de ser guarani”, que era aldeão e comunitário.

La reducción, como nuevo producto espacial, producía un nuevo modo de ser, es decir, se orientaba a crear cultura en todos los órdenes: político, económico y religioso. Y precisamente porque pretendía cambios profundos, aprovechaba parte de lo que había, tomaba la lengua guaraní, por ejemplo, para hacerse entender en cierta manera dentro del mismo sistema guaraní, y desde lo que era, provocaba la eclosión de lo que debía ser, pero no era todavía (MELIÀ, 1997, p. 204).

A organização dos guaranis pré-coloniais era parental, sendo que as relações de parentesco ocupavam um papel determinante no sistema de produção e consumo. Segundo

Souza (2002, p. 223), a economia das sociedades parentais apresentava algumas características, como por exemplo, “a produção orientada pelas necessidades familiares; esta produção é tecnologicamente simples e sem complicada divisão de trabalho; existe uma relativa liberdade na utilização dos recursos de produção; e as trocas comprometidas com redistribuição dos produtos elaborados”. Nesse sentido, o grupo familiar surge como unidade de produção e consumo, e com autonomia no interior do conjunto mais amplo. Como veremos, nas missões, em relação com outras estruturas maiores, a unidade familiar continuou operando de forma importante.

A grande família constituía a comunidade de produção, de consumo e vida religiosa dos guaranis. Ela tinha diversas funções sociais e religiosas e a maior parte das atividades produtivas eram desenvolvidas no âmbito que agregava essas famílias. Com isso, o sistema se identifica com o modelo doméstico que configura o ambiente econômico e social, em que os produtos existem em benefício dos produtores.

Na economia doméstica, a produção é destinada às necessidades do grupo familiar, local ou político, mesmo que uma parte dela seja destinada para o mercado. Nesse caso, este âmbito não existia, e eram outras as formas de circulação do que era produzido. A unidade doméstica determinava o econômico e o social ao mesmo tempo. Ela carregava o peso da produção e comandava a organização do trabalho, sendo que as relações internas configuravam a produção na sociedade. As linhagens eram importantes na sociedade guarani, as quais eram separadas por grandes casas onde dezenas de famílias habitavam.

Cada família nuclear ocupava um espaço delimitado pelas pilastras centrais que auxiliavam a sustentação do cume, sem a presença de qualquer outra divisória. O grande agregado familiar, composto de lares fundados pelas filhas e pelas netas, desempenhava diversas funções (sociais, religiosas, defensivas e ofensivas) e era no seu âmbito que se desenvolviam, na maior parte, as atividades produtivas (SOUZA, 2002, p. 224).

A organização de trabalho dessa família era pela divisão de sexo. Essa divisão foi predominante nas atividades econômicas, onde os guaranis reproduziram o padrão de cultivadores da floresta. O homem, além de preparar as roças, tinha o papel de caçador ou pescador, e a mulher cultivava a terra, com tarefas dedicadas para o plantio e a colheita. Nas missões, houve a necessidade de ampliar a participação dos homens nas atividades agrícolas: se antes eles limpavam o terreno para o trabalho das mulheres, nos *pueblos* eles assumiram outras etapas do trabalho, especialmente no cultivo. Além desta alteração significativa, Levinton (2009) aponta outras, como as distâncias entre chácaras e os povoados, e a importância do cavalo no transporte ao longo desse caminho.

Entretanto, se a família pode ser considerada como uma unidade de trabalho, de produção no sistema econômico guarani, isso não exclui a possibilidade de outras formas de organização. Segundo Souza,

A constituição do tekoha evidencia que a produção guarani podia estar organizada em formas sociais distintas e, às vezes, em níveis mais abrangentes do que a unidade doméstica nuclear. Os membros de uma família-grande podiam colaborar inclusive, de uma maneira regular e sobre uma base individual, com parentes e amigos de outras casas comunais, realizando outros projetos mais coletivos (2002, p. 230).

Para o guarani, a terra, além de ser um meio de produção econômica, é um elemento que constitui um “modo de ser” através de aspectos sócio-políticos e religiosos. Trata-se de um espaço de inter-relações que é essencial na sua vida. A terra é identificada com o “tekoha” que “é um lugar onde se dão as condições de possibilidade do modo de ser guarani. A terra, concebida como tekoha é, antes de tudo, um espaço sócio-político” (MELIÀ, 1990, p. 36).

Melià (1990, p. 37) esclarece que “o guarani vê a terra como horticultor, e não é de estranhar que prefira as terras que mais facilitam o trabalho agrícola e as que possam dar maior rendimento conforme os diversos cultivos que nela se hão de plantar”.

Os jesuítas vão estimular as práticas agrícolas dos índios, estimular a exploração dos ervais e introduzir, ainda, a criação de animais. Com efeito, a organização econômica das missões jesuíticas surgiu a partir da articulação de dois elementos culturais, o tradicional guarani e os princípios dos missionários. Relacionando as formas econômicas tradicionais dos guaranis e seus próprios preceitos, os jesuítas conseguiram transformar os Povos em centros de solidariedade, e isso se tornou uma ferramenta importante na vida missioneira. Como veremos em um momento posterior deste trabalho, conflitos e litígios diversos, especialmente por terra, também fizeram parte da história das reduções. Sabemos que a imagem deste solidarismo entre os povoados foi em parte uma construção de crônicas elaboradas pelos religiosos, especialmente no período após a expulsão decretada em 1767. Entretanto, também é fato que as missões chegavam a ajudar-se mutuamente em caso de necessidade.

Melià (1990, p. 34) afirmou que existe um “horizonte” de terra guarani, específico e constante, fora do qual será difícil que eles se estabeleçam. “E se há saída deste horizonte será devido a uma crise de uma ou outra ordem”. De fato, as reduções se instalaram em ambientes que respeitavam esta realidade, embora por meio delas tenha se passado a explorar outros espaços, como aqueles em que vão se constituir as estâncias. O autor ainda aponta que “a terra para o Guarani não é um deus, porém está impregnada toda ela de experiência religiosa” (1990, p. 38). Assim, os aspectos da terra que estavam ligados à economia e à sociedade eram

vinculados aos símbolos religiosos. Significativamente, as terras que eram reservadas nas missões para a produção coletiva, isto é, para atender às necessidades da missão, inclusive as de culto, recebia o nome de “Tupambaé”, isto é, “terras de Deus”.

Os produtos cultivados foram ampliados pelos jesuítas, introduzindo o trigo, a cevada, a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, as árvores frutíferas, entre outros que se adaptaram às condições ambientais. Os alimentos introduzidos aos poucos formaram uma diversificada produção e intensificaram o trabalho nas sementeiras, no plantio e na colheita. Segundo Carbonell de Masy (1992, p. 137), “las especies nuevas se iban adaptando y algunas hallaban un ambiente natural tan apropiado que se connaturalizaban con el Paraguai, como la cana de azúcar” .

O Padre Antônio Sepp, missionário da segunda metade do século XVII, registrou que a terra onde se assentaram as reduções era fértil. Desse modo, eram grandes as hortas para saladas, havendo muitas árvores frutíferas e ervas para os doentes.

Na horta há saladas o ano todo; salada de endívia bem amarela, uma crespa e outra não; além disso, salada repolhuda, da Bolonha, chicória, pastinaga, espinafre, rabão miúdo e graúdo, repolho, couve nabeira e nabo bávaro, que trouxe de Munique, salsa, aniz, funchão, melões, coriandro, pepinos e outras plantas indianas. Na horta das ervas tenho hortelã, arruda, alecrim, etc. A pimentela foi devorada pelas formigas (SEPP, [1690] 1980, p.127).

Além de novas plantas, técnicas e instrumentos, foram acrescentadas outras inovações ao modo tradicional de cultivo. Carbonell de Masy (1992, p. 137) destaca, como novidade técnica e satisfatória para os indígenas, “las cuñas, elaboradas por los espanoles en Asunción” que diminuíam consideravelmente algumas tarefas, como a limpeza da mata onde seriam abertas as roças. Realmente, os machados de ferro e o arado puxado por bois trouxeram um novo padrão de organização de trabalho que ajudou na ampliação da produção.

Fizeram-se presentes ainda outras atividades, tais como tecelagem, carpintaria, olaria e pastoreio, O guarani missioneiro, segundo Quevedo dos Santos (2009, p. 29), “trabalhou arduamente e com austeridade na Missão da região do rio da Prata. Foi agricultor, vaqueiro, charqueador, oleiro, peão de estância, escultor, pintor e cantor, efetivando a economia agropastoril missioneira”. A mão de obra indígena nas reduções foi abundante em comparação com o que ocorria nas cidades coloniais. Esse aspecto ajudou no alto nível de produção e no desenvolvimento de todos os setores da redução. No espaço missional, a produção era constante, envolvendo homens, mulheres e crianças, cada qual com suas tarefas, seja na produção de alimentos, objetos, ou no que mais fosse necessário (BAPTISTA, 2015a).

Embora a leitura acrítica de informações como aquelas trazidas pelo Padre Sepp ([1690] 1980) tenha servido para sustentar estereótipos como a da capacidade de “mimetismo” dos guaranis, isto é, de que eles eram apenas excelentes copistas, devemos dizer que, ao contrário, a capacidade criativa dos índios também esteve a serviço do desenvolvimento das missões. Carbonell de Masy (1992, p. 140) chama atenção, desse modo, para o aspecto da comunicação mútua entre os indígenas e os jesuítas como fundamental para uma técnica e tecnologia apropriadas no desenvolvimento rural. O autor destaca que as habilidades dos guaranis estavam além de atividades manuais e da imitação, havendo, inclusive, a disponibilidade deles em ensinar os padres. Isso demonstrou a reciprocidade no que se refere à transmissão de informações. A partir disso, é possível sustentar a ideia de que houve um diálogo entre conhecimentos, com uma relativa adaptação de ambos os lados, pois, como já mencionado, muito se utilizou das atividades da cultura tradicional guarani nas reduções.

É sabido, por exemplo, que o trabalho na forma coletiva que era conhecido tradicionalmente pelos índios, foi a forma preferencial em que ele ocorreu nas missões. De fato, enquanto a faina nas chácaras familiares devia ser constantemente estimulada, o trabalho nas terras coletivas, parece ter tido maior resultado.

La agricultura y la ganadería de tipo colectivista, controladas y dirigidas por el sacerdote, tenían sin lugar a dudas, más importancia que la producción particular de cada familia. Comunes eran las tierras más extensas (llamadas Tupambaé o propiedad de Dios), los yerbales, los algodonales y las grandes estancias ganaderas. Todos los hombres debían trabajar unos días a la semana en esas propiedades colectivas y con lo recogido, se mantenía a las viudas, niños y necesitados, se pagaba a los artesanos y los tributos reales y se almacenaban algunas cantidades, en previsión de plagas o escaseces. También algunos bienes, como la carne o la yerba mate, se repartían diariamente a todas las familias después de la misa. Los guaraníes, al parecer, mostraron claramente preferencia por este sistema de base colectivista frente a la agricultura de tipo individual que, pese a los intentos iniciales de los jesuitas por potenciarla, no alcanzó nunca una importancia similar (CARDIEL, [1771] 2002, p. 17).

Nas missões jesuítico-guaranis, foram conhecidos dois tipos de propriedade da terra, os quais receberam o nome de Abambaé e Tupambaé. O Abambaé deveria sustentar a produção familiar e, de certa maneira, reproduzia a tradicional forma pela qual os guaranis praticavam historicamente a horticultura que, inclusive, continuava sendo organizada, nas missões, a partir da liderança dos chefes de família. Esse sistema, segundo Kern (1982), exigia uma tutela econômica que apontava a direção para produção. Assim, era controlado pelos alcaides que guardavam e administravam os produtos. A literatura contemporânea vê

com reservas a ideia de que os guaranis eram “tutelados” pelos padres e assinala como era relativo o controle que os religiosos, de fato, estabeleciam sobre eles (NEUMANN 1996, GARCIA, 2007, BAPTISTA, 2015a).

Embora se reconheça a necessidade de destacar o “protagonismo indígena” nos espaços coloniais (SANTOS E FELIPPE, 2016), podemos afirmar que algumas esferas da vida missioneira mereciam uma atenção mais constante dos jesuítas. No tocante à produção, este cuidado tinha o objetivo de ajudar a integrar o indígena nas novas esferas das ações econômicas e ensinar as novas condições do funcionamento da produção.

Os indígenas Guaranis estavam acostumados a uma produção agrícola apenas suficiente para o seu consumo imediato. Assim, não podiam compreender o tipo de economia acumulativa e de intensa atividade da mão-de-obra dos encomenderos. Nem percebiam muito bem a idéia de progresso social e material, baseado na produção de erva-mate e couros para exportação, que os jesuítas defendiam. Assim, esta tutela econômica, que se instalou e que levou à tomada de decisões políticas, que agiram de maneira decisiva sobre o contexto econômico, foi uma maneira de levar os indígenas a entender o tipo de economia que se praticava no mundo dos homens brancos (KERN, 1982, p. 75).

Ainda sobre as mudanças implantadas nas missões a partir do Abambaé, Levinton (2009) aponta alterações na organização do trabalho. Na primeira etapa das reduções, cada cacicado dedicava um tempo para trabalhar para as necessidades do seu grupo em determinados dias da semana. Essa era uma articulação do trabalho comunitário baseado na macro-família ou cacicado. Também houve, como já dissemos, uma ressignificação relativa da presença feminina no cultivo. Apesar da introdução da pecuária para fornecer a proteína animal que antes provinha das caçadas, atividade tipicamente masculina, estas nunca desapareceram. A caça foi associada à atividade da captura do gado nas vacarias, conforme explicaremos mais adiante.

Enquanto o Abambaé, portanto, estava ligado ao trabalho e ao consumo familiar, no Tupambaé os guaranis missioneiros trabalhavam em prol da comunidade. Dessa maneira, toda sua produção era destinada ao “bem comum”, à coletividade. Esse sistema, segundo Carbonell de Masy (1992, p. 169), “une el bienestar comunitario con el bienestar personal, alguna cosa de comunidade con alguna cosa propia de los indios. Las sementeras, yerbales, frutales, vaquerias, etc., comunes, benefician a los miembros de la Doctrina con unas relaciones palpables entre recursos y sus resultados”. O resultado desse trabalho objetivava ajudar nos gastos com itens necessários para o povoado, como aqueles envolvidos no aspecto litúrgico, auxiliar os enfermos e viúvas; enfim, proporcionar aos guaranis missioneiros o que

não conseguiam produzir no Abambaé, além de prover recursos para o pagamento dos tributos².

Como informa o missionário Antonio Sepp, nele

[...] o terreno era cultivado, sob a direção de índios laboriosos, pelos rapazes até a idade de 15 anos. Pela manhã, depois de recitar as suas orações, todos eles, com exceção dos que ficavam nas escolas ou nas oficinas, iam para Tupambaé, onde trabalhavam para seus Povos, para o catecismo. Tudo o que produzia o Tupambaé era recolhido aos armazéns públicos, para ser distribuído durante o ano pelos enfermos, órgãos, artistas, ou pelos que saíam a serviço dos povos ([1690] 1980, p. 53).

O Tupambaé produzia para formar os excedentes necessitados pelos povoados. Segundo Quevedo dos Santos (2009, p. 31), “os missionários dispensavam mais atenção a esse setor da economia, pois reservavam os melhores campos para as pastagens e cultivo. Nele o guarani-missioneiro cultivou o solo utilizando o arado puxado por bois; assim, incrementou o crescimento agropastoril”.

Desse modo, a produção do Tupambaé era usada especialmente para trocas ou vendas, e a produção do Abambaé servia para o abastecimento familiar. Ambos os sistemas formavam a organização interna da economia das reduções, era comum a todas elas, com funcionamento similar. Segundo Kern (1982, p. 72), “a coexistência dos dois tipos de propriedade denota perfeitamente o resultado da ação política agindo sobre a esfera econômica”.

Sabemos que, com o tamanho dos povoados e a necessidade de produzir alimentos que os sustentassem, podia-se recomendar que houvesse um desmembramento das missões maiores para constituir novos povoados. O relato do já referido Padre Sepp sobre isto permite verificar o quanto era necessário envolver os caciques principais no convencimento da necessidade de tomar medidas desta natureza.

No ano de 1697 sou enviado à maior de todas as Reduções, a de São Miguel, [...] quando sou encarregado, pelo R. P^o Provincial, Pe. Simão León, de dividir esta grande Redução, cuja igreja não era suficientemente ampla para tamanha massa de povo. [...] o R. P^o Provincial, tendo antes deliberado maduramente com seus padres conselheiros, estatuiu o seguinte: que eu convocasse os índios principais, aos quais chamam de caciques [...]. Reunidos

² Os guaranis das missões jesuíticas estiveram isentos de tributos durante os primeiros dez anos de vassalagem ao monarca. Em 1643, uma Célula Real prorrogou para vinte anos a isenção de tributação, devido à situação especial das reduções, face à fronteira ameaçada pela expansão bandeirante. O tributo imposto pelas Leyes de Índias era o da capitação: seis “pesos huecos”, equivalentes a 36 reales de prata. Além de ampliar a isenção, a quantidade do tributo foi diminuída. O tributo de vassalagem passava a um peso de oito reais por índios. Isto foi confirmado por Células reais como as de 1661, 1663 e 1679. A Célula Real de 1661 determinava que o tributo deveria ser cobrado dos indígenas de 14 a 50 anos, bem como reconfirmava a vassalagem direta ao Rei de todos os guaranis das Reduções. Mas foi somente em 1679 que uma legislação definitiva sobre o tributo ficou a cargo da Procuradoria e Ofício das Missões, que o obtinha diretamente das exportações de erva-mate, entregando-o ao Tesouro Real em Buenos Aires (KERN, 1982, p. 31-34).

os principais, expus-lhes o pensamento do R. P^e Provincial: a saber, que se devia dividir a povoação por causa do grande número de habitantes, os quais já nem a igreja comportava; nem dois padres poderiam instruir convenientemente o povo na doutrina cristã, quanto menos um só; não podiam governá-los por mais tempo com facilidade; além disso, começavam a faltar nos arredores, os campos para o cultivo, pois tornavam-se estéreis com o contínuo amanho de tão longos anos ([1690] 1980, p. 198-199).

Maria Cristina Martins, por sua vez, se vale da narração do jesuíta para refletir sobre a dimensão religiosa com que os padres revestiam a escolha do local para o novo assentamento, assim como os ritos de sua fundação.

A descrição do religioso bávaro é a única que possuímos sobre os procedimentos envolvidos na fundação das reduções. Ela evidencia os cuidados na seleção do terreno, mas especialmente a importância da adesão dos “principais” ao projeto. Também a solenidade com que se distinguia o início de um novo povoado, o que está em sintonia com a forte ritualização com que os jesuítas buscaram envolver o próprio cotidiano das reduções. Além disto, as cerimônias possivelmente aparecessem aos guaranis como o meio de compor vínculos com o novo espaço e manter aqueles já firmados com os parentes que ficavam no povoado original, e com a memória dos antepassados. Isto é, o rito operava aí como mecanismo de reforço ou recriação de alianças baseadas no parentesco e na memória (2013, p. 8).

O missionário, desta maneira, relata a cerimônia da seguinte forma: “[...] subimos o outeiro onde erigimos [...] a Cruz, em sinal da tomada de posse daquela terra, não sem bons augúrios [...]”. Era a data em que a Igreja venera o “santo lenho”.

Portanto, na festa da Santa Cruz, eu também a chantei como pedra fundamental da povoação. Ereto o madeiro, logo os índios, prostrados em terra, o adoraram; em seguida foi cantado o hino [...] acompanhado por trombetas e tímpanos pelo músico que, para este fim, trouxera comigo; depois [...] o beijamos, agradecendo [...] os benefícios que nos concedera (SEPP [1692] apud MARTINS, 2013, p. 8).

Ainda de acordo com Maria Cristina Martins, para assinalar de forma mais marcada o caráter cerimonial do evento, “Sepp realiza um solene discurso, em que exalta as qualidades da terra e exorta os índios a acolhê-la e torná-la produtiva. Na mesma oportunidade, divide os terrenos entre os caciques e manda erigir ‘uma cruz a guiza de marco [...] além da qual não era permitido avançar’”. Finalmente, concluindo o conjunto de atos rituais e solenes, ele lança “sobre a nova colônia a costumada benção dos campos, para expulsar os demônios que, por causa da infidelidade destes gentios, habitavam [...] estes lugares” (SEPP [1692] apud MARTINS, 2013, p. 8).

Além da tradicional horticultura guarani, outros produtos foram explorados, como já afirmamos. A erva mate, por exemplo, produzida pelos guaranis missionários, carregava um

diferencial em comparação a outras produzidas na região. Era conhecida como *caamini*, tinha uma característica mais refinada e sua produção exigia maiores cuidados. Como afirma Pablo Hernández (1913, p. 202), a erva *caamini* “era la yerba menuda, de la cual con selección paciente se habían quitado las ramitas y pecíolos: la otra yerba en que iban juntas hojas y tronquitos, se llamaba yerba de palos”. Carbonell de Masy (1992, p. 126) também explica a peculiaridade dessa erva destacando a diferença na sua elaboração: “Cortados los gajos del árbol, los chamuscan a la llama, y después los cuelgan en barbacoas, o casas tejidas de palos, y ponen fuego de ascua debajo para que se tueste la hoja. Después la muelen en morteros hechos en tierra, la ciernen y guardan para enzurrarla”.

A plantação de algodão exigia alguns cuidados com a terra. Assim, após o corte, era preciso passar o arado muitas vezes, e, se fosse necessário, carpir para ajudar a eliminar as plantas daninhas que arruinavam os arbustos de algodão. Segundo Carbonell de Masy (1992, p. 156), o algodão é “una planta que crece hasta dos varas en alto: y da por fruto unas perillas del tamaño de una nuez con su cáscara, que llegando a su madurez, se abre, y descubre el algodón en capullos con sus semillas, que son del tamaño de un grano de pimienta”. Outro aspecto desse cultivo foi o desenvolvimento de algumas técnicas para facilitar a brotação, como por exemplo, lavar de forma abundante as sementes.

Já Hernández (1913, p. 235) informa que “los hombres preparaban el terreno y hacían la siembra, y para el cuidado de escardar se enviaban los niños ó las niñas con sus sobrestantes, y lo mismo se hacía para la recolección”. Essas plantas duravam em média de 30 a 40 anos, através de sua manutenção com podas anuais.

Nas reduções, houve também a produção do couro. A maior evidência dela, segundo María Inés Moraes (2007), corresponde ao período posterior à expulsão dos jesuítas a partir de um sistema implantado pelos administradores civis mediante um sistema de contrato exclusivo com particulares. “Desde 1772 el Pueblo de Yapeyú licitó la realización de “faenas de corambre” en sus estancias, en condiciones que imponían un porcentaje variable del producto – del orden de un tercio – para el Pueblo y resto para el contratista” (MORAES, 2007, p. 25). Entretanto, Garavaglia (1987) afirma que as reduções enviavam em torno de 10% do total de couro remetidos para Europa na década de 1750.

Entre outros produtos comercializados, destacam-se ainda o tabaco e o açúcar com ativa participação no comércio de Santa Fé e Buenos Aires, o primeiro chegando a 30% e o segundo em uma média de 60%. Garavaglia (1987) classifica os produtos vendidos pelas missões como, em primeiro lugar, a erva e o algodão; em segundo, o açúcar e o tabaco e, por último, o couro.

Argumentamos acima que a organização econômica que descrevemos até aqui tinha uma orientação coletivista que respeitava tradições históricas dos guaranis e os valores de solidariedade cristã defendidos pelos jesuítas. Por essa razão, ela estaria, em certos aspectos, em contradição com os princípios norteadores da economia colonial de cunho mercantil. Apesar disto, como vimos, a produção das missões participou da economia colonial, fornecendo produtos que eram comercializados e que, inclusive, competiam com a dos *hispanocriollos*.

O intercâmbio dos produtos entre os povoados aconteceu a partir de trocas. Essas ocorreram por meio dos chamados armazéns, estabelecidos nas reduções, onde encontravam-se índios destinados aos cargos de contadores e fiscais, respondendo a um *mayordomo*. Os índios destinados aos serviços dos armazéns tinham habilidades de ler, escrever e também sabiam calcular. Deste modo, davam conhecimento do que entrava e saía da redução. Como afirma Hernández (1913, p. 234), “las llaves de los almacenes estaban en poder de los Misioneros; y cuanto en ellos entraba ó de ellos salía, había de ser con licencia del Misionero y por medio de los oficiales destinados a ello”. Através desse sistema, verificavam-se as coisas que faltavam ao povoado e quais as que estavam sobrando para atender as necessidades de outros. O autor indica ainda que “en las Misiones hallábanse establecidos precios fijos que marcaban el valor de cada género; y de ellos conservaba la lista el Cura del Pueblo; sin alterarse la tasa fijada para los cambios por ninguna mudanza de tiempo ó de circunstancias” (1913, p. 239).

Os jesuítas administravam a compra e a venda, que eram práticas com um fim útil e necessário para a sobrevivência e o desenvolvimento dos povos missioneiros. Desse modo, atendiam à necessidade do que não era produzido internamente e forneciam receitas para os pagamentos dos tributos à Coroa quando acabaram as isenções iniciais. Nesse aspecto, a conexão entre os povoados era importante em função da localização geográfica de certas reduções, pois havia umas mais ricas em rebanhos, outras em erva mate ou algodão, entre outros produtos.

Nos Ofícios das Missões, eram registradas as trocas, tanto do conjunto dos povos missioneiros quanto desses com as cidades coloniais. “Estes Ofícios das Missões controlavam as exportações de erva-mate, algodão, fumo, couros, açúcar e produtos artesanais, bem como a importação de ferro, facas, tachos, espadas, escopetas, tintas, pratas, ouro, telas, panos, contas de vidro, medalhas, cruces, etc” (KERN, 1982, p. 78).

O Procurador vendia “los productos de la tierra que envía cada pueblo, así como va determinando los precios de las mercancías solicitadas asimismo demandadas por cada pueblo

para su abastecimiento; al remitirlas, por cada transacción se realiza el pertinente registro” (CARBONELL DE MASY, 1992, p. 242). Os registros dessas transações eram responsabilidade dos Padres Procuradores que realizavam uma detalhada contabilidade em seus livros. Esse sistema funcionava assim: o Procurador anotava os produtos de cada Povo e organizava as trocas que eram necessárias. Quando a produção era pequena, ou não rendia o suficiente para comprar o que fosse preciso, o Povo ficava credor ou devedor. O Padre Procurador repassava as informações ao Cura de cada doutrina através de um Parecer. As listas dos preços, dos produtos dos Povos, eram enviadas pelos Procuradores sob responsabilidade dos Curas. O valor do frete variava segundo a distância entre as missões e a quantidade de carga, especialmente em caso de cruzamento pelos rios.

O cura da redução era responsável pelas transações com a Procuradoria das Missões. Ele prestava conta de todas as entradas e saídas de produtos e organizava para que cada família tivesse um respaldo para comprar sal, lã e demais necessidades básicas. Ele era “sumo responsable de todas as transacciones con la Procuradoria de Misiones. En este sentido, es evidente que los sacerdotes tuvieron un gran compromiso moral y afectivo con los índios” (LEVINTON, 2009, p. 27).

El sistema contable, o sea, el procedimiento ordenado de registrar metódicamente las operaciones que se realizan entre los pueblos guaraníes, y en su caso, entre estos pueblos con los Oficios, con los Colegios, o particulares, pretende como objetivo determinar en un momento dado la situación exacta del patrimonio de que se dispone (CARBONELL DE MASY, 1992, p. 243).

Um “caderno de visitas de balsas e barcos” buscava controlar os materiais e produtos que eram transportados entre os portos das doutrinas das Províncias do Paraguai, Paraná e Uruguai. Algumas reduções tinham suas próprias barcas para transportar produtos. Essas barcas recebiam o nome do Povo em questão. Em um Parecer, datado em 1674, consta a chegada da barca de *San Miguel* à cidade de Assunção.

[...] en siete dias del mes de febrero de mill y seiscientos y settenta y quatro años visitto en el puertto desta dicha ciudad la barca nombrada S. Miguel Arcangel qu ellego del puertto de la ciudad de La Asunpss(n) del Paraguay no dise la cantidad de arrobas de yerba; ni otros generos que trujo refieresse al libro de sobordo y no consta del; y de dicha visitta consta af (45 y 46)-----
-----³

Conforme explica Kern, com “o aumento demográfico dos núcleos espanhóis no Prata, representando um mercado para a erva mate, e mesmo com as possibilidades de

³ Informe sobre balsas en San Miguel. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús, 1676-1702. Leg nº 2, Sala IX 6-9-4.

comercialização do produto para o Peru, as possibilidades de comércio externo se ampliaram” (1982, p. 78). Com isso, foi estabelecido o Ofício das Missões que, localizado em Buenos Aires, Assunção e Santa Fé, era um centro que gerava as relações comerciais das missões jesuíticas.

Como já vimos, a erva era um “produto chave” (GARAVAGLIA, 1987, p. 164) na relação entre as reduções e a economia mercantil regional. Nas últimas décadas do século XVI, a produção da erva das reduções jesuíticas alcançou grande escala, chegando a 9.000 arrobas anuais. Desta maneira, ocupou o primeiro lugar em valor monetário no conjunto dos artigos exportados e alcançou um alto nível de produção, sendo seu principal destino o Alto Peru.

O algodão também teve destaque na produção, e estava em segundo lugar no quesito “valor monetário”. Ele também foi produzido em grande escala, serviu para vestir os índios e ainda para pagamento dos tributos. “Las cantidades comercializadas por las reducciones son muy importantes y podemos calcular grosso modo que éstas oscilan entre un 60% y un 90% del total de los lienzos de algodón que se trafican en el mercado litoral” (GARAVAGLIA, 1987, p. 164). Carbonell de Masy (1992, p. 240) também destaca os produtos que circulavam com valor de moeda, tais como “la yerba mate, el tabaco, la miel y el maiz”, porém não menciona o algodão.

A organização administrativa das diversas propriedades que estavam sob responsabilidade da Companhia de Jesus costuma ser apontada como altamente eficiente. A ponderação de Barros Assunção em “Negócios jesuíticos: o cotidiano dos bens divinos” (2004), embora se refira aos interesses da Companhia no Brasil, não deixa de ser pertinente ao nosso tema:

Os inicianos demonstraram em muitos momentos uma hábil administração dos negócios, controlando e gerenciando uma estrutura complexa e diversificada que incluía o cultivo de terras, os canaviais, o controle dos trabalhadores assalariados e da mão de obra escrava, a compra de materiais para equipar as propriedades e o escoamento da produção, dentre outras preocupações. Os bons resultados de algumas propriedades revelam que os religiosos souberam trabalhar e adaptar-se às estruturas coloniais, adequando os recursos naturais e a força de trabalho à produção (ASSUNÇÃO, 2004, p. 435).

Podemos dizer que a principal característica do sistema econômico organizado pelas reduções foi a capacidade de criar uma economia relativamente autossuficiente, que gerasse bons rendimentos. Para isto, os jesuítas promoveram o setor coletivo de produção e distribuição equivalente aos princípios guaranis de cooperação e reciprocidade. Dessa forma,

esta organização econômica ajudou na consolidação das reduções, levando, no final do século XVII, a que elas ingressassem em um período de maior estabilidade e um processo de expansão a partir do aumento considerável da sua população que chegou a cerca de 100.000 índios.

“As atividades da economia agropastoril missioneira, baseadas no trabalho comunitário e autossuficiente, permitiram que os guaranis-missioneiros fossem os protagonistas e beneficiados pelo êxito socioeconômico em uma formidável experiência sem precedentes na América Espanhola” (QUEVEDO DOS SANTOS, 2009, p. 32). Realmente, além de produzir alimentos e outros artigos para o abastecimento dos povoados, as missões participaram da economia regional, como já evidenciamos. Entretanto, outro setor era essencial e recebeu bastante atenção, tal como vamos discutir no próximo item.

2.1.2 O gado e as “vacarias”

Como sabemos, cavalos, mulas, bois e vacas foram introduzidos no continente americano pelos europeus a partir da “conquista”. Estes animais logo ganharam extraordinária importância entre vários povos indígenas. Alguns deles, inclusive, passaram a estar associados às suas extraordinárias qualidades de “ginetes”, como os mapuche, charruas e minuanos, por exemplo. No que tange às reduções, seu papel foi decisivo em especial pela fonte de proteína representada pelo gado.

Além de introduzir novas espécies e técnicas agrícolas entre os guaranis, os jesuítas, com efeito, iniciaram estes indígenas na atividade pecuária. Podemos dizer que o gado acabou se constituindo em um elemento fundamental para as missões. Para tanto, foram importantes as “vacarias”⁴ onde os animais cresciam sem supervisão, tema que iremos desenvolver neste subcapítulo e depois a formação de estâncias.

O gado foi introduzido no Rio da Prata pelas primeiras expedições de conquista e exploração da área⁵ e, aos poucos, foi se multiplicando pelos campos cisplatinos, transformando-os, assim, em uma região de produção pecuária. Ele chegou na região do Prata de duas direções: uma oriental, que veio do Brasil; outra ocidental, proveniente do Peru e da Bolívia. “En la década de 1530 se habían enviado desde Portugal los primeros grupos de

⁴ “La palabra vaquería se refería al ganado cimarrón, así se designaba a la concentración de ganado y la captura del mismo” (LEVINTON, 2009, p. 253). Mais adiante retornaremos a esta definição e seus significados.

⁵ Mais especificamente, pela expedição que realizou a primeira fundação de Buenos Aires, liderada por D. Pedro de Mendoza em 1536, que deixou na região os primeiros exemplares de gado cavalari. Os primeiros bovinos, aparentemente procedem da fundação de Santiago del Estero, em 1549. Mais detalhes sobre isto em: MORAES, 2007, MAEDER, 1997.

vacunos a Bahía y a la capitania de San Vicente (hoy estado de São Paulo)” (MAEDER, 1997, p. 28). A partir disso, houve a sua introdução em Assunção (PORTO, 1954; MAEDER, 1997). Logo depois, outras espécies - ovinos, equinos e caprinos - também foram introduzidas, aumentando muito os estoques após 1587. A multiplicação dos animais fez com que Assunção se tornasse um centro de distribuição de gado na bacia do Prata que contribuiu para a fundação de várias cidades. É, em meio a esse ciclo fundador, que em 1588 se estabelece a cidade de Corrientes. O governador Hernandarias⁶ “condujo desde Asunción outro importante arreo, consistente em 1500 cabezas de vacunos y caballos, y algunas manadas de ovejas e cabras” (MAEDER, 1997, p. 29).

A multiplicação e distribuição do gado foi possível em função da sua adaptação ao clima e a outras condições ecológicas, como a falta de acidentes naturais consideráveis e bons pastos e aguadas. A existência de grandes manadas e o baixo consumo, até porque esta não era uma região muito populosa, contribuíram para que os preços fossem moderados e houvesse facilidade de aquisição.

Esses animais constituíam uma parte da economia de cada cidade. Deles eram aproveitados carne, leite, graxa, sebo e couro. Além disso, de ovinos e caprinos aproveitava-se a lã. Os animais também serviam para o transporte de carga, tais como os cavalos, éguas e mulas.

Os cavalos e éguas deixados pelos primeiros fundadores de Buenos Aires, multiplicaram-se nos campos e foram, em parte, apropriados pelos indígenas da região. Em Assunção, os cavalos chegaram em 1542, através de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca⁷, sendo que, em 1550, Ñuflo de Chávez⁸ conduziu ovelhas e cabras de Cuzco para o Paraguai.

Desse modo, a distribuição de gado foi abarcando várias regiões da bacia do Prata e, como dissemos, a pecuária ocupou papel importante na economia regional e das missões. Nas missões do Guairá, os primeiros animais foram provenientes de “esmolas” concedidas aos padres pelos Colégios da Companhia (HERNÁNDEZ, 1913, p. 204). Entretanto, os ataques perpetrados pelos bandeirantes a estes povos iniciais, resultaram na dispersão dos animais. O mesmo aconteceu com o gado introduzido nas missões do Tape, as quais fizeram parte do primeiro ciclo missionário na área (1626 – 1630).

⁶ Hernando Arias de Saavedra foi um importante governador do Paraguai e do Rio da Prata durante três períodos (1597-1599, 1602-1609, 1615-1618), tendo sido promotor e apoiador da ação missionária jesuítica.

⁷ Alvar Nuñez Cabeza de Vaca foi “Adelantado” do Río de la Plata entre 1541-1544.

⁸ Ñuflo de Chávez, conquistador nascido em Santa Cruz de la Sierra, entre os anos de 1541-1542 acompanhou a expedição Alvar Nuñez Cabeza de Vaca a Assunção.

Os remanescentes, que ficaram dispersos pelo refluxo das missões desta primeira fase, proliferaram extraordinariamente e vieram a constituir “reservas” utilizadas pelos jesuítas para abastecer os novos povoados à medida que elas foram criadas, sendo também aproveitadas pelas populações *hispanocriollas* e pelos indígenas “infieis”. As áreas que guardavam estes rebanhos são conhecidas como “vacarias”, termo usado “indistintamente para designar el espacio físico donde se asientan grandes rebaños de ganado vacuno salvaje, y también la acción de “vaquear”, o ir hasta una reserva de animales salvajes y extraer ejemplares para darle alguna forma de aprovechamiento” (MORAES, 2007, p. 23).

Pode-se dizer que a primeira forma de obtenção do gado pelos povoados missioneiros foi justamente a “vacaria”. Ela funcionava como reserva de gado das missões em área onde esses animais reproduziam-se livremente e cresciam selvagens. A “Vacaria do Mar” localizava-se na área delimitada pelos afluentes dos rios Jacuí e Negro, em regiões distantes dos espaços urbanos (Figura 2). Como mencionamos, ela foi constituída a partir dos rebanhos de gado introduzidos na margem esquerda do Rio Uruguai durante a fundação das primeiras reduções do Tape, no início do século XVII.

O acesso ao gado selvagem se tornou tema de disputa entre vários interessados em usufruir dele. A partir disto, estabeleceram-se pleitos com outros demandantes ao seu uso, sendo atendidos pelo governo de Buenos Aires. Os rebanhos se transformaram, então, em objeto de contestação devido à falta de legitimação da sua posse, situação que se agravou com o estabelecimento português da Colônia do Sacramento⁹. Isto determinou o escasseamento acentuado dos rebanhos e a necessidade de buscarem-se novas formas de aprovisionamento, redundando em 1680 na constituição da Vacaria de São Gabriel com a ideia de conseguir controlar a posse do gado. Essa vacaria foi estabelecida em frente à ilha de São Gabriel. Suas dimensões eram pequenas e o gado reunido ali logo começou a dispersar.

Nos primeiros anos do Setecentos, em decorrência da situação política européia (Guerra de Sucessão Espanhola), acirram-se os conflitos no Prata traduzindo-se aqui em conflitos com os portugueses da Colônia e seus aliados indígenas. Depois de uma série de incidentes entre 1701 e 1702, que estudaremos em outro momento deste trabalho, inicia-se uma nova tentativa de concentração de rebanhos de gado, formando a Vacaria do Rio Negro que estava localizada entre este rio e o Quaraí, próxima das reduções, fator de importância, pois a condução dos animais era favorecida pela pouca distância. No entanto, essa vacaria

⁹ A fortaleza do Santíssimo Sacramento foi fundada em janeiro de 1680 por D. Manuel Lobo em frente às ilhas de São Gabriel, na desembocadura do Rio da Prata. A “colônia” nunca veio a se constituir em vila. Sobre este tema recomendamos o trabalho de Paulo Possamai “A vida quotidiana na Colônia do Sacramento” (2006).

igualmente recebeu o peso dos ataques dos portugueses que se apoderaram de suas reservas. Em mais uma tentativa de resolver o problema, por volta de 1705, vai surgir a Vacaria dos Pinhais nos “campos de cima da serra”, com a ideia de conseguir controlar a posse do gado.

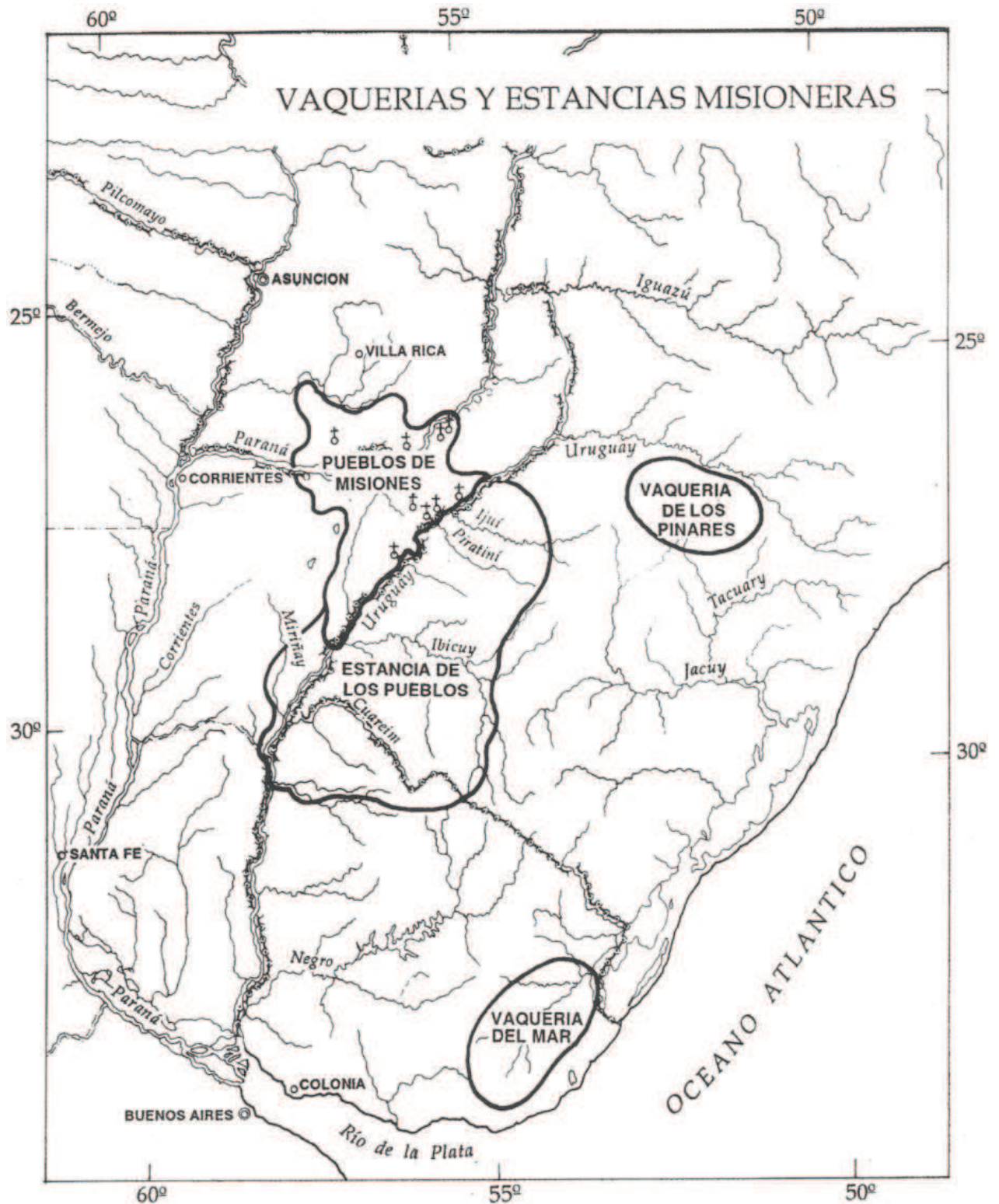
Segundo Maxime Haubert, no surgimento da Vacaria dos Pinhais, os jesuítas conduziram “ochenta mil cabezas de ganado a un cercado natural, cuidadosamente escogido por su situación aparentemente inaccesible [...]; esperando que este ganado alcance las quinientas mil cabezas, por reproducción natural” (1991, p. 220). A mesma informação está em Pablo Hernández, que assinala as providências tomadas pelos padres para levar milhares de cabeças até uma região em que os animais ficariam se reproduzindo antes de passarem a ser explorados:

Registrado el territorio de las Reducciones, se hallaron en la parte oriental, á distancia de unas 70 leguas de los pueblos del Uruguay, unos dilatados campos aptos para el ganado, y rodeados de espeso bosque que los circundaba formando una faja de tres á cinco leguas de anchura. Allá se introdujeron, abriendo camino con gran trabajo, unas ochenta mil cabezas de ganado recogidas de la antigua vaqueria y amansadas, resolviendo que no se tocasen en ocho años, con lo cual, según la experiencia habida en otras ocasiones, se calculaba que habían de llegar á cuatrocientos ó quinientas mil, pudiendo entones empezar á proveerse los pueblos con orden para que no se consumiesen (1913, p. 405).

Conforme Barcelos (2000a, p. 337), “os Povos de San Lourenço, San Luís e San Miguel exploraram em demasia a Vacaria dos Pinhais, entre 1706 e 1715”. A fundação das novas permite perceber a preocupação com o esgotamento das reservas de animais *cimarrones* (selvagens) por parte dos jesuítas. Por isto, compreendemos que as estâncias foram uma maneira de atender a esta questão, organizando, de outra forma, a obtenção do gado que abastecia os povoados missioneiros. No mapa a seguir, (Figura 2) é possível visualizar os estabelecimentos das vacarias e estâncias que se formaram na primeira metade do século XVII. Nele, identificam-se a Vacaria do Mar e a dos Pinhais, porém não constam as Vacarias de São Gabriel e do Rio Negro. Pode-se verificar que, enquanto as vacarias se estabelecem em territórios mais distantes, as estâncias estarão significativamente mais próximas dos povoados.

As estâncias das missões ocupavam um grande espaço territorial, abrangendo áreas da atual República do Uruguai e do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. As que nos interessam neste trabalho são em especial aquelas ligadas às fundações jesuíticas, localizadas na margem esquerda do rio Uruguai: *San Miguel*, *San Nicolás*, *San Lorenzo*, *San Juan Bautista*, *Santo Ángel*, *San Luis* e *San Borja*. Elas fazem parte das reduções fundadas na “segunda fase” de expansão das missões jesuíticas nesta área.

Figura 2 – Vacarias e Estâncias



Fonte: MAEDER; GUTIERREZ, 2009, p 24.

No “*Diario de viaje a las vaquerias del mar*”, escrito pelo Padre Silvestre Gonzalez, em 1705, é possível conhecer detalhes da expedição que ele fez junto com vaqueiros indígenas, saindo da estância de *San Borja* rumo ao Sul. Trata-se da descrição de uma viagem para buscar gado, cruzando pelo território das estâncias, tal como destacado no mapa acima, e rumando para a Vacaria do Mar. Do ponto de partida até o local de chegada, foi percorrida uma distância de 512 léguas espanholas, equivalente a 850 kms.

Através das palavras de Gonzalez, é possível acompanhar uma série de dificuldades relativas à atividade de captura e condução do gado, por exemplo, pela necessidade do cruzamento dos rios crescidos por chuvas intensas de percorrer espaços em que não se defrontassem com inimigos “infiéis”¹⁰ ou portugueses da Colônia¹¹. Ele narra também sua passagem por estruturas das estâncias missioneiras da Banda Oriental, distribuídas pelo caminho, como os currais. O objetivo da viagem era buscar e conduzir gado até as estâncias missioneiras, a fim de reforçar seus planteis. A viagem acontece pouco após a série de conflitos transcorridos entre 1701-1702, entre missioneiros, infiéis e portugueses, aspecto que iremos explorar no capítulo 5.

É interessante observar que Gonzalez buscava informações de indígenas missioneiros que se encontravam trabalhando nos currais dos postos, sobre o Padre Juan María Pompeyo¹², que estava visitando aquelas estâncias.

Salí, pues, el viente y cinco a las dos de la tarde, y llegamos a la estancia llamada San Borja, y paramos el lunes, fuimos al Buty, adonde empezó un arái, que duro hasta el outro día por la mañana; y después salimos el día veinte y siete y llegamos al Caibaté, adonde aquella noche vino un arái furioso con rayos, y uno nos mato dos mulas, una de San Borja y otra de los Mártires, estando bien agarrada la una de la otra: duró el dicho arái aquella noche y el día siguiente todo el día. El día veinte y nueve salimos y pasamos el río Ibicuy, y paramos. Esta noche vino otro arái, que dura todavía hoy día treinta, por lo cual nos es forzoso parar. Acabó de llover a las cuatro de treinta y uno salimos de este paraje y fuimos al Ibirapitá, el cual estaba bien crecido y con demasiada corriente; lo pasamos como pudimos, en pelotas, sin avería, gracias a Dios. El día primero de noviembre salimos, y vinimos a dormir a Itacorá. El día dos salimos, y vinimos a dormir en el Curucaguá. El día siguiente fuimos a comer y a dormir al Ibirapitá; de allí salimos el día cinco, y vinimos a comer y a dormir al Guazunambi, adonde a las tres de la tarde nos vino un airí grande, y en medio de él me vinieron a avisar los guanoas, que parecían dos fuegos y que eran de infieles; fueron a ver y a

¹⁰ Em boa parte da documentação que utilizamos, este é o termo empregado para fazer referência a índios que não participavam das reduções.

¹¹ A viagem de Silvestre Gonzalez se fazia no momento em que os espanhóis haviam infligido uma derrota militar ao assentamento português, que é descrito pelo jesuíta como estando em ruínas.

¹² O padre Juan María Pompeyo nasceu em Benevento (Itália) em 1661 e faleceu em San Javier (Misiones) em 1716. Ingressou na Companhia de Jesus em Nápoles em 1676, concluiu os 4 votos em 1691 e recebeu o primeiro cargo em 1695, em Apóstoles (STORNI SI, 1980).

hallar ser así, se volvieron. Fueron por la mañana, y hallaron un caballo y ocho vacas: las trujeron y no el caballo (GONZALEZ, [1705] 1966, p. 05).

O Diário do jesuíta também nos deixa acompanhar os esforços para capturar animais fugidos, entre outros problemas que se abatiam sobre as excursões para recolher o gado das vacarias e levá-lo até as estâncias, explicando por que muitas vezes se prolongavam por meses.

Em relação aos vaqueiros, indígenas auxiliavam o padre, sendo bons conhecedores do percurso. Quando necessário, dividiam-se em grupos para dar conta das tarefas ou mesmo para que o jesuíta pudesse permanecer em alguma estância enquanto outros deles buscavam informações sobre o Padre Pompeyo, ou ainda de saber os perigos que rondavam o caminho. Conforme Gonzalez descreve, nem sempre seus acompanhantes mereciam sua plena confiança.

Envié por cabo de ellos a Lázaro, el de San Miguel porque dijo que era baqueano, y sabía adonde había de encontrar al Padre. Yo me fui a descubrir tierras, y lo que él hizo fue cogerse a toda su gente, la de San Juan y la de San Luís, con todas sus cabalgaduras y catorce cargas de yerba y a afuflarlas. Cuándo lo supe, envié detrás de él; no sé en qué parará. Yo paro aquí uno seis días, hasta tener nuevas del Padre Pompeyo; ayer vimos humo; unos dicen ser los guanoas infieles, otros que los vaqueros de San Lorenzo. Allá envié gente a saber lo que es. No hay otra cosa por ahora, ni vacas; sólo hay algunas tropillas de toros. Por último; volvieron los que fueron a llamar a los capitanes de San Miguel, de San Juan y, de San Luís, y dicen que no quisieron volver, ni darles ninguna carga de yerba; antes sí, que apretaron a correr con intento de caminar toda la noche. Yo bien pudiera alcanzarlos, pero temiendo mi natural a tamaña maldad, dejo de hacerlo y me iré como pudiere a hacer lo que me han mandado (GONZALEZ, [1705] 1966, p. 06).

Finalmente encontramos, entre seus acompanhantes, indígenas guenoas, importantes por sua experiência em relação a este território: “Aquí se quisieron volver los dos guanoas que traigo, diciendo no podían venir por allí, porque todo estaba lleno de infieles” (GONZALEZ, [1705] 1966, p. 06). Por outro lado, ele reclamava de seus acompanhantes, no que se refere a atitudes que, lhe causando incômodo, eram motivo de graça para os indígenas.

El día veinte y cuatro salimos de la ensenada en busca de vacas, que no las hay en diez leguas de distancia de San Gabriel para acá, ni un toro siquiera; al fin, habiendo pasado uno o dos arroyos por las cabezadas, vimos una tropilla, y fueron a coger, y se desmandaron algunos toros, y vino uno y lastimo dos caballos, uno de Santa María y otro de San Borja: y los índios estaban unos a caballo y otros a pie, mirando, sin querer moverse ninguno a espantar el toro o los caballos, antes sí, dando carcajadas de risa, viendo como corneaba el toro a los caballos, cosa que celebraron después mucho; digo que son unas almas de cântaro. (GONZALEZ, [1705] 1966, p. 07).

Duas coisas chamam especial a atenção neste relato. Primeiro a presença dos guenoas compondo a tropa de vaqueiros das missões. Sabemos que esses índios estavam presentes, por exemplo, na redução de São Borja, onde formavam um importante contingente.

É certo que os guenoas também puderam aliar-se aos portugueses. Elisa F. Garcia (2007) analisou a necessidade de considerarmos a fluidez das alianças entabuladas nestas regiões de fronteira. Nesse sentido, havia interações de diferentes grupos étnicos em algumas atividades voltadas para a área rural, como as estâncias. Paralelamente, temos a indignação e a incompreensão do jesuíta diante da reação dos vaqueiros que assistiam o ataque de um touro contro dois cavalos. Trata-se de uma situação de “estranhamento” capaz de relevar a enorme distância cultural entre eles.

No demais, o tempo que levavam para recolher e conduzir esses animais torna-se difícil de definir, em meio aos cuidados necessários que o caminho exigia e os obstáculos que poderiam surgir, como os inimigos infiéis que rondavam essa região ou os portugueses.

Os conflitos em relação ao gado com portugueses vão se estender. Mas não serão os únicos. Com o retorno dos missionários para novas fundações na margem oriental do rio Uruguai, as tensões em função da disputa pelo gado aumentaram, envolvendo os interesses das missões e de colonos espanhóis. Segundo Barcelos, “estabeleceu-se uma polêmica entre os missionários jesuítas e os espanhóis de Montevideu, sobre a posse destes animais¹³. Tanto espanhóis quanto os jesuítas buscavam justificativas para legitimar a posse sobre as vacarias” (2000a, p. 333)¹⁴.

Por meio de uma série de documentos do ano de 1716, acompanhamos, sobre isto, os jesuítas, sustentando seu direito às terras e ao gado da Vacaria do Mar a partir de um argumento principal: sua origem antiga. Assim, na carta assinada pelos Padres Joseph Pablo de Castañeda e Bartolome Navarro, Notário Apostólico, datada de 1716, encontramos uma sustentação sobre o direito ao gado naquela vacaria, por parte dos *pueblos* das missões. O documento aborda vários testemunhos e declarações de alguns jesuítas com idade elevada, e uma experiência significativa na vida missional, sobre o direito do gado por parte das antigas reduções localizadas no Tape. Para isso, recorrem ao tempo das primeiras fundações, no século XVII, e aos conflitos que levaram os *pueblos* a realizar a mudança para a outra margem do rio, recordando que a fuga que empreenderam os levou a deixar o gado para trás.

¹³ Como poderemos verificar em seguida a refundação das missões e a instalação de suas estâncias, vai gerar, igualmente, disputas entre as reduções.

¹⁴ Como veremos adiante, também vão ocorrer disputas entre as próprias missões por tais áreas produtivas.

Além dos padres que acompanharam esses acontecimentos¹⁵, também se faz relação com os antepassados dos índios guaranis, que por ali estiveram e sofreram com os conflitos ocasionados pelos portugueses durante a primeira fase das reduções. Finalmente, é acrescentada a importância desses animais para o sustento dos povoados, a partir do abastecimento proporcionado pelas estâncias.

Digo que, es assi verdad, que los dich.^s ynd.^s Guaranies sus P.^ryante pasados tubieron fundad.^s sus primeros Pueblo.^s y reduccion.^s en las tierras, que llaman el tape, q. corresponden alas serranias de Maldonado, de donde por las hostilidad.^s e invacion contínuas, q padecian de los Portugueses, y Mamalucos de S.ⁿ Pablo se vieron obligad.^s y necessitad.^s a desamparar sus proprias tierras y sitios natural.^s y con industria y dirección de los religiosos de la Comp.^a de Jesús sus Parocos ya entonces se mudaron y asitiaron en los Ríos, ô riveras del Uruguay, y Parana, que distan mas de sesenta leguas poco más ô menos de sus primeras reduccion.^s y p.^r que la crueldad, y continua invación del Enemigo portuges, apenas les dio lugar a salvar sus proprias vidas las de sus hijos y mugeres. dexando su pobreza y bienes en dichas reduccion.^s entre otras cosas dexando el ganado bacuno, q p.^r industria de los Religiosos de la Comp.^a de Jesús. Seles abia conducido para su natural sustento del qual entonces tenían pobladas sus Estancias, y fue assí, que con la fuga, que hicieron de sus proprias tierras, y miedo q concibieron de sus Enemig.^s los Mamalucos, y Paulistas nose atrevieron a voluer por dicho su ganado, por lo qual dicho ganado con el transcurso de los años se multiplico, y se esparcio y baxo p.^r todas aquellas serranias, q miran a las costas del mar¹⁶.

O jesuíta defende, pois, o direito sobre o gado: “y raiz delas vacas, q. oy sehallan en las costas del Mar hacia Maldon.^{to} S.ⁿ Gabriel Montevideo tt.^a y otras, que miran hacia el Mar y por esto y fundad en este verdadero titulo, y legal derecho los Religiosos de la Comp.^a de Jesus an estado embiando alos yndios guaranies asacar vacas ^{de} dich.^s Vaquerias”¹⁷.

Conforme o documento, o jesuíta solicitava que se confie na virtude e juramento de seu autor, uma vez que os padres careciam de testemunhos espanhóis e os índios eram fidedignos:

entrando dich.^s yndios en ellas como en cosa propria, multiplicada, y fructificada de sus vacas antiguas y estando en esta posecion quieta y pacifica sin contradiccion alguna p.^r espacio casi de quarenta años y p.^r q al derecho, q dich yndio^s tienen a dich.^s Bacarias del mar conuiene mucho el dar una informacion a vs.^a y p.^r que en estos deciertos nose hallan personas Españolas q puedan declarar esta verdad y los yndio^s son pocos fidedignos se ade servir vs.^a de admitir una informacion en terminos sumarios (por ser

¹⁵ Os padres mencionados no processo têm efetivamente idade avançada. Um deles, o Superior Lauro Nunez, considerado como um dos mais idosos e experientes jesuítas da Província, pronunciou-se nesta querela tendo oitenta e quatro anos de idade. Os demais que encontramos neste processo tinham entre 50 e 70 anos.

¹⁶ Carta del P.^o Joseph Pablo de Castañeda y Bartolome Navarro Notario Apostolico, 1716. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1703-1722). Legajo n° 3 [410]. Sala IX 6-9-5.

¹⁷ Ibid.

causa esta de miserables yndios) en la qual declaren los religi.^s de la Comp.^a de Jesus, Cuya verdad es notoria q sus letras virtud y estado los quales a reglandose al interrogatorio siguiente y de baxo de juramento declarando que saben an visto ô an oido decir a personas fidedignas sobre este negocio¹⁸.

O processo gestado por esta disputa envolveu a elaboração de um questionário que foi respondido por alguns padres que eram de referência antiga nas atividades desenvolvidas na área. Tal procedimento foi utilizado para ajudar a justificar a causa. Foram assim respondidas às seguintes perguntas:

Primeramt.^e sean preguntados del lugar, y sitio donde estan las baquerias, que son, y miran hacia el mar, si las conocen y an visto.
 Lo segundo sean preguntad.^s del origen, y raiz, q. tubieron dich.^s bacarias del mar.^e
 Si saben, o an oido decir qual fuesse, o aya sido. =
 Tercero sean preguntad.^s si saben, q. los yndios guaranies an estado, y estan en quieta y pacifica posesión de entrar a sacar bacas de dich.^s bacarias
 Lo quarto: quanto tiempo abra, que están en dicha pafi.^{ca} posesión dich.^s yndios, Digan.
 Lo quinto: Sean preguntad.^s si es publico y notorio publica vos y fama lo q. lleban declarado y el P.^e Bartholome Nauarro Religioso Professo de la Comp.^a de Jesús, y Notario Apostolico delante de mi tomara el juramt.^o en derecho necessario alos Religio.^s q. se presentaren para declarar y hacer la suso dicha informacion¹⁹.

Vê-se que as questões levantadas pretendiam confirmar o direito antigo e a “pacífica posse” mantida pelas reduções sobre os rebanhos em disputa. No dia 04 de fevereiro de 1716, o Superior Joseph Pablo Castañeda, para dar efeito às informações, tomou o juramento do Irmão Joachin de Zubeldia da Companhia de Jesus, com sessenta anos de idade, para que dissesse a verdade durante o interrogatório. O padre Zubeldia, em sua resposta, além de confirmar o que dissera o colega, ainda menciona o nome de povoados com suas respectivas quantidades de gado, chegando ao número de quatrocentos a seis mil vacas. Ele esclarece a formação da Vacaria do Mar a partir da dispersão e da multiplicação desses animais pela serra.

A lo primero dixo, que sabia y conocia sitios, y lugares por años estado en ellos varias veses, y esto respondio.
 A lo segundo dixo, q. a personas Religiosas de la Comp.^a de Jesus, q. traferon los yndios de sus primeras Reducciones a las, q. oy tienen o yo decir por cosa ci esta. q en una de las Reducción antiguas llamada S.^a Anna tenían los yndios de cinco e seis mil Bacas y en otro pueblo llamado los Apóstoles tenían quatro mil Bacas; y en otro llamado S.^a Tereza tenían quotrocientos

¹⁸ Carta del P.^e Joseph Pablo de Castañeda y Bartolome Navarro Notario Apostolico, 1716. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1703-1722). Legajo 3 [410]. Sala IX 6-9-5.

¹⁹ Ibid.

Bacas; y que de estas con el transcurso de los años, y su multiplico, y auerse esparcido p.^r aquellas serranías se fundó, y se originó la baquería suso dicha del Mar.

A lo tercero dixo: que es verdade q dich.^s yndios guaraníes an estado en quieta y pacífica posesión de dichas Baquerías. Sacando de ellas como de cosa propia, y lo sabe de experiencia.

A lo quarto dixo: que abra tiempo de casi quarenta años poco más ô menos que dich.^s yndios estan quieta y pacífica poscecion.

A lo ultimo dixo: que era publico y notorio publica vos y fama lo q lleva declarado assí entre los relig.^s de la Comp.^a como entre los yndios todos, y aviendo se le leydo esta declaración dixo estar bien escrita, y q. era verdadera so cargo del juramt.^o que tenia hecho y que era de edad de sesenta años y por ser assi verdad lo firmo de su nombre Joseph Pablo de Castañeda, Joachin de Zumbeldia Ante mi B.^{me} Navarro Notario Apostolico²⁰.

Como se vê, o argumento principal era da posse anterior. Outro convocado para depor foi o Padre Miguel Fernandez, com cinquenta e sete anos de idade. Mesmo sem ter conhecido diretamente a área, ele trouxe algumas informações calcadas na experiência e nos anos que desenvolvera trabalhos nas missões. O jesuíta previamente ressalva que os padres mais antigos, assim como os indígenas, sabiam da origem das Vacarias. Elas resultavam do gado deixado na área quando da fuga dos ataques mamelucos: pertenciam, assim, aos povoados. Ele ainda se refere aos Curas que enviavam indígenas dos *pueblos* de *San Luis*, *San Lorenzo*, *Santo Thomé* e *San Xavier* para recolher o gado e trazê-lo para os povoados, atividade que faziam sem que fossem contestados.

A lo primero dixo: que tenía noticia de dich.^s sítios y parajes por auerlo oído nombrar muchas veses, aun q personalmt.^e no a estado en ellos.

A lo segundo dixo: q es publica vos y fama, entre PP.s antiguos de estas Misiones, y entre yndios antiquísimos de estas Reduccion.^s q el origen delas Vaquerías del Mar fueron las Bacas, q los publ.^s de estas Red.^s dexaron en sus antiguo^s pueblos q lo husiendo delos portugueses, se retiraron a los sítios en que oí (...) y q no â oído decir ayan tení do otro origen q el referido.

Alo tercero dixo: q. dicho^s yndios guaranis o tapes an estado en quieta, y pasífica poscecion de baquear como en cosa propia en las baquerías del mar, lo qual sabe assi porq otros Curas an embiado a otros yndios asacar bacas de dichas baquerías como tambien siendo este declarante Cura del Pueblo de San Luiz, de San Lourenzo, de S^{to} Thome, y de San Xavier embio muchas veses a los yndios de dichos pueblos a sacar bacas de dichas Bacaquerías y en effecto las sacaban y traian asus pueblos sin contradiccion alguna y q treinta y un años â que entro, y continuam^{te} a estado en estas mission y al tiempo y q lo entro en ellas avia ya años q dichos yndios tapes estaban sacando bacas de dichas baquerías como de cosa própria, como sin contradiccion de parte alguna.

A la quarto dixo: que abra quarenta años poco mas de menos q dichos yndios estan en dicha pacífica poscecion y q se refiere a lo dicho en el articulo antecedente.

²⁰ Carta del P.^e Joseph Pablo de Castañeda y Bartolome Navarro Notario Apostolico, 1716. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1703-1722). Legajo 3 [410]. Sala IX 6-9-5.

A lo quinto dixo: que era publico y notorio publica vos, y fama en estas doctrinas entre Religiosos e yndios lo q lleba declarado y aviendos e le leydo esta su declaracion dixo estar bien escrita, y q es la verdadera socargo del juram^{to} q fecho tenia, y q era de edad de sinquenta y siete años, y como tal la firma de su nombre = Joseph Pablo de Castañeda Miguel Fernandez Ante mi B.^{me} Nauarro Notario Apostolico²¹.

Após o Padre Bartolome Navarro encerrar e dar fé ao documento, ele recebeu um bilhete escrito pelo Padre Leandro Salinas, que cumpria quase setenta anos como missionário, tendo sido Superior e duas vezes Reitor do colégio de Córdoba. Nesse bilhete, anexo à carta, Salinas afirma que no, ano de 1676, os guenoas trouxeram gado para *La Cruz* e *Yapeyú* para trocar por erva e tabaco, sendo que não se sabia da onde eram aqueles animais, mas imaginava-se que eram das Vacarias. Agrega-se aqui um elemento a ser explorado em outro momento do trabalho, o qual evidencia as relações que, por meio do gado, eram travadas com os infieis.

Estando yo en S.^{to} Thome Compañero del P.^o Thomas de Baeza el año de mil seiscient.^{os} y setenta y seis los Guenoas solian traer al pueblo de La Cruz y del Yapeyú aviendo yo bajado yo ali de passo algunas Bacas blancas y hoheras p.^r yerba y tabaco, no se sabia entonces de donde las traían, mas suppose luego que eran de las vaquerías del mar p.^r medío de un P.^o llamado Xacinto Marquez, q p.^r orden de nuestr.^s Superiores y exorto del Governador de Buenos Aires hico una espía al mar el año de mil seiscient.^{os} y sessenta y siete. y buelto dixo avia hallado mucho ganado manso y el año de mil seiscientos y setenta y nueve siendo do Superior el P.^o Christoval Altamirano con consulta de los P.^o antigos q una deno dudaban ser procedidas de las q los guaran.^s dexaron en sus reduccion.^s antiguas: Dio licencia dicho P.^o Superior para q los pueblos probassen fortuna y sacassen bacas de las Vaquerías del mar como se effectico luego, que dando en tablada la Vaquería del mar sin contraccion alguna²².

Segundo um trecho da carta do Superior Lauro Nunez, do ano de 1715, considerado como um dos mais idosos e experientes jesuítas da Província, com oitenta e quatro anos de idade, os próprios espanhóis agiam contra os interesses das missões, conforme lemos no trecho,

La pretención de los de Sat.^a Fee acerca de las Vaqrías del Mar no tiene fundamento por su parte p.^r q. nunca an tenído derecho a ellas, ní la ciudad, ní vecino alguno de ella. Los ynd^s de nuestras doctrinas (...) Ellas desde el año de mil seiscient.^{os} y setenta y siete, ô setenta y ocho. en q. los del Pueblo de la Concep.ⁿ y S.^{an} Miguel fueron los primer.^{os} que obtivieron licencia para entrar a ellas. Siendo Provincial el P.^o Diego Altamirano y Sup.^r de las Doctrinas el P.^o Christovan Altamirano con el derecho de q las bacas q

²¹ Carta del P.^o Joseph Pablo de Castañeda y Bartolome Navarro Notario Apostolico, 1716. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1703-1722). Legajo 3 [410]. Sala IX 6-9-5.

²² Ibid.

quedaron en el tape destruíd.^s los puebl.^s de aquella sierra, siendo Provi.¹ el P.^o Diego de Boroa el año de mil seiscientos y sesenta y tres, se dexaron caer al mar y multiplicaron, hasta q el año de setenta y siete ô setenta y ocho se comensó abaquear en ellas de este me acuerdo acerca de lo que V. R.^a me pregunta. Concuerdan estos dos capítulos de carta con sus originales q para effecto de sacar este testimonio exísio ante mil el suso dicho P.^o Sup.¹ ha cíerto y verdadero, corregido y concertado ya ellos en lo necessario me refiero y para q haja fee enjuisio y fuera del inter pongo mí autorid.^e que es fecho en este Pueblo de S.^{an} Joseph em sinco días del mes de febrero de mil setecientos y díes y seis años= B.^{me} Navarro Notario Apostólico²³.

Mesmo, no século XVIII, os jesuítas precisaram sustentar o direito que julgavam ter sobre o gado das vacarias, fundamentando-o na tradição de uma ocupação anterior às invasões bandeirantes. Esta compreensão não anulou embates sobre o tema. De acordo com Pablo Hernández, em 1720, um “vecino” que houvera sido benemérito dos guaranis, pediu licença para sacar 30.000 cabeças da Vacaria do Mar, conseguindo a licença. Com isto, “movió á otros á solicitar la misma facultade’ (HERNÁNDEZ, 1913, p. 204). Com a recusa aos pedidos, procuraram o governador que autorizou a retirada. “El Gobernador dió licencia á cuantos quisieron vaquear; lo cual se hizo con tanto desorden y apresuramiento, que dentro de pocos años estaba destruída la Vaquería del mar” (HERNÁNDEZ, 1913, p. 205). Desse modo, a compreensão de que as terras onde o gado se reproduzia eram “realengas” motivou pleitos resolvidos em desfavor dos índios com o governador, concedendo várias outras autorizações para a retirada de gado.

As disputas que iniciaram no século XVII seguiram acontecendo ao longo do período jesuítico, provocando conflitos entre diferentes atores sociais que circulavam pela região da Banda Oriental, indígenas missioneiros, índios infieis, colonos “espanhóis” e portugueses, aspecto que trataremos mais adiante. Desse modo, a preocupação com a escassez do gado e as iniciativas dos colonos em demandar direito de explorar este recurso levou os padres a reunir testemunhos para defender o direito dos povoados que conduziam em relação aos animais. Não obstante, outras providências foram tomadas, como por exemplo, a concentração do gado nas estâncias.

De fato, em meados do século XVII, houve tentativas de reunir rebanhos nas margens do rio Uruguai, onde estabeleceram-se as primeiras estâncias. Estes animais, como já nos referimos, eram “colhidos” nas vacarias e levados para locais que vieram a se constituir estâncias missioneiras, tema principal deste trabalho. O processo de sua formação se intensificou no século seguinte, com propósito de assegurar o abastecimento regular da carne

²³ Carta del P.^o Joseph Pablo de Castañeda y Bartolome Navarro Notario Apostolico, 1716. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1703-1722). Legajo 3 [410]. Sala IX 6-9-5.

para as reduções a partir da organização de produção de gado. Neste próximo subcapítulo, vamos tratar das estâncias missioneiras e de seu papel para estabilização das reduções, bem como tentar entender, como elas funcionavam.

2.1.3 As estâncias missioneiras

As estâncias missioneiras ocuparam um papel imprescindível na história das missões jesuíticas. Em nossa compreensão, elas foram importantes por serem espaço de criação, mas também porque nelas foi desenvolvida uma vida que estava além do povoado, espaço ao qual permaneciam interligadas a partir de diversas questões, entre elas, as questões administrativas, econômicas ou, ainda, de ordem religiosa. Essas são algumas das linhas que procuraremos dilatar nesse subcapítulo.

Elas compõem o que, seguindo a proposição de Maria Inés Moraes (2013-2014), pode ser considerada como “paisagem agrária” das reduções, as quais foram sendo construídas pela intervenção humana nos ervais, áreas de cultivo e onde se vai criar gado.

Sabemos, pelo que registraram os missionários jesuítas em diversas cartas e crônicas, que a produção e distribuição de alimentos para os índios reduzidos era um grande desafio. Os períodos de fome costumavam ter consequências muito negativas como fugas e decréscimo populacional. De acordo com Jean Baptista (2015b, p. 22), os missionários utilizavam ameaças neste sentido como um meio de convencer os que se mostravam recalcitrantes. “Desde suas primeiras experiências, o padre Montoya costuma apontar aos seus assediados que a “pobreza e a miséria” reinam entre os não frequentadores das igrejas, claro indício da insatisfação do Deus que representa”(MONTROYA, [1639] 1997 apud BAPTISTA, 2015b,p. 22).

Além disto, eles expressam clara consciência dos prejuízos trazidos pela escassez de comida para os povoados. Assim, o Padre Cardiel, ao escrever, em 1771, em retrospectiva, portanto, uma “relación” (isto é, um relato), sobre as reduções, afirma: “o índio não acode a Deus ou aos Santos, como faz a gente de cultura e entendimento, com devoções, novenas, etc., senão que se foge a buscar o que comer pelos matos” ([1771]2002, p.66). Muito antes dele, seus colegas haviam tido a mesma compreensão. Dessa maneira, ainda no início das reduções, o Padre Cláudio Ruyer queixava-se: que “a falta de comida lhes é de grandíssimo impedimento para reduzi-los e fazê-los entrar na Igreja para ouvir a doutrina e ensino da fé” (MCA, 1969 apud BAPTISTA, 2015b, p. 22).

Por isto, podemos compreender a necessidade que os jesuítas tinham de garantir uma produção alimentícia capaz de sustentar grupos de indígenas das missões, que podiam ser consideravelmente grandes, sendo que a carne de gado constituía uma fonte essencial de comida. As estâncias foram importantes neste sentido.

Segundo Barcelos, “o estabelecimento de estâncias particulares de cada redução está vinculado ao processo de avanço português e espanhol sobre as grandes vacarias, onde o gado era deixado para reproduzir-se naturalmente” (2000a, p. 331). As estâncias surgiram, ainda, para solucionar um problema que as vacarias ofereciam por suas vastas extensões de terra, pois evitavam a dispersão do gado pelas pastagens, livres para o consumo e o rapto pelos portugueses e pelos nativos da região, como os charruas ou minuanos, bem como pelo espanhóis. Por estarem mais próximas das reduções do que as vacarias, elas proporcionavam um maior controle do gado, que permanecia reunido e próximo aos cuidados dos indígenas missioneiros responsáveis pelo trabalho com os animais.

As estâncias foram localizadas estrategicamente para diminuir as acentuadas distâncias que separavam as reservas de gado dos povoados. Nelas encontravam-se capelas, além de casas, currais, galpões e hortas. Elas vinham a ter uma estrutura com afazeres produtivos que eram importantes para a sustentabilidade dos *pueblos* missioneiros. Formavam, portanto, parte do espaço econômico das missões jesuíticas, constituindo unidades produtivas em que se criava o gado que deveria prover as reduções de animais de abate. Por essa razão, compõem parte do que definimos como “espaço missioneiro”. No que se refere à conexão entre as estâncias e suas reduções, María Inés Moraes afirma,

Los pueblos de Yapeyú y de San Miguel tenían caminos trazados hasta los puertos y puestos más importantes de sus estancias; el “camino al Salto Chico” por ejemplo, unía el pueblo de Yapeyú con el puesto de esse nombre (hoy ciudad de Concordia en la República Argentina) hilvanado a su paso varios puestos más. Cruzando el río Uruguay por el Salto Chico podía bajarse, ya del lado oriental, hasta el puesto de Paysandú, el más austral de los puestos yapeyuanos en aquella franja del río (2013-2014, p. 15).

No estabelecimento, tanto da redução quanto de algumas instalações da estância, muitos aspectos deviam pesar. Eram observados fatores, por exemplo, como existência de pastagens para o gado, terras boas para o desenvolvimento da agricultura, pois havia pequenas hortas para aproveitamento local, além da aproximação com rios e arroios para facilitar deslocamentos, já que a navegação era importante.

Para o funcionamento das estâncias, havia alguns índios responsáveis por serviços ligados ao gado e também para o controle da produção, tema que iremos trabalhar no próximo

capítulo. A administração das estâncias era responsabilidade dos cabildos estabelecidos na área urbana reduções, cuja estrutura era formada basicamente por casas, praça, colégio, igreja e oficinas.

Em um memorial escrito pelo Padre Bernardo Nusdorffer, a partir de uma visita feita em 31 de julho de 1744, referente à nova estância do pueblo de *Yapeyú*, podemos encontrar boas informações desse estabelecimento. O documento, mesmo não trazendo notícias das estâncias específicas do presente estudo, aporta dados que nos podem servir por analogia para o objeto em pauta.

Segundo o que se lê, a estância de *Yapeyú*, chamada *San Jose*, era assistida por um Irmão, incumbido da organização dos trabalhos, que estava sob a autoridade do Cura da Missão. Também contava com Padre, que não tinha residência permanente, periodicamente dava assistência espiritual na capela para os moradores.

As capelas demarcavam o espaço missioneiro, desempenhando muitas funções. Contudo, suas atividades espirituais eram limitadas. Os casamentos não eram realizados ali, tendo que os noivos se remeterem à redução para realizá-los: “no hará casamento ninguno en la Estancia los que se han de casar se casaran en el Pueblo”²⁴, talvez para permitir maior averiguação e cuidado sobre a legitimidade da parilha que pedia o sacramento. Essa informação é importante, pois remete a alguns ofícios serem confiados ao *pueblo* a que a estância pertencia, fazendo com que, de alguma forma, as famílias que habitavam a estância estivessem vinculadas à redução.

Segundo o documento ainda, cabia ao Irmão estancieiro a direção do trabalho ligado ao âmbito das atividades com o gado, caso dos rodeios.

El P.^e y Hermano q assisten en esta Estancia son companeros y ayudantes del P.^e Cura del Yapeyú y q assi en lo q toca â la direción en lo temporal y espírit. de ella deben estar sugetos â el, como el compañero en el Pueblo, y el H. Estanciero executara lo que le díoseze el Cura en lo tocante al ganado è yndios síno quere claramente en perjuício de lo q íntentan los Superiores en esta Estancia y entonces avisará el Hermano al P.^e Sup.^f para que mande lo q se hade hacer el tal casso.

El H. Estanciero cuydará de lo temporal, assi de los rodeos, como en lo demas²⁵.

A estância não criava éguas nem ovelhas, segundo o Memorial do P.^e Nusdorffer: “No averá cria de yeguas en esta tierra ni corral de ovejas”²⁶, e a atenção com os muares não era

²⁴ Memorial del P.^e Bernardo Nusdorffer, 1744.AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1735 - 45). Legajo. 5 [412], Sala IX 6-9-7.

²⁵ Ibid.

das mais presentes. No caso referido neste Memorial, Francisco Retz reafirma um procedimento do provincial anterior, Antonio Machoni, proibindo saques de quaisquer vacas daquele estabelecimento durante 10 anos, sendo possível recolher apenas alguns touros e novilhos. O Padre Superior deveria cuidar da obediência ao disposto, pois trata-se de um “*bien universal*”, do qual dependiam os demais povoados.

É possível perceber, desse modo, a participação direta do Provincial em tema relativo ao cuidado com as estâncias, colocando-as como parte importante do trabalho desenvolvido pelos padres da Companhia.

Prim.^{te} N. P. G.¹ Francisco Retz confírmome el orden vem antecessor P. Antonio Alachoní sobre que en diez años no se saque vaca ninguna de esta Est.^a y assi solamente se sacaran los tóros sobrados y grandes ô novillos que haviéra. Los diez años se cuentan desde 1740. (...) N. P.^e encomienda especialm.^{te} al P.^e Sup.^r el cuidado de que assi se execute por el bien universal de todas las doctrinas que de esto depende²⁷.

O Irmão estancieiro não tinha autonomia, sendo dependente do Cura que, aparentemente, desempenhava uma administração controlada, desejo que podia ser desafiado por circunstâncias diversas, como vamos explorar mais adiante: “No hará el Hermano Estanciero trato ninguno, ni con español ní menos con Portuguès, ni con ninguno oficio. En todo acudirá al P.^e Cura. No conviène hacer yerba de los yerbalitos q aí ni que embie cueros a los oficios de la parte”²⁸.

San Jose era uma das maiores estâncias entre as que foram criadas pelos jesuítas na área. Para cumprir os ofícios ligados ao campo, havia aproximadamente oito indígenas. Eles também realizavam serviços na cozinha, sacristia e horta: “Para el servicio de los dos sugetos confírmome lo que ordeno el P.^e Superior que sean ocho yndios, dos que sirvan de pages, dos en la cozina y panadería, uno en la Sacristia, otro em la huerta, un mayordomo y en viejo”²⁹.

Procurava-se que, na medida do possível, houvesse algum cercado entre o rancho e a capela, com um pátio em que se pudesse desenvolver uma horta, e para que estes estabelecimentos ficassem protegidos no caso de avanço de animais. Estes eram cuidados básicos para o cultivo de hortaliças. Os indígenas residentes na estância, embora preponderantemente ocupados em atividades ligadas aos animais, poderiam ter suas chácaras.

²⁶ Memorial del P.e Bernardo Nusdorffer, 1744.AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1735 - 45). Legajo. 5 [412], Sala IX 6-9-7.

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.

²⁹ Ibid.

Procuresse, que ñssa casa y capilla, de uno y otro lado tenga un buen cerco de suerte que haga de una parte un pátio decente de la parte assi a la Huerta, que seà este cerco como un corredor, cercando de aquella parte ñssa vivienda y tenga una puerta â la huerta que de noche se cercara.

No se ocuparán los yndios estancieros en otra cosa sino en lo q toca â los rodeos y estancia. Procuraraste que hagan para si alguna chacra si huviese modo³⁰.

Não deixa de ser curioso que *San Jose* não devia criar éguas, já que se ocupavam de cavalos para desenvolver as atividades no campo e, nesse caso, as éguas para reprodução seriam importantes. Não podemos definir se este dado pode ser ampliado para as demais estâncias da Banda Oriental e supomos que isto se devesse à necessidade de concentrar os esforços na produção de gado de abate.

Para a manutenção dos indígenas missioneiros que ali residiam, as estâncias eram abastecidas de forma anual, através do Cura do *pueblo*. Vinham, portanto, sal, aguardente utilizado para remédios, vinho, açúcar, mel, erva. Trigo e milho em situações especiais. Chegavam também alguns “regalos” para serem ofertados aos índios. Erva e tabaco, bem como roupas, também eram remetidos às estâncias para tal finalidade, replicando o que ocorria nas reduções. segundo afirma o Memorial. Provavelmente estas remessas atendiam ao cálculo do consumo desses produtos entre uma e outra das visitas do padre. Para os irmãos estancieiros eram enviados erva e tabaco. Ao que parece em certos momentos, de intensificação dos trabalhos, poderia haver 70 índios na estância e estes produtos seriam distribuídos entre eles.

Se les daran pues p.^f cada año seis botijas del vino, dos botijas del sal, dos frascos de aguardientes para remedios, quatro arrobas de azucar una pelotas de miel, un tercio de yerba para cada uno, una carpetas de dulces – trigo y maiz se supone coperan alla y sino lo copieren irá del aqui. Ytg se les embiaran algunos carneros. Al principio de cada año algunos pescates de cuchillos abujas y otras cosillas para tener con que gratificar a los yndios.

Para los yndios estancieros y los q estan en cassa embiara el P.^e Cura la yerba y tabaco necessari de suerte q para setenta yndios q estan aora vayan ochenta arrobas del yerba y el tabado tanto q â lo menos to quen dos manoyes â cada uno en el año. La ropa necessaria también dará el P.^e Cura ô los vestirá quando vaía â visitar la estancia ô embiará â manos del Hermano lo q fuese menester para vestirlos. No se les dará p.^f ordinario, sino lo q se acostumbra dar en el pueblo. A los q asisten immediatam.^{te} â los sugetos se les puede dar alguna cosa mejor y â en méritos los (...) â juício del P.^e Cura³¹.

³⁰ Memorial del P.^e Bernardo Nusdorffer, 1744. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1735 - 45). Legajo 5 [412], Sala IX 6-9-7.

³¹ Memorial del P.^e Bernardo Nusdorffer, 1744. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1735 - 45). Legajo. 5 [412], Sala IX 6-9-7.

Outros pontos importantes do documento se referem ao cuidado com o abastecimento da estância, a atenção à multiplicação dos animais, fator essencial para sobrevivência dos *pueblos*. O Memorial traz, desta maneira, um conjunto de informações sobre a organização e funcionamento das estâncias, elementos que lançam luzes sobre elas, mostrando que a vida, fora do povoado, estava a ele interligada, não só em função do gado, mas por vários outros aspectos relacionados ao seu cotidiano.

Para tratar da zona rural das missões jesuíticas na região do rio da Prata colonial, utilizamos o conceito de “paisagens agrárias”³², definido por Moraes (2013-2014). Essas identificam-se pela ação do homem, que tende a modificar a evolução natural para produzir mais. Segundo Moraes (2013-2014, p. 6): “La intervención humana sobre los ecosistemas, en este caso, da lugar a agro-ecosistema que traducen diversas formas de aprovechamiento de los recursos naturales: la agricultura, la ganadería y la silvicultura”.

A ideia de “paisagens agrárias” torna-se útil para esse trabalho devido ao fato de reunir, no mesmo conceito, as dimensões históricas e físicas do nosso objeto de pesquisa. Assim, podemos perceber que as atividades desenvolvidas nas estâncias missioneiras, como pequenos cultivos, criação de gado, construção de postos, currais, cercados, galpões, entre outras, são algumas tarefas que modificam a paisagem natural. Essa paisagem agrária, voltada à criação de gado direcionada aos mercados internos das missões jesuíticas, nasceu no século XVII para fazer parte do espaço das missões.

As dimensões das estâncias eram elevadas. Suas grandes extensões de terras eram demarcadas por limites naturais, como matas, arroios e rios. As maiores foram

[...] a la estancia de San Miguel una superficie equivalente a unos 2:000.000 de hectáreas (...) la estancia de Yapeyú tenía aproximadamente el doble en superficie: comprendía territorios a la izquierda y a la derecha del río Uruguay desde la desembocadura del Ibicuy hasta el río Negro (MORAES, 2013-2014, p. 14).

Realmente, as estâncias estavam interconectadas com suas reduções, em nível material e organizacional, como vimos acima. Nesse sentido, Fabián Arias (2010, p. 2) afirma que “no se puede entender la existencia de una estancia jesuítica si no se entiende su relación con el Colegio local, las chacras y aún las misiones”. Em termos econômicos, o nível de conexão

³² “A fines del siglo XIX los geógrafos europeos hablaban de paisajes naturales para referirse a determinadas conformaciones del territorio, y de paisajes culturales para referirse a los resultados de la intervención humana sobre la naturaleza. Em la mitad del siglo XX este paralelismo empezó a hacerse borroso; algunos historiadores empezaron a usar el concepto de paisaje natural como un artefacto que reflejaba los modos de vida históricos en un territorio dado, mientras que algunos geógrafos empezaron a pensar que los paisajes naturales tenían carácter evolutivo a consecuencia de la acción humana. De esta confluencia surgió la noción de paisajes agrarios, un tipo de paisaje que debe caracterizarse tanto por sus componentes físicos como humanos” (MORAES, 2013-2014).

entre as unidades era essencial, principalmente nos primeiros tempos, para sobrevivência e, depois, para o estabelecimento de novas unidades.

Arias trata das unidades produtivas organizadas pelos jesuítas, pertencentes às reduções de *Nuestra Señora de la Concepción* e *Nuestra Señora del Pilar* (1740, 1752) na região que se estende ao sul de Buenos Aires, com grupos que não eram horticultores. Embora não tenhamos trabalhos desta natureza focados nas estâncias das missões de guaranis, provavelmente alguns elementos tivessem semelhanças, de forma que se possa fazer analogias. As chácaras se dedicavam à produção da agricultura, e as estâncias se voltavam à produção de animais: vacas, cavalos, éguas, bois, mulas e ovelhas. “Una parte de los vacunos estaban dedicados al consumo del propio Pueblo, si bien se convirtió en un objetivo de los misioneros el fomentar la crianza para el posterior comercio con Buenos Aires” (ARIAS, 2010, p. 9).

No caso de *Concepción*, a estância e chacara constituíam a área rural da redução. As terras ocupadas por ela estavam localizadas próximas aos rios e arroios, tinham boas pastagens para os animais e também contavam com a madeira (que era pouca nesta paisagem), que servia para lenha ou outros usos. A quantidade de animais existente na estância era significativa, considerando que a população destas missões nunca foi grande. Chegava a 6000 vacas, 1000 cavalos, 80 a 100 bois, e uma quantidade não definida de mulas e ovelhas. Esse estoque de gado era dedicado ao consumo e uso do povoado.

Na estância, os currais estavam próximos dos ranchos habitados pelos peões, mas também eram estabelecidos na redução, no pátio externo da casa dos missionários. Esses currais, localizados na área urbana, serviam para sacrificar os animais para o consumo da carne ao aproveitamento dos derivados, como graxa e couro. A chacara era cultivada pelos próprios índios. Em *Concepción*, os jesuítas precisavam contar com a participação de alguns guaranis, haja vista que os índios daquela região não eram agricultores. Os guaranis igualmente participaram da edificação dos povoados e se fizeram ali presentes, embora em pequeno número, para auxiliar nos trabalhos iniciais³³.

Desde o princípio, recebiam sementes e ferramentas dos jesuítas para que pudessem cuidar da produção. Nas construções, aproveitavam os recursos naturais existentes e também o material da sua própria produção, por exemplo, o couro retirado dos animais e os tijolos e telhas fabricados nos fornos.

³³ CARDIEL, José, SJ [1747]. Dificultades que hay en la conversión de Mocovíes, Pampas y Serranos. Copia en Archivo General de la Nación, Biblioteca Nacional, Sala VII, Legajo 289, Manuscritos 4390/1 y 4390/2.

A missão de *Pilar*, atualmente localizada na serra de *Balcarce*, estabeleceu sua chácara e a estância em terrenos entre arroios e a costa do mar. Esse fator favoreceu a abundância de água, possibilitando a produção de boas pastagens para os animais, que eram basicamente vacas e ovelhas. No terreno que constituía a estância, também se encontrava a chácara. Assim este era o espaço onde se desenvolviam as duas atividades, o cultivo e a criação do gado.

Concepción, erigida alguns anos antes, contribuiu com animais para missão de *Pilar*. Ela contava com dois ranchos e um curral e suas construções também se valiam de materiais locais, com aproveitamento dos recursos naturais da região. Também aqui, no cultivo da chácara, os missionários mantinham alguns índios guaranis para semear milho.

Alguns aspectos desse sistema produtivo se diferenciam das estâncias estabelecidas na Banda Oriental. Efetivamente, nestas estâncias missioneiras, o acesso ao gado ocorria inicialmente por meio das “vacarias”, isto é, das já referidas expedições de caça. Enquanto isto, segundo a observação de Arias (2010. p. 3), “por el contrario, todos los vacunos que poseen la estancia de la Concepción son comprados en Buenos Aires, una parte de los cuales, una vez reproducidos, son trasladados a la estancia del Pilar, más al sur” .

Outro dado diferencial reside no fato de que, nas missões austrais, os padres foram obrigados a manter contingentes de índios assalariados para a realização de muitas tarefas (ARIAS, 2010, p. 22), comparação que aprofundaremos em outro momento do trabalho. Em demais aspectos, percebem-se algumas semelhanças, como por exemplo, na criação de gado para o próprio consumo e na variedade nas espécies de animais encontrados nas áreas rurais.

Na estrutura física, aí também ranchos e currais eram construídos com materiais de aproveitamento dos recursos naturais disponibilizados, mas não se tem referência sobre as capelas. E, por fim, as ferramentas que, em função das atividades desenvolvidas tanto nas estâncias voltada para a criação de gado quanto nas chácaras para o cultivo, basicamente são as mesmas implantadas pelos jesuítas nas estâncias da Banda Oriental do rio Uruguai: arados, picos, enxadas e pás, entre outros instrumentos de carpintaria. No caso da estância, onde eram realizadas atividades mais voltadas para os animais, por exemplo, castração e marcação, as ferramentas se somavam aos implementos para lidar com o gado. Em relação ao “arado” utilizado nas missões jesuíticas, Emilio A. Coni afirma,

El arado empleado era el mismo “arado de palo” que aún puede verse en ciertas regiones de nuestro país. Se elegía un tronco recto de árbol – laurel en Santa Fe – que tuviera una rama en ángulo de 45 grados, la que serviría de reja. A pesar de su deficiente trabajo, ya que un arado de esta clase no hace más que rasguñar la tierra, representaba un adelanto considerable sobre el cultivo puramente manual de los indígenas (CONI, 1956, p. 80).

As carretas estavam em *Concepción e Pilar*, assim como nas estâncias Banda Oriental do rio Uruguai. Segundo Arias (2010, p. 13), “algunas estaban en poder de los misioneros y otras de algunos indígenas Pampas quienes incluso poseían sus yuntas de bueyes. Ao tratar das carretas da região da Banda Oriental, Coni elucidada

Fué además el buey la locomotora de nuestro de nuestro tren indiano, la carreta que durante tres siglos sostuvo el intercambio comercial de la casi totalidad del país. Un cajón rectangular, toldado de cuero y colocado sobre ruedas de tres metros de alto, para poder pasar por ríos y pantanos, constituía la carreta, tirada por tres, cuatro o más yuntas de bueyes. Cargada una carreta hasta 200 arrobas, como máximo, o sean 2.000 kilos más o menos, y ponía dos meses para ir de Buenos Aires a Mendoza o Tucumá y setenta días hasta Jujuy, límite Norte de los caminos y de donde las cargas destinadas al Alto Perú eran llevadas a lomo de mula (1956, p. 80).

Como buscamos evidenciar, as estâncias ajudaram a criar condições para o funcionamento da “missão por redução”, uma vez que os povoados necessitavam do aporte de quantidades regulares e significativas de alimentos, no caso, de proteína animal. A missão não se estabilizava se faltassem alimentos. Sua escassez, por quaisquer motivos, era causa de os guaranis a deixarem, segundo queixas dos jesuítas.

Por isso mesmo, consideramos, aqui, que chácaras, ervais e estâncias faziam parte do “espaço missionário”, uma vez que eram essenciais ao seu funcionamento. Além disso, elas participam de um “sistema econômico” que articulava partes diferentes envolvendo os estabelecimentos jesuíticos – reduções, estâncias e colégios – e a própria economia colonial, por exemplo, na exportação de erva-mate. No próximo capítulo, analisaremos com mais detalhes sua constituição e buscaremos compreender como nas estâncias se organizavam o trabalho e a função das capelas.

3. ESTÂNCIAS DA BANDA ORIENTAL

3.1 Da localização à estrutura

As estâncias missioneiras da Banda Oriental do rio Uruguai surgiram a partir da metade do século XVII, logo após a fundação das suas respectivas reduções, como um aporte fundamental ao funcionamento dessas como já foi assinalado. De acordo com um Provincial não havia “coisa mais importante para estabilidade de uma redução do que uma abundante provisão de sustento” (DHA, 1629 apud BAPTISTA, 2015b, p. 23).

Na medida em que as vacarias se mostravam uma fonte de abastecimento incerta e disputada, as estâncias passaram a ser constituídas. Não encontramos, porém nenhuma indicação precisa de datas na documentação para sustentar esta afirmação, mas apenas uma consolidada historiografia sobre elas (PORTO, 1954; GÁLVEZ, 1995; BARCELOS, 2000a; LEVINTON, 2009). Em alguns casos, encontramos a data da concessão feita pelas autoridades, como assinala, sem indicar a fonte, Aurélio Porto:

A primeira estância para a criação de gados que se estabeleceu na Banda Oriental do Uruguai é a que pertenceu à Doutrina de São Xavier, nas terras fronteiras ao seu povo. A concessão tem a data de 10 de Julho de 1657 e é feita por D. João Blázquez de Valverde, Governador do Paraguai que, na ocasião visitava a doutrina (PORTO, 1954, p. 322).

Depois dessa fundação, outras reduções também estabeleceram suas estâncias. A de *Yapeyú*, que seria então a segunda a ser formada, constitui-se, aproximadamente em 1660, no lado esquerdo do rio Uruguai, um território fronteiriço à sua redução. Considerada a mais meridional de todas da frente missioneira, *San Jose* estava situada à margem esquerda do rio Uruguai, em frente à desembocadura do rio Ibicuí. Este pode ser considerado como o limite sul do território de ocupação guarani-missioneira. Próximo à estância de *Yapeyú*, constituíram-se outras, tais como *La Cruz* e *Santo Thomé*.

Trabalharemos aqui, conforme explicitado em outro momento, com as estâncias que se localizavam na Banda Oriental do Rio Uruguai. Como sabemos, a presença dos jesuítas na região então conhecida como “Tape”, ocorreu em duas fases. Na etapa inicial, a partir de 1626, fundaram-se os primeiros povoados na região. Assim, por iniciativa do Padre Roque Gonzalez, estabeleceu-se a redução de São Nicolau, às margens do rio Piratini; nos dez anos seguintes, surgiram dezoito novas reduções, dentre elas Assunção do Ijuí, Candelária e

Caaró. As incursões dos “paulistas”¹, entretanto, obrigaram os jesuítas a se retirarem da área e, com os indígenas remanescentes, a deslocar as missões para a margem direita do rio Uruguai, onde estariam menos expostos.

Somente em 1682, teria início um segundo momento de fundações no Tape, sendo edificados, até 1706, 7 novos povoados: *San Borja* (1682), *San Nicolás* (1687), *San Luis* (1687); *San Miguel* (1687), *San Lorenzo* (1690), *San Juan Bautista* (1697) e *Santo Ángel* (1706). A eles povoados estavam associadas as seguintes estâncias que tinham o mesmo nome de suas missões. Para algumas reduções havia mais de uma estância, fator que dependia da demografia e disponibilidade de terra.

A missão de *San Miguel* que, como vimos, havia sido fundada em 1632 na “Serra do Tape” e tivera associada a ela uma estância, foi restaurada em 1687, nas nascentes do Ijuí, alcançando, no ano de 1690, 1057 famílias. *San Miguel* tinha uma grande estância que, na maior parte dos documentos, está identificada por este mesmo nome. Entretanto, nos inventários publicados por Javier Brabo, ela aparece subdividida em três unidades: São Vicente, São Lucas e São Domingos².

Aurélio Porto, que igualmente distingue três estâncias para *San Miguel*, informa sobre o território abarcado por elas, sem apresentar os limites de cada uma.

Pelas partes das terras de São Luís, desde as duas cruzeiras do Guirapondi, até o Ibicuí, ou Nhaguaruí, a juntar-se com o Urubuquá. Desde essa junção, baixando pelas cabeceiras do Guacacaí, até o retangú³ de São Miguel, paragem bem conhecida em que até agora há laranjas. E daí subindo ao alto, por onde correm os limites da estância de São Lourenço, seguem estas linhas até as primeiras cabeceiras do Topori junto às quais está a capela de São Pedro que, por aquela parte é princípio da estância de São Lourenço que pelo alto correm entre o Caaguaçu da Serrania e o Ibira-iepirí, até Jaí (1954, p. 327).

Ao apresentar a extensão abarcada, ele, porém, o faz se referindo apenas à “estância de *San Miguel*”:

A estância de São Miguel tinha 40 léguas de largura por 20 léguas de comprimento, tendo sido povoada inicialmente com 40.000 vacas trazidas por um Padre e um Irmão, acompanhados de índios vaqueiros, da Vacaria do Mar, com o qual comunicava pela coxilha que divide as nascentes do Ibicuí, Vacacaí, Camaquão e Rio Negro (1954, p. 327).

¹ Dentre as mais conhecidas estão as bandeiras de Raposo Tavares (1636), André Fernandes (1637), Fernão Dias Paes (1637/38) e Domingos Cordeiro (1638).

² Ver figura 3, página 74.

³ Retangú, terra que foi, ou lugar em que existiu uma povoação.

A estância de *San Juan Bautista*, segundo Barcelos (2000a, p. 342), também foi estabelecida logo após a fundação da sua redução, em 1697. Localizava-se a leste da estância de *San Miguel*; seus limites ficavam entre os rios Vacacaí e Santa Bárbara, e às cabeceiras do rio Camaquã. Ela possuía alguns postos que ficavam próximos à redução, como por exemplo, o de São João Velho, o de Santa Maria e o Posto de São João-Mirim.

Sua história perdurou até fins do século XVIII e, em relação ao período pós-jesuítico, encontramos algumas considerações sobre seu estado no “Libros Diarios” do seu administrador, D.ⁿ Nicolas de Atienza. Em um relato sobre os bens dessa comunidade, ele descreve a situação de ruína em que se encontrava a estância, com seus campos abandonados e mantendo pouco gado.

Este Pueblo es imposible subsistir sus moradores, sin el auxilio de las Baquerias, pues los campos de sus Estancias, son tan malos y de tan mal pasto, que ni el Principal que en ellas se mete, se puede conservar pues nada se marca en ellas, y solo à fuerza de comprar Ganados se puede ir mal saliendo en cada año, à que se agrega que el Pueblo esta todo arruinado⁴.

A estância de *San Borja* localizava-se entre os rios Ibicuí e Ibirapuitã, findando no Upamoroti, estendendo-se ao sul até as nascentes do rio Negro. Ela contava com vários postos, entre eles “São Camilo, São Braz, São Miguel, São Pascual, São Damião, N. Senhora do Pilar, São Matias, São João, Jesus Nazareno, São Cristóvão, São Jorge, Sant’Ana, São Borja, Santo António e São Xavier” (PORTO, 1954, p. 331).

A estância de *San Nicolás* estava localizada entre as de *San Borja* e *San Miguel*, cursando a margem esquerda do rio Jaguari até as nascentes do Ibicuí, no ponto das vertentes dos rios Negro, Ibicuí, Camaquã e o Vacacaí-guaçu. Os limites da estância de *San Luis* estendem-se pela margem esquerda do rio Jacuí, até o rio Taquari, limitando-se ao oeste com os campos da estância de *San Miguel* e ao sul com as estâncias de *San Juan* e *San Lorenzo*.

A de *San Lorenzo* ocupava duas regiões distintas: uma parte se estendia até o norte da estância de *San Miguel*, abarcando uma grande extensão territorial chegando pelo norte às nascentes do Jacuí, Ijuí e Piratini, abarcando a região do alto Ibicuí; a segunda parte localizava-se ao sul do rio Jacuí, a leste do Francisquinho e a oeste do rio Santa Bárbara.

A estância de *Santo Ángel*, segundo Porto (1954, p. 326), “era limitada pelo rio Ibicuí, que a dividia da estância de *Santo Thomé*; pelo Lageado que nasce nas proximidades da

⁴ Libros Diarios, D.ⁿ Nicolas de Atienza. AGN, Buenos Aires. División Colonia-Sección Gobierno Misiones (1794-1795). Sala IX 18-02-01.

Lagoa de Parobé, e a separava da de *San Borja*, e pelo Itapevi, cujas nascentes vêm também das caídas da Lagoa de Parobé, separando-a da estância da Conceição”.

Após a fundação e o desenvolvimento da produção, algumas foram ampliadas em extensão de terras e também com novos animais. No ano de 1737, as estâncias de *Santo Ángel* e *San Luis* adquiriram uma média de 2.000 e 3.000 vacas (FURLONG, 1962, p.408). No mesmo ano, “o Padre Provincial solicitou ao Governador de Buenos Aires permissão para estender os campos da estância de *San Miguel* até rio Negro. Não havendo respostas, os jesuítas passaram a considerar o rio Negro como limite sul da estância de São Miguel” (BARCELOS, 2000a, p. 336).

Em uma documentação do período aberto após a expulsão dos jesuítas em 1767, encontramos considerações sobre a estância de *Santo Ángel*. Trata-se de uma carta do Cabildo e Administrador do referido *pueblo*, datada em 1783, onde consta uma breve descrição dos campos e apontamentos da sua localização. Encontramos nela dados sobre elementos considerados importantes para criar condições de sustentar manadas de gado.

Con lo mas profunda veneracion y respeto hacemos presente que en la longa distancia de 70 leguas que halla nuestra única Estancia situada en outro lado do rio Ybicuy, campos preciosos y de mucha comodidas de Aguadas, pastos, montes y Potreros que proposcionan singulares ventajas en el (...) y gordura del ganado Bacuno.⁵

O Padre Bernardo Nusdorffer, em 1754, sinalizou a importância da hidrografia para o território das missões jesuíticas e para a demarcação das estâncias. Essa informação ainda mostra as conexões estabelecidas através dos rios, facilitando o acesso e a comunicação entre elas.

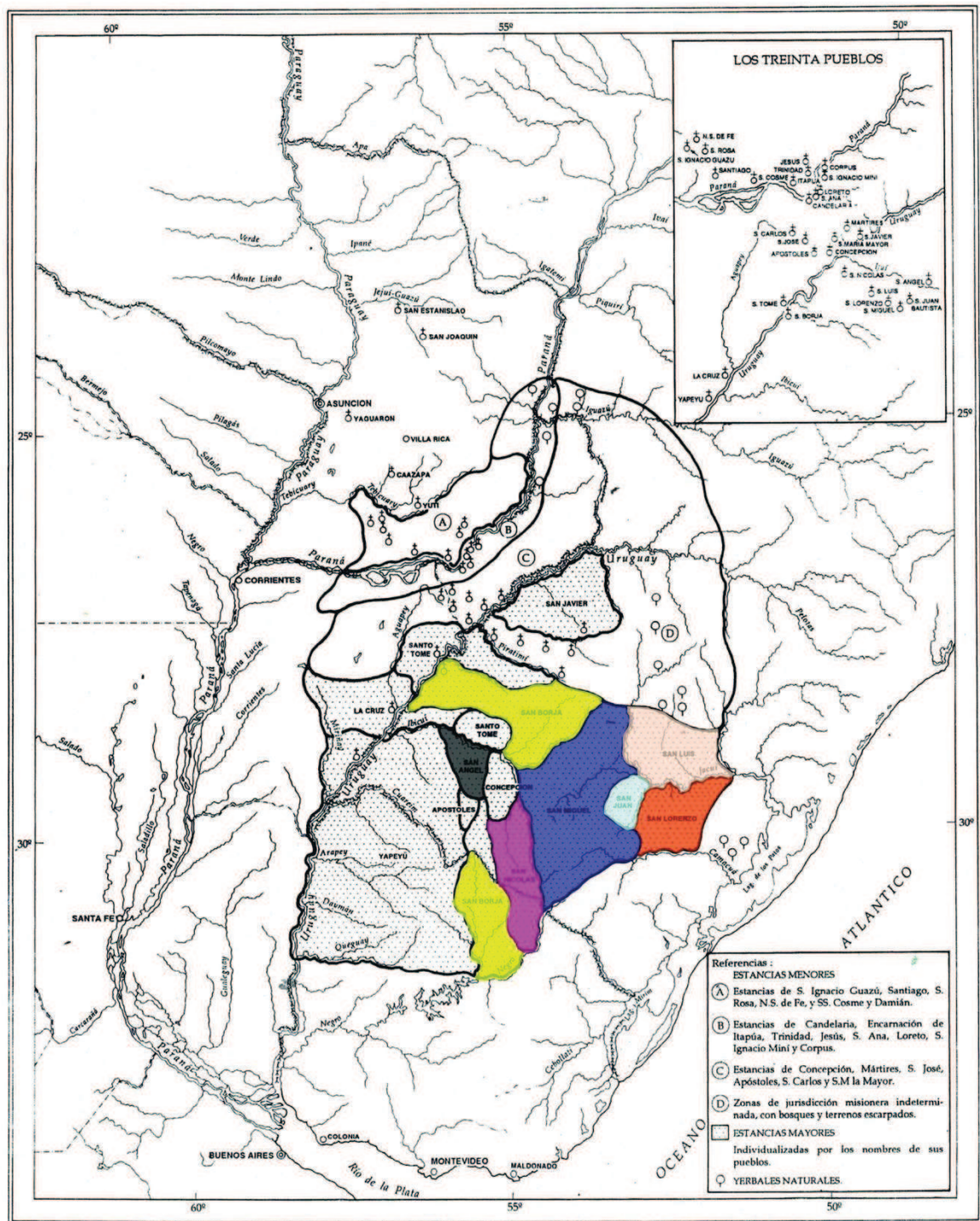
Este Guacacay pues tiene dos ramos, uno se llama Guacacay ò Vacacay miri y corre casi por el medio de la estancia de S. Luis, el outro se llama Gaucacay guaçu y termina de una parte la estancia de São Luiz y sierra de outra parte la estancia del Pueblo de S. Juan y del Pueblo de S. Lorenzo, juntandose em la estancia de S. Lorenzo con el Guacacay miri, haziendo ya con este ramo un rio bastante cauteloso. (...) Vamos aora à la banda del sur del Guacacay guaçu adonde estan las estancias de los pueblos de S. Juan, S. Lourenzo y S. Miguel, desde los cerros y lomerias que estan em aquellas estancias especialmente en la de S. Juan y San Miguel (MCA VII, 1969, p. 254-255).

O mapa abaixo apresenta a localização dos Povos missioneiros e suas respectivas estâncias. A partir da sua legenda, podemos identificar as estâncias maiores e seus limites, além ainda dos ervais, que se localizavam a leste do atual estado do Rio Grande do Sul. As

⁵ Carta del Cabildo y Administrador, Santo Ángel. AGN, Buenos Aires. Misiones (1786). Sala IX 17-8-4.

indicações em colorido foram inseridas pela autora para assinalar, estância de *San Borja* em amarelo; estância *Santo Ángel* em preto; estância de *San Miguel* em roxo; estância de *San Juan* em azul; estância de *San Lorenzo* em vermelho; estância de *San Luís* em rosa claro e a estância de *San Nicolás* em rosa.

Figura 3 – Mapa da Localização dos Povos, ervais e estâncias das missões.



Conforme Porto (1954, p. 321), “cada doutrina, ou Povo, recebia doação de uma extensa faixa de terra que dividia em estâncias de criação de gados. Cada estância subdividia-se em postos, ou pequenas invernadas, sob as ordens de um posteiro”. Dentro do espaço das estâncias maiores, havia estes assentamentos menores onde ficavam currais de gados com alguns índios e capelas para desenvolver as práticas cristãs. Estas estruturas compunham a paisagem agrária da região.

De acordo com Norberto Levinton (2009, p. 252), os postos vinham a ser uma “versão reduzida” dos centros urbanos missionais, possibilitando que vivessem ali as pessoas que trabalhavam nestes espaços. Havia um núcleo central onde ficavam as vivendas, uma pequena praça e capela (MORAES, 2007, p.30). Ainda havia uma infraestrutura suficiente para permitir que isto ocorresse, tal como, onde não houvesse rios ou arroios, o abastecimento de água por meio de canais e lagunas.

Os postos podem ser, portanto, comparados a pequenas “nucleações” dentro das estâncias, estabelecidas em pontos estratégicos para facilitar a circulação, tanto de animais quanto de pessoas. Eles estavam organizados em ranchos onde viviam famílias de guaranis que também desenvolviam atividades de cultivo de horticultura e, provavelmente, recebiam pagamento em animais, pois possuíam seu próprio gado. Quevedo dos Santos (2009, p. 39-40) afirma que nesses postos encontravam-se “a casa do posteiro, um missioneiro de confiança, dois caciques, dois cabildantes e dois missioneiros, que atuavam como capatazes, cujo trabalho era controlar o fluxo dos animais”⁶.

O já aludido diário de Don Juan Thadeo, administrador do Povo de La Cruz, referente ao ano de 1786, menciona o número de sessenta e sete ranchos espalhados nas estâncias e seus postos. Estes ranchos serviam para moradia dos índios que lá trabalhavam:

- 1.^a Capilla de S.ⁿ Felipe, y S.ⁿ Thiago (...) ocho ranchos de paja tres corrales grandes.
- 1.^a dicha. Paredes de barro, y techo de paja, cinco ranchos dos corrales.
- 1. Puesto de las Tres Cruces, y dos ranchos de piedras.
- 1. Ya. de S.^{to} Christo (...) dos corrales.
- 1.^a Capilla Nuestra (...) cinco ranchos un corral grande de seis quadras para el ganado.
- 1.^a Ya. de S.ⁿ Javier (...) dos ranchos un corral.
- 1.^a Ya. del Niño Dios (...) seis ranchos.
- 1.^a Ya. de S.ⁿ Juan (...) quatro ranchos.
- 1.^a Ya. de S.ⁿ Tome (...) quatro ranchos.
- 1. Puesto S.^{ta} Thereza quatro ranchos dos corrales.

⁶ Na documentação citada no capítulo anterior, encontramos referência a um Irmão estancieiro que se ocupava dos trabalhos temporais.

- 1. Ya. S.ⁿ Antonio con quatro ranchos.
- 1.^a Capilla de Estingara (...) quatro ranchos.
- 1. puesto de San Miguel con dos ranchos y corral.
- 1.^a Capilla de S.^{ta} Maria (...) tres ranchos.
- 1. puesto d S.^{to} Angel de guarda rancho y corral.
- 1. Ya. de S.ⁿ Raimundo con tres ranchos.
- 1.^a . Capilla Nuestra la Asumpcion tres ranchos, y corral.
- 1.^a Ya. de S.^{ta} Rosa (...) ranchos.
- 1.^a Ya. de S.ⁿ Fran.^{co} Solano (...) seis ranchos⁷

Guillermo Furlong (1962), por sua vez, escreveu que os postos podiam chegar ao número de 10 ou mais, havendo, em cada um, cinco ou mais famílias. Como vimos no capítulo anterior, havia circunstâncias em que o número de indígenas nas estâncias era elevado chegando a 70. O *mayordomo* ou capataz controlava o número de animais nascidos, mortos ou mesmo os que entravam e saíam do posto.

Por lo que toca a una y otra estancia hemos de anotar que constaban de diez, quince y aun más puestos esparcidos por aquellos campos, correspondiéndole a cada puesto cinco, diez o más rodeos. Cada puesto constaba de un lote de casitas o ranchos, con su arboleda y huerta, y en cada puesto vivían cinco o más familias, con un indio que hacía de capataz o mayordomo, y llevaba las cuentas de los animales que entraban, salían, nacían y morían (FURLONG, 1962, p. 410).

Segundo referimos em outro momento, cada estância estava sob a responsabilidade de um Irmão. Ainda de acordo com Guillermo Furlong (1962, p. 410), em dos postos maiores “había una capilla mayor, ya que en todos había una menor, y junto a aquélla vivía el Padre Estanciero, como solía llamársele.

Nos postos, eram realizadas atividades que exigiam certa especialização, como a criação de gado menor, por exemplo. Eles foram construídos de maneira estratégica, pois contribuíam para ajudar na segurança do caminho das estâncias para redução. Serviam para proteger os produtos, oferecer água e um espaço seguro para o descanso.

Os currais estabelecidos nos postos, eram utilizados para amansar e engordar o gado que, após esse processo, era enviado para abate na redução. Segundo Moraes (2007, p. 30), os currais eram “destinados al amanse de cimarrones y baguales, estaban más alejados del núcleo, y los más pequeños, posiblemente dedicados al encierro de los animales de trabajo y de los ya amansados que se pensaba enviar al pueblo de destino, se ubicaban próximos a aquél”. Os animais utilizados nas atividades no campo eram recolhidos em currais para

⁷ Libro Diario perteneciente al administrador Don Juan Thadeo Ybarrola, Pueblo de La Cruz. AGN, Buenos Aires. División Colonia, Sección Gobierno, Temporalidades [1948]. Sala IX 22-9-2.

facilitar o manuseio diariamente, prática que acontecia no início e no encerramento da jornada diária.

“O gado bovino significou a garantia do abastecimento de carne para as populações das Reduções. Também era utilizado para lavrar os campos através do arado de tração animal” (BARCELOS, 2000a, p. 256). Os cavalos igualmente serviam nas atividades com o gado, como por exemplo, o rodeio e a condução dos rebanhos.

Os currais foram utilizados para agrupar espécies, facilitando a procriação de bovinos, equinos e ovinos, pois a concentração ajudava na reprodução, processo que, em algumas situações, exigia longos períodos. Segundo Barcelos (2000a, p. 262): “Isto era feito porque alguns animais não cruzavam quando estavam em campo aberto, mas apenas nos currais”. Para isso, diariamente encerravam fêmeas e machos de várias espécies para facilitar a sua reprodução. A partir dessas técnicas, conforme aponta Cardiel “se hacen mansas y procrean más, y con facilidad las sacan sin gasto de caballos y las llevan a cualquiera parte” (CARDIEL, [1771] 2002, p. 84). As crias, conforme Guillermo Furlong (1962), envolviam mais cuidados. Eram, assim, colocadas em currais menores e lhes aplicavam extratos produzidos com ervas amargas sobre algumas regiões da pele, para espantar as moscas.

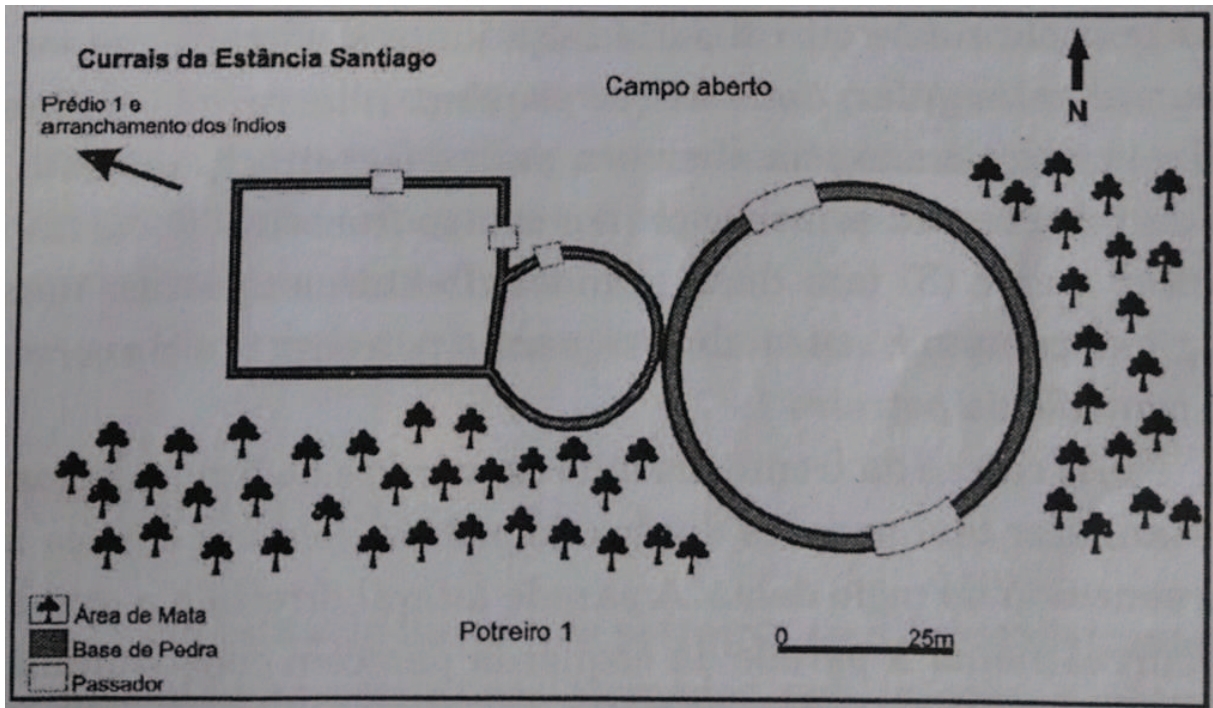
Un estudio detallado de la inmensa estancia de Yapeyú en 1768 mostró que estaba organizada en numerosos puestos donde se realizaban tareas de cierta especialización. En unos se criaban bovinos, en otros equinos, en otros mulas y en otros ovinos. El sistema de puestos se completaba con puertos para carga y descarga de bultos, animales y hombres, así como con una dilatada caminería que vinculaba los puestos y puertos más importantes entre sí y con el pueblo propietario (MORAES, 2013- 2014, p. 14).

Outras práticas também ocorreram nos currais, como a castração que era realizada por determinados indígenas missioneiros com tal especialização. Os currais tinham um formato retangular ou circular, alguns eram maiores outros menores. Os maiores chegavam aproximadamente a 150 metros, com muros de pedras de 3 metros de altura, podendo aproximar-se de 4 metros, numa distância variável do núcleo central do posto. Havia currais circulares, “em alguns casos com dupla estrutura, uma maior outra menor, uma para guardar o gado e outra como potreiro. Os currais retangulares seriam distintos, pois não seriam uma estrutura enterrada como os circulares e as paredes seriam menos espessas, com no máximo 0,80 m e teriam ainda duas porteiras” (BARCELOS, 2000a, p. 265).

As porteiras dos currais variavam conforme o tamanho, geralmente os maiores tinham duas. Na imagem abaixo (Figura 4), podemos ver 3 currais, um retangular e 2 circulares, trata-se de uma estrutura de pedra pertencente à estância de *Yapeyú*, chamada Santiago.

Podemos observar ainda que o curral maior tinha duas porteiras; os menores, apenas uma. “O retangular mede 50 m de frente, 43,60 m de fundo e 44,50 m de lado; encostado a ele está um curral circular, que mede 34 m de diâmetro. O terceiro curral, junto deste, também circular, mede 65 m de diâmetro” (SCHMITZ; VARGAS; ROGGE, 2017, p. 101).

Figura 4 – Croqui dos currais



Fonte: SCHMITZ; VARGAS; ROGGE, 2017. p. 100.

Em um trecho do já referido “*Diario de viaje a las vaquerias del mar*”, o Irmão Gonzalez, em 1705, ao narrar o caminho para fazer o recolhimento do gado das vacarias, refere-se aos currais pertencentes às estâncias que estavam estabelecidos ao longo do trajeto. Através da sua descrição, é possível perceber a importância desses espaços na travessia de uma estância para outra, no sentido de possibilitar um lugar seguro para descanso, facilitando o percurso de longas distâncias. Observamos, ainda, que o risco da presença de grupos inimigos estava sempre no horizonte e era motivo de cuidados, o que sugere que voltemos a refletir sobre o mapa do padre José Cardiel, referido na Introdução (Figura 01), e questionemos a imagem do espaço missioneiro que ele ajuda a construir.

Finalmente, temos aqui a expressão numérica de que cada tropa chegava a conduzir mais de trinta mil vacas.

Volvieron el día veinte los que envié a buscar el corral de la Concepción, y con ellos seis índios de la tropa, los cuales me dicen no hay rastro de infieles, y que los guanoas estuvieron con ellos, y les dijeron que el Padre Pompeyo había llegado a su corral de San Lorenzo, y que desde allí se volvía a su pueblo, porque sus bueyes se le habían cansado, y que les había dicho no había de pasar adelante, y que todos los corrales de los vaqueros estaban hacia el mar y arrimados a la sierra, y que no había ninguno hacia el Uruguay, y que los guanoas habían tirado hacia San Gabriel, y que el corral de la Concepción quedaba ya atrás ocho leguas. Por lo cual intento dejar en dicho corral todas las cabalgaduras, flacas y cansadas, y parar mañana veinte y uno en demanda de los guanoas, y habiendo cogido noticias venirme de vuelta por todos los corrales, ayudándoles y dándoles priesa, de suerte que cojan cuantas vacas pudieren. El día veinte y dos llegué al corral del Yapeyú. Ya había salido la una tropa con treinta y tantas mil vacas, y el día veinte y tres salió la otra con otras tantas (GONZALEZ, [1705] 1966, p. 05-06).

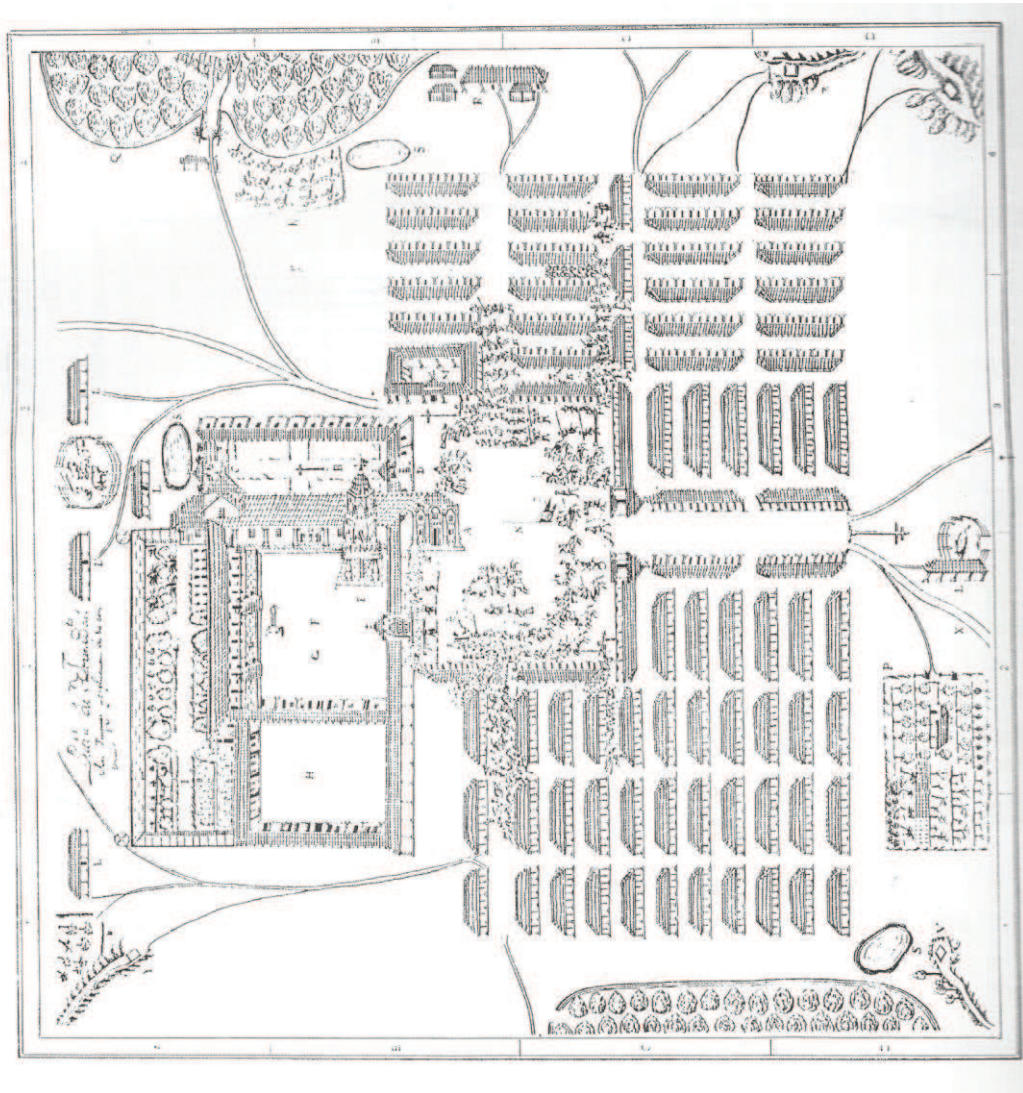
A contagem das cabeças existentes denota a preocupação dos jesuítas em controlar este tipo de informação, a fim de que a retirada de animais não colocasse em risco a sua reprodução. Além da contagem, também foram feitas observações das condições em que se encontrava o gado, se os plantéis eram saudáveis ou demasiadamente fracos.

El día primero de diciembre conté el corral de la Cruz, y hallé no tenían más que veinte y un mil cabezas. Mandéles fuesen a otro paraje, hasta juntar a lo menos treinta mil. Esse día pasé al corral de la Concepción, y al otro día conté, y no hallé más de catorce mil cabezas. Mandéles ir también a los cabezadas del Iyú a hacer más vacas, aunque sus caballos son pocos y flacos; no obstante habré de ir a ayudarles en lo que puidiere con mi gente. En otro rodeo de la Concepción dicen está hacia el mar, en parte segura de infieles, y que tiene ya dobladas vacas que éste. El otro rodeo de la Cruz tiene ya veinte y seis mil vacas. Envié recaudo al teniente que juntase al número de treinta mil: y yo paro aquí en este paraje hoy y mañana, día de san Francisco Javier, y luego pararé al corral de los Apóstoles, que no está muy lejos, que iré dando vuelta hasta despacharlos (GONZALEZ, [1705] 1966, p. 7).

A figura 5 nos mostra o Plano de *San Juan Bautista*, procedente do Arquivo de Simancas (Espanha), elaborado em meados do século XVIII por José Torre. A partir dela, conhecemos o traçado do povoado e a utilização da praça durante as festividades com participação da população, bem como a disposição das casas contornando a praça. Ainda através da imagem, podemos ver as construções da periferia, a identificação dos caminhos em direção aos currais circulares de gado e aos ervais. No entanto, não sabemos se tais estruturas pretenderam ilustrar elementos que dizem respeito às estâncias e foram introduzidas graficamente na imagem, mesmo às custas da precisão, ou se referem-se a edificações que estariam, de fato, mais próximas do povoado. Mais especificamente sobre os currais e os caminhos, Barcelos elucidada:

As estruturas eram formadas por alicerces de basalto e soleiras de arenito que podiam ter feito parte de uma casa. Este local situa-se a aproximadamente 2.000 m das ruínas do núcleo urbano da Redução, próximo à uma escola existente na estrada que leva de Santo Ângelo a São Miguel das Missões. Esta é a única informação conhecida da localização de um possível curral de São João Batista (BARCELOS, 2000a, p. 266).

Figura 5 – Plano de *San Juan Bautista* das missões guaranis



Fonte: MAEDER; GUTIERREZ, 2009, p.50.

Havendo o risco de incursões de “infiéis”, como os minuanos⁸, no território, os índios nos postos deveriam estar prontos para ações de ordem defensiva. Sobre isto, Cushner (1983,

⁸ As expressões “minuano” ou “charrua”, salvo casos em que o documento mostra um alto nível de especificidade e detalhamento, parecem se referir genericamente a índios “pampeanos”. Entretanto, melhores juízos deverão surgir futuramente sobre essa questão. Diego Bracco, ao mencionar os indígenas do território sobre o qual se estabeleceram as estâncias, afirma: “Esos nómadas llamados charrúas, yaros, bohanes, valomares, etc., tal vez fueran denominaciones diferentes para un mismo colectivo, quizá naciones diferentes. A

p. 14), para o caso da região vizinha de Córdoba, onde os jesuítas também desenvolveram estâncias, afirma: “Building clusters on a range, originally cattle corrals and a few bunk houses (called *puestos*)”.

Eles funcionavam inclusive como postos de fiscalização, para que se pudesse ter controle do fluxo de entrada e saída de pessoas e bens nas estâncias missioneiras. Levinton (2009) assinala a importância dos postos dentro do espaço da estância, como lugar de trabalho, controle da circulação de produtos e o do melhor cuidado com os animais. Além disto, eram, segundo ele, locais em que se podiam praticar novas técnicas de reprodução.

La construcción de un puesto en cada lugar estratégico significo la concreción de una aldea con una diagramación similar, pero más reducida en escala, a la de los centros urbanos misionales. Ello posibilitó la cercanía de la vivienda al lugar de trabajo, lo que redujo la dificultosa circulación por la falta de caminos aptos y facilitó el control de las personas circulantes. Los animales fueron mejor asistidos y, posteriormente, fueron el objeto de la implementación de diversas técnicas de reproducción o de cuidados ante diferentes tipos de enfermedades. Para complementar la infraestructura necesaria, en todas las estancias o puesto donde no había ríos o arroyos en las cercanías, se realizó una concienzuda manipulación del agua por medio de canales, manantiales o lagunas (LEVINTON, 2009, p. 252-253).

Para garantir bons resultados, os jesuítas buscaram distribuir categorias distintas de gado nos postos, de acordo com os ciclos produtivos e as estações do ano. Além disso, procuravam aproveitar as diferentes qualidades de pastos, segundo a região envolvida. Segundo Furlong (1962, p. 420) “había algunos pueblos donde prosperaba más el ganado vacuno, como lo eran Yapeyú, San Borja y San Miguel. En otros el ganado ovino: La Cruz y Santo Tomé, peri también Yapeyú y San Borja, por lo más benigno del clima”.

Em relação a um posto de *San Miguel*, Moraes informa que, afastada do núcleo central estava

[...] una cantera, de donde se extraían los materiales para hacer todas estas instalaciones, y uno de ellos conserva un silo cónico semisubterráneo para la conservación de granos. Alguno de estos puestos incluye también un emplazamiento para la faena del ganado y horno de barro para la cocción de tejas y ladrillos. (MORAES, 2007, p. 30).

efectos de este trabajo son en general identificados como charrúas, cuyo hábitat preponderante estaba entre los ríos Paraná y Uruguay, y ribera oriental de éste último. Otra parte de los nómadas del espacio de frontera, los guenoas o minuanos, en general lucharon aliados a los jesuitas y además una cantidad importante de esos indígenas se avino a la vida en los pueblos de misiones situados al oriente del río Uruguay (BRACCO, 2004, p. 197).

Os inventários⁹, produzidos depois da expulsão dos jesuítas em 1767, tratam da vida material das missões, indicando a presença de móveis, ornamentos litúrgicos e cerimoniais, vestuário, materiais de construção, ferramentas de trabalho e instrumentos musicais. Há também alguns dados desta ordem sobre as estâncias (postos e rebanhos). Os inventários dos povos de *San Miguel*, *San Juan*, *San Borja*, *Santo Ángel*, *San Nicolás*, *San Luis* e *San Lorenzo* acusam a grande quantidade de gado que circulava pelas suas estâncias, bem como suas diferentes espécies: vacas, bois, cavalos, ovelhas e mulas. A partir desses dados encontrados nos inventários, elaboramos uma tabela destacando a quantidade e as diversas espécies de animais por Povos.

Tabela 1 – Rebanhos das Estâncias missioneiras em 1768¹⁰

Povos	Bovino	Equino	Ovino	Muar	Total
<i>San Miguel</i>	20290	2095	2044	322	24751
<i>San Juan</i>	4291	237	13425	176	18129
<i>San Borja</i>	11926	1943	448	73	14390
<i>Santo Ángel</i>	2846	375	2061	128	5410
<i>San Nicolás</i>	20458	1026	1986	39	23509
<i>San Luis</i>	7855	868	56	125	8904
<i>San Lorenzo</i>	6712	496	1056	67	8331
Totais	74378	7040	21436	930	103424

Fonte: Elaborado pela autora

Para termos de comparação, podemos nos valer do quadro elaborado por Fabian Árias referente ao povoado de *Concepción de los Pampas* na campanha de Buenos Aires. No quadro abaixo, “*crecimiento natural*” se refere aos animais nascidos na estância, já, para “*proprios*”, não encontramos referência.

⁹ Estes inventários foram produzidos pelas autoridades civis depois da expulsão da Companhia de Jesus dos territórios do Império Espanhol, por ordem de Carlos III, em 1767. Por meio deles, se pretendeu fazer um levantamento dos bens da Ordem, os quais foram, então, confiscados pela Coroa. Este material foi compilado e publicado por Francisco Javier Brabo em obra intitulada *Inventário de la expulsión de los jesuítas de sus temporalidades por decreto de Carlos III* [Madrid, 1872]. Para este trabalho, consultamos a reprodução parcial deste inventário que “recortou” dele as informações que diziam respeito às missões do Tape e estâncias da Banda Oriental. Ver: NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2008.

¹⁰ A partir dos dados encontrados nos *Inventário de la expulsión de los jesuítas de sus temporalidades por decreto de Carlos III*. apud NASCIMENTO, 2008.

Quadro 1 – *Composición numérica de la estancia reduccional de la Concepción, 1740-1752.*

Año	Cantidad y tipo de animales	Procedencia
1740-1742	1.000 ‘reces’ 3.000 vacas	donación compra
1744	789 ‘terneras’	crecimiento natural
1745	900 ‘terneras’	crecimiento natural
1747	1.648 ‘terneras’	crecimiento natural
1748	1.400 ‘terneras’	crecimiento natural
1749	1.800 ‘terneras’ 700 yeguas 150 caballos 70 bueyes	crecimiento natural compra proprios proprios
1750	1.100 ‘vacas’	sin especificar
1751	1.700 ‘animales’ 200 ‘potrillos’	crecimiento natural crecimiento natural
1752	2.400 ‘animales’	crecimiento natural

Fonte: ARIAS, 2010, p. 9.

Para a década de 1740- 1752, os números do historiador argentino acusam a criação de 2.400 cabeças. Por sua vez, as estâncias da Banda Oriental que, na década de 1760, apresentavam os maiores plantéis vêm a ser a de *San Miguel* e a de *San Nicolás*, com 24.751 e 23.509 animais respectivamente, enquanto o menor rebanho era o de *Santo Ángel*, com 5.410. Relativo às espécies de animais, Arias se refere a cavalos, rezes, terneiros.

Na tabela que organizamos a partir dos Inventários, verificamos a presença de 103.424 animais, número bastante significativo, o que se explica pelo fato de *Concepción* ser de fundação recente e ter tido pouca duração. Constatamos, assim, haver uma grande quantidade e diversas espécies de gado nas estâncias da Banda Oriental do rio Uruguai: bovinos, ovinos, equinos e muars. Segundo Furlong (1962), os guaranis não aceitavam consumir as ovelhas, sendo o gado bovino a principal espécie que entrava em sua dieta. Apesar disso, os ovinos eram importantes por proporcionar lã. As éguas e os cavalos eram muito utilizados nos rodeios e outras atividades de trabalho com o gado. As mulas e burros, provavelmente, foram úteis para o serviço de transporte de materiais. Assim, a quantidade e diversidade do rebanho também ajudam a demonstrar a importância das estâncias no aspecto econômico.

Não encontramos elementos suficientes para melhor avaliar a produção ou estabelecer seus ritmos. Sabemos que as porções de carne distribuídas eram parte da dieta que envolvia, também os alimentos provenientes do cultivo feito pelas famílias. Segundo Baptista (2015b, p.23), havia o “ideal” de garantir a distribuição de carne duas vezes, uma pelo meio-dia, outra pouco antes do pôr do sol, mas isto, dificilmente, era alcançado.

O mesmo autor recorda que, quando são fundadas as missões de *Loreto* e *San Inacio* com populações transmigradas do Guairá, o Padre Antonio Ruiz de Montoya mandava matar de 12 a 14 vacas a cada dia para distribuir alimentos. As porções, entretanto, eram insatisfatórias: “Dava-se disso a cada um uma porção tão pequena que não bastava para mais que entreter a vida e dilatar a morte”. (MONTROYA [1639] 1997 apud BAPTISTA, 2015b, p. 24-25). Baptista lembra ainda que, algumas décadas depois, outro jesuíta, o Padre Seep, ao final do século XVII, conseguia distribuir, duas vezes ao dia, um pedaço de carne para cada membro da população de *San Juan* e *San Miguel*. Conforme Sepp ([1690] 1980, p. 147), “o missionário se vê forçado a distribuir separadamente e a cada um em particular o seu pedaço de carne de cinco a oito libras, ao pai, à mãe, à filha, ao filho, e até à criança que ainda mama, e isto duas vezes por dia. Porque, se o missionário distribue ao meio-dia a ração para a tarde, então já sumiu”.

Já Cardiel, sem destacar uma suposta imprevidência dos guaranis, registra que nem todos os povoados tinham possibilidade de distribuir porções diárias de carne:

Seis o ocho pueblos hay que tienen las suficientes para poder dar a cada familia cuatro o cinco libras de carne todos los días sin disminución en su estancia. Y así lo hacen. Los demás no tienen sino para dar ración dos, tres y cuatro días a la semana: y guardan con gran cuidado lo que hay, para dar cada día en tiempo de hambre o de epidemia, que picar varias veces (CARDIEL, [1771] 2002, p. 76).

No século XVIII, a repartição cotidiana de proteína proveniente de animais foi controlada por vias burocráticas da administração do temporal missional. Conforme Cardiel ([1771] 2002, p. 76), esse processo envolvia a entrega de uma parte do alimento antes e outra após o encerramento dos trabalhos religiosos, antes de anoitecer. Os “secretários” (“que así llaman a los que cuentan la gente y leen las listas) en sus libros: van llamando a todas por cacicazgos y parcialidades y otros les dan la ración”.

Nas estâncias, seguiu-se o sistema de propriedade e trabalhos comunitários desenvolvidos nas reduções jesuíticas, não se privilegiando a propriedade individual. Segundo Quevedo dos Santos, “as estâncias e a maior parte das lavouras eram coletivas” (2009, p. 30). O trabalho era realizado pelas famílias guaranis e organizado por turno, sendo que “la presencia de las mugeres y los niños en las estancias era apreciada porque ampliaba la cantidad de mano de obra disponible” (MORAES, 2013- 2014, p. 14). De acordo com Poenitz e Platini (1994, p. 396), as estâncias eram um âmbito de trabalho onde as famílias “encargadas de las labores en ese espacio residían gran parte de su tempo cumpliendo con sus funciones para la comunidade a la que pertenecían”.

Já vimos que nelas vivia um “Irmão estancieiro” e que os padres faziam visitas de tempo em tempo, sendo que, nas estâncias mais distantes, havia uma presença pouco frequente. Por isso, determinavam algumas tarefas para índios considerados confiáveis.

Y va el Cura a visitar estas estancias, y dar orden en su conservación y aumento dos veces al año, aunque disten 20 y 30 leguas del Pueblo, como distan algunas, y otras más: porque del buen estado de estas estancias depende el bien o mal del pueblo en lo temporal y espiritual (CARDIEL [1771] 2002, p. 76).

Um Memorial do Provincial Ignacio de Arteaga, de julho de 1727, ao povo de *La Cruz*, sem mencionar que não houvesse padres residentes, corrobora que os curas visitavam as estâncias periodicamente. Entre outras instruções dirigidas à missão de *La Cruz*, ele instrui que “en mejorando el tiempo ira el D. Cura a visitar la estancia, y veer lo que en ella tiene”¹¹.

As estâncias missioneiras estavam, pois, interligadas aos povoados com os quais se relacionavam. Sob este aspecto, portanto, elas fazem parte do “espaço missioneiro”, tal como o que pensamos aqui. São a “paisagem agrária” que se soma à área urbana de cada *pueblo*. Certamente este espaço missioneiro não é isento de conflitos, nem exclusivo ou homogêneo, como pode sugerir o famoso mapa do jesuíta José Cardiel (Figura 1). Tal como o compreendemos, é um espaço de disputa, nas quais, algumas vezes, as próprias estâncias tiveram protagonismo.

3.2 As capelas das estâncias: para além da devoção

Uma das primeiras ações dos jesuítas quanto da fundação de seus *pueblos* refere-se à implantação de cruzes, anunciando que aquele espaço estava aos cuidados da fé católica. As cruzes espalhadas no espaço missioneiro carregaram muitos significados, em especial, o de tratar-se de um lugar amparado por Deus. Em uma carta de 1633, do padre Pedro Romero para o Provincial Diego de Boroa relativa às missões do Paraná e do Uruguai, encontramos alusão ao que representam as cruzes. O jesuíta se refere a elas como “la guarda, defenza y amparo de los que se ponen debajo de su sombra, de suerte que el lebantar cruz no es outra cosa sino assegurar la tierra, disponer la gente y poner el Señor a descubierto en este tiempo” (MCA, [III] 1969, p. 39).

Sabemos que as cruzes estavam nas praças centrais das reduções. Podemos encontrá-las, segundo Baptista, também no “cemitério, lavoura e nas infinitas representações no

¹¹ Memorial del Provincial Ignacio de Arteaga, de julio de 1727. AGN, Buenos Aires. División Colonia Sección Gobierno, Compañía de Jesús, 411, 1723-1734, Sala IX 6-9-6.

interior das igrejas e demais objetos criados pelos indígenas ou distribuído a eles, além de deixar claro aos colonos que naquela seara se encontram cristãos sob a ordem missionária” (2015a, p. 178). Na Figura 5, podemos observar que uma se ergue, também, na saída do povoado, em direção ao exterior, rumo ao que parecem ser os caminhos que levam aos postos e currais, talvez projetando o amparo que ela significa aos fiéis, sobre estes espaços.

O Padre Antonio Sepp, narrando a fundação do povoado de São João Batista em 1692, se refere à importância conferida a este elemento da simbologia cristã.

Ereto o madeiro, logo todos os índios, prostrados em terra, o adoraram; em seguida foi cantado o hino ambrosiano: Te Deum Laudamus etc., acompanhado por trompetas e tímpanos pelo músico que, para este fim, trouxera comigo; depois, abraçamos piedosamente o Sagrado Lenho e o beijamos, agradecendo à Divina Majestade, como é justo benefícios que nos concedera ([1690] (1980), p. 203).

As cruzes simbolizavam proteção para os que ali habitavam e assinalavam a área que os jesuítas pretendiam deixar sob sua salvaguarda¹². Na prática, isto não evitava ataques, fugas, roubos ou a entrada de “intrusos”, como veremos mais adiante.

A cruz ainda foi utilizada na demarcação e na divisão do território entre os indígenas missioneiros, conforme menciona Sepp. Ao distribuir terras entre as famílias de São João, o padre utilizou-se de uma cruz para limite dos campos ([1690] 1980, p. 208).

Pus-me, então, a distribuir a cada família terras e montes, bosques e macegais, rios e arroios. Estabeleci um cacique para as bandas do leste outro para oeste; estendi os limites de um para o sul, e os de outro para o norte. Logo mandei erigir uma cruz à guisa de marco, designei um outeiro, um bosque ou um rio qualquer para a divisa, além da qual não era permitido avançar ([1690] (1980), p. 208).

Ela, a cruz, deveria demilitar as fronteiras entre os missioneiros, infiéis e colonizadores espanhóis. Aurélio Porto ao tratar dos limites da estância de *San Miguel* refere-se às cruzes como objeto de demarcação:

Constam os limites dessa estância dos documentos de doação de suas antigas terras, feita pelas autoridades, quando, em 1687, o povo de São Miguel voltou à Banda Oriental do Uruguai. Pelas partes das terras de São Luís, desde as duas cruzes do Guirapondi, até o Ibicuí, ou Nhaguaruí, a juntar-se com o Urubuquá (PORTO, 1954, p. 327).

¹² Sabemos que os jesuítas criaram animosidade com setores *hispanocriollos* da sociedade ao se posicionarem contra a *encomienda* dos índios reduzidos. Também sob este prisma, a cruz poderia ser símbolo de proteção, sinalizando aos “brancos” que os moradores da missão estavam sob resguardo dos padres.

As cruces demarcam um espaço que deveria ser respeitado como “missioneiro”. Dessa maneira, ao longo dele, foram construídas várias capelas missionais. Cardiel, ao se referir às capelas nas áreas rurais, mencionou os caminhos conectados entre elas e os *pueblos*. Como exemplo, destacou *Santo Thomé* e algumas capelas que estavam próximas.

En los alrededores de Santo Tomé, se indican cinco caminos principales, sin contar ramificaciones, desvíos o empalmes. Sobre dichos caminos se hallaban las capillas de los Mártires, S. Estanislão, Caasapá, S. Lorenzo, S. Andrés, Coya Guazú, Concepción y Boynucay. En los alrededores de S. Borja y sobre la ribera oriental del Uruguay se hallaban las capillas y posadas de S. Ignacio, San Javier, S. Lucas, S. Martín, S. Pedro, S. Marcos, S. Antonio, A. Gabriel, S. José y otros. De los puentes de madera unas veces, y otras de material, sobre todo de piedra, nos ocuparemos en otra oportunidad. Es positivo que entre pueblo y pueblo y, desde éstos a sus respectivas estancias y puertos fluviales, eran múltiples y muy buenas las vías de comunicación (FURLONG, 1962, p. 190).

De acordo com Baptista (2015a, p. 179), havia dois tipos de capelas com funções distintas, “algumas pertencentes aos padres e congregantes, outras aos caciques e suas famílias. Essa tipologia longe está de implicar uma mera formalidade espacial; implica, sim, a demarcação de espaços simbólicos que muito podem demonstrar as dinâmicas sociais dos povoados”. Conforme o autor, no que se refere às capelas dos padres e dos congregantes, é possível acompanhar com o passar do tempo, junto com o desenvolvimento e aumento dos povoados, especialmente a partir de meados do século XVII, o favorecimento para sua profusão. Elas teriam ganhado riquezas nos detalhes e cuidados em relação à sua limpeza para evitar proliferação de epidemias. Ainda segundo o autor, as capelas particulares apresentavam maior importância em relação à dinâmica espacial e social, especialmente nas primeiras décadas do século XVIII, no qual é possível encontrá-las por bairros, com pequenos altares onde as famílias dos caciques prestam devoção.

Nos espaços agrários (ervais, estâncias), em função do longo período que os indígenas lá permanecem, e mesmo por causa da distância do povoado, para que eles não fossem desprovidos das atividades religiosas, como a assistência à missa e ao rosário, foram construídas capelas. Na área rural da missão de *Apostoles*, os nativos “fizeram capelas nos partidos de suas plantações, onde acodem todos dias pela manhã a rezar várias orações e à tarde o rosário, quando finalizam com cantos sacros e algumas das antífonas cantadas à Virgem (MCA-CPH. Cx. 30. Doc 32 apud BAPTISTA, 2015a, p. 181).

As missas, possivelmente, ocorreriam a partir das visitas realizadas pelos padres. Além dessa função religiosa, as capelas também desempenhavam outra função. Conforme

Barcelos (2000a, p. 305), “estes estabelecimentos eram importantes, sobretudo nos caminhos, como pontos de parada para descanso e pernoite”.

Um mapa (Figura 6), produzido em 1784 pelo Cabildo de *Santo Thomé*, em período posterior à expulsão dos jesuítas, permite visualizar os povoados de *Santo Thomé*, *La Cruz* e *San Borja* que se localizam do lado oriental do rio Uruguai. Ainda é possível identificar as estâncias e as capelas, bem como os caminhos que as conectavam. De acordo com Barcelos, apesar do mapa trazer uma visão da hidrografia equivocada, ele sinaliza localidades menores que podem ser entendidas como postos ou capelas.

A representação da hidrografia, com evidentes distorções, é o principal elemento, que inclui também o núcleo dos povoados de San Borja e La Cruz, além de outras localidades menores. Estas podem indicar postos ou capelas, e algumas estão denominadas como San Marcos, San Antonio, San Gabriel, San Pedro, etc. A toponímia dos rios, arroios e outros locais está grafada em guarani e há caminhos que partem dos núcleos urbanos ou das margens dos rios, levando a diferentes direções. A orientação do mapa não está indicada, mas se encontra invertida, no sentido anti-horário, não havendo indicação de latitudes e longitudes (BARCELOS, 2010, p. 8).

A imagem abaixo (Figura 7) é um fragmento desse mesmo mapa. Porém, neste detalhe, podemos ver as capelas e postos, pertencentes à *La Cruz*. “*Caballos de plaza*”, que pode ter sido um curral de criação de equinos, ou mesmo área para concentrar os animais após as atividades diárias. Já *Santa Anna* e *San Bernardo* possivelmente foram capelas pelos caminhos, ambas localizando-se no lado ocidental do rio Uruguai. A linha vermelha sinaliza o trajeto entre as capelas. Imagem fornecida gentilmente por Norberto Levinton

Figura 7 – Parte do Mapa das terras do *Pueblo de La Cruz*



Fonte: LEVINTON; BAQUERO, 2016, p. 76.

Juan Thadeo, em seu livro “Diário de 1786 sobre *La Cruz*”, indica que as capelas deveriam ser muito rústicas. Algumas tinham paredes de pedra e tetos de telhas, enquanto outras eram constituídas de barro e palha:

- Poblaciones de estancias de la Banda oriental del Uruguay
- 1.^a Capilla de S.ⁿ Felipe, y S.ⁿ Thiago. Paredes de piedra, y techo de teja (...)
 - 1.^a dicha. Paredes de barro, y techo de paja (...).
 - 1. Ya. de S.^{to} Christo paredes de piedra, y techo de pajas (...)
 - 1.^a Capilla Nuestra paredes de barro, y techo de paja (...)
 - 1.^a Ya. de S.ⁿ Javier paredes de piedra techo de paja, y un quarto de Piedra (...)
 - 1.^a Ya. del Niño Dios paredes de piedra techo de paja y un quarto de (...)
 - 1.^a Ya. de S.ⁿ Juan paredes de barro techo de paja (...)
 - 1.^a Ya. de S.ⁿ Tome de (...) techo de paja (...)
 - 1. Puesto S.^{ta} Thereza (...)

- 1. Ya. S.ⁿ Antonio (...)
- 1.^a Capilla de Estingara tupia de barro techo de paja (...)
- 1. puesto de San Miguel (...)
- 1.^a Capilla de S.^{ta} Maria paredes de barro techo de paja (...)
- 1. puesto d S.^{to} Angel (...)
- 1. Ya. de S.ⁿ Raimundo (...)
- 1.^a . Capilla Nuestra la Asumpcion (...)
- 1.^a Ya. de S.^{ta} Rosa paredes de barro, y techo de paja (...)
- 1.^a Ya. de S.ⁿ Fran.co Solano parede de barro, y techo de paja (...)¹⁴

O trabalho de Alfredo J. E. Poenitz e Santos A. Platini (1994), ao explorar a redução de *Apostoles* e “*la capilla de San Alonso*”, nos apresenta um outro cenário. A descrição e a imagem que eles nos trazem não devem, pois, servir de analogia para aquelas de que estamos tratando, uma vez que são edificações aparentemente muito maiores. Mesmo assim, julgamos conveniente apresentar aquilo que eles encontraram, segundo o inventário dos bens do *pueblo*, realizado pelo Comissário Pablo Jacinto Thompson, em 1790.

El inventario mencionado relata la existencia de una Capilla, con su Sacristia, mas cuatro cuartos, que formaban un solo conjunto. Menciona también dos cuartos más, uno que oficiaba de cocina y otro de retrete, que, sin dudas estaban contruidos fuera del conjunto principal y, probablemente de material mas efimero, debido a que no se hallan restos de los mismos en la actualidad. La Capilla poseía “un Retablo de Escultura del Santo Titular de pintura fina”, además de otras imágenes “de bulto y cuadros”. Completaban el aposento dos campanas y otros elementos para el culto. La Sacristia poseía “una mesa con pies torneados y un cuadro de pintura tosca con tres retratos”. Se comunicaba con la Capilla a través de una puerta con “aldava de madera”. Los cuartos poseían mesas y catres que, siguiendo con la descripción de Cardiel oficialían de cómodos espacios para los viajeros. Uno de los cuartos tenía un rol de cárcel provisoria, pues, a decir del inventario todo su mobiliario consistia en “un cepo con doce orificios de pies, con buena cerradura”. Respecto al material con el que fue construido este edificio, indica el documento que “todo está comprendido en un lance fabricado de material, techado de teja con corredores que la circundan, y en buen estado”(POENITZ; PLATINI, 1994, p. 398).

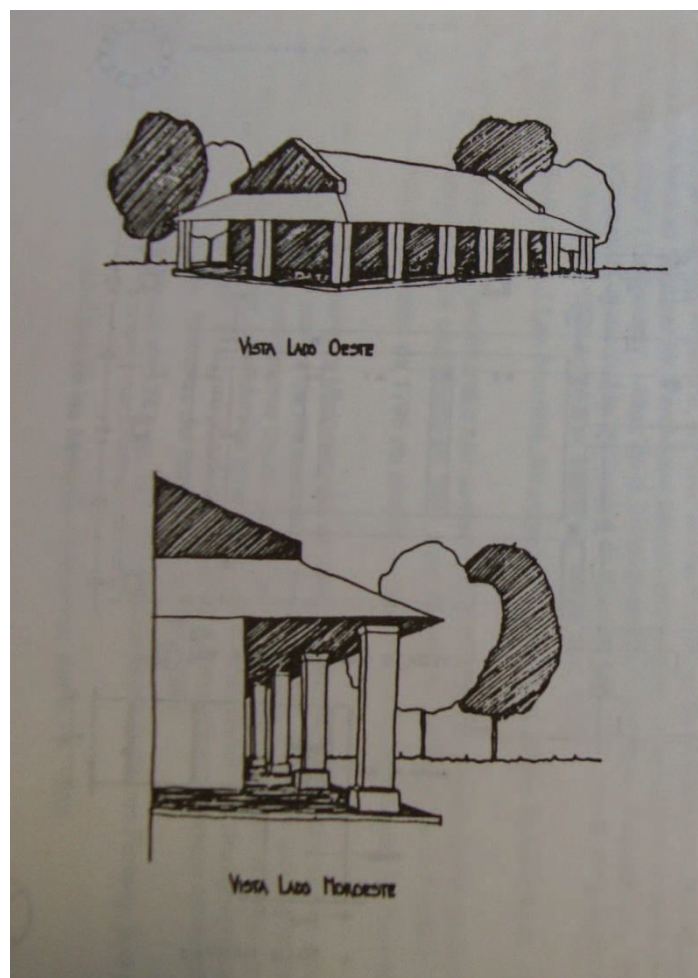
A partir dessa exposição, torna-se possível ter uma dimensão da estrutura que englobaria uma capela. Entre os variados detalhes, percebemos como era o lugar do culto e o conjunto agregado, desde esculturas, imagens sagradas, entre outros objetos, até a cozinha e quartos, inclusive àqueles destinados para visitantes.

¹⁴ Libro Diario perteneciente al administrador Don Juan Thadeo Ybarrola, Pueblo de La Cruz. AGN, Buenos Aires. División Colonia, Sección Gobierno, Temporalidades [1948]. Sala IX 22-9-2.

El inventario describe con detalles el ámbito exterior del edificio, donde se hallaba una plazuela con casco de palo a pique con varias plantas de yataíes y <<otros árboles frutales>>. Una tranquera de <<tirantería de urunday de lengua de largo>> evitaba la dispersión de los animales allí criados (POENITZ; PLATINI, 1994, p. 398).

Ao oferecer abrigo aos vaqueiros, deveriam assegurar que o gado não dispersasse nas paradas da marcha que os levava para abastecer a redução, ou mesmo para outro *pueblo*. A imagem oferecida pelos autores permite completar nossa compreensão da estrutura física da capela.

Figura 8 – *La capilla de San Alonso*.



Fonte: POENITZ.; PLATINI, 1994, p. 404.

O francês Alejo Peyret, residente em Entre Rios, convocado para fazer uma viagem pelo território de Misiones, descreveu em 1881 os lugares propícios para colonização. Peyret citou, entre suas observações, vários estabelecimentos de oratório, os quais é possível entender que fossem as capelas. Entre as citadas, destaca-se a de Santa Maria, onde havia um

estabelecimento pastoril pertencente à estância de *San Miguel*, próximo às imediações do rio Negro. Também o oratório de Santa Tecla, um posto pertencente à mesma estância, localizado na atual região de Bagé, Rio Grande do Sul (PEYRET, 1881, p. 64).

Hemetério José Velloso da Silveira, em “As Missões Orientaes e seus antigos domínios” (1979), trouxe uma lista das capelas situadas na Banda Oriental do rio Uruguai, indicando suas proximidades com determinados *pueblos*. A partir desta localização, é possível perceber a distribuição dessas capelas – que, possivelmente, pertenceram às estâncias dos povoados - em relação aos atuais municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Capellas

- 1- São Pedro Martyr, do Ibicuhy, no rincão do mesmo nome, município de Santa Maria.
- 2- São Vicente, onde está a villa do mesmo nome.
- 3- São Francisco de Assis, nas imediações da hoje villa do mesmo nome.
- 4- Santa Tecla na grande estancia, nas proximidades de Bagé.
- 5- São Luiz n’outra grande estancia município de Alegrete.
- 6- São Pedro Tujá, na estrada de São Martinho.
- 7- Conceição de Tupaceretan, ou do Batú, hoje estação da estrada de ferro para a Cruz Alta.
- 8- Menino Jesus, onde foi a primeira fundação da Cruz Alta.
- 9- São João Mery, na estrada, que vai para a redução de São João.
- 10- Nossa Senhora do Loreto, nos subúrbios de São Miguel.
- 11- Santa Barbara, na estrada para São Lourenço.
- 12- São Francisco de Sales, na estrada para São Luiz
- 13- São Jeronymo, na estrada para São Nicolau.
- 14- Santo Isidro, nos subúrbios de São Nicolau.
- 15- São Thiago, no local do districto de São Xavier (chamando o Durasnal de São Thiago).
- 16- Santo Antonio do Itaroquen, na estrada de São Luiz para São Borja.
- 17- São José (o velho) na mesma estrada.
- 18- São Lucas, perto do Uruguay, na estancia que mais tarde pertenceu ao coronel Silva Lago.
- 19- Santa Rita, oito legoas distante de São Borja, em parte da estancia, mais tarde adquirida pelo general Gama d’Éça.
- 20- Santa Maria da Tigana, no Rincão da Cruz, mais tarde a estancia, que pertenceu ao capitão Manoel Pereira d’Escobar.
- 21- Belem, pertencente ao povo de Japejá, de que fala Saint Hilaire no seu Itinerario através das campanhas oriental e rio-grandense (SILVEIRA, 1979, p. 13-14).

As capelas espalhadas no espaço entre os povoados e as estâncias missionárias evidenciam uma compreensão dos jesuítas sobre ele. Também mostram que havia um lugar reservado para orações, mesmo que estivesse ligado à presença de padres. Paralelamente a

isso, as capelas também tiveram a função de conectar e auxiliar os deslocamentos por caminhos entre os *pueblos*.

3.3 O trabalho nas estâncias

O trabalho nas estâncias missioneiras envolvia diversas atividades, com os índios executando o papel de peões, capatazes, posteiros e vaqueiros. Segundo Arias (2010), a habilidade desenvolvida pelos guaranis pode ter levado os jesuítas a se valer deles nas estâncias das missões austrais, *Concepción* e *Pilar*, cujos habitantes mostravam grande resistência ao trabalho. Desta forma, eles teriam buscado “jornaleiros” guaranis, que deveriam ser provenientes das missões do Paraguai:

Sobre la procedencia de los trabajadores, las fuentes solo los definen como 'españoles' o 'guaraníes' (a quienes también se llama 'Tapes'). Aparentemente todos son contratados en Buenos Aires: "siendo su trabajo [el de los indígenas de las Concepción] muy poco e interesado, se vieron obligados los misioneros a buscar en Buenos Aires gente que viniese a trabajar por su justo jornal al pueblo, entable que permaneció hasta que se arruinó la misión (Sánchez Labrador, 1936: 87-88). En 1747 se destaca la misma problemática en el pueblo del Pilar: "se acabaron las sementeras que les habían mandado disponer los Padres por mano de jornaleros que se traían de Buenos Aires" (Sánchez Labrador, 1936: 102). En el mismo año, José Cardiel escribe a otro misionero de los Pueblos de Guaraníes: "aun aquí tus Guaraníes, que tengo entre los 7 peones [de la misión del Pilar], se portan bien en cristiandad, trabajo y respeto, aun mejor que los otros" (Cardiel, 1956b: 167) (ARIAS, 2010, p. 23).

Esta afirmação merece destaque, haja vista a pouca consideração que tinham os jesuítas sobre a propensão e disciplina dos guaranis para o trabalho. No caso do ofício dos vaqueiros e dos demais ofícios desenvolvidos nas estâncias, apesar de serem práticas arriscadas, tanto nas viagens de campo quanto na própria lida com os animais, também se estendeu a tese jesuítica de “inaptidão indígena”. Segundo Baptista (2015b, p.64), “as mesmas observações que os jesuítas elaboram sobre a capacidade indígena de produção agrícola também são encontradas nas cartas onde há referências sobre os vaqueiros”. Apesar disso, os guaranis foram requeridos em outras missões para desenvolver vários trabalhos.

Na perspectiva de José Cardiel, eles não poderiam criar animais próprios por falta de capacidade:

Hemos hecho en todos tiempos muchas pruebas para ver si les podemos hacer tener y guardar algo de ganado mayor y menor y alguna cabalgadura, y no lo hemos podido conseguir. En teniendo un caballo, luego lo llena de mataduras: no le da de comer, ni aun lo deja ir a buscarlo: y luego se le

muere. El burro es más propio para su genio; pero no suele tener tres y cuatro días atado al pilar del corredor de su casa, sin comer ni beber, sin echarlo al campo, por no tener el trabajo de ir a cogerlo allá: y luego se le acaba. Les damos un par de vacas lecheras con sus terneras, para que las ordeñen y tengan leche: y por el corto trabajo de ordeñarlas, no las ordeñan: las dejan andar perdidas por los campos y sembrados, o matan las terneras y se las comen. Lo mismo sucede con los bueyes, que los pierden o matan y comen. Sólo en tal cual de los más principales y capaces podemos lograr que tengan alguna mula o bueyes, y que lo conserve ([1771] 2002, p.75).

A afirmação do religioso contrasta com outro documento de sua autoria, no qual ele aponta que a instalação de uma colônia de guaranis em meio aos índios nômades ajudaria na catequese destes últimos.

[...] solo digo, q â cada una de estas tres Naciones, q no están lexos de hacerse Christianos con este medio, les bastaba 200. Familias, sacadas de tres Pueblos numerosos, por q la gente de cada una de estas Naciones no pasa de 100. Familias. Y como habitan todas tres las orillas del Paraná podrían conducirse fácilmente en los barcos de sus Pueblos, y como de otros: y por tierra podrían traer el ganado necesario. Habladas tengo â estas tres Naciones sobre traerles colonia, â cuya imigracion aprendan Christiandad y policia; y venían bien en ello.¹⁵

Sobre a distribuição das responsabilidades que cabiam aos índios que trabalhavam nas estâncias, é fácil perceber que sua presença era essencial, apesar de, possivelmente, existirem nelas trabalhadores não indígenas. Segundo Quarleri (2007), as estâncias, além dos nativos envolvidos na lida com o gado, abrigaram “espanhóis” de confiança, os quais prestavam serviço assalariado como capatazes, mayordomos e peões, pagos a partir dos fundos dos povoados.

A su vez, en las estancias trabajaban algunos españoles como capataces y mayordomos y también como peones para cuidar el ganado, asalariados por el común del pueblo. Las máximas autoridades jesuítas, concientes del asentamiento de estancieros y moradores espanõles en las misiones, hicieron reiteradamente hincapié en los perjuicios que a su parecer traería aparejado un intercambio intenso entre guaraníes y los criollos, como así con los portugueses e índios gentiles. Sin embargo, este intercambio ya formaba parte de la dinamica misionera (QUARLERI, 2007, p. 176).

Também Maxime Haubert (1991, p.219) se refere a esta presença afirmando que “los misioneros, que no pueden visitar las estancias – muy alejadas – más que dos o tres veces al año, pidan ayuda a guardianes españoles, cuya confianza há sido probada”.

¹⁵ CARDIEL, José, SJ [1747]. Dificultades que hay en la conversión de Mocovíes, Pampas y Serranos. Copia en Archivo General de la Nación, Biblioteca Nacional, Sala VII, Legajo 289, Manuscritos 4390/1 y 4390/2

Na área rural, havia várias categorias de trabalhadores, sendo os peões responsáveis por algumas tarefas permanentes das estâncias, como, por exemplo, os rodeios. O tratamento utilizado variava de acordo com cada espécie de animal. Conforme Cardiel, a domesticação dava-se da seguinte maneira:

Para amansar o domar un caballo, o mula, no hacen más que enlazarlo con uno o dos lazos, con que le hacen caer en el suelo sin poder levantar. Allí caído le ponen la silla con sus estribos. Monta en él el domador con sus espuelas. Suéltale las ataduras para que se levante. Corcovea y brinca el caballo, y a veces se echa en el suelo: y el jinete está en él como clavado sin caer. Es grande la destreza que en esto tienen. Al echarse o tirarse el caballo al suelo, ensancha el índio las piernas, para que no le coja alguna, y si a espuelazos no se quiere levantar, se apea: y con algún látigo o vara hace que se ponga en pie: y luego vuelve a montar. Así en tres o cuatro días doma un caballo feroz. ([1771], 2002, p. 76-77).

Como já vimos, o gado retirado das vacarias era levado para as estâncias onde passava por algumas etapas até ficar pronto para o abate. Ele era inicialmente amansado; depois iniciava-se um tratamento de “engorda”. Alguns animais eram reservados para reprodução. Como informa Moraes (2013-2014, p. 14), “el sistema ganadero de estas estancias combinaba dos prácticas muy antiguas: el arreo de animales no domesticados, y la cria”.

Nos “rodeios”, separados e domesticados:

Conducida toda esta vacada á los pastos del Pueblo, era ali dividida en trozos, cada uno de algunos miles, que reciben el nombre de rodeos, y se separaban unos de otros por ríos, esteros ó zanjas. Para domesticar las reses, se recogida em un paraje algo eminente ó en un cercado de palos. Esta recogida se verificaba al principio cada día; y más tarde, dos veces por semana; y se detenía el ganado junto por tres horas (HERNÁNDEZ, 1913, p. 206).

Cardiel também explica sobre o processo de domesticação,

Después de cogidas del modo dicho, se ponen en la estancia del pueblo cerrada por todas partes con arroyos, pântanos, o zanjas hechas a mano: aunque ninguna está tan cerrada, por la incúria de los índios, que no tenga muchas partes por donde salirse. Allí las dividen en tropas de a cinco mil o seis mil: y colocan cada tropa en sitio determinado algo cerrado, para que no se junten con outra tropa. Y esto llaman RODEO (CARDIEL, [1771] 2002, p. 83).

Cabe destacar ainda que, além do serviço com o gado propriamente dito e das atividades de horticultura, outras tarefas eram exercidas nas estâncias. Moraes (2007, p. 31) esclarece que no “puesto se realizaban numerosas tareas: además de las propriamente

ganaderas, se efectuaban de forma permanente tareas agrícolas y actividades relativas a la construcción, como la explotación de la cantera y la fabricación de ladrillos y tejas”.

Os posteiros cuidavam para evitar as fugas ou saques e vigiavam a estância para que nada atrapalhasse as atividades pecuaristas. O capataz liderava os demais trabalhadores¹⁶. Segundo Baptista (2015b, p. 60) era “equivalente a um cacique com representação no Cabildo. Trata-se de uma função de destaque no mundo missional, onde a estância é mais um setor da área jesuítica capaz de produzir identidades individuais e sociais”.

Os vaqueiros tinham responsabilidade de recolher o gado; trabalhavam entre as vacarias e as estâncias, fazendo o serviço de conduzir os animais até determinada região. O ato de sair para o campo para trazer alimento, assim como na caça, segue sendo valorizado. De alguma forma, sua atividade pode remeter às práticas de caça. Podemos conjecturar que este tipo de lida agradasse aos indígenas, pois ela estava de alguma forma próxima às atividades de caça que eles desempenhavam anteriormente¹⁷.

A função podia contar com a participação de guenoas tal como vimos na narrativa do Silvestre Gonzalez sobre a expedição de captura de gado que ele dirigiu. Tal qual Bracco (2016, p. 44) afirma, “parte considerable de los que participaban en las vaquerías eran guenoa minuanos”.

Esta era uma atividade bastante trabalhosa; seus executores saíam em grupos de aproximadamente 50 índios com muitos cavalos em direção aos campos onde estavam dispersos os rebanhos selvagens. A expedição para arreio de gado conduzida em 1705 pelo Padre Silvestre Gonzalez se mostra especialmente numerosa. Ele saiu de *San Borja* e junto com tropas de diversas outras reduções (*Apostoles, Concepción, Yapeyú, La Cruz*) se dirigindo para Vacaria do Mar, a fim de buscar plantéis que povoassem a nova Vacaria dos Pinhais. De acordo com ele, eram 70 peões em cada tropa que deviam conduzir cada uma, 30 mil animais (GONZALEZ, [1705]1966).

O abastecimento do gado nas estâncias era geralmente organizado entre dezembro e fevereiro, intervalo da colheita, num período de dois a três meses. Porém, este tempo poderia variar em função dos obstáculos encontrados no caminho ou mesmo de dificuldades na viagem. Aurélio Porto (1954, p. 329), por exemplo, referindo-se aos meses de execução sobre a atividade de vaquear, afirma, sem citar sua fonte: “O P. Yegros passou nas vacarias oito

¹⁶ Raras vezes estes trabalhadores estão nominados, como no caso de Alejandro Yure e Santiago Caitã, responsáveis pelo cuidado de ovelhas na Missão de São Miguel, tal como informa o seu inventário da mesma. (GATTIBONI. apud NASCIMENTO, 2008. p. 108).

¹⁷ Comparando com o que sabemos de índios da Pampa de Buenos Aires, junto a quem os jesuítas missionaram em meados do XVIII, podemos dizer que estes últimos tinham grande resistência ao trabalho nas chácaras, mas pediam permissão para “potrear” ou mesmo faziam-no à revelia da licença dos padres (SILVA, 2016).

meses, trazendo de cada vez de 20 a 22.000 cabeças para a internada de *San Luis*. Levava 60 vaqueiros, 500 cavalos e 100 mulas, fazendo várias entradas nas Vacarias do Mar”.

Silvestre Gonzalez ([1705]1966), por sua vez, deixou registradas suas queixas pela atitude pouco colaborativa dos vaqueiros que o acompanhavam:

El día veinte y cinco salimos, y vinimos una légua adelante al cerro Ibitichi, adonde llegamos temprano, a vista o distancia de una légua de las vacas de la Concepción, que llevaban al corral; pero viendo que no llegaban las cargas, me puse a caballo en busca de ellas, y me anochejó sin poderlas hallar. No iba más que con un caballerizo y me fue fuerza volver adonde había salido; y cuando llegué, hallé no había ya nadie, porque todos se habían ido al corral de la Concepción sin saberlo yo. Llegaron algunos indios y allí hicimos noche. Salimos por la mañana en busca de las cargas, y no las hallamos, ni parecieron hasta el día treinta por la tarde, porque los indios hicieron lo que suelen. Yo no tenía sobre la ropa interior más que la sotana, ni comida alguna: con que jueves, viernes y sábado ayuné a traspaso de sueño y comida, hasta que el sábado en la tarde llegó Marcos, el cual me había estado buscando de noche y de día, y no me pudo hallar. Hallóme por último y me dio un bocado. Juan Vera se ha estado en los corrales de la Concepción y de La Cruz con las cargas descansando y no haciendo diligencia alguna. Enviélo a llamar, y no pareció hasta el lunes por la tarde, y eso sin carga alguna. Envié por diferentes partes, y yo salí también por otra, y trujimos las cargas, que todas las habían desparramado, sin saber unos de otros por la inutilidad de Vera; y él pareció después sin carga ninguna (GONZALEZ, [1705]1966, p. 7).

Como se vê, o jesuíta que estava recolhendo gado da Vacaria do Mar para conduzi-lo até a Vacaria dos Pinhais, encontrada em formação, se ressentia da falta de empenho de seus vaqueiros, assim como de que, ao menos em uma oportunidade, eles o deixaram só e desprovido de recursos. A tropa que o acompanhava parece ser excepcionalmente grande: “tenia cada tropa setenta peones y mil caballos, sin las mulas” (GONZALEZ, [1705]1966, p.7).

Nas vacarias, utilizavam de estratégias, como por exemplo, levar algumas vacas mansas para chamar atenção dos animais que deveriam ser capturados, ou se utilizar de algum campo com montes para ajudar a cercar. Eles eram habilidosos em montaria e manejavam os cavalos com boa técnica para conduzir o gado.

Van 50 ó 60 indios con cinco caballos cada uno. Ponen en un alto una pequeña manada de bueyes y vacas mansas, para ser vistas de las cerriles, y a competente distancia las rodean o acorralan treinta o cuarenta hombres para su guarda. Lo demás van a traer allí las más cercanas, que vienen corriendo como cerriles; y viendo las de su especie, dándoles ancha puerta los del corral, se entreveran con ellas. Vuelven por otras: y del mismo modo las van entreverando, hasta que no hay más en aquella cercanía. Juntanse todos los jinetes, y yendo uno o dos delantres por guías, cerrando los demás todo lo que cogieron, van conduciéndolo adonde, y las estrechan, suelen

romper por la rueda y esparramarse. En el segundo paraje, hacen lo propio. Llegada la noche, rodean su ganado, y hacen fuego por todas partes, y de este modo en medio de al campaña está quieto. Si no hacen fuego, rompen y se van por medio de los jinetes (CARDIEL [1771] 2002, p. 79).

Conforme podemos verificar na citação acima, era preciso um grande número de vaqueiros. Também Hernández explica os cuidados envolvidos no trabalho:

...la noche era preciso encender hogueras en derredor, y con eso se contenía el ganado bravo, que de outro modo se abría passo por en medio de los guardas y se desbandaba outra vez. En acabando de recoger las vacas de aquellos contornos, pasaban a otro paraje, arreando las ya recogidas; para lo cual un jinete marchaba adelante, y los demás rodeaban el rebanho y lo iban haciendo mover, sin hostigarlo demasiado para que no se embraveciera y dispersara. Con esta tarea continuada durante dos ó tres meses, recogían los cincuenta índios, en espacio de cien leguas, cinco ó seis mil vacas para su Pueblo. A veces, con más largo trabajo, se juntaban diez, doce y aun veinte mil (1913, p. 206).

Durante parte do ano, a população da estância podia ser pequena,¹⁸ mas crescia em alguns momentos, podendo chegar a 70 pessoas conforme vimos acima. Além dos homens, também contava com a presença das mulheres.

Para evitar este tã grãde incõveni.^{te} busq u puesto media legoa desta R.^{on} de S.^{ta} M.^a hazia S. X.^{er} dõde actualm.^{te} estoy ayudãdo al H.^o a hazer los corrales, y manana 4 deste estarã las ovejas en ellos. y espero en el S.^r se hallarã bien porq el puesto es a proposito, y el H.^o viviera en la R.^{on} cõ el P.^e Clau.^o y tendra todo lo q a menester y puede acudir a la estan.^a cõ descãso. Los ovejeros sõ cassadas de aqui q como estã en su R.^{on} y e sus chacaras cõ sus mugeres no tiene dificultad ni incõveni.tes y se les da de bestir (MCA [IV] 1970, p. 314).

Além disso, havia a participação de algumas crianças nas estâncias, sobretudo meninos, que apresentavam habilidades de fazer cálculos ou mesmo da escrita para auxiliar na contagem dos animais. De acordo com Baptista (2015b, p. 61), elas serviam ainda e talvez de forma especial, para vigiar o comportamento dos adultos.

Em relação aos habitantes da estância e suas respectivas tarefas ali desenvolvidas, encontramos um Memorial datado em 1762, sem assinatura, informando como ocorria a distribuição dos indígenas pelos *puestos* da estância. Mesmo o documento não apresentando o nome específico da instalação à qual pertence, torna-se importante para que possamos entender como funcionou à organização desses trabalhadores. O Memorial ainda nos contemplou com nomes, destacando capatazes, peões que eram destinados aos afazeres do

¹⁸ Segundo Jean Baptista (2015b, p. 60), não passava de 10 a 15 vaqueiros, embora o autor não se refira às demais ocupações envolvidas naqueles espaços.

campo, os que conduziam as carretas e barcos, os cozinheiros e, enfim, as mulheres, separadas entre casadas e solteiras. O quadro abaixo foi elaborado pela autora a partir dos dados encontrados.

Quadro 2 - Gente, que tiene esta Estancia y distribucion della, 30-12-1762

Puesto de las Palmas	Puesto del Bagual el Arriba	Puesto del Bagual del Abaxo	Puesto del Rincon	Puesto de la Carráda	Puesto el Arreio, ó casa.	Peones destinados p ^a la Obra	Otros
1° Capataz Basilio 2° Sebastian 3° Juan 4° Fernando Chico Ay solo cria en este Puesto.	1° Capataz Francisco 2° Valerio 3° Mathias 4° Hermenegildo 5° Ramoncito Ay solo cria en este puesto: ayudan al otro.	1° Capataz Ygnacio 2° Santiago 3° Miguel 4° Sebastian 5° Fernando Grande	1° Capataz 2° (...) 3° Juan 4° Narcito 5° Yph Antonio 6° Pedro Vidal 7° Francisquito	1° Capataz Iph 2° Pedro 3° Romnaldo 4° Antonio 5° Iph Antonio 6° Isidro 7° Santos 8° Pedro Pasqual muchacho	1° Capataz – Lucho 2° Juan de Dios 3° Salvador, q le dizen Chava 4° Juancha Mata 5° Ign° Fuentealla 6° Jazinto 7° Patricio 8° Analtacio 9° Agustian Grande 10 Mariano 11 Bonifacio 12 Manuel 13 Nango 14 Naldo 15 Aguiancito del Mata 16 Froncoso Estes 16 son peones destinados al campo	1° Luis del Bacco 2° Manuel 3° Iph B. 4° Iph Criollo 5° Antonio 6° Pedro Antonio 7° Francisco Pachico	tres viejos p ^a andar con las carretas. Marcos Perico y Estanislado en dos cueros a los cortadores del material; 2 sacristanes luchito y Juan Ag ^a . 6 muchachos del 3, 4 y 5 años. otro muchacho grande enfermiz. Francisco cocinero.

Obs: Las mugeres casadas son 34. Las Solteritas grandecitas son 8. Medianitas 6. Muchachitos recien (...) y se pecho son 5. Muchachitas 2. Son en todos de todas edades los (...), desta estancia. 122; oy 30 del (...) del 62.

Fonte: Memorial de habitantes de Estancia de la Compañía de Jesús. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús Leg [418] Sala IX 6-10-6.

Segundo o documento, nos seis postos descritos ele contabiliza 34 mulheres casadas, moças solteiras e 6 que chama de “medianitas”. Também registra 7 crianças de colo, 5 meninos e 2 meninas. Há também referência a 3 velhos e dois sacristãos. Reitera-se, desta forma, a presença de famílias constituídas nas estâncias.

Podemos dizer que o trabalho destas famílias que se responsabilizavam pelo gado das estâncias era de grande importância para as que viviam nas áreas urbanas das missões, uma vez que as proviam de essencial proteína animal. Com esta afirmação, queremos introduzir, para finalizar este capítulo, um tema até certo ponto delicado, relativamente ao solidarismo que os religiosos pretenderam desenvolver entre os índios cristãos das missões. Este solidarismo que é indicado pela historiografia clássica (HERNÁNDEZ, 1913; FURLONG, 1962) é, inclusive, referendado por autores contemporâneos que, como M. Cristina Bohn Martins (2006), viram, no “sistema de festas” das missões, sua clara expressão. Poenitz e Platini também manifestam uma compreensão neste sentido, ao indicar a integração entre as reduções, evidenciada pela rede de caminhos que as unia.

La organización del sistema vial interreduccional de la Provincia Jesuítica del Paraguay constituye un concreto ejemplo del orden existente en el conjunto de los pueblos. Esta sincronizada red de caminos construída para integrar os pueblos en función de un sistema particular, fue uno de los esenciales fundamentos para la concreción de los principios que sustentaron la obra misional: la solidaridad entre los pueblos y el espíritu comunitario en la producción de bienes. (...) Los pueblos septentrionales, sobrados de cultivos subtropicales intercambiaban aquellos con los productos cráneos de reducciones meridionales como Yapeyú, San Miguel, La Cruz, Santo Tomé, etc. Todo esto era posible a través de una rígida disciplina, pero, sobre todo, con buenos caminos, pues las distancias eran grandes y, en muchos lugares, la accidentada geografía obstaculizada el contacto entre los pueblos (POENITZ; PLATINI, 1994, p. 395).

Assim, em princípio, tal como a produção do Tupambaé poderia servir para solidariamente ajudar pueblos que o necessitassem, o gado igualmente seria um recurso a ser compartilhado, ao menos no plano ideal. São novamente Poenitz e Platini (1994), juntamente com Porto (1954) e Barcelos (2000a), que afirmam: no processo de abastecimento, o gado recolhido nas vacarias era levado para as estâncias, onde eram fundadas com aproximadamente 40.000 vacas.

Apesar do expressado solidarismo entre as missões, podemos verificar que havia questões que sugerem a necessidade de relativizar esta noção. É o que se pode ver em um

documento produzido pelo Padre Angelo Camillo Pietragrassa¹⁹ da Companhia de Jesus. O Padre foi nomeado pelo Provincial Juan Baptista para resolver o pagamento das vacas fornecidas pela estância de *Yapeyú* a outros povos, no ano de 1724. Ele escreveu um Parecer esclarecendo: “la p.^a quantas vacas se sacaron: a quienes, y como se han de pagar.º Lo 2º Si se han de pagar, y a quienes se han de pagarlos salarios a los indios, que les vaquearon?”²⁰.

Na tentativa de solucionar esses problemas, o Padre Angelo Pietragrassa primeiro verificou com os índios a quantidade de animais que foram levados, atingindo 75.604 vacas. Entretanto, os condutores chegaram ao destino com uma quantidade diferente da prevista, pois alguns animais se perderam pelo caminho. Por isso, era importante, principalmente, nas maiores distâncias organizar as viagens.

No segundo momento, era preciso resolver a remuneração dos animais, o que envolvia a quem e como deveria ser o pagamento. O Padre Pietragrassa esclarece que nas estâncias havia um trabalho desenvolvido para conservação e multiplicação das vacas. Em um trecho do Parecer, em que se refere ao que se costumava fazer nas situações que envolviam pagamento, lemos:

las estancia en donde procuran sus dueños su conservacion, y multiplica despues de cogidas [...] lo que se acostumbra hacer con las vacas de las estancias, y vaquearlas a medias; de manera que el dueño de la estancia, dando facultad a otro, para que [...] en ellas a su gasto; se reparte por mitad las cogidas que dandose el dueño con la una mitad, y con la otra quien las vagaro. Y en esta conformidad, jusgo se há de repartir las 75604 vacas su so dichas²¹.

Ele indica que o pagamento seria efetuado através da repartição das vacas entre os envolvidos. Cabe destacar que os animais, quando fornecidos de uma estância maior para fundação de outras, após sua chegada ao novo destino, passavam por um processo de cuidados e multiplicação que durava uma média de oito anos. Assim, um determinado Povo ficava “devedor” do que lhe havia fornecido, até que seus rebanhos, multiplicados, permitissem fazer o pagamento.

Como se percebe, os religiosos parecem inclinados a atender a uma contabilidade que se organiza a partir dos interesses de cada missão, protegendo-os de possíveis desajustes. Cardiel também explica sobre a venda e compra dos animais a partir das estâncias maiores,

¹⁹ O padre Angelo Pietragrassa nasceu em Pavia (Itália) em 1656 e faleceu em Santo Tomé (Corrientes) em 1729. Ingressou na Companhia de Jesus em 1673 e concluiu os 4 votos em 1690 em Sevilha (Espanha). Chegou no território da Província do Paraguai em 1691 e foi nomeado Superior do Uruguai em 1710-1714 (STORNI SI, 1980).

²⁰ Parecer del P.^o Angelo Camillo Pietragrassa de la Compañía de Jesús. AGN, Buenos Aires. División Colonia Sección Gobierno Compañía de Jesus 1723-1734, Legajo 4, 411, Sala. IX 6-9-6.

²¹ Ibid.

destacando ainda o valor das vacas mansas, que era diferente das que ainda não tinham sido domesticadas.

Que desde este tiempo se empezasen a gastar, no yendo los pueblos a cogerlas, como cosa común y sin dueño, pues eran del pueblo de Yapeyú, sino vendiéndolas el pueblo a quien las quisiese comprar: poniéndolas a su costa en las cercanías del pueblo comprador. Y por cuanto eran vacas ya mansas, y hechas a vivir con sosiego, valiese cada cabeza un real de plata más que las otras cimarronas recién sacadas, cuyo precio era entonces de solos tres reales de plata cada una, fuese vaca, o toro, gorda o flaca. (CARDIEL [1771] 2002, p. 82).

Nos Inventários (apud GATTIBONI, 2008, p. 108), também é possível identificar situações desta natureza: “Deviam ao Povo de São Miguel os seguintes Povos: Santo Ângelo devia mil seiscentos e noventa e quatro pesos; Santo Tomé devia mil oitocentos e noventa e dois pesos; São Borja devia quatrocentos e noventa e seis pesos”.

Os condutores das vacas eram grupos de índios cedidos por alguns povos. Seu número variava dependendo da quantidade dos animais que eram conduzidos, mas, geralmente, seguiam o modelo utilizado para as vacarias, em torno de 50 índios e muitos cavalos para ajudar a recolher o gado. Sobre a quantidade de animais e o pagamento dos seus condutores, e ainda, sobre se eles deveriam ser remunerados e por quem, Padre Angelo esclarece:

Digo, que [...] razon [...], cabeza [...] [...] [...] en esto con el parecer del P. Juan de Inayu que lo devia pagar los pueblos, cuyos tropas llevaron los conductores, pero porque las vacas, que se les entregaron para llevar fueron las dicha 75604. y se [...] entregaron 30794 vacas, segun se saca de su recibo, y su entriega, perdiendo cada tropa mas de lo, que avia de aver entregado, no se les deve paga alguna, pues por razon del conchabo las [...] de por alla por entero²².

Conforme consta no documento, a quantidade de animais entregues não correspondia ao número do que foi negociado. Devido a esse problema, o Padre Angelo, consultando outro Parecer, o de Juan de Inayu, julgava que não deviam pagar aos condutores das vacas pela entrega que não ocorreu conforme o previsto, sendo que mais da metade delas foi perdida no caminho.

A partir do documento, percebe-se que o abastecimento da produção de gado nos *pueblos* dava-se através das estâncias maiores que forneciam os animais. Depois, os vaqueiros conduziam o gado até o destino, e organiza-se como seria o pagamento. Esse documento permite entender os problemas internos sobre os pagamentos dos animais fornecidos e dos

²² Parecer del P.º Angelo Camillo Pietragrassa de la Compañía de Jesús. AGN, Buenos Aires. División Colonia Sección Gobierno Compañía de Jesús 1723-1734, Legajo 4, 411, Sala. IX 6-9-6.

condutores que transportavam esse gado. Em um capítulo subsequente, veremos que a disputa por terras também podia colocar jesuítas e povoados em desavenças.

Como se verifica, ainda, estas atividades envolviam conjuntos consideráveis de indígenas e davam a eles uma certa liberdade de movimentação durante largo tempo. Mas não era esta a única preocupação que elas traziam aos jesuítas. Levinton (2009, p. 256), numa referência à *Yapeyú*, que poderia ser estendida a outras realidades, informa “que en sus actividades por las extensas tierras yapeyuanas, tenían mucho contacto con los índios nómades. Además, con asiduidad se encontraban alejados de sus familias y no asistian a las ceremonias religiosas”. Durante o percurso até as Vacarias, era possível que alguns índios reduzidos aproveitassem para manter relações com seus parentes não reduzidos.

A dificuldade de estabelecer esses grupos fica patente no Diário de Silvestre Gonzalez de 1705. Os vaqueiros também chegavam a se relacionar com elementos da sociedade colonial espanhola. A partir dessa aproximação, eles retornavam para os povoados trazendo novas inquietações ou ainda notícias sobre ataques de infiéis, causando alvoroço. Segundo Baptista (2015b, p. 66), “o contato com coloniais, enfim, apresenta dificuldades de controle sobre as populações das estâncias, levando adiante os vícios ocidentais combatidos pelos missionários”.

Antes de iniciar uma viagem, eram realizadas algumas medidas para o caso de acontecer algum assalto ou não fosse possível dar continuidade aos trabalhos, haja vista que durante o percurso estavam expostos a diferentes contatos. Assim, era realizada uma série de recomendações, além da confissão: “essas muito lembram consultas e plegarias outrora aplicadas por lideranças espirituais aos caçadores de partida” (BAPTISTA, 2015b, p. 67).

As estâncias missioneiras da Banda Oriental do rio Uruguai foram alicerces da missão. Sua produção era essencial por garantir certa segurança alimentar, o que, como dissemos, era importante para evitar fugas e dissensões dos povoados. Elas eram geradoras e propulsoras do crescimento e estabilidade das reduções. No entanto, na mesma medida de sua importância, elas foram elemento propulsor de disputas envolvendo animais. Bem como os espaços em que eles eram criados, tema que iremos tratar no próximo capítulo.

4. **PUEBLOS E SUAS ESTÂNCIAS: UM “INCÊNCIO” DE PLEITOS**

Representações provenientes das fontes jesuíticas, inclusive cartográficas, ajudaram a moldar o que se convencionou chamar de “espaço missionário”, considerado como um dado território em que se desenvolveram as missões jesuítico-guaranis e as atividades que a sustentavam. De forma geral, essa ideia tem a ela associada uma série de outros pressupostos, tal como a noção de que era dotado de uma homogeneidade constituída principalmente pela ordem e harmonia prevaescentes em *pueblos* formados por guaranis cristãos (BARCELOS, 2000a; 2006; LEVINTON, 2005, 2009).

Guillermo Wilde (2011, s/p), por exemplo, destaca que a concepção de que as reduções tenham sido “espacios cultural y lingüísticamente homogéneos, religiosamente ortodoxos, y políticamente ordenados y jerárquicos ha persistido en el sentido común académico, sin ser sometida a una crítica rigurosa”. Afirma, ainda, que a “operação discursiva” realizada pelos inicianos na produção de registros de diversa natureza, ajudou a constituir a ideia de uma radical oposição “adentro-afuera de la reducción”. Seriam espaços diferenciados como o primeiro, da ordem e cristandade; o segundo, da infidelidade e selvageria.

Um outro pressuposto que aparece ligado a tais interpretações é o da “ordem” e solidarismo, isto é, a existência de uma “organicidade” entre as áreas que dizem respeito às missões em seus espaços urbanos e paisagens agrárias, não atentando para possíveis conflitos entre elas que, como discorreremos a seguir, também existiram. Antes disso, talvez não seja demasiado lembrar que, mesmo a prevalência de uma plena estabilidade no plano interno de cada missão (só ameaçada pelo que vem de fora), essa é também uma imagem construída pelas fontes e que deve ser relativizada (MARTINS, 2007).

A população das missões, de fato, não era homogênea, como bem revelam os trabalhos de André F. da Silva (2011), pois ao contrário, podemos observar indícios de interações entre diferentes grupos nativos nos povoados, e o de Elisa Frühauf Garcia (2007) o qual chama a atenção para os equívocos de pensarmos a atuação dos grupos indígenas como unívoca.

Nesse sentido, torna-se possível pensar que o “espaço missionário” foi mais uma projeção do que uma realidade. O que existiu foi um território de atuação bastante forte da Companhia de Jesus, mas não exclusivamente dela. Ele continuou sendo área de vivência de outros grupos indígenas, bem como de novos atores sociais, como espanhóis fugitivos,

marginalizados e portugueses da Colônia de Sacramento. Assim, além de termos que considerar os guaranis que não ingressaram nos povoados, outras etnias fizeram-no, passando a fazer parte das missões chamadas genericamente de “guaranis”. Por isso, o nosso cenário de estudo não deve ser pensado como o “espaço missioneiro” construído pelas fontes e pela historiografia mais clássica. Ele deve ser tensionado, lembrando-se, inclusive, dos conflitos internos.

Embora saibamos que relações de tipo diferente deveriam ocorrer de diversas outras formas, aquelas em nível “oficial”, tramadas entre os *pueblos* que formavam o conjunto da Província Jesuítica do Paraguai, eram estabelecidas através dos seus representantes, que vinham a ser os curas de cada missão. Muitos acordos que foram firmados estreitaram os laços entre eles. Uma das estratégias para o fortalecimento desses laços estava na participação de indígenas de algumas reduções nas celebrações e nas festividades principais de outras, como foi estudado por Maria Cristina Bohn Martins (2006).

Nessas ocasiões, visitantes e anfitriões engajam-se em jogos, danças, cantos, troca de notícias, de presentes e alimentos. Costuma-se, nessas oportunidades, preparar antecipadamente muita comida e “vinho” para aguardar a chegada dos convidados, em visitas que podem se estender por longo tempo. Essas são situações em que a sociedade se reconhece, afirma normas de vida coletiva, laços de solidariedade, partilha conhecimentos e sentimentos comunitários. Convidar e receber festivamente os convidados, assim como atender aos convites recebidos, não apenas oportuniza essa integração. Portanto, mais do que a oportunidade de romper com o calendário da rotina, de suspender o cotidiano, a festa guarani é a concretização de um ideal de vida, a celebração de um “modo de ser” específico, sustentado e sustentáculo do conagração comunitário (MARTINS, 2006, p. 85-86).

Porém, assim como havia acordos, também encontramos distanciamentos e desavenças entre elas¹, o que pode ser observado, por exemplo, em pleitos como os que analisaremos a seguir. Esses pleitos geralmente se resolviam em longo prazo e costumavam envolver disputas por recursos como terras, gado e água. Em meio a esses problemas internos, atuavam Provinciais, Superiores e Curas, tentando resolver os litígios. Como iremos verificar, em algumas situações, mesmo o Padre Geral veio a se manifestar.

Neste capítulo, trataremos de tais disputas, especialmente aquelas que se instalaram entre as reduções que foram criadas na margem oriental do rio Uruguai, atual estado do Rio Grande do Sul, no final do século XVII. Até então, estas áreas e suas riquezas naturais

¹ A referida autora também adverte que entre os povoados missioneiros criou-se certa competitividade relativa aos festejos principais com as várias missões, procurando emular e até superar as celebrações que conduziam em datas especiais (MARTINS, 2006, p. 184).

estavam sendo exploradas pelas missões mais antigas, situadas a ocidente do referido rio. Elas apresentavam muitos atrativos, como ervais, planícies com boas pastagens para criação de gado bovino, cavalos, ovinos e caprinos, áreas para cultivo de canaviais e chácaras de legumes e verduras (BARCELOS, 2006). Nesse sentido, podemos dizer que os litígios estabelecidos entre os *pueblos* da Banda Oriental do rio Uruguai ocorreram especialmente em função do interesse por estes recursos. Os conflitos podiam se estender até que Pareceres emitidos por autoridades da Companhia viessem a deslindá-los. Podiam também envolver contendas anteriores cujas resoluções embasavam as novas disputas. Compreendemos que a atenção a este tipo de ocorrência assinala a necessidade de relativizarmos a compreensão prevalescente que acentuou aspectos da solidariedade entre os povos e desconheceu situações como as que apontaremos a seguir.

4.1 O caso de *La Cruz e Yapeyú*

Como veremos, não foram poucas as vezes em que os povoados missioneiros se envolveram em disputas que diziam respeito ao seu espaço “não urbano”, muitas delas relativas aos limites entre suas estâncias. É possível verificar que a maioria dos conflitos envolveu querelas pela posse de terras em áreas onde havia pecuária, sendo essa uma das hipóteses que buscamos apresentar ao longo do capítulo. Isto não significa que outras disputas não tenham estado presentes, podendo girar em torno de ervais, rebanhos², ou de reservas como, por exemplo, de cal.

Este tipo de situação se agravou especialmente “no contexto da re-ocupação da Banda Oriental do Rio Uruguai, através da fundação de novas reduções” no final do século XVII (BARCELOS, 2006, p. 451). Quando os jesuítas voltaram a mobilizar os guaranis para retornar ao nordeste do Rio Grande do Sul, depois de terem abandonado esta área de missão em razão das incursões bandeirantes das décadas de 1630 e 1640, houve a necessidade de reorganizar a ocupação deste território. Passaremos a analisar alguns dos litígios que se estabeleceram a partir de processos que foram conduzidos para dirimir as discussões referentes ao direito sobre determinadas áreas e que eram alvo de Pareceres de juízes nomeados por Superiores³.

² É o caso da queixa por parte dos *yapeyuanos* em relação a um rebanho de vacas referido por Norberto Levinton (2005, p. 39).

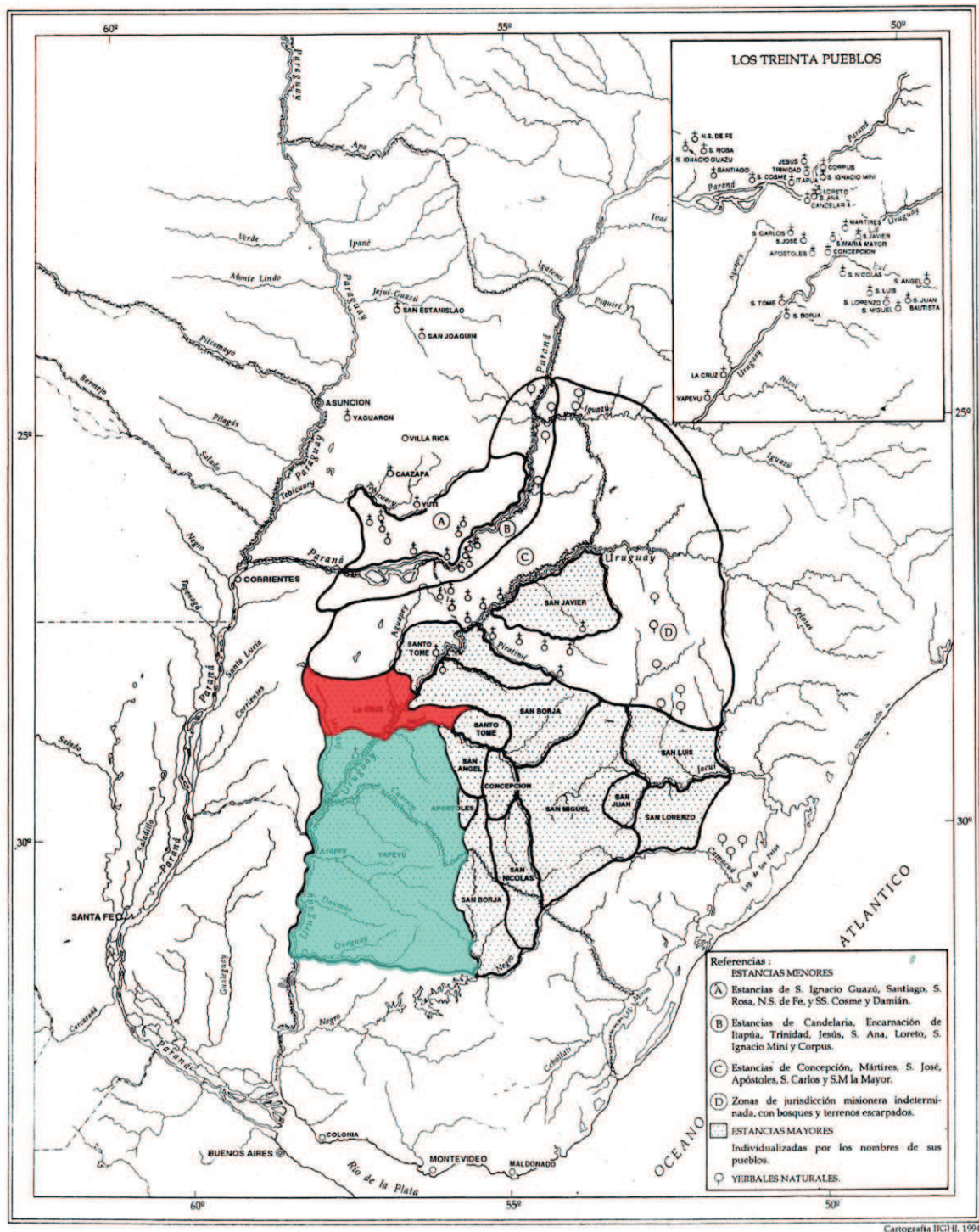
³ Os Processos consultados encontram-se no *Archivo General de la Nación* em Buenos Aires, no “Fondo de la Compañía de Jesús”, Legajo 2.

Um pleito de terras, por exemplo, envolveu os *pueblos* de *La Cruz*, também chamada *Asunción del Mbororé*, e *Yapeyú*, que ainda recebe nos documentos o nome de *Nuestra Señora de los Reyes*. *Yapeyú* foi a redução mais meridional de todas as da frente missioneira, estando situada à margem direita do rio Uruguai, em frente à desembocadura do rio Ibicuí. Este pode ser considerado como o limite sul do território de ocupação guarani-missioneira. “El Yapeyu (...), fundada el año de 1626 sobre las márgenes del río Uruguay persevera en su suelo nativo en 29 grados 31 minutos de latitud, 321 y 2 minutos de longitud con 1.587 familias, que son 6.400 almas” (PASTELLS, 1912, p. 781). Sua estância, entretanto, estava localizada no lado esquerdo do rio Uruguai.

O *pueblo* original de *La Cruz*, segundo o cônego João Pedro Gay (1863, p. 349), foi edificado pelos jesuítas em 1629, na margem ocidental do rio Uruguai e ao confluente do arroio *Mbororé*, umas dezoito léguas ao sul de *Santo Thomé*. Foi a princípio agregado à *Yapeyú*, do qual se separou, vindo a se estabelecer definitivamente no lugar hoje ocupado pela cidade chamada *La Cruz*, pelo ano de 1657. Conforme podemos ver na imagem abaixo, (Figura 9), as indicações em colorido foram inseridas pela autora, em vermelho *La Cruz* e azul *Yapeyú*.

A Cruz está collocada sobre uma collina que fazem distinguir de longe suas altas palmeiras. Sua posição é mui pittoresca. O Uruguay rega os pés d’esta collina emquanto a antiga Missão corôa a parte superior; d’onde a vista se estende até a villa de Itaquí, duas leguas acima da Cruz sobre a margem opposta do rio Uruguay, e d’onde se avistam do lado do Poente os tres cerros, que se levantam como enormes tumulos ou pequenas pyramides na planície (GAY, 1863, p. 349).

Figura 9 – Mapa da localização dos povos, ervais e estâncias das Missões, caso de *La Cruz e Yapeyú*.



Fonte: MAEDER; GUTIERREZ, 2009, p.26

Foi a pequena expressão demográfica dos *pueblos* de *La Cruz* e *Yapeyú* que fez com que os jesuítas os integrassem entre os anos de 1651-1657. Esta providência, embora tenha tido vida efêmera, trouxe motivos para posteriores disputas.

El pueblo no avanzaba ni en lo temporal ni en la cantidad de habitantes, en 1641 y en 1647 se mantuvo el mismo tope del crecimiento. Por eso, en 1651 los jesuitas decidieron integrar la comunidad yapeyuana con la de La Cruz. Pero esta unión tampoco dio buenos resultados y se separaron en 1657. El proceso implicó la cesión de tierras de los yapeyuanos a los cruceños hecho que, posteriormente, suscitaría varios litigios (LEVINTON, 2009, p. 249 – 250).

Em 1688, estando já os povoados separados, houve uma certificação de limites sobre o território pertencente a *La Cruz*. Segundo Barcelos (2006), ela incluía o espaço da estância, apresentando uma linha de demarcação que acompanhava acidentes geográficos, como rios, arroios e pântanos.

Al P^e. Thomas Donvidas de la Comp.^a de Jesus y su Prov.¹ en estas Prov.^{as} del Paraguay, Tucuman y Rio de la Plata a peticion y ruego del Correg.or y Cabildo y demas casiques de este Pueblo de la Assuncion de ñra S.^{ra} del Mborore, y su cura P.^e Domingo Bodileu [Bodilerç Bodilesç] y al Prov.¹ Thomas Donvidas, y P.^e superior Alonso del Castillo, y P.^e Juan de Torres que todos con instancias me anpedido [han pedido] ler mendedar [mande dar] títulos de las tierras, q.^e desde q.^e se fundo este dicho pueblo en el sitio en q.^e el presente esta, porteen para mas justificacion de su derecho, y de que legitim.^{te} las posen, para que en ningun tiempo nadie ler moleste ni inquiete su pacifica posesion digo, y declaro por términos de la estancia de la outra banda del Uruguay donde tienen sus vacas y se llama el Ytaqui comenzando el termino de dicha estancia desde la otra banda del Uruguay corre havia el orientale y llega hasya el **A.** Ybipira miri, q.^e es el ultimo termino de lo largita, y por un Cierrilo costado desde el **B.** Ytaembe q.^e es la cabezada del **C.** Mbutufí vine [viene] corriendo siempre dicho mbutufí por la outra banda hasta entrar al Uruguay dicho Mbutufí, corriendo al Uruguay arriba hacia de S.^{to} Thomé llega el ultimo termino de lo Largo, **D.** al Caai mirí de esta vanda, y corriendo dicho Caai mirí arriba hasta, **E.** el Yaqueri y passando dicho Aguapey **F.** el Yaqueri saliendo un vaquito del Cupecandu, se va corriendo hacia el Sur desde, **G.** el Chaitaqua que es un Caa pau **H.** y el Yapo catingi, que es un Caa pau desde donde comienza el pântano grande **I.** del Guabirabi, y corre hasta **k.** el Ararati q.^e es un baxo q.^e divide las chacras del Yapeiu de las deste Pueblo, y viene hasta llegar **L.** al Mbacati q.^e es un Arroyo q.^e entra al Uruguay y todas las tierras que caen de esta vanda de dicho Arroyo hasta el Uruguay son las tierras de este Pueblo menos el xembia ha q.^e esto es de los del Yapeyu, y asi el termino fíxo es desde la cavezada del Mbaeati corriendo entra al Uruguay y pasando [ilegível] um baxio de pantanillo **M.** del Pari riti se va corriendo hasta **N.** el Tembetari vine [viene] corriendo entrar **O.** el Ybicuiti corriendo arriba el orrientele [orientale] hasta **P.** el Ibiripa guasu, pues y asi ordeno y mando q.^e ningun Pueblo, ni para q.^e cuide dele l Ynquiete el dominio y pareciendo dichas tierras aqui mencionadas dentro de dichos linderos ni pase, ni haga pasar a algun de su Pueblo a obtener posecion o dominio de dichas tierras

contenidas em dichos términos pues en Justicia se guarden a cada uno indemnes las tierras q.º poseen, y los derechos con que los porteen, y por que coste [conste] dói esta firmada de mi nombre. En doze de Julio de mil seis cientos y ochenta y ocho años en esta Doctrina de la Assunp.^{on} de ñra Señora del Mborore (apud BARCELOS, 2006, p. 459-460).

A estância de *La Cruz* foi organizada em terras que tinham originalmente pertencido ao povoado de *Yapeyú*, ficando as duas na margem oriental do rio Uruguai⁴, como se verifica no mapa anterior (Figura 9). Um Parecer, datado de 13 de novembro de 1696, apresenta várias queixas feitas pelos padres de *Yapeyú*, referentes à perda de suas terras. Esse litígio iniciou em 1663 e se estendeu até o referido ano de 1696, quando ocorre o seu julgamento.

Embora as reduções envolvidas não se encontrassem assentadas na margem oriental do rio, onde estavam os “Sete Povos” e suas respectivas estâncias, que vêm a ser objeto mais estrito deste trabalho, as envolvidas na disputa por terras, localizavam-se ali, razão pelo qual o pleito em que elas se envolveram será objeto de nossa análise. Além disso, o conflito torna-se importante para nossa investigação, pois mostra vários momentos do litígio, desde a reunião dos dois *pueblos* em uma missão, passando pela sua posterior separação, pela doação feita pelos índios de *Yapeyú* à redução de *La Cruz*, chegando aos argumentos apresentados, depois, pelos *yapeyuanos*, para reaver as terras que haviam cedido e, finalmente, à sua desistência deste intento.

Como veremos no primeiro momento, os Superiores tentavam resolver as querelas, priorizando o “direito antigo” do *Pueblo*. Contudo, quando não chegaram a um acordo, o problema foi encaminhado para o Provincial autorizar a nomeação de juízes para a causa.

dixo q̄ era mejor p.^a confirmarse en todo con lo q̄ N. P. Gen.^l disponía, q̄ se nombren jueces, y q̄ asi lo dexaria su Reve.^a señalados, a q̄ replico un padre, preguntando, q̄ era lo q̄ avian de jugarlos Padres Jueces en la causa presente? A q̄ respondió su Reve.^a del P.^e Prov.^l y dixo lo q̄ ande juzgar es el derecho antiguo, q̄ tiene cada uno de los pueblos a dichas tierras sin hacer casos de Donaciones de Indios, q̄ son pobres tontos no saben lo q̄ se hacen, y se dexan engañar, con esto se quito el P.^e q̄ preguntaba, y se acabo la junta, q̄ dando en esto por ser esto verdad pido a V.R. lo authorize (ya q̄ yo me e olvidado de sacar lo in scripts del P.^e Prov.^l) para q̄ con esto de la voluntad de su Reve.^a a los Padres Jueces. = Siervo de V.R. Santiago Ruiz. = y al pie la respuesta del P.^e Sup.^{or} como se sigue respondo a lo q̄ V.R. me pregunta, y digo q̄ es asi verdad lo q̄ V.R. P.^e Prov.^l dixo como en este papel se contiene, y porq̄ no pide otra cosa V.R. lo firmo de mi nomb.^e en S. Lorenzo a 29 de Julio de 96.⁵

⁴ Sobre as datas de fundação de ambas estâncias, não encontramos fontes específicas, mas presumimos que aconteceram junto às fundações das suas reduções, devido ao fato de os documentos que tratam das reduções nesses períodos trazerem informações sobre elas, especialmente ao tratarem dos litígios de terras.

⁵ Parecer del P.^e Anselmo de la Matta de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañía

Nesse momento, é possível perceber a importância da nomeação dos juízes para analisarem a procedência do caso e, finalmente, conseguirem arbitrar de forma que pudesse ser aceita como imparcial pelos litigantes. Sem essa nomeação, a responsabilidade por dirimir o conflito era dos Superiores e, nesse caso, podia haver alegação de privilégios na sentença final, como se infere no trecho do documento a seguir.

[...] la determinacion antigua del P. Altam.^o favoreciesse el P. Prov.¹ al Yapeyu se le pondero con exageracion la falta q̄ le hacian aquellas tierras al Yapeyu y detrimento que aquella donacion le avian ocasionado, no siendo la legitima causa del detrimento de las haciendas del Yapeyu la falta de aquellas tierras sino el aver faltado con las pestes que a padecido los mas. Y mejor y indios q̄ tenia, y que sabian cuidar de sus ganados, y por la misma causa de las pestes y hombres no aver podido ni los indios ni los Padres cuidar tanto de ellos. ni poderlos poner indios q̄ ay aora atender, y cuidar de tantas faenas como avia antes quando eran muchos. a que se allega averles faltado muchos años cura propietario, y [...] todos saben q̄ se cuida con menos atencion, etc.^a y que el cura que oy tiene es muy achacoso y lida mucha parte del año sin poder [...] a tanto cuidado por su achaq.^{s.6}

No caso em tela, para mediar a questão, foi designado o Padre Anselmo de la Matta⁷ que recebeu papéis por parte do *Yapeyú* os quais comprovariam seu direito sobre as terras localizadas “entre el Ytaqui y Paririti, Uruguay y Ybicuyti, y son fronteras del pueblo de La Cruz que las posee oy alegando el derecho que tiene a ellas el dicho pueblo del Yapeyu, y poseerlas Injustam.^{te} el pueblo de La Cruz aviendo visto los papeles que el Yapeyu apresenta por su parte.”⁸ O padre desta missão alegava que as terras que estavam assentadas no lado oriental do rio Uruguai não eram de direito do *pueblo de La Cruz* e que sua doação teria sido indevida.

A decisão da doação, que era motivo de discórdia, havia sido aprovada pelo visitador, Padre Andres de Rada, quando de sua vinda à região, mas não pelas instâncias superiores da Companhia. Com isso, numa tentativa de resolver o problema, foi proposto aos padres dos povoados envolvidos, uma divisão das terras entre o Ibicuí e o Uruguai, e entre o

Jesús (1676-1702). Legajo N^o 2 [409]. Sala IX 6-9-4. Grifo no original, porém, aparentemente, os sublinhados desse manuscrito foram feitos depois do documento, para destacar elementos conforme o leitor desconhecido.

⁶ Parecer del P^e. Anselmo de la Matta de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús (1676-1702). Legajo N^o 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁷ O padre Anselmo de la Matta nasceu em Sevilha em 1658 e faleceu em Candelária em 1732. Destaca-se sua idade, 38 anos, quando foi nomeado juiz pelo padre Provincial Simón de León para julgar o processo entre *Yapeyú* e *La Cruz*. (STORNI SI, 1980).

⁸ Parecer del P^e. Anselmo de la Matta de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Itaqui e o Butuí. Nessa decisão, levava-se em conta o tamanho das reduções, sua demografia e a necessidades que isto acarretava.

O conflito, conforme consta no Parecer, iniciou em 1663. Nesse momento, o Superior Christobal Altamirano⁹ tentou resolver a demanda após verificar as razões de ambas as partes e consultar “muitos padres”.

Vistas la razones de ambas partes, y consultandolas a muchos Padres: determino lo siguiente, para que se quiten quiebras de Caridad, y aiga buena correspondencia entre las dos reducciones q̄ en las lomas q̄ estan enfrente dela Assump.ⁿ dela outra Vanda de Uruguai, no aren los dela dha Doctr.^a para sus sementeras, ni passen ganado alguno para repartar en ellas, por el daño que de aquello se sigue a la Estancia de Yapeyu, y señalo por termino de dha Estância, toda la tierra, q̄ esta entre Ybicuyti, y Uruguai arriba hasta el Itaqui, con el Caá amba, que esta entre estos terminos, en los cuales, solo los del Yapeyu tengan sus ganados de yeguas, y vacas. pero por lo dicho no se quita, q̄ puedan renovar q.^{do} quisieren um algodonal, y una chacra q̄ para el P.^e q̄ cuida dela doctr.^a de la Assump.ⁿ se a permitido, conq̄ no paseen mas la tierra adentro. La libertad conq̄ los del Yapeyu andado sus tierras, y ganados maiores, y menores sin interes alguno dexa comodandose p.^a acomodar alôs dela Assump.ⁿ pide no los inquieten en lo q̄ tienen dela otra vanda del Uruguay, y asi se haga, y observe, fecho en la Redu.ⁿ de S. Thomé em 23 de Feb.^o de 1663.¹⁰

O litígio de terras, contudo, não foi ali encerrado, e estava longe de ser resolvido. Além disso, em 1688, houve outra doação, também realizada pelo cabildo e caciques de *Yapeyú* para a redução de *La Cruz*. A terra doada, igualmente à anterior, estava localizada na margem oriental do Uruguai, sendo o ato oficializado pelo Provincial Thomas Donvidas¹¹ para ser depois anulado pelo Superior Simón de Leon.

por parte de la Cruz para probar mejor derecho se an presentado dos Donaciones, la una del P.^e Prov.^l Thomas Donvidas, con asistencia del P.^e Sup.^{or} Alonso de Castillo con consulta y consentimiento de los Indios del Yapeyu, como se refiere en ella, y outra Donacion de dichos Indios ratificada delante del P.^e Provincial Lauro Nuñez, y confirmada por el mismo las cuales Donaciones no paresse estan anuladas expressam.^{te} por la confirm.ⁿ del derecho antiguo, q̄ hiço el Padre Provincial Simon de Leon, pues aun q̄ el Padre Sup.^{or} afirma en el papel arriba citado, q̄ el Padre

⁹ O padre Christobal Altamirano nasceu, em 1602, em Santa Fé (Argentina) e faleceu em 1698, em Apóstoles (Misiones). Ingressou na Companhia de Jesus em 1617, no Paraguai, e recebeu seus últimos votos em Concepción. Ele foi nomeado Superior dos guaranis em 1660-65 (STORNI SI, 1980).

¹⁰ Parecer del P.^e Anselmo de la Matta de la Compañia de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañia Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

¹¹ O padre Thomas Donvidas nasceu em 1618 em Avila na Espanha, vindo a falecer em Santiago do Chile, em 1695. Ele ingressou na Companhia de Jesus em 1635 e chegou no território da Província do Paraguai em 1640. Recebeu um cargo a partir dos 4 votos em Asunción, foi nomeado Provincial do Paraguai em 1676-77 e visitador do Chile em 1692-95 (STORNI SI, 1980).

Provincial dixo no se hiciesse caso de Donaciones de Indios prudentem.^{1e} se puede Juzgar, que habla de las donaciones no confirmadas, ni ratificadas por los Padres Provinciales sus antecesores con examen. de la voluntad de los Indios, y sus ratificaciones, y el Padre Superior no expresa dicha voluntad del Padre Provincial en la Certificacion que da de lo que Padre Provincial Respondio a las preguntas, que se refieren en dicho papel ni se le hizo la pregunta con esta circunstancia que la juego [sic] considerable, y que se debia expresar.¹²

As doações realizadas, tal como nos casos aqui apresentados, podiam trazer muitos problemas, inclusive sendo posteriormente contestadas. Outra questão que se apresentava, dizia respeito à sua certificação. Algumas tinham o aval do Provincial, mas não apresentavam a confirmação do Superior que, por sua vez, poderia tornar a doação inválida. Percebe-se, neste caso que aqui trazemos, que a falta de aprovação do Superior e, ao mesmo tempo, a confirmação do Provincial, estavam levando a desentendimentos que podem ter sido responsáveis pelo fato de o litígio ter se estendido no tempo.

el P. Prov.¹ dixere que no se hiciere cajo de donaciones de Indios. sin añadir alguna otra palabra q̄ modificasse esta proposision. Porque cada día oimos, que se atribuyen a los Sup.^s dichos q̄ ni los dixeron, ni los imaginaron. y se suelen referir sus dichos no como se dixeron, sino como el deseo que en cada uno se le hace parecer q̄ oye lo q̄ no se dice. o q̄ tome lo q̄ le esta bien y dexee lo que no le esta bien del dicho. Y puedan tambien averse [...] dado de la formalidad con q̄ se dixo. y lo que hace dudar es q̄ dicha proposicion esta expuesta a resucitar muchos pleitos. pues ay muchas doctrinas, que an dado a otras sus tierras, las q̄ legitimam^e poseian. Como la Concep.ⁿ S. Xavier S. Miguel S. Nicolas S. Thomé. Yrapua el y otras q̄ ignoro. Y incoriendo la voz de q̄ no valen donaciones de Indios, cada uno querra cobrar lo q̄ a dado y asta un incendio de pleitos. [...] q̄ muchas donaciones estan solo de palabra, o con algun papel simple q̄ hace poca Fe.¹³

O Parecer, datado em 13 de novembro de 1696, apresenta argumentos de ambos os *pueblos*, referentes ao direito que sustentavam ter sobre as terras. O Padre Anselmo de la Matta que foi indicado pelo Provincial Simon de Leon¹⁴ para decidir sobre o litígio, informa:

¹² Parecer del P^e. Anselmo de la Matta de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

¹³ Ibid.

¹⁴ O padre Simon de Leon nasceu em Antequera, Espanha em 1630 e faleceu em Santiago do Chile em 1704. Destaca-se sua idade, 33 anos, quando assumiu seu primeiro cargo em Asunción. Em 1695, foi nomeado Provincial do Paraguai e, em 1700, foi Visitador do Chile (STORNI SI, 1980).

[...] por quanto por parte de Yapeyu se me an presentado unos papeles, Instrumentos, y pruebas del derecho que tiene dicho pueblo del Yapeyu a las tierras que estan entre el Ytaqui y Paririti, Uruguay y ybicuyti, y son fronteras del pueblo de la Cruz que las posee oy alegando el derecho que tiene a ellas el dicho pueblo del Yapeyu, y poseerlas Injustam.^{te} el pueblo de la Cruz aviendo visto los papeles que el Yapeyu apresenta por su parte, y entre ellos un traslado autentico de una determinacion que hizo el P.^e Christoval Altamirano siendo sup.^r em litigio, que sobre las mismas tierras, tubieron antiguan.^{te} los dos dichos pueblos¹⁵.

Antes de apresentar seus próprios argumentos, de La Matta registra decisão anterior do Superior Cristóbal de Altamirano para que cessassem as disputas entre as duas missões, estabelecendo o limite entre elas e proibindo aos de *La Cruz (Asunción del M'bororé)* ter gado na estância de *Yapeyú*¹⁶. Para ele, contudo, esta determinação necessitava ser revista a partir de vários pontos que apresenta. Ao final, estes elementos serão favoráveis a *La Cruz*, referida no documento por seu outro nome, *Asunpción del M'bororé*.

A revisão da suposta concessão por parte dos *yapeyuanos* poderia, de acordo com ele, ressucitar antigos pleitos, envolvendo vários casos similares entre outras doutrinas. Anselmo de la Matta sustenta que a desconsideração de doações como aquela que estava sendo discutida comportaria um grave risco:

pues ay muchas doctrinas, que an dado a otras sus tierras, las q- legitimame poseian. Como la Concep.n S. Xavier S. Miguel S. Nicolas S. Thomé. Yrapua el y otras q- ignoro”. Ainda segundo ele, muitas de tais concessões eram feitas apenas “de palabra” ou com “algún papel simple q' hace poca Fe”, podendo-se com isso abrir-se caminho para um “incendio de pleitos¹⁷”.

O argumento de que *Yapeyú* teria sido prejudicada e enfrentava dificuldades por conta das terras que perdera havia sido, na opinião deste julgador, superestimado. Os problemas naquele momento, vivenciados pela missão de *los Reyes*, decorreriam, no seu entendimento, mais de uma peste que assolara o povoado e o privara de força de trabalho, do que necessariamente da falta daquela porção de terra.

¹⁵ Parecer del P.^e Anselmo de la Matta de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

¹⁶ Permitia, porém, que renovassem “q.^{do} quisieren un algodonal, y una chacra q̄ para el P.^e q̄ cuida dela doct.^a de la Assump.ⁿ se a permitido, conq̄ no paseen mas la tierra adentro”. O Parecer, datado de 23 de fevereiro de 1663, agora referido pelo padre Anselmo, concluía lembrando a “liberalidade” com que os moradores de Yapeyú haviam cedido terra e gado para os de La Cruz quando eles necessitaram na época de criação do referida pueblo.

¹⁷ O processo que já vem sendo analisado trata-se do Parecer del P.^e Anselmo de la Matta de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Já a justificativa por parte dos defensores da posição de *Yapeyú* de que a concessão fora feita em presença de índios do cabildo e caciques, mas não de seu cura, não anulava, para de la Mata, a cedência, uma vez que o ato envolvera a participação do Provincial Tomas Donvidas e do Superior Alonso del Castillo, que tinham autoridade suficiente para representar os moradores daquela missão. Finalmente, o último argumento, desqualifica rumores de que os índios de *Yapeyú* haviam sido seduzidos por falsas promessas ou ameaçados de castigos, caso não concordassem com a concessão de parte da estância que agora pretendiam reaver.

Por tudo isto, seu parecer foi favorável a *La Cruz*, mas não encerrou a questão, havendo ainda uma intervenção final datada de 2 de novembro de 1699, pondo fim ao litígio e afirmando que não aceitaria mais reclamações por parte de *Yapeyú*. O Provincial ordenou que se cumprisse sua determinação e fosse retirado, o mais rapidamente possível, o gado que se tivesse indevidamente posto na área que a decisão reconhecia como pertencente à estância de *La Cruz*.

No obstante el ajuste, en que V.R. deyo concordados, no faltan quienes recurran [...], principalmente , por parte delos de el Yapeiu por lo involuntario dela donacion de um Porrero ala reducion dela Cruz: Noseles oiagamas endiferencia alguna delas que han quedado compuestas: Esto dice N.P. Gen.(l) depues de averse recurrido a su Paternidad por parte de el Yapeiu contra dicha donacion, y ajuste que no se oiagamas al Yapeiu en dicha demanda, y en virtud de dicho orden , ordeno que todas las mudanzas, que se ubieren hecho el estado, en que lo deyo el P. Lauro Nunez siendo Prov.(l) se disserelvan, y se vuelvan agones en el estado dicho en que lo deyo dicho P. Prov.(l) Lauro Nunez sacando de halli los ganados, y demas cosas, que ubiere puesto el dicho Pueblo de los Reyes de Yapeiu, para que se restituía el Pueblo dela Assumpcion del el Borore a su possession: que es fecho eneste Pueblo delos Reyes de el Yapeiu em veinti ocho de Noviembre de mil seicientos, y noventa y nueve.¹⁸

Podemos assim, a partir deste caso, concluir que, como temos sustentado, as relações entre as diferentes doutrinas nem sempre transcorreram em regime de cordialidade e auxílio mútuo, podendo envolver longos conflitos que necessitavam da intervenção de vários níveis de autoridade, inclusive a do próprio Geral da Companhia. Os mal-entendidos como o que acabamos de explorar podiam fazer com que se voltasse a discutir questões de doações já dadas como encerradas, tal qual o caso de várias doutrinas que cederam parte de suas terras, situações que continuaremos a acompanhar ao longo do capítulo.

¹⁸ Parecer del P^e. Anselmo de la Matta de la Compañia de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañia Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Mesmo após o final do período jesuítico, quando as antigas missões e o que havia sido pensado como “espaço missioneiro” passaram a ser administrados pelas novas autoridades, as querelas envolvendo a área das estâncias permaneceram sendo discutidas. É o que se percebe sobre *La Cruz*, que buscou sustentar seu direito ao território antigo para os novos senhores. Para isso, segundo Barcelos (2006, p. 462), o povoado determinou a produção de um mapa que foi apresentado junto com o documento de certificação de limites de 1688 a que nos referimos anteriormente, para Don Francisco Bruno de Zavala, nomeado “Governador de Misiones” por Francisco Bucarelli y Ursua, novo governador de Buenos Aires.

Em sua análise do documento cartográfico, Barcelos explica que:

O mapa que acompanha o documento possui legendas que estão inseridas ao longo da linha de limites do território da redução e que se encontram também no documento. Seguramente, não foi elaborado em 1688, pois no corpo do mapa há duas inscrições em guarani com datas posteriores: Ybî Jesus ygua rembiporu miri que 1716 roî pîpe”, “SS.^{ma} Trin.^d Asunp.^{on} de La Cruz Est.^a 1753 D. Lequibe guare 16.192 vacas oromoinque Ypi Pay Comis.^o Luis Altamirano licencia pp”. É possível que o mapa tenha sido realizado para representar cartograficamente o texto do documento de demarcação das terras, transpondo para a forma cartográfica a descrição espacial presente na forma textual (BARCELOS, 2006, p. 462).

Segundo ele, de posse do documento escrito e do mapa, o Cabildo de *La Cruz* pôde sustentar uma demanda em relação ao seu direito ao gado e aos campos neles circunscritos em 1784, portanto, em um tempo em que o *pueblo* não estava mais sob a tutela dos jesuítas.¹⁹

4.1.1 “Direito antigo” sobre a terra, “uso cotidiano” e “acordos interétnicos”

Como foi possível acompanhar no caso acima analisado, um argumento acionado para sustentar a posição das duas missões litigantes era o “direito antigo” que teriam os povoados. O tema da posse de terra foi complexo nas missões jesuíticas. Uma das questões envolvidas está relacionada às missões, que eram formadas por cacicados, ou seja, parcialidades indígenas diversas, ligadas às suas respectivas terras que passavam ao *pueblo* que incorporavam. É importante atentar para essa informação, pois trata-se de uma das questões-chave para entender o tema da posse de terras. Norberto Levinton conta que:

Yapeyú se extendía al Norte de la Banda Occidental por lo menos hasta el río Aguapey. Una carta del padre Romero destaca la incorporación a Yapeyú del cacique Caarupa originario de esa zona; su participación en el pueblo sustentó el Derecho Natural al territorio de la comunidade yapeyuana (2005, p. 39).

Os *pueblos* formaram-se, assim, a partir de um processo de concentração populacional, envolvendo a reunião de linhagens distintas. Em algumas reduções, criaram-se estratégias para preservar um pouco da autonomia dos cacicados, como por exemplo, na

¹⁹ “Este papel denota las dos Baquerias q.^o hizieron los naturales deste Pueblo en los años de mil setecientos quatro, mil setecientos siete quedando dicho numero de ganado en los campos y rincon de el Caraguatai y Taquarembo a beneficio deste Pueblo q.^o tubo efecto en tiempo de los expulsos pero despues como barrios pueblos se denominan dueños de los campos le quitaron este derecho q.^o verdaderam.^{te} le correspondia al numero tan crecido de ganado q.^o introdueron en los referidos campos. Y para q.^o conste ser traslado al q.^o se lla en este cavil. Lo firmamos en el Pueblo de la Cruz a catorze de Sept.^{re} de mil setecientos ochenta y quatro” (Cabildo de La Cruz 1784 apud BARCELOS, 2006 p. 462-463).

formação dos bairros correspondentes aos antigos arranjos de liderança (WILDE, 2009a, p. 103).

Levinton afirma que, ao lado do “direito natural”, outros dois aspectos poderiam sustentar alegações sobre o uso da terra. Como pretendemos demonstrar, eles acabam por, de alguma forma, recortar o que a literatura chama igualmente de “espaço missioneiro”. Os referidos outros 2 elementos seriam o uso cotidiano e os acordos interétnicos (LEVINTON, 2005, p. 35).

Para Levinton (2005, p.36), o “uso cotidiano” se relaciona ao território utilizado por diferentes grupos nativos com fim de seu sustento, ainda num período anterior ao das missões jesuíticas. “Es posible advertir en mapas jesuíticos, entre mediados del siglo XVII y mediados del XVIII, los yaros continuaron con su hábitat reconocidamente ubicado a partir del río Miriñay (límite fijado por costumbre o acuerdo interétnico) hasta el Sur junto al río Mocoetá”.

Associado ao uso cotidiano, o autor aponta a existência daquilo que definiu como acordo interétnico, isto é, o direito que os grupos reconheciam uns aos outros sobre os territórios que exploravam. Segundo ele, podia inclusive ocorrer a formação de famílias envolvendo charrúas e guaranis que se concentravam em determinadas áreas fora das reduções, provavelmente estâncias (LEVINTON, 2009, p. 107). Assim, foi possível a formação de laços de parentescos sobre o que iremos discorrer no próximo capítulo. Devido ao parentesco, segundo Levinton (2005, p. 38), “no es sorprendente que la conjunción de intereses entre los yapeyuanos y algunos de los grupos charrúas de la región permitiera, hacia la mitad del siglo XVIII, un uso interétnico del territorio entre el Queguay y el Negro”.

Os charruas e os guenoas tinham seus territórios na área em que se assentaram as estâncias e mantiveram relações complexas com elas e seus trabalhadores. No que se refere à posição desses grupos, Bracco afirma,

Charrúas, cuyo hábitat preponderante estaba entre los ríos Paraná y Uruguay, y ribera oriental de éste último. Otra parte de los nómadas del espacio de frontera, los guenoas o minuanes, en general lucharon aliados a los jesuitas y además una cantidad importante de esos indígenas se avino a la vida en los pueblos de misiones situados al oriente del río Uruguay (2004, p. 197).

Especialmente a partir do final do século XVII, é possível acompanhar a presença dos guenoas pelo menos em *San Borja*. Sabe-se que, em certas circunstâncias, sua procura pelas missões era uma busca por refúgio em função de ameaças da sociedade colonial ou de

outros grupos “infiéis”. Segundo o argumento de Levinton, os caciques que assim procediam levavam consigo o direito ao uso de certos territórios.

Conforme Bracco (2016, p. 45), os guenoas “se avinieron a la vida en reducción en muchos de los pueblos situados al oriente del río Uruguay. Asimismo hubo reducciones más o menos efímeras destinadas exclusivamente a ellos. No obstante, el sitio desde el que actuaron preponderantemente fue São Borja”. Com os yaros, as relações dos povoados missioneiros variaram entre contatos pacíficos e hostilidades, bem como roubo de gado, assunto que iremos explorar no próximo capítulo.

Levinton recorda que, embora os jesuítas usassem o argumento do “Direito Natural” ou “antigo” para tentar resolver pendências entre povos e estâncias, aos “infiéis” este princípio não era reconhecido. Pois não foi considerado quando, por exemplo, os yaros se instalaram na *Estancia San Jose* (1701), alegando que aquelas terras eram suas. Frente a esta situação, os padres vão requerer que se faça contra eles uma Conforme, esclarece Levinton, na questão do ataque dos “nômades” à estância de *San Jose*: “el Derecho natural configura el hecho como una “invasión injusta” que promueve la “justa defensa” y el castigo a los infieles en “guerra justa” - uso legítimo de la fuerza física” (2005, p. 45).

Trazendo essa discussão para um dos processos que estamos analisando, o caso de *La Cruz* e *Yapeyú* é unânime a decisão entre os padres que a determinação fundada no Direito Natural não deveria ser discutida, “[...] como no haya otro mejor ni más bien fundado derecho [...],”²⁰ salvo por algumas exceções, como no caso que o padre Anselmo de la Matta esclarece na documentação acima analisada.

Em outras palavras, pelo direito antigo, as terras pertenceriam aos *yapeyuanos*. Entretanto, não foi isto que prevaleceu, uma vez que essa decisão poderia despertar “um incêndio de pleitos” envolvendo doações por parte dos *pueblos*. Nesse sentido, podemos entender que mesmo havendo teoricamente diretrizes para sustentar o direito a determinadas áreas, elas poderiam não ser seguidas. A resolução dos casos poderia ganhar novas direções com o intuito de evitar maiores desavenças e conflitos internos.

Após a expulsão dos jesuítas, muitos litígios dados como encerrados foram novamente discutidos, como já apresentamos. Em função disso, em 1784 o Governador de Misiones, Don Francisco Bruno de Zavala revisou todos os títulos de terras dos *pueblos* numa tentativa de

²⁰ Parecer del P^e. Anselmo de la Matta de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

resolver questões pendentes. Por isso, o caso de *La Cruz* e *Yapeyú* voltou a ser tratado nesse período, incluindo a apresentação do mapa elaborado pelo cabildo do povoado (Figura 10).

Podemos assim pensar que muitas desavenças desta natureza nunca foram totalmente resolvidas, mas talvez apenas controladas pelos jesuítas. Para Levinton (2016, p.232), numa opinião que aponta para certa incapacidade de os indígenas manejarem a situação sem a tutela dos padres, a “complejidad del manejo de las tierras pude ser dominada en la época de los jesuítas. Posteriormente, en cambio, cundió la dejadez entre los indios y el aprovechamiento vil por parte de los administradores y altos funcionarios. Esto llevó a la pobreza más extrema y a la fuga”.

Apesar de haver, portanto, critérios para reconhecimento de direitos e processos que procuraram dirimir dúvidas, os pleitos de terra ainda podiam permanecer, mesmo após a expulsão dos jesuítas, decretada em 1767.

4.2 Os “*linderos*” da estância de *San Miguel*: avanços e recuos

Se o Processo a que nos referimos anteriormente entre *La Cruz* e *Yapeyú* datava de finais do século XVII, outros elementos de discórdia continuavam ocorrendo na centúria seguinte, como também já referimos. Como veremos, no mês de janeiro do ano de 1713, dois processos foram examinados. Um deles, conduzido entre 22 de janeiro e 02 de março daquele ano, foi analisado pelos Provinciais, Diego Garvia²¹ e Juan Maria Pompeyo, discutindo um litígio de terras entre *San Miguel* e *San Juan*:

Abiedonos mandado sus [Reciba] de los [Padres] Oi sitados, que averiguásemos, y señalásemos los términos delas tierras, que el Pueblo de San Miguel díó al de San Juan para sus hacras para la parte, que mira asia el dicho Pueblo de San Miguel: decimos, declaramos, que abiendo hecho la dicha averiguación hemos hallado por el dicho delos mismos Yndios de San Juan, que el termino delas sobre dichas tierras es el Arroyo que llaman Urubucaru; en conformidad de lo qual hemos asionado en presencia delos Padres Provinciales Curas de sobre dichos Pueblos, y de sus Cabildos por lindero delas tierras dadas a San Juan al sobre dicho Urubucaru, comenzando desde donde le corta el camino Real, que va das Estancias de San Lorenzo y San Miguel, salta donde entra en el Yyuí quaçu y de ay subiendo aguas arriba halta la boca del Yyuí miri, por el qual se sube todavía aguas arriba hasta adonde entra en el el [sic] Arroyo Guacuy; de ay prosigue por el dicho Arroyo hasta donde le corta el camino dela Estancia de San Juan que lo es tambien delos Yerbales. Por el dicho camincho se viene hasta encontrar el

²¹ O padre Diego Garvia nasceu em Casarrubuelos (Madrid), em 1668, e faleceu em Buenos Aires (Argentina), em 1759. Ele chegou no território da Província do Paraguai em 1691 e, aos 44 anos, em 1712, recebeu um cargo, a partir dos 4 votos, em San Nicolás, Rio Grande do Sul, Brasil (STORNI SI, 1980).

arriba nombrado camino Real dela Estancias de San Lorenzo, y San Miguel, que poray se viene hasta adonde corta el susso dicho Urubucaru, de surte, que todo lo contenido entre dicho terminos es del Pueblo de San Juan y no mas.²²

Diz o documento que, dentro dos limites que ele aponta, “se contendra cada uno de los Pueblos de *San Miguel*, y *San Juan*, sinque se permita, que pasem dichos terminos asionados, introduciendose en lo que nos es suyu”²³. Vemos novamente, aqui, uma cessão de terras, feita por uma missão em favor da outra, ser posteriormente contestada. Situações desta ordem devem responder pela orientação para que cada povoado guardasse uma cópia autorizada do documento em seus arquivos, ficando o original no Arquivo de Córdoba²⁴.

Diferentemente do que ocorreu em relação ao pleito anteriormente analisado, não encontramos documentos que expliquem as circunstâncias da doação feita por *San Miguel*, embora saibamos que a fundação em *San Juan Bautista* tenha sido feita a partir de uma divisão daquele primeiro povoado que era muito populoso. O Padre Sepp em seu relato sobre a fundação de *San Juan* não menciona nada sobre a doação.

Dividi una población onde se consta + 6.000 almas, e conduza a metade para um campo raso, onde nada absolutamente se encontra, além da terra chã, onde não há lavoura nem habitação, mas só se depara a gleba inerte, a terra inculca de lés a lés. [...] Estes e infindos outros incômodos me aguardavam [...] (SEPP, (1690) 1980, p. 198).

A fundação de *San Miguel*, no lado oriental do rio Uruguai, datava de 1632, tendo seus habitantes migrado para o lado ocidental do mesmo rio, em fuga dos “paulistas”, para voltar e reocupar a área, em 1687. A fundação de *San Juan* fora em 1697 e fez parte dos novos povoados que se formaram no final desse século, no atual estado do Rio Grande do Sul.

Aurélio Porto (1954) e Barcelos (2006) também fazem referência a um pleito que houve entre *San Miguel* e *San Juan*, acontecido em 1742. Ele ocorreu em função da exploração dos ervais localizados na Banda Oriental do rio Uruguai, “os chamados ervais da Conceição” (BARCELOS, 2006, p. 463). O pleito terminou favorecendo o *pueblo* de *San Juan*, com uma demarcação da sua posse sobre uma área registrada pelo padre Pedro de Cabrera²⁵, que foi indicado pelo Superior Rafael Caballero²⁶. Segundo Porto (1954, p. 338), a

²² Linderos y tierras que pertencen a los Pueblos del San Miguel y San Juan, 1713. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús. [410]. Sala IX 6-9-5.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid.

²⁵ Sobre o padre Pedro Cabrera, só encontramos a informação de que estava em *Misiones* em 1742 (STORNI SI, 1980).

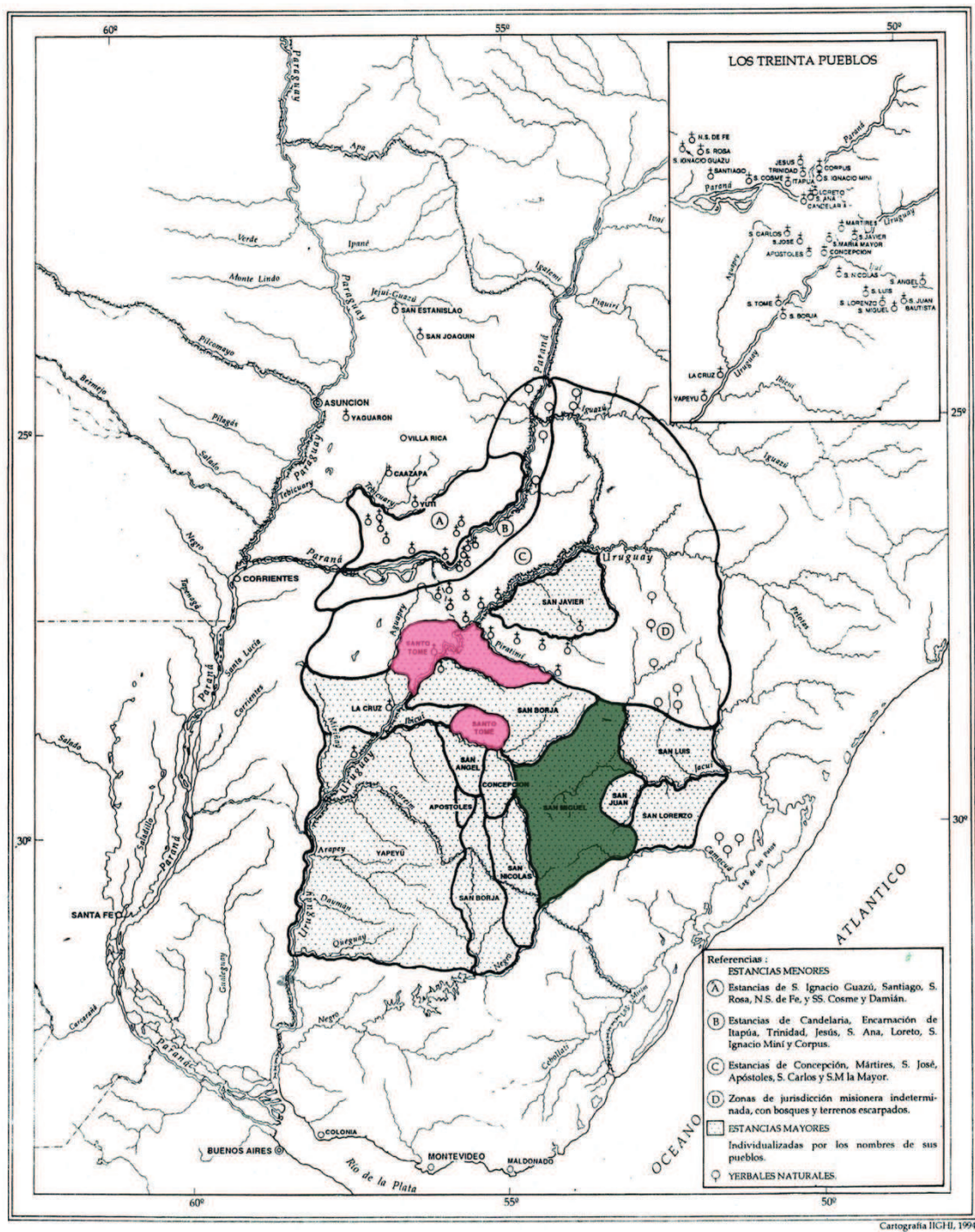
disputa pelos ervais nativos datava de um longo período, com registro de colheita por parte de *San Juan* nos ervais do Jacuí em 1716, e outros em 1720 e 1737. Não conhecemos a documentação utilizada pelo autor, porém o que se torna importante para esse trabalho é salientar a recorrência das disputas. Além disso, seguramente, a decisão que favoreceu *San Juan*, a qual estava ligada ao “direito antigo” do espaço, como vimos, não prevaleceu na disputa entre *La Cruz* e *Yapeyú*.

Ainda em janeiro daquele ano de 1713, iniciou-se outro processo envolvendo novamente *San Miguel*, agora com *Santo Thomé*. A primeira redução, como vimos, estava localizada no lado oriental do rio Uruguai, atual estado do Rio Grande do Sul, Brasil; a segunda, no lado ocidental do mesmo rio, atual Província de *Corrientes*, Argentina. O que estava em disputa eram terras exploradas como estância pelas duas missões, áreas que se localizavam na margem esquerda do Uruguai, embora a missão de *Santo Thomé* estivesse do outro lado.

O mapa (Figura 11) que permite verificar a enorme extensão das terras destinadas a *San Miguel* e sua posição central em relação às demais missões talvez explique porque ela estava envolvida em mais de um pleito. As indicações em colorido foram inseridas pela autora, em rosa *Santo Thomé* e em verde *San Miguel*.

²⁶ O padre Rafael Caballero nasceu em Asunción em 1684 e faleceu em 1763 no mesmo local. Ingressou na Companhia de Jesus em 1699 no Paraguai, concluiu os 4 votos em 1718 em *Concepción*, e foi Superior dos guaranis entre 1739 e 1742 (STORNI SI, 1980).

Figura 11 – Mapa da localização dos povos, ervais e estâncias das Missões, caso de *San Miguel e Santo Thomé*



Fonte: MAEDER; GUTIERREZ, 2009, p.26

No processo, vemos *Santo Thomé* reclamando direitos sobre áreas que estavam sendo ocupadas pela outra referida missão. A terra em litígio estava localizada no lado oriental do rio, naquele momento, sob a posse da estância de *San Miguel*, entre os arroios *Toropí* e *Ñaguarui*, tendo à sua frente o *Ybicuy*.

Percebe-se, a partir dos elementos levantados no processo, que *Santo Thomé* reclama por territórios que explorava antes da [re]fundação do outro povoado. Como já afirmamos, estes fatos correspondem ao período de reentrada dos jesuítas no território do Tape, atual Rio Grande do Sul, no final do XVII. *San Miguel* voltará a reocupar a área em 1687. *Santo Thomé*, estabelecida no mesmo ano, também teve que transladar sua população, que foi definitivamente assentada na margem direita do referido rio. Embora instalada na margem oposta, a redução explorava áreas na margem esquerda, que serão concedidas para a edificação de novos povoados. Por sua vez, *San Miguel* apresentava títulos que entendia garantir como suas as áreas em disputa, envolvendo campos para criação de gado e matas para exploração de madeira.

Os juízes, nomeados pelo Padre Superior Angelo Pietragrassa para resolver a situação, consideraram vários elementos que, de alguma forma, poderiam sustentar as pretensões de ambos povoados sobre o espaço em disputa. Eram eles os padres Juan María Pompeyo e Diego Garvia o quais haviam sido acionados no caso do pleito entre *San Juan* e *San Miguel* do mesmo ano, a que fizemos menção anteriormente.

Como se verá, no caso aqui em tela, antigas disputas e seus juízos serão usados como argumento para dirimir o conflito presente (*San Miguel X Santo Thomé*) e estabelecer a sentença final. Assim, vamos fazer referência a pleitos anteriores envolvendo miguelistas e *San Lorenzo* e *San Luis*.

No Parecer inicial, realizado por Pompeyo, o primeiro elemento observado foram os títulos com os limites da terra apresentados pelos “miguelistas”. Sobre isso, encontramos a seguinte informação: “desde el paraje delas dos Cruces tira la línea bojeando derecha, hasta llegar ala Sierra, tapera que fue delos del dicho pueblo de San Miguel, dejando incluso los parajes del toropl, Urubuqua [etc.]”²⁷. A partir desse trecho, o juiz argumenta que os títulos apresentados para contestar o pedido de *Santo Thomé* não expressam claramente seus direitos sobre a área disputada que envolvia uma região de mata e outra de campo. Ele argumenta que não são claros ou exatos em relação aos limites, todos marcados por acidentes geológicos, especialmente rios e arroios.

²⁷ Parecer del P^e. Juan María Pompeyo sobre el Pleito seguido de las reducciones del Santo Thomé y Sⁿ Miguel sobre tierras hecho en 14 del henero del 1713. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús. [410]. Sala IX 6-9-5.

Portanto, Pompeyo critica os títulos apresentados por *San Miguel*, demonstrando a imprecisão da demarcação. Ao mesmo tempo, sugere o que deveria estar incluído para que fosse possível entender que a área em litígio fazia parte da estância que esta missão considerava como sua.

[...] de una de dos líneas hablan aquí dichos títulos o dela que puede la imaginación ponen por la parte de afuera por las causadas de dichos arroyos, que es tierra abierta, o dela que se puede poner por la parte opuesta, orilla del Ñaguarui primero y despues subiendo a buscar la suso dicha tapera del dicho Pueblo. Si hablan dela primera digo, no me parece verisímil, que siendo la Sierra cosa tan señalada, y tan grande, que tiene algunas leguas de ancho, pretendiesse quien dio los dichos títulos incluirla, sin expressarlo, espresando por otra parte las parajes del toropí, y Urubuqua, antes bien por el mismo caso, que no le espreso lindero alguno por aquella parte, parece, que supuso, que dicha Sierra lo avia de ser y como cosa, que no se pondría en duda, no lo expreso. Y no pudiendose por esto presumir que dicha Sierra esta inclusa dentro dela estancia no puede estar comprehendido tampoco en los dichos títulos, el Campo, que años despues que se dieron los títulos, se allo dela otravando de dicha Sierra, y segun esto los parajes del toropí, y Urubuqua, que se dan por inclusos, se entienden solamente asta que dichos arroyos entre en dicha Sierra, y si otra cosa pretendiera que dio los títulos, lo declara. O hablan dichos títulos dela otra línea, que se puede imaginar por la parte opuesta por orilla del Ñaguaruí 1º [etc.] y digo, que, si dicha línea a de passar primero toda la Sierra, y llegar asta el desembocadero de dicho arroyo y despues subir por el Ybicuy arriba en busca dela suso dicha tapera, y a no bojeara derecha, sino muy tuerta; fuera de que esto mismo se avia de declarar ni vale decir, que toda esta tierra se llama, y deve llamar parajes del toropí, por quanto dicho toropí retiene su nombre asta el suso dicho desembocadero del Ñaguaruy²⁸.

Nesse caso, além de apontar o problema dos limites apresentados, o juiz também oferece sugestões para que se possa incluir a parte da terra cuja posse *San Miguel* defende numa tentativa de resolver a situação e evitar conflitos posteriores. Como vimos até aqui, as pendências às vezes eram retomadas e novos processos acabavam sendo abertos, em boa medida porque os limites entre as estâncias não ficavam bem esclarecidos. Note-se, por conseguinte, que ele se baseia em pleitos antigos para ajudar no julgamento do processo atual. Isto aparece, por exemplo, na passagem referente a uma doação feita por *San Miguel* para *San Lorenzo* a qual fazia menção a um dos terrenos ora em litígio.

²⁸ Parecer del P^e. Juan María Pompeyo sobre el Pleito seguido de las reducciones del Santo Thomé y Sⁿ Miguel sobre tierras hecho en 14 del henero del 1713. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús. [410]. Sala IX 6-9-5.

que aviendose adjudicado a San Lorenzo todo lo que estava dela otra banda del taropí, y antes era de San Miguel pudiera este pretender como cosa suya asta la tierra misma, que esta enfrente del Campo, que aora se litiga, lo qual asta aora no se ofrecido a nadie²⁹.

Como vemos, um juízo anterior é acionado no caso da reclamatória atual. O mesmo acontece quando uma decisão de disputa antecedente, de 1694, entre miguelistas e o povoado de *San Luis*, é usada para esclarecer a questão que estava em debate em 1713. Pompeyo cita os processos anteriores como argumento para justificar o pertencimento do espaço em disputa para *San Miguel*. Nesse caso, os limites estabelecidos entre as estâncias deste último e *San Luis* coincidem com o território que estava sendo solicitado por *Santo Thomé* ao padre Simon de Leon, sendo que já havia sido estabelecidas as tais demarcações. Em um trecho do Parecer, o Padre Pompeyo mostra que o caso havia sido encerrado, e a terra requerida por *Santo Thomé* já havia sido demarcada entre *San Luis* e *San Miguel*.

[...] la tierra, que esta desta banda dela Sierra, y que della tambien ablaron los Padres Provinciales Juezes y otros, porque sobre ella solamente fue el litigio de este Pueblo de San Luís, con el de San Miguel y de dicho Campo, que esta dela otra banda dela Sierra segun parece, entonces no avia noticia entre los dichos Padres quienes entendían que por dentro dela misma Sierra y va todavía corriendo el Ybicuy aun despues de incorporado con el toropí.³⁰

Este tipo de argumento, de que casos anteriores deveriam dar por encerrados litígios que não se justificavam, ajuda a entender porque os Pareceres que estamos analisando afirmam a necessidade de que seus documentos fossem arquivados:

Y porque em todo tiempo conste, que dará esta sentencia original com los pareceres de dichos Padres Provinciales Juezes en el Archivo de esta Comunidad del Uruguay comunicandole acada uno de dichos Pueblos un tanto autorizado

Y para que no se falte ala execución, y cumplimiento de lo que en este Papel se declara, ordeno, que cada uno de los dichos Pueblos saque un tanto autorizado para el Padre Superior quien guardara este original en el Archivo de su oficio haviendo guardar todo lo expressado y dispuesto arriba³¹.

Apesar disso, muitos acabaram sendo extraviados, portanto não encontramos o Parecer de 1694 ao qual se refere Pompeyo, mas outro do ano de 1698, tratando da divisão de terras

²⁹ Ibid.

³⁰ Parecer del P^c. Juan María Pompeyo sobre el Pleito seguido de las reducciones del Santo Thomé y Sⁿ Miguel sobre tierras hecho en 14 del henero del 1713. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús. [410]. Sala IX 6-9-5.

³¹ Ibid.

entre os *pueblos* de *San Miguel* e *San Luis*. Nesse documento, o Padre Francisco Avendaño³² com o Corregedor do cabildo e demais caciques de *San Luis* justificam a necessidade de terem direito a determinado território. Alegavam que era muito grande a distância entre a missão e a “vacaria” onde se encontrava o gado, motivo pelo qual solicitavam terras mais próximas em que cuidariam dos rebanhos que estavam recolhendo³³.

Por conseguinte, foi definida a concessão de terras ao *pueblo* de *San Luis*, conforme consta no documento:

Es un monte bastante grande i sirve de puerta para tener ganados allí; q para este fin se corto el monte; deste Monte sale la cabesada del Baca casguasu, la qual cabesada se siguira por termino hasta donde desemboca en el Baca caiguasu; el qual Arroio Bacacaiguasu se va siguiendo rio arriba hacia el sus hasta das con el Piritiguasu se seguirá hasta el Poniente hasta encontrarse con un monte grande del qual Monte salle un Arroio llamado Caarundi; el qual Arroio, que sale de dicho Monte tiene sus vertientes en el Bacacaimiri; el qual Bacacaimiri se seguirá rio abaxo hacia el Monte, hasta das con el Arroio llamado Aiaiaraiti, que desemboca en el, el qual Arroio Aiaiaraiti se seguirá hasta su cabesada principal q mira hacia el oriente, la qual cabesada llega, alcanza; apos mejor decir compone la única puerta de la (ilegível) Caseandose, o qual si juntando se con la otra cabesada principal del Bacacaiguasu de donde se comenso a explicar dicha demarcacion. I todo lo contenido dentro de dichos términos, i demarcacion se le concede parte, i da entera posesion; asi dequebradas. Valles ríos, Arroios, esferos, lagunas, campos, Montes Yerbales, pastos, i ensenadas i todo lo demás contenido (sin exepcion alguna) dentro de dichos línderos arriba dichos; sin q nadie le inquiete i pertube la posesion de dichas tierras, ni se le introduza en ellas ni abrir camino para las Baquerias, ni para otro qualquier intruso todas las qualles tierras contenidas en dichos términos se conçeden i dan a Dicho pueblo de San Luis para que en ellas que poner ganados menores, i maiores de qualles quer calidad i condición q sean; levantar cruces, poner ranches, hacer corrales, podarles o venderlas, o hacer lo q quisiese de ellas en los efectos que le fuese demos conniniencia como dueño i los legitimo en las qualles tierras no tiene derecho alguno ningún pueblo. Y usando de la facultad, q para ello tengo del PP Simon de Leon; i el títulos le Valdran, hasta que Ministro real en nombre de su Mag. De títulos i posesion real i esto se entiende sin daño ni perjuicio de tercera persona, que mejor derecho tenga; que es fecho en Santo Thome a 25 de enero de 1698 anos. Assinado por Sebastian (ilégível)³⁴.

Voltando à análise sobre o processo de 1713, verificamos que o juiz Pompeyo se coloca contra as pretensões de *Santo Thomé*, declarando os direitos de *San Miguel*, que já

³² O Padre Francisco de Avendaño nasceu em Assunção em 1663, ingressou na Companhia de Jesus em 1679, seus primeiros votos foram em 1681 e os últimos em Apóstoles, 1695. As últimas informações são que passou para o clero secular depois de 1702 (STORNI SI, 1980).

³³ [CONSESIÓN de tierras hecha al pueblo de San Luiz Gonzaga]. [S.l.: s.n.], 1698. 4 p. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0002169/mssp0002169.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018.

³⁴ Ibid.

ocupava a terra em questão, os quais não deveriam ser removidos em favor de outro povoado. Vimos que ele sustenta esta posição em argumentos de pleitos anteriores, mas solicita que *San Miguel* providencie títulos mais esclarecedores de seus direitos.

[...] pero por quanto esta inteligencia de dichos títulos se queda en la esfera delo verisímil, no mas, sin llegar, por la obscuridad, que tienen, a ser cierta, estando como esta dicho pueblo de San Miguel en actual posesión de dicha tierra, juzgo, no se le deve quitar, para adjudicarla a otro, sino provare derecho cierto a ella³⁵.

A respeito de *Santo Thomé*, afirmou que, mesmo considerando o que foi alegado a seu favor, não havia provas suficientes que justificassem o direito sobre campo que os “tomistas” demandavam. Considerava que o *pueblo* teria, contudo, direito à exploração de madeira nas áreas de mata sobre as quais querelavam. A decisão final, datada de 07 de janeiro de 1713, informava que:

Estando como esta dicho pueblo de San Miguel en actual posesión de dicha tierra, juzgo, no se le debe quitar, para adjudicarla a otro, sino provare derecho cierto a ella, y como e visto, y considerado tambien lo que sea alegado en favor del Pueblo de San Thome y me parece, no prueba suficientemente tal derecho cierto ala parte, que es Campo, sino solamente ala que es Monte, sientto no debe ser desposeído San Miguel De dicho Campo, para darsele à Santo Thome, quien se debe contentar con el Monte, porque segun consta del papel, que apresentado, monte solamente pidió a su [Reciba] del Padre Provincial Simon de Leon, y lo que pidió [solamente], le fue concedido por su [Reciba] y aunque el Campo tambien, parece, fue suyo, ante de mudarse ala otra banda de Uruguai pero se le dieron despues muchas, y mucho mas Capazes, y pingues tierras, en recompensa, se deve entender delas que dejavan y cediendo sus Indios tacitamente si quiera a ellas, segun pedía la razon, y equidad; lo qual es conforme a lo que se a asta aora estilado con los otros pueblos tambien, por ser assi necessario ala conservación, y buen Gobierno de estas Doctrinas, lo que e dicho delo Monte, se entiende sin perjuicio del Pueblo de San Borja, que es fecho en esta Doctrina de San Luís a siete de Enero de Mil setecientos y treze Años³⁶.

Um segundo parecer foi emitido pelo Padre Diego Garvia, também nomeado para tratar do litígio. Para analisar o caso, ele destacou alguns pontos importantes. Assim como o primeiro juiz, ele retornou ao processo anterior (1694), arbitrado por Simón de León, envolvendo *San Luis* e *San Miguel*, cuja sentença havia estabelecido a demarcação dos limites das estâncias de ambos os *pueblos*. Esse processo havia declarado que a região requerida por *Santo Thomé*, pertencia a *San Miguel*.

³⁵ Parecer del P^e. Juan María Pompeyo sobre el Pleito seguido de las reducciones del Santo Thomé y Sⁿ Miguel sobre tierras hecho en 14 del henero del 1713. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús. [410]. Sala IX 6-9-5.

³⁶ Ibid.

En Catorze de Mayo de Mil seiscientos y Noventa y quatro señalo para sus Estancias de qualesquier ganados los terminos siguientes; las cabesadas del Ycabaqua a quien tambien llaman Ararugua que salen del Caàrobi y tienen su rumbo hazía el Poniente sirve de terminos o división delas tierras que se dan a San Luís, y desde el Caàrobi se toma el rumbo alas cabesadas principales del arroyo Yacapitu baja a el Piratini junta asta el arroyo Ytapebi y desta boca del Rio Piratini arriba se toma el rumbo asta llegar al Guirapondi que bogea acía lebante y son cabesadas del Ybicuyti; de donde rio abajo se llega a un mbrazo o ramo del mismo Ybicuyti llamado Ñaguaru, el qual Ñaguaru Río abajo se sigue asta confundirce con las aguas del Ybicuy guaçu y la Sierra grande llamada Ybitirai que tiene su rumbo acía el Sur esta Serranía grande sirve de termino, y lindero alas tierras de San Luís hasta dar con el Ygariti, el qual es tambien ultimo termino de San Borja, acía levante de Ygariti se toma el rumbo derecho a el arroyo llamado Capiibari de a qui se tierran finalmente los terminos delas Estancias de San Luis con los Montes Principales de Ycabaqua y el boxeo de donde se empesaron a explicar dichos terminos. Luego segun esta de Marcasión que do por lindero delas tierras de San Miguel el Ñaguaru dela banda que mira alebante, pues, dice que desde el Piratini arriba se tome el rumbo asta llegar al Guirapondi que esta en las tierras de San Bernardo y boxeando este Guirapondi acia el Nordeste cabesadas del Ybicuyti de donde Río abajo se llega aun mbrazo o ramo del mismo Ybicuyti llamado Ñaguaru este se sigue Río abajo hasta confundirse con el Ybicuy guaçu en la sierra grande llamada Ybitirai hacia el Sur esta serranía sirve determino alas tierras de San Luis hasta dar con el Ygariti el qual es tambien termino delas tierras de San Borja hacia lebante del Ygariti se toma el rumbo al arroyo llamado Capiibari [etc]³⁷.

A partir desta sentença, ele também entendeu, como seu colega Pompeyo, que *Santo Thomé* não tinha direito às terras que desejava remover de *San Miguel*, pois a decisão, como nos referimos acima, já havia sido dada em reconhecimento ao direito dos miguelistas: “sobre los tierras, que pretendía San Luis poseer entre el toropi, y Ñaguaru, dice; abiendo parecido los títulos de San Luis, y visto los juzgo, que todas las tierras contenidas, entre los dos arroyos toropi y Ñaguaru pertenecen, y son del Pueblo de San Miguel”³⁸.

Passando ala vista del Guirapondi linderos de San Luís, hasta llegar boxeando para las dos Cruçes, que ay en dicho parage, una termino delas tierras de San Luís, y la otra del dicho pueblo de San Miguel, y desde aquí boxeando derecho hasta llegara ala Sierra tapera que fue de los de San Miguel incluyendo en esta de Marcasión los montes Campos arrosios con lo qual se quita la duda de que entre toropi y Ñaguaru hasta el Ybicuy guaçu no ay tierra realenga³⁹.

Sua sentença final afirma haver estudado os títulos de ambos requerentes e também os mapas, bem como ouvido “índios de autoridade” sobre o informe. Diz ele:

³⁷ Parecer del P^e. Juan María Pompeyo sobre el Pleito seguido de las reducciones del Santo Thomé y Sⁿ Miguel sobre tierras hecho en 14 del henero del 1713. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús. [410]. Sala IX 6-9-5.

³⁸ Ibid.

³⁹ Ibid.

Nostante lo dicho digo que aviendo visto los títulos delas dos partes, esto es de Santo Thome y San Miguel y tambien los Mapas, que presentaron, y haver oído a varios Indios de autoridad sobre este informe, como fueron Francisco Baraça dela Concepción Don Ignacio Parabera de San Lorenzo Ygnacio Chacay de San Luís, convienen todos, que el Ñaguaru entra en el Ybicuy guaçu y que es lindero delas tierras de San Miguel dela parte, que mira al Poniente, lo mesmo dicen los Borgistas, y haver precedido la certificacion del Mapa, que presentaron los de San Miguel, estar conforme las tierras, y Arroyos, sobre que es el Pleyto me veo obligado a decir, como digo, y lo juzgo assi, que las tierras que Santo Thome pretende quitar a San Miguel no tiene derecho de Justicia para ello, y assi declaro, segun las razones alegadas, que las dichas tierras del Pleyto, son de San Miguel, y no realengas según la sentencia ya juzgada del Padre Anselmo dela Mata, y demás Juezes, y tambien segun los linderos que demarcan los títulos de San Luís que es fecho en este Pueblo de San Nicolas en quatro de Enero de Milsetescientos, y treçe⁴⁰.

Ao final do processo, vimos que os juízes recomendaram que a redução de *Santo Thomé* recebesse terras do lado ocidental do rio, a fim de sustar suas pretensões sobre o que eles reconheceram como sendo direito de *San Miguel*. Nesse caso, prevaleceu o direito antigo, permanecendo as terras com os miguelistas, porém houve ainda uma negociação para cessar possíveis descontentamentos. Isso demonstra que havia um cuidado para que ambos povoados não fossem prejudicados e especialmente para que não fossem despertados novos pleitos. Desse modo, houve uma reorganização da distribuição de terras para diminuir o contencioso entre as reduções, a fim de buscar estabelecer e manter as melhores relações possíveis entre elas.

Desse modo, encerra-se o processo. *San Miguel* têm reconhecidos seus interesses embora tenha sido dado aos tomesistas licença para explorar a madeira das matas circundantes, onde não houvesse animais de criação. Podemos observar que, embora a gente de *Santo Thomé* estivesse utilizando as terras em disputa, não foi este direito de “uso cotidiano” que prevaleceu. Diferentemente do que foi arbitrado no caso entre *La Cruz* e *Yapeyú*, valeu aqui o “direito antigo”, ainda que a expressão não tenha aparecido nos Pareceres.

4.3 Do Padre local ao Padre Geral: a busca pela harmonia entre os pueblos

Nem sempre as disputas por terra e outros recursos naturais eram resolvidas em âmbito local como vimos acima. Discorremos até aqui sobre conflitos envolvendo direitos

⁴⁰ Parecer del P^e. Juan María Pompeyo sobre el Pleito seguido de las reducciones del Santo Thomé y Sⁿ Miguel sobre tierras hecho en 14 del henero del 1713. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús. [410]. Sala IX 6-9-5.

sobre terras usadas pelas missões de *Yapeyú*, *La Cruz*, *San Miguel*, *San Juan* e *Santo Thomé* que foram solucionados pela arbitragem de juizes indicados pelos Superiores. Entretanto, também encontramos evidências de que certas disputas não eram resolvidas em nível local, sendo remetidas aos escalões superiores da Companhia de Jesus em Roma, e ao próprio Geral da Ordem. Uma série de cartas do padre Geral, Francisco Retz, datando do período localizado entre os anos de 1731 e 1739, evidencia que, de fato, por vezes a maior autoridade dos jesuítas era chamada para se pronunciar.

O Padre Francisco Retz⁴¹ foi o 15º Geral da Companhia, eleito para tal em 1730, depois de ter ocupado outras importantes posições. As cartas aqui em pauta⁴² foram destinadas aos Provinciais Jerónimo Herrán, Jaime de Aguilar⁴³ e Antonio Machoni,⁴⁴ abarcando diversos temas, entre eles, pleitos de terras (RETZ 1731 apud PAGE, 2013, p. 259).⁴⁵

Essas cartas, trocadas entre o Superior e os Provinciais, se diferenciam das já muito estudadas Cartas Ânua, uma vez que seu sentido é o oposto dos conhecidos relatórios realizados sobre a situação das missões americanas. Por meio destas missivas, o Geral se dirige aos Provinciais no Novo Mundo, instruindo, recomendando ações e, por vezes, tentando dirimir discórdias. Às vezes, como no caso aqui em pauta, trazem notícias de conflitos, destacando eventos sob uma ótica que se distancia do teor por vezes edificante das ânua. Essas cartas, segundo Carlos Page (2013, p. 260), “nos brindan una información mucho más realista de la situación de la Provincia Jesuítica del Paraguay, pues no se muestran como en aquellas los importantes logros, sino que también se vislumbran por igual aciertos y errores”.

Na tentativa de solucionar pleitos que transcorriam em seu Generalato, Retz determinou a nomeação de juizes que estabelecessem a concórdia na disputa por terras entre as missões. Fica claro assim que o Provincial poderia não conseguir resolver os conflitos,

⁴¹ O Padre S. G. Retz começou a ocupar cargos importantes em Roma a partir de 1711. Foi Provincial por duas vezes, diretor de colégio e assistente do Superior Geral Tamburini, até quando foi eleito Geral em 1730. Ver mais em PAGE, 2013.

⁴² As cartas foram transcritas e publicadas por Carlos Page, em um número do ano de 2013 da Revista IHS, *Antiguos jesuítas en Iberoamérica*, Vol. nº. 2.

⁴³ O padre Jerónimo Herrán nasceu em 1672 em Pámanes (Santander, Espanha) e faleceu em Córdoba (Argentina) em 1743. Ingressou na Companhia de Jesus em 1688, em Castilla (Espanha), e chegou ao território da Província do Paraguai em 1698. Recebeu os 4 votos em 1711, tendo sido Provincial entre 1729 e 1733 (STORNI SI, 1980).

⁴⁴ O padre Antonio Machoni nasceu em Iglesias (Cagliari, Itália) e faleceu em Córdoba (Argentina) em 1753. Ingressou na Companhia de Jesus 1688 em Cerdeña (Itália), chegou no território da Província do Paraguai em 1698, recebeu o cargo de Procurador em Europa em 1731-34 e logo depois foi nomeado Provincial em 1739-43 (STORNI SI, 1980).

⁴⁵ Carlos Page (2013) transcreveu e editou os referidos documentos e é a partir deste trabalho que tivemos acesso a eles.

tendo que haver a interferência da autoridade maior dos jesuítas, talvez evidenciando a dimensão assumida pelo problema.

Em uma das missivas, endereçada ao Provincial Jerónimo Herrán, em 1732, ao mesmo tempo em que ele exorta pela “concórdia” entre as reduções, percebemos que as desavenças podiam se estender por vários anos:

Por todos los medios posibles se deben solicitar entre los Pueblos la union, paz, y christiana caridad, y quitar de raiz los Pleytos, entre ellos pues regularmte. son el origen de las discordias, con otras no pequeñas faltas y queriendo yo en cumplimto. de mi oficio concurrir en quanto pueda á este fin, conformandome con lo dispuesto por mi Antessesor de B. M. el Rdo. Pe. Tyrso Gonzalez en sus Despachos de 25 de Sete, de 1691; de 12 de Abril de 1699, 4 de Marzo de 1702, y añadiendo una ú otra cosa, que me ha parecido necessaria; para que los Pleytos ha presente pendientes entre algunos de los Pueblos, y los que en adelante se suscitaren ó en ellos, ó entre otros qualesquiera que sean en puntos de terminos, tierras, ó Haziendose quanto antes se terminen, y no se hagan eternos (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 274).

Situações como a que apontamos anteriormente para o caso envolvendo *Santo Thomé* e *San Miguel* indicam problemas na organização de redistribuição de terra durante a fundação de novos povoados no final do século XVII e início do XVIII. Nesse sentido, era preciso achar uma solução que terminasse com os pleitos e, também, evitar o surgimento de novos.

Uma medida tomada pelo Pe. Retz na nomeação de juízes, buscou garantir a imparcialidade das decisões. O Provincial, sob ordens do Superior Geral, deveria escolher três padres considerados os mais antigos das doutrinas do Paraná e outros três das doutrinas do Uruguai, para serem juízes de pleitos. Os juízes do Paraná deveriam conhecer e julgar os casos ocorridos entre os *pueblos* do Uruguai; já os juízes do Uruguai deveriam conhecer e julgar os casos ocorridos entre os do Paraná. E quando ocorresse uma situação envolvendo as duas regiões, o processo, além de contar com a participação dos juízes das duas partes, deveria ser julgado pelo Padre Superior, para que houvesse neutralidade na sentença final.

Los Juezes señalados en el Paraná conozcan, y juzguen todos, y solos los Pleytos de la espacie ya referida, que huviere ó de presente, ó en lo venidero en las Doctrinas del Uruguay, y alcanssaria los Juezes señalados en las Doctrinas do Uruguay en la misma forma conozcan, y juzgen todos y solos los Pleytos, que huviere en las del Paraná. Y si sucediera que algun Pleyto entre dos Pueblos, uno de las Doctrinas del Paraná, y outro de las del Uruguay; entonzes sean los jueces unos de aquellas Doctrinas, outro de estas, y el terzero el Pe. Superior, que como Pe. de las unas, y las otras, á todas las [roto], como supongo, con igual paternal amos y si algun justo motivo se juzgare conveniente, que su R^a. no lo sea, sealo el que por maior

numero de votos del Provl. Y sus Cces. Se juzgare mas indiferente, y a proposito (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 274).

Na sequência do processo, após concluir a sentença, os juízes haveriam de notificar as partes envolvidas; a partir disso, ficaria estabelecido para os *pueblos* um prazo de dois meses para encerrar o pleito, com a contagem iniciando desde o dia da notificação. Esse prazo servia para que eles pudessem recorrer sobre a sentença final, caso ainda tivessem alguma informação para apresentar em seu favor. Em tal situação, o documento devia ser entregue ao Padre Superior para uma nova avaliação. Após o término dos dois meses, encerrava-se a possibilidade de abrir o processo para um novo julgamento. Esse procedimento, instruído por Retz, foi importante para evitar pleitos cujas pendências, durando muitos anos, tornavam-se intermináveis, como por exemplo, no caso que apresentamos de *La Cruz e Yapeyú* que, tendo iniciado em 1663, recebeu sentença apenas em 1696.⁴⁶

A respeito da notificação da sentença para os *pueblos*, o Padre Retz escreve:

La sentencia dada por los Jueces inmediatamente se notificará á las Partes; á las cuales se les concede dos meses de termino peremptorio, y que en manera alguna da lugar á otro termino maior, contados desde el dia de la notificacion, paraque si tuvieron en prueba de su Derecho otros nuevos fundamentos, ó documentos, que presentar, todo en escrito lo entreguen al Pe. Superior para el fin que inmediatamente se explicará (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 274).

Assim, passados os 2 meses, sem novas provas e recursos, o Superior remetia a decisão que os juízes haviam estabelecido, anexando as informações e provas apresentadas pelas partes envolvidas para o Padre Provincial. Esses documentos passavam por uma segunda avaliação para finalizar definitivamente a resolução; ou seja, a partir dos Pareceres dos juízes, realizava-se uma votação para um resultado final. Depois, ela era remetida ao Superior das doutrinas e também ao Cura dos *pueblos*. Os documentos do processo deveriam ficar, como já esclarecemos, arquivados para fins de registro e, também, para evitar novos pleitos e servir de exemplo para resolver situações semelhantes.

A alteração do julgamento só ocorria em caso de constar ter havido uma injustiça, sendo que primeiro deviam ser apresentadas as razões e fundamentos que comprovassem alguma falha na sentença original. Se assim houvesse, devia-se aguardar a confirmação do Provincial para reabrir o processo para novas investigações.

Na carta do Padre Retz para Jerónimo Herrán, lemos:

⁴⁶ Efetivamente, a questão voltou a ser discutida após a expulsão dos jesuítas, em um processo do ano de 1784.

El Pe. Provl. ó si no está en Cordova, quien allá está en su lugar, con los PP. CCes. de Provincia ordinarios, y ad graviora, todos assi vean decisivo en este punto, sean y juzquen segunda vez esta causa: y la Sentencia, que diere el maior numero de votos esta sea definitiva, y irrevocable; ni se pueda por lo PPs. Provinles. ni por los Visitadores, ni por alguno otro revocar, mudar, ni alterar, etiam perviam concordie; exceptuando solamte. el caso de que ciertamte. Conste, que es injusta: y esto avisandome primero las razones, y fundamtos. que hazen certo el agravio de la parte, contra quien se dio sentencia y esperando mi respuesta (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 274-275).

Em outra carta para o mesmo Provincial (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 276), também de 1732, encontramos informações sobre uma divisão de terras e um empréstimo que ocorreu entre *Mártires, San Cosme e Damián e Candelaria*. O *pueblo* de *Cosme e Damián* foi originalmente fundado em 1632 na Serra do Tape. Posteriormente, em razão das invasões “paulistas”, foi transferido e, por causa de sua escassa população, acabou incorporado à *Candelaria*. Apenas em 1718, veio a se constituir uma missão à parte, situando-se uma légua a leste de *Candelaria* (FURLONG, 1962, p. 140).

Em 13 de dezembro de 1732, o Geral escreveu:

Me dicen, que quando el Pueblo de los SS Martyres Cosme y Damian se dividio del de la Candelaria, este dio á aquel en emprestido unas tierras de dos léguas de distrito; las quales eran, y son del de la Candelaria, y no de Sn. Cosme, y Damian, como todo expressante. Constaba de un Papel, que siempre se avia guardado en el Archivo de la Candelaria, escrito mas ha de cinquenta y seis años, y firmado de los PP. Francisco Ricardo, Superior entozes de las Misiones, ó Doctrinas, Jul. Romeo, y Joseph Serrano Curas que fueron de ambos Pueblos; y Manuel Bertol, y Phelippe Bazan. (apud PAGE, 2013, p. 277).

Depreende-se da carta que, além da necessidade de arbitrar a divisão entre as duas reduções, houve também um empréstimo por parte de *Candelaria* para *San Cosme*. O pleito se constituiu justamente porque esta última considerava ter havido uma doação, isto é, a ação teria tido um caráter definitivo. Já o *pueblo* de *Candelaria* alegava a posse desse território a partir de um “título” que tinha arquivado (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 277).

Na tramitação da desavença no Paraguai, a decisão do Provincial havia sido em favor de *San Cosme e Damián* e em prejuízo a *Candelaria*, decisão que será revista aqui pelo Geral. Efetivamente, o Padre Retz anulou a deliberação anterior, determinando que as 2 léguas de terra que estavam com *S. Cosme* fossem restituídas à *Candelaria*, e que ambos os *pueblos* voltassem a possuir 7 léguas de terra e estância, para que novamente houvesse igualdade entre eles. A questão deveria ser determinada pelos juízes a partir de alguns procedimentos.

Y sin embargo VR^a. adjudicó, y dio dichas tierras al Pueblo de Sn. Cosme, y Sn. Damian, y se los quitó al de la Candelaria con gravissimo sentimiento, y perjuicio de este ya por averlo injustamte. despejado de lo que le pertenecia, y era suio, como constaba del ia citado Ynstrumento ya porque teniendo antes de la determinacion de V. R^a. cada una de los Pueblos siete leguas de termino, y estancia; oi el de Sn. Cosme tiene nueve, y el de la Candelaria solo cinco: á cuiá causa no tiene el termino, y tierra que necessita p^a. apacentar sus Bacas. Conluien diciendo (lo que yo mui dificilmte creeré) que V. R^a. p^a. que â los de la Candelaria nunca se restituiessen aquellas tierras, sino siempre se poseyessen por los de Sn. Cosme, quemó, ó deshizo el ya citado Ynstrumento, que por el tiempo ya dho se guasdara, y conservaba, en el Archivo de la Candelaria (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 277).

Parece, assim, que o Geral se justifica não apenas por um “direito antigo” que tivera *Candelaria*, como, especialmente, pela tentativa de equilibrar as áreas de que cada redução poderia dispor. Determinou, ainda, que “pessoas fidedignas” avaliassem se o documento que confirmava a posse de *Candelaria* existia previamente, caso em que ele seria decisivo, retirando qualquer dúvida em relação ao direito às terras em disputa. Além disso, estabeleceu condições para arbitragem de futuros pleitos e deu ordens para que nenhum documento fosse retirado dos arquivos dos povoados - que “conservense en cada uno los que les tocan”. Finalmente diz que, havendo necessidade, fossem feitas cópias autorizadas (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 277).

Resolve ainda, sobre situações futuras:

Quando un Pueblo se divide en dos, se parten, ó deben partirse entre ambos todos los mueble, Ganados Es^a y mucho mas las estancias y territorios, todo por partes iguales. Por tanto averiguase, si quando se dividieron los dos Pueblos, de que hablamos, se guardó, ó no esta igualdad en la adjudicacion de terminos. Si se quardó entre a ella, y no se pase á otra cosa, y queden perpetuamte. las tierras que es de la Candelaria. Si no se guardó; si constan ciertamte. que por esta desigualdad se dio por el Pueblo de Sn. Cosme al de la Candelaria la justa, y debida compensacion; en este caso sean las tierras del Sn. Cosme: mas si ciertamte. no constare aquella Compensacion, son de la Candelaria. Y assi yo se las adjudico ia perpetuo, p^a que assi se guarde á los Pueblos las justicia, y igualdad, que se les debe, y aia entre ellos la paz, caridad, y correspnd^a que mui intensamte. deseo. Y assi se lo avisará V. R^a. á los Juezes, p^a quesabida mi voluntad, le den el debido cumplimto (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 277).

Desta maneira, pretende o Geral que entre os *pueblos* haja justa divisão de recursos, a devida igualdade, “y aia entre ellos la paz, caridade” (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 277). O direito sobre a terra, portanto, mobilizou disputas entre os povoados missioneiros como temos demonstrado. Os litígios foram um problema constante durante a época das missões jesuíticas, mediante os quais os jesuítas buscaram várias estratégias para equilibrar a situação.

Porém, sabe-se que os problemas deste naipe, em alguns casos, perpetuaram-se para além da época da expulsão dos religiosos da Ordem, como citamos no primeiro caso discutido nesse trabalho. De qualquer forma, mesmo com o envolvimento do Padre Geral em todos os procedimentos para resolver desavenças, as pendências seguiram ocorrendo após a década de 30, segundo as cartas acima citadas.

A importância dos conflitos que se manifestam nesses juízos nos dão pistas, inclusive, da relevância econômica das estâncias. Elas eram, como já vimos, espaços para manuseio dos rebanhos e provimento de recursos alimentícios que sustentavam e tornavam possível a vida das reduções. A perda de territórios pareceria afetar essas condições a um nível que as práticas de solidariedade entre os povoados não seriam capazes de superar.

Como veremos a seguir, outros recursos naturais engendraram suas próprias questões. Temos, em outro caso, o pleito que ocorreu entre *Jesús* e *Trinidad*, em 1760, disputando a “Calera de Itaendy”, de onde se retirava cal para as construções, especialmente das igrejas das missões jesuíticas. Entretanto, o longo pleito entre os dois *pueblos* nominados permitiu, mediante a ocupação do lugar, que fosse extraído este material para a construção da nova igreja de *Trinidad*, antes mesmo de devolver a mineração de cal da área a qual foi considerada como sendo legitimamente do *pueblo* de *Jesús*.

Em uma série de documentos, podemos acompanhar o pleito passo a passo e conhecer os seus distintos momentos. Trata-se das correspondências do cura de *Jesús*, Padre Antonio Rivera⁴⁷ enviadas ao visitador Padre Nicolás Contucci⁴⁸, entre os anos de 1761 a 1763 (apud SUSTERSIC; AULETTA; SERVENTI, 1994). Por meio dessas cartas, é possível perceber o posicionamento deste missionário ao longo do pleito entre os *pueblos*, bem como detalhes dos argumentos usados em favor de *Jesús* e as intervenções dos juízes que foram nomeados para resolver o conflito.

Em uma das cartas do cura de *Jesús*, Padre Rivera ao visitador Padre Contucci, datada no ano de 1761, lemos:

⁴⁷ O padre Antonio Rivera nasceu em Toro (Zamora, Espanha) em 1717 e faleceu no mar em 1769. Ingressou na Companhia de Jesus em Castilla (Espanha) em 1734. Chegou ao território da Província do Paraguai em 1745, realizando seus últimos votos em Candelária (Misiones, Argentina), onde foi coadjutor. No ano da expulsão dos jesuítas, em 1768, encontrava-se em Jesus (STORNI SI, 1980).

⁴⁸ O padre Nicolás Contucci nasceu em Montepulciano (Itália) em 1692 e faleceu no mar em 1768, na viagem que o conduzia ao exílio. Ele tinha ingressado na Companhia de Jesus em Roma em 1708, e concluído seus votos em 1729 em Bucalemu (Chile). Logo depois fora nomeado Provincial do Chile (1753-57), e em 1760 foi designado Visitador do Paraguai (STORNI SI, 1980).

Pongo en noticia de V. Ra. como el año de 1760 por Febrero el vecino Pueblo de la Trinidad levanto sin porqué ni para qué, un pleito sobre las tierras que este Pueblo del Jesús está poseyendo desde el año de 1690, sólo por el motivo de hacerse hallado en ellas una mina de cal que se está gastando en la fábrica de la Iglesia nueva de este Pueblo, cosa de que se han quedado asombrados todos los Misioneros, y sobre la que se ha hablado tanto y hasta el presente se habla, diciendo todos, que esta es la recompensa que la Trinidad, da y hace al Jesús en pago de hacerle dado este sus tierras, cuando el año 1711 vino aqui la Trinidad. Acudí al P. Superior una y más veces para que el S. R. mandase al P. Baldvieso, Cura de la Trinidad se dejase de pleitos, pues bastaba el trabajo que actualmente teníamos entre manos, y mucho más no sabiendo entones si habíamos de quedar o no nosotros en los Pueblos. La repuesta del P. Sup. Fue decirme que S. Ra. no podia nada en esta materia, y así que cada Pueblo acudiese con sus títulos y razones a los tres Padres. Jueces señalados por el P. Provincial para este efecto. Mal de mi grado lo hube de hacer así y visto los tres Padres los dichos títulos y razones de ambos a dos Pueblos senteciaron todos tres en favor del Jesús contra la Trinidad (apud SUSTERSIC; AULETTA; SERVENTI, 1994, p.318-319).

Em relação ao Padre Rivera, verificamos a tentativa de convencimento da situação difícil que seu *pueblo* estava vivendo. As informações são descritas de forma densa e sua posição em defesa de seu povoado fica explícita, buscando uma providência que finalizasse o litígio. Inferimos, assim, deste caso como de outros antes citados, que os curas tomavam partido e assumiam interesses locais. Ademais, os documentos seguem revelando os conflitos internos das reduções jesuíticas, o que permite, ponderando sobre os demais casos que exploramos até aqui, relativizar a visão de uma solidariedade plena implantada nas missões.

Em outra carta, datada em 1734, enviada ao Provincial, o Geral destaca que, desde 1716, vários padres haviam mencionado que não era conveniente a presença dos mesmos curas por muitos anos em uma missão, sugerindo que, depois de passar algum tempo nelas, eles fossem transferidos para os colégios. O pedido foi justificado por alguns motivos: O primeiro era a melhora de sua atuação nos colégios, pois a redução funcionaria como um período de aquisição de experiências; o segundo girava em torno de evitar que os padres desenvolvessem uma identificação com as questões locais e perdessem a condição de pensar a partir de um olhar ou interesses mais abrangentes, situação que parece, como vimos, ter se constituído mais de uma vez.

A partir desses motivos e outros, Retz determina que nenhum missioneiro ficasse por mais do que 5 anos em uma redução. Seria, então, removido para o colégio ou enviado para outra missão.

Ordeno pues, que ningun Missionero nuestro este de oi en adelante por mas tiempo, que el de cinco años, en algun Pueblo, ô Reduccion, aunque lo haga bien y con la satisfaccion, que se debe; sino que passados los cinco años sea removido, y señalado á algun Colº; ô si lo juzgare assi conveniente el Provl. señalado á otro pueblo de la misma, ô de otra Mission, y en que qdº mas, avrá de estar otros cinco años. Por lo muy vtils, que algunos sugetos pueden ser en las Misiones, y lo que á éstas importe el que se conserven mucho años, y aun toda su vida en ellas (lo que no será muy vniversal) permito puedan mudarse á outro Pueblo, sin obligar á que passados los cinco años sean señalados á algun Colº: mas no aviendo tal importãcia, y necesidad de que se conserven en un miesmo Pueblo passados los cinco años, se mudarán infalliblemente, passados estos. Si tal vez (que será muy rara) sucediere, que por solos los motivos de la Gloria de Dios, y bien de aquellas almas, y á que no pueda ocurrirse por outro sugeto, se juzgáre conveniente, que continúe el que está, aun passados los cinco años, en este caso conferidos dichos motivos en Consulta de los Ordinarios CCs, y ad graviora determinará el Provl. por si lo que delante de Nrô Señor juzgare mas conforme á los dichos motivos, ô removendo el sugeto, ô prorrogandole por el tiempo, que juzgare conveniente, en el mismo Pueblo. Pero ordeno, que deba el Provl. avisarme de esta prorrogacion, y de los motivos, que tuvo para ella, pues sobre otras muchas causas que tengo pª ello, me sera de grande consolacion en el señor saber quien es el sugeto tan interessado en su Gloria, y bien de los Proximos, y con quien tan justamente se usa esta singularidad, y excepcion de mi Orden, que desde luego concedo muy gustoso, por motivos tales (RETZ, 1732 apud PAGE, 2013, p. 299).

O cuidado do Padre Geral expõe um dos elementos que pode ajudar a compreender o panorama das relações entre os diferentes povoados. A historiografia tradicionalmente assinalou a presença de laços harmônicos e de solidariedade entre eles, em boa medida, valendo-se de registros como as Cartas Ânua. Assim é que encontramos, por exemplo, na carta escrita pelo P. Francisco Lupercio de Zurbano, referente aos anos 1641-1643, notícias sobre como o povoado de *Anunciación de Nuestra Señora*, apesar de seus modestos recursos, conseguiu acolher e apoiar as missões do Paraná:

El año de 42 fue esta reducción la ciudad de refugio de todas las del Paraná que vinieron a buscar a ellas socorro de maíz e comida que dieron de limosna a los indios con singular caridad y liberalidad [...]. Ha sido esta reducción los dos años pasados de 41 y 42 la enfermería de todos los Padres enfermos deste Paraná, acudiéndoles con extremada caridad, con regalos y todo lo demás que sufre la cortedad y pobreza de la tierra. Sirviendo de enfermeros, cocineros algunos indiecitos, que acuden con notable gusto y puntualidad a los padres enfermos (MAEDER (1641-1643), 1996 p. 80).

Em outras palavras, além do reforço de ações de solidariedade no seio de cada missão, traduzidas na forma de práticas colaborativas no Tubambaé, por exemplo, também eram estimuladas formas de apoio mútuo entre os diversos povoados, como vimos acima e como foi descrito pelo Padre Antônio Sepp entre outros:

Logo que se propalara pelas demais reduções a notícia de que se devia fundar novo aldeamento acudiram todas, unánimes em vontade e forças. Da Redução de Santa Maria vieram cinquenta índios com cem bois de arados; da Redução dos Bem aventurados Mártires do Japão, trinta, igualmente com cem bois. A mina antiga Redução dos Três Santos Reis doou para o meu uso cem cavalos. Outra forneceu trigo índico ou turco (milho) para semear; outra, grão-de-bico e fava e outras espécies de sementes e legumes. Os meus índios mal cabiam em si de contentes, ao ver os índios das outras Reduções acudirem tão prontamente, com tamanha liberalidade. Daí resultou que bem animados se votaram à construção da nova colônia (SEPP, [1690] 1980, p. 219).

Sabemos, inclusive, que outras iniciativas, para além da instância de ajuda mútua acima assinalada, contribuía para criar e desenvolver um sentido coletivo entre os povos. É o caso da identificação de inimigos comuns, sendo o mais famoso aquele que estava representado pela ideia do “mameluco paulista” que tanto dano causou aos povoados nas suas décadas iniciais. Não só isso, mas também incentivaram outras maneiras de fazê-lo, como, por exemplo, celebrações de motivos comuns, como percebeu Maria Cristina Bohn Martins (2006).

Contudo, a mesma autora não deixa de lembrar que, inclusive em situações deste tipo, operavam forças de disputa e rivalidade que tiveram que ser arbitradas pelas autoridades superiores.

Se, com as festas, podem-se reafirmar os laços de solidariedade grupal, também elas são oportunidade de diluição das tensões, das especificidades e diferenças entre os indivíduos. Os rituais de comensalidade, por exemplo, são ocasiões bastante adequadas para reconciliar desafetos e harmonizar interesses rivais (MARTINS, 2006, p. 88).

O que estamos sugerindo aqui é que, mais do que isto, havia uma dimensão de competitividade também por recursos, levando a pleitos como os que analisamos acima. Neles, encontramos uma dimensão que não está presente nos documentos mais tradicionais que têm sido empregados pelos historiadores, os quais escamoteiam esta visão para apresentar uma imagem bastante idealizada das relações entre os povoados.

O documento sobre o pleito entre *La Cruz* e *Yapeyú* fala que os índios da primeira missão teriam sido “despojados violentamente” de suas terras e chácaras, sem terem sido ouvidos em sua pretensão. Nele, também encontramos um dos juízes encarregados de arbitrar a disputa se referindo ao fato de a doação, que depois os *yapeyuanos* quiseram desfazer, ter sido realizada por meio de “ameaças”⁴⁹.

⁴⁹ Parecer del P^e. Anselmo de la Matta de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyú en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

No mesmo sentido, talvez possamos nos referir à questão ventilada por Lia Quarleri (2005) sobre a imagem pouco positiva que teriam os indígenas de *San Borja* frente aos das outras missões. Segundo a autora, eles costumavam saquear gado das estâncias pertencentes aos demais povoados, sendo o roubo de gado um dos temas de nosso próximo capítulo.

Antes de iniciá-lo, contudo, é preciso ao menos fazer menção a uma importante questão que as reflexões até aqui conduzidas suscitam e que diz respeito ao tema da “identidade missioneira”. Como podemos entender esta identidade no panorama de dissensões que apontamos neste capítulo? Ao que parece, ela se apresenta numa configuração “*pueblerina*⁵⁰”, isto é, local, uma vez que cada povoado se coloca na defesa de interesses próprios. Resta discutir, e não temos como fazê-lo neste trabalho, até que ponto estes interesses defendidos em diversos pleitos expressam uma preocupação dos padres mais que dos índios. Antes de advogar, como quis uma literatura, hoje, com razão, amplamente contestada, sobre a “imprevidência” e a falta de racionalidade econômica dos nativos, lembremos que os pleitos seguiram ocorrendo após a expulsão dos padres. Com efeito, os indígenas permaneceram defendendo suas prerrogativas aos territórios das antigas missões tal como expôs Barcelos a respeito *La Cruz*, que, em 1784, afirmava aos novos administradores seu direito a certos campos e gado, agora sendo usados por “barios pueblos”⁵¹

Nosso próximo capítulo vai introduzir novos elementos sobre esse tema, uma vez que abordará a “permeabilidade” que se manifestava nas interações entre os índios reduzidos e os “infieis”.

⁵⁰ Maria Cristina Bohn Martins, Comunicação pessoal, 2017.

⁵¹ Assinaturas dos Cabildantes guaranis de La Cruz em 1784. AGN, Buenos Aires, Sala IX, 22-8-2. apud BARCELOS, 2006, p. 462.

5. ESTÂNCIAS DA BANDA ORIENTAL: HORIZONTES DE INTERAÇÃO E CONFLITOS

Procuramos, em momentos anteriores deste trabalho, explicitar nossa compreensão de que o chamado “espaço missioneiro” não se constitui apenas por seus núcleos urbanos. Segundo percebemos, ele era também conformado por uma paisagem agrária constituída por ervais, campos de cultivo e estâncias, elementos que costumam estar subrepresentados nas análises sobre as missões. Embora os mapas como os de Cardiel, ao qual nos referimos já na Introdução desta Tese (Figura 1), apresentem o “espaço missioneiro” como englobando áreas mais abrangentes, via de regra pensamos na redução como apenas a área urbana..

Além disso, não menos definidor das elaborações sobre este “espaço” é a sua percepção como sendo homogêneo, estável e cristão. De forma geral, se obscurece o fato de que ele era ocupado igualmente por populações que não faziam parte das missões, fossem elas guaranis ou outros grupos nativos, como minuanos, charruas e *yaros*. E, ainda, que as próprias reduções abrigavam contingentes de outras etnias, tal compreensão sobre as missões vem sendo desenvolvida por autores como Guillermo Wilde (2009a, 2011) e Lía Quarleri (2007, 2009).

Nosso objetivo nesta parte do trabalho é analisar de que forma a paisagem agrária das reduções, onde se desenvolvia uma série de atividades essenciais para fazer funcionar o seu setor urbano, engendrava relações de vários tipos entre os guaranis missioneiros e outros atores sociais, como os índios “infiéis”⁵², os portugueses e, em alguns casos, “espanhóis” fugitivos das cidades. Buscamos identificar que formas assumiam estas relações e suas repercussões para o espaço missioneiro.

As estâncias, segundo Guillermo Wilde (2009a, p. 154), assim como outros espaços fora da trama urbana das missões (ervais, matas, por exemplo), vinham a ser “*horizontes de interacción*”, espaços de ambiguidade, na medida em que eram áreas permeáveis onde os “neófitos” mantinham contatos com grupos não reduzidos⁵³. Lía Quarleri (2007, p. 176) também explica a particularidade das estâncias missioneiras como sendo “lugares de encuentro e intercambio de información y bienes entre individuos de diferentes origen social

⁵² O termo “infiéis” nas fontes costuma ser utilizado para fazer referência aos indígenas que não professavam o catolicismo. Segundo Elisa Frühauf Garcia, o dicionário de Rafael Bluteau (1712) apresenta dois sentidos para o termo: quem não honra a palavra empregada e quem conhece a religião cristã, mas não a professa (2007, p. 219). Em sua “tradução” à situação colonial, ele assumiu uma dimensão especificamente religiosa.

⁵³ Também esses “infiéis” ou “gentis” não devem ser, segundo esse autor, considerados como blocos monolíticos que não levam em conta diferenças internas, estratégias e contextos políticos concretos (WILDE, 2009a, p. 124).

y étnico. Estos intercambios enriquecían la vida misionera y daban cierto margen de libertad frente a las reglas apremiantes de la misma”.

Compartilhamos desse pensamento, compreendendo-as como espaços favorecedores de mobilidade, de forma a desafiar o esforço de controle dos jesuítas. Os padres preocupavam-se com os contatos que eram mantidos por seus catecúmenos com indígenas que não eram cristãos e com os efeitos que poderiam advir disto. Como vamos evidenciar, além do tema da aproximação com os infieis, também gerava apreensões aos jesuítas a interação dos guaranis com outros personagens como espanhóis ou mesmo com portugueses que, provenientes da Colônia de Sacramento, procuravam gado na campanha.

Referimo-nos, pois, às estâncias como uma área produtiva, mas também como um espaço de mobilidade e intercâmbios. Nesse sentido, em alguns momentos, nos deparamos com uma relação ambígua por parte dos infieis para com os missioneiros. Ela podia oscilar entre a conflitividade ou a complementariedade de interesses, conforme as circunstâncias do cenário. Por outro lado, também os índios e padres das missões definiam estratégias cambiantes para com os não reduzidos. Wilde (2009a, p. 144) esclarece que “la apreciación de estos “índios infieles” por parte de las autoridades era ambigua: por un lado se los consideraba rudimentares y poco confiables, por otro, se valoraba su destreza y se los reconocía como los mejores conocedores del monte”.

A instalação das estâncias e a expansão do gado das reduções para as áreas de influência dos charruas na margem esquerda do rio Uruguai teve consequências ambivalentes. Para Quarleri (2007, p. 178), pode ter assumido, por vezes, um tom de provocação para os charruas, principalmente se ainda considerarmos a influência que recebiam dos portugueses de Sacramento. Por outro lado, os charruas podiam também firmar alianças temporárias com as reduções, a fim de ter acesso ao tabaco e à erva do Paraguai.

Segundo Norberto Levinton e Carlos Germán Baquero (2016, p. 21-22), “la población mestiza, el resultado de la convivencia amistosa entre indios tapes y charrúas, podría ser la base de una integración pluri-étnica que aseguraría la comunicación con los grupos nómades de los contornos”. Por outro lado, as disparidades de algumas relações levaram a dissensos e conflitos, trazendo prejuízos para os *pueblos* missioneiros, caso dos assaltos às estâncias para saquear gado. Os temas aqui brevemente apontados serão desenvolvidos agora, no decorrer do capítulo.

5.1 Relações amistosas, parentesco e alianças

Apesar das várias fontes de tensão entre indígenas missioneiros e não missioneiros, não podemos excluir as situações em que prevaleceram relações não conflituosas entre uns e outros. De fato, “las misiones constituían un complejo fluido de interacciones entre los habitantes del pueblo y los de la comarca, incluyendo a los “índios infieles” (WILDE, 2009a, p. 151).

Branislava Susnik chama a atenção para o fato de que a comunidade sobre a qual se fundou o povo de *Yapeyú* estava formada por gentio guarani, yaro-gê e por charruas, motivo pelo qual a população desta missão foi em grande parte “mestiça intertribal” (apud LEVINTON 2009, 104). Antes de se constituírem os povoados missioneiros, os diferentes grupos étnicos aproveitavam de maneira comum as áreas de caça. Conforme afirma Levinton (2009, p. 100), “en la zona que posteriormente ocuparía el asentamiento misional de Yapeyú, existió una situación de contacto interétnico”. A introdução das reduções trouxe modificações importantes, inclusive a necessidade de reservar áreas para semeadura e introduzir a pecuária. Para tanto, foi necessário, por vezes, obter a aceitação tácita das sociedades nômades ou, como veremos em seguida, entrar em conflito com eles.

Entre os diferentes grupos indígenas não guaranis que participavam da vida reducional, destacam-se os guenoas os quais foram presentes em determinadas ocasiões em alguns povoados, como por exemplo, *San Borja*, *Concepción*, *San Javier*, *San Nicolas* e *Santo Ángel* (WILDE, 2009a, BAPTISTA, 2015b). No caso de *Yapeyú*, estudado por Levinton, os guaranis integraram a criação de gado às suas práticas tradicionais de subsistência. Esta atividade, “por su caracter andariego”, incentivou contatos com os charruas da área, devido à liberdade de circulação pelo espaço regional (LEVINTON, 2009, p. 107).

A partir disso, estabeleceram-se relações de troca perduráveis entre eles, segundo se lê, por exemplo, na Carta Ânua de 1637-1639: “cerca de ella viven los Indios Charrúas, sus parientes, con los cuales comercian”. Já na carta de 1683, está que: “... de estos bárbaros (guenoas) algunos frecuentan, cuando no lo impieden las crecientes de los ríos, las reducciones del Yapeyú, La Cruz y Santo Tomé, para comprar algunos frutos”. (apud LEVINTON, 2009, p. 108-109).

Levinton (2009, p. 113) informa que, segundo referido pelo Pe. Nusdorffer, o intercâmbio de mulheres acompanhou todo o período de existência das missões. Bracco também esclarece sobre esse intercâmbio entre as mulheres, ao se referir ao processo de integração dos *guenoas* aos *pueblos* missioneiros:

El proceso habría alcanzado preferentemente a mujeres y niños por lo cual cabe conjeturar que la reproducción social de la parte de la nación guenoa minuana que devino misionera fue intensa. Durante un lapso que excede la centuria, muchos de esos indígenas devinieron misioneros. Otros, descendientes de los que habían avenido la vida en reducción tempranamente habrían permanecido como tales durante generaciones. (BRACCO, 2016, p. 44).

Assim, o relacionamento entre os guaranis e outros grupos nativos influenciou a configuração social das missões jesuíticas. Diversos grupos indígenas percorreram o espaço missioneiro, fato que ajudou a desenvolver redes de parentesco que auxiliaram no processo de integração entre eles.

Com efeito, o fio condutor da construção e renovação das alianças entre índios reduzidos e infiéis se constituiu principalmente através das relações de parentesco. Os que viviam nas reduções continuaram mantendo contato, por um longo período, com seus parentes que estavam estabelecidos em áreas próximas. O laço de parentesco funcionou como um articulador entre os reduzidos e infiéis, configurando a dinâmica que vai além dos limites das missões jesuíticas. Conforme Wilde (2009a, p. 171) afirma, “las alianzas parentales a veces incluían a los grupos llamados “infiel” quienes colaboraban activamente con los guaraníes misioneros. Charrúas, minuano y guenoas que andaban “vagabundos” por los campos eran convocados para integrar las confederaciones”.

Sobre este tema, é muito interessante a observação de Elisa F. Garcia sobre a notícia do Padre Bernardino de Nursorffer, então Superior das Missões do Uruguai, de que um grupo de minuano, tendo sabido de seus aliados portugueses que estes planejavam um ataque à estância de *San Miguel*, em 1749, avisaram aos parentes do perigo iminente.

Estes minuano estavam em contato com os portugueses no forte de São Miguel, onde ficaram sabendo de tais intentos e, provavelmente, acertado com os portugueses a sua participação nesta ação. No entanto, dado a presença de seus parentes em algumas reduções, teriam ido avisá-los da iminência do perigo. Segundo o relato feito pelo padre Nusdorfer, ele usualmente não daria crédito às informações dos minuano, pois eram “infiéis sem lei”. Porém, ‘no obstante tienese de experiencia, que tienen algum amor á sus parientes christianos que ay en los Pueblos, y suelen decirlas la verdad’ (GARCIA, 2007, p. 230).

Com isso, a autora sustenta a inconveniência de pensarmos as alianças entabuladas entre indígenas e colonizadores como exclusivas, caracterizando-as como “fluídas” e estabelecidas de acordo com certas “tendências”⁵⁴.

O espaço missioneiro abarcava uma rede de reciprocidade, ligando os diferentes grupos com base parental, que ultrapassava o limite do próprio controle dos jesuítas. Conforme afirma Levinton (2009, p. 107), “había un sentido común de pertenencia, para los guaraníes y para los nómades. Por eso individuos de uno u outro grupo pudieron integrarse temporariamente a la comunidad del vecino y hasta con permiso especial usufructuar el producto de la tierra”. Ainda, essas afinidades parentais possibilitavam um ativo intercâmbio que estava acima da identidade étnica. Segundo Wilde (2009a, p. 145) “estas dinâmicas de intercambio, las afinidades parentales y probablemente también los fines políticos, estaban por encima de las identidades étnicas”.

Certamente os jesuítas tentavam normatizar as relações entre os guaranis missioneiros e os demais nativos com os quais eles mantinham contato. Os reduzidos,

no podía hacerse tratos con ellos sin licencia expresa. A veces se solicitaba a los índios reducidos productos como yerba, tabaco y herramientas para atraerlos a la vida reducional. Por sobre todas las cosas debía lograrse la paz con esta población permitiéndole ir ‘a la reducción que gustasen (WILDE, 2009a, p. 147).

Os padres desenvolviam estratégias para controlar os acordos com os infieis, bem como a utilização de recursos que chamassem a sua atenção. O autor igualmente elucida que, “aunque parece contradictorio con el espíritu homogeneizador del régimen, los jesuitas autorizaron la convivencia de grupos étnicamente heterogéneos dentro de los pueblos” (WILDE, 2009a, p. 148).

Com base nisso, podemos perceber duas características presentes no espaço missioneiro, a heterogeneidade e a interação, através do constante esforço por parte dos jesuítas em reduzir os grupos infieis, possibilitando, assim, que as portas dos povoados estivessem abertas às novas incorporações, e também pela manutenção e reafirmação de alianças tradicionais.

As dificuldades dos jesuítas em controlar as entradas e saídas, bem como os intercâmbios entre reduzidos e infieis podem resultar da possibilidade de tais eventos acontecerem especialmente nas áreas produtivas, tais como estâncias, matas e ervais. Estes

⁵⁴ De acordo com a mesma autora, os minuanos manejavam as rivalidades luso-castelhanas, não se colocando em posição subalterna, mas se construindo “como aliados úteis dos lusitanos, com os quais compartilhavam um inimigo comum” (GARCIA, 2007, p. 237).

espaços que entendemos constituírem paisagens agrárias abriram a oportunidade de os indivíduos circularem sem serem identificados em classificações rígidas, o que favorecia evadir-se dos controles e normas sociais vigentes.

Las estancias y el monte, de donde se obtenía lo básico para la subsistencia y reproducción social desde ganado y yerba hasta mujeres cautivas. Pero estos paisajes, sobretudo constituían una atracción por ser simbólicamente eficaces para la estrategia de demarcación sociocultural, es decir, la imposibilidad de ser categorizado de manera clara y fija por las autoridades. Estos actores eran capaces de circular sin sujetarse a ninguna pertenencia particular, lo que les permitía evadir controles y construir nuevos códigos de autoridad (WILDE, 2009b, p. 97).

Nesse sentido, o conceito de “guarani missioneiro” desconhece o processo de inclusão e exclusão de diversos grupos étnicos na história das reduções. Desse modo, de acordo com Diego Bracco (2016, p. 45), ele é inadequado “ya que simplifica una realidad compleja”. Assim sendo, devem ser considerados como “indígenas missioneiros” todos aqueles que “interactuaron en el espacio de frontera situado al sur de las reducciones. Procedían de distintas naciones y -aunque emplearan preponderantemente el idioma guaraní- hablaban diferentes lenguas. Entre estas naciones la guenoa minuana tuvo un rol significativo”.

Sobre o mesmo fenômeno, Guillermo Wilde (2009b, p. 93) compreende que devemos aludir a uma “guaranización” da população reduzida, explicando que os jesuítas “buscaron unificar rasgos culturales de un buen número de parcialidades de diferentes orígenes. Lo “guaraní missioneiro” constituía en este sentido uma categoria de pertenencia surgida del largo proceso de conversión indígena al cristianismo”.

Se na história dos povoados não encontramos apenas a atuação de guaranis missioneiros, devemos pensar na “ambigüedad intrínseca del espacio misional cristiano”, sendo que “la idea de pueblo o reducción há solido actuar como máscara de la diversidad y la heterogeneidad sociocultural interna de la población” (WILDE, 2009b, p. 85). Os limites étnicos dos povoados parecem ser flexíveis e regulados pelos próprios atores a partir das condições políticas, econômicas e sociais, medidas através de vantagens e desvantagens.

La ambigüedad de esos límites, producida por los permanentes intercambios entre el espacio interno y el espacio externo de las misiones, aparece como una constante que se hace más visible después de la expulsión de los regulares de la Compañía de Jesús, pero que ya existía en la época anterior a la manera de un “registro oculto”. Los jesuítas se veían obligados a sostener en la teoría, la existencia de de un espacio cristiano prístino, y en la práctica, a aceptar la ambigüedad siempre que no perturbara la organización misional (WILDE, 2009b, p. 101).

Assim como os índios não cristãos, os guaranis souberam aproveitar as vantagens e lidar com as desvantagens do sistema reducional. Especialmente em períodos de crise, podiam refugiar-se nos territórios dos grupos infieis. Conforme Wilde (2009b, p. 96), “estos índios, prácticos en las campañas, no sólo sirven de baqueanos a los “guaderíos” que se ocupan del contrabando, sino que también albergan a cuantos guaraníes que desertan de los pueblos y les venden los caballos que roban en todas las estancias de los pueblos”.

Aqueles charruas e guenoas que ingressarem nas missões de forma permanente, desenvolveram várias habilidades, alcançando destaque especialmente nas atividades ligadas ao campo, no trabalho nas estâncias. Segundo Bracco (2016, p. 45), “los guenoas minuanos - en tanto nación misionera- mantuvieron características propias entre las que fue destacada la mayor actividad en las vaquerías y en la guerra”. Levinton (2009, p. 107) também se refere à atividade “ganadeira” ao lembrar que *Yapeyú* contava com a presença de charruas. “Esta actividad, por su carácter andariego, incentivó que los hijos de guaraníes y charrúas nativos de Yapeyú, debido a que tenían libertad de circulación por espacio regional, continuaran los contatos interétnicos”.

As alianças entre diferentes grupos foram constituídas no espaço das estâncias especialmente por dois motivos: o primeiro, pelo fato de a vida na estância apresentar maior flexibilidade para lidar com “o outro”, indivíduos de diferentes culturas que foram acolhidos nesses espaços; o segundo, pelas atividades voltadas para o campo, com as quais esses grupos tinham afinidades.

Esta reflexão é importante para que possamos entender as relações que, no espaço rural, envolviam os atores sociais nele encontrados.

5.2 Conflitos, invasões e saques nas estâncias

Os direitos de posse e usufruto que os jesuítas obtiveram junto às autoridades e que lhes permitiram constituir as missões e seus espaços agregados, como as estâncias, tiveram amplas repercussões sobre a organização socioeconômica das governações do Paraguai e de Buenos Aires. Sabemos, por exemplo, que os *criollos* entendiam o conjunto das prerrogativas de que gozavam os inacianos como um prejuízo aos seus próprios interesses e um limitador para as suas possibilidades de enriquecimento⁵⁵.

⁵⁵ As tensões entre jesuítas e *criollos* foi uma constante, envolvendo especialmente o tema do acesso ao trabalho dos guaranis. Elas explodiram no enfrentamento armado iniciado na década de 1720, e que se prolonga em anos posteriores, chamado “revolução comunera”. O tema foi desenvolvido por Lía Quarleri em “Rebelión y guerra”, 2009. Ver também Mercedes Avellaneda, 2011.

De outra parte, os efeitos da ação missionária também atingiam grupos não reduzidos que habitavam a periferia das reduções e estâncias. Para os charruas, por exemplo, as estâncias da Banda Oriental representavam um foco de atração ao concentrarem grandes reservas de gado *vacum* e cavalar de que eles se apropriavam em entradas para saques. Por meio de Cartas e Pareceres de membros da Companhia e Informes das autoridades espanholas relativas a ações para conter esses assaltos, analisaremos o tema das relações entre os grupos de infieis, as estâncias e seus povoadores.

5.2.1 Quando o inimigo é o infiel

“Infieil” é o termo pelo qual repetidamente os documentos que estudamos se referem aos grupos indígenas nômades que não aderiram ao trabalho dos jesuítas de “redução pelo Evangelho”. Eles fazem parte diretamente da história que se desenvolve no chamado “espaço missionário”, o que deve estimular, como se disse, discussões sobre o uso deste conceito. Como nos esclarece Quarleri:

La base territorial de las misiones orientales se extendió, con estancias y yerbales hasta el río Negro al sur, en el límite de la “banda de los charrúas”, y el río Uruguay, en su vuelta al norte. Lindantes con los portugueses al noroeste y con grupos de “indios infieles” al sur, las misiones orientales crecieron bajo múltiples pressiones, enfrentamientos bélicos y conflictos (2005, p. 46).

Como vimos, além dos guaranis, outros grupos étnicos viviam nos povoados e estâncias missionárias (LEVINTON, 2009; WILDE, 2009a; BAPTISTA, 2015b). No Memorial dos Superiores das Missões do Paraná e Uruguai sobre as “hostilidades dos yaros” de 1702, os padres Juan Bautista de Zea⁵⁶ e Matheo Sanchez⁵⁷ referem-se ao fato de que foram entregues pelas autoridades espanholas aos jesuítas em torno de quinhentos indígenas desta etnia para batismo e conversão, sendo que, depois disso, eles seriam conduzidos para os *pueblos*. Dizem eles:

⁵⁶ O padre Juan Bautista Zea nasceu em 1654 em Palencia, Espanha, ingressou na Companhia de Jesus em 1671, recebeu votos em 1680 e chegou a em Buenos Aires em 1681, na Província Jesuítica do Paraguai, foi Superior do Uruguai em 1699-1701 e Provincial em 1717-1719. Faleceu em Córdoba em 1719. (STORNI SI, 1980).

⁵⁷ O padre Matheo Sanchez nasceu em 1652 na Espanha, ingressou na Companhia de Jesus em 1671, chegou em Buenos Aires em 1674, na Província Jesuítica do Paraguai, seus últimos votos foram em Assunção em 1689. Foi Superior do Paraná em 1702 e faleceu em 1722, no rio Paraná. (STORNI SI, 1980).

Los Religiosos de la Comp.a de Jhs q por orden y mandato de V. M. asisten en estos sus pueblos no se contentan conservar lo adquirido con la puntualidad y exaccion q es notoria sino es q para el maior descargo de la R. Conciencia de V. M. continuamente entran a la Gentilidad, que habita en los montes ã convertir y a traer muchas almas, y para esso tienen fundados el Pueblo de S. Francisco de Borja en el rio Uruguay y el pueblo de Jesus en el rio del Parana, donde cathequizan, Baptizan, y enseñan a los recién convertidos. Y aora este presente año Vuestro Gov.^r del Puerto de Buenos Ayres Maesse de Campo D. Manuel de Prado y Maldonado, ministro Zelosissimo del R. servicio de V. M. nos entrego quinientas almas de la Nacion Yaro, para q las doctrinassemos, y Baptizassemos, y ya casi lo estan (MCA [V], 1954, p. 116).

Os grupos “reduzidos” igualmente não estavam apartados de outros setores da sociedade colonial. O estudo de Eduardo Neumann (1996) já dava fortes indicações, neste sentido, ao pesquisar as diversas formas de trabalho prestadas pelos guaranis das missões em prol das autoridades coloniais, tema que a historiografia desenvolveu posteriormente.

Para que as missões se sustentassem, foi preciso, ainda, estabelecer redes de interação que foram além do espaço urbano de cada um dos povoados. Novamente, segundo Wilde (2009a, p. 124), podemos dizer que “a nível práctico, el espacio interior y el exterior no se separaban de manera radical”. Isso pode ser verificado para o caso das estâncias que conheciam a presença intermitente de diferentes grupos de “infieis”, entre os quais charruas, guenoas e minuanos principalmente.

De outro lado, paralelamente às inimizades históricas, a situação colonial engendrou outras tantas hostilidades entre os diferentes grupos étnicos. Como bem disse Baptista (2015b, p. 180), “para além da tradição, portanto, o contexto se impõe. O panorama dos povoados obriga a novas perspectivas sobre a acepção e o trato com os inimigos, assim como inspira um conjunto de tensas remodelações envolvendo a diversidade étnica”. Desse modo, os conflitos do momento da época que importam para esse trabalho não são mero prolongamento de rivalidades anteriores, mas traduziam a introdução de questões dizendo respeito à situação colonial.

Sob certo aspecto, esta conclusão também pode ser feita acompanhando as reflexões de Elisa Frühauf Garcia (2007, p. 215), segundo a qual a historiografia colocou os minuanos como aliados constantes dos portugueses em sua expansão rumo ao sul do continente. Lembra ela que tais conclusões não consideram “eventuais laços entre minuanos com os espanhóis”. A perspectiva tradicional para tratar este tema se pauta em posições dicotômicas e não considera a dinamicidade das alianças que o contexto pode gerar.

Trabalhos recentes, no entanto, mais preocupados com as dinâmicas dos índios, apontaram para a pouca pertinência deste tipo de abordagem esquemática, pois as relações entre os diferentes grupos indígenas e os portugueses e espanhóis eram caracterizadas pela fluidez, dependendo de uma série de variáveis, entre estas as prioridades dos próprios indígenas, as diferentes conjunturas ibéricas e os objetivos dos agentes locais, os quais nem sempre se coadunavam com os interesses metropolitanos (GARCIA, 2007, p. 215).

Sobre isto, vimos que Diego Bracco, ao se referir ao ataque à estância de *San Jose*, em 1701, sugere que as solicitações dos jesuítas de ações de represália por parte do governo em relação aos charruas e demais agressores com quem eles se coligaram não encontravam apoio por parte das autoridades, uma vez que essas contavam com os préstimos de tais índios para defender o território do expansionismo lusitano a partir de Sacramento. Seu estudo permite compreendermos como vários interesses e acordos estão em jogo. Neste cenário complexo, as missões jesuíticas e suas estâncias, ocupavam um papel destacado.

La documentación presentada en este estudio de caso pretende mostrar las características de las alianzas que en general se dieron en la región. Los jesuitas procuraron inclinar a las autoridades españolas para llevar adelante una guerra de exterminio contra los charrúas y contaron en esse empeño con la cooperación guenoa. A su vez los españoles procuraron evitar la guerra contra esos nómadas con los cuales mantenían buena correspondencia, pero estuvieron presionados por el temor a parecer débiles frente a la amenaza lusitana. Los portugueses tendieron a fomentar la desavenencia entre los “infieles”, los jesuitas y las autoridades españolas en defensa de sus propios objetivos. Seguramente uno de los factores determinantes del conflicto fue el interés por el ganado (BRACCO, 2004, p. 197).

A fundação da Colônia de Sacramento de fato intensificou o interesse dos portugueses em manter alianças com os minuanos. Uma carta de 1715, do rei Dom João de Portugal, lembrava a Manuel Gomes Barbosa, Governador da Colônia, que “a sua amizade vos pode servir de grande benefício, e pelo contrário a sua inimizade de notável prejuízo” (apud GARCIA, 2007, p. 227).

O interesse dos minuanos e dos portugueses sobre as áreas de criação de gado se confrontava com o dos jesuítas, uma vez que o aumento demográfico dos povoados implicava a necessidade de exploração de territórios maiores que aqueles tradicionalmente manejados pelos guaranis, levando a “investidas a distantes paragens” (BAPTISTA, 2015, p. 180). Esta situação envolvia saídas para captação de recursos naturais (como madeira, ervamate, pedras e argila), captura de gado (vacarias) e trabalho sistemático em ranchos e estâncias. Como resultado, diz Baptista, “os mapas jesuíticos passam do século XVII ao

XVIII delineando como ‘seu território’ uma área sobre as quais eles não tinham direitos exclusivos”,⁵⁸.

Sob este aspecto é muito elucidativa a narrativa sobre os esforços dos padres em afastar “invasores” charruas da estância de *Yapeyú*. Às exortações do padre, responderam os “infiéis” que “ellos no se habían de ir y habian de hacer lo que quisieron porque aquellas tierras eran suyas y no del padre ni de sus Indios [...]” (Prado Maldonado, 1701 apud BRACCO, 2004, p. 207).

Na documentação que consultamos, alguns grupos aparecem constantemente referidos como antagonistas dos guaranis, em especial: guenoas, minuanos e charruas, *yaros*, mboyas e “demais coligados”, para usar uma expressão muito presente nas fontes. Contudo, as rivalidades e inimizades não eram absolutas. Os *yaros* aparecem atacando um grupo de vaqueiros e matando 42 deles, em uma carta assinada pelo Padre Romero em 1636 (MCA [IV], 1970, p. 308), e comendo um grupo que vem de *Yapeyú* para “dar castigo” a outros *yaros* que cometeram o referido ataque (apud BAPTISTA, 2015b, p.188).

Sabemos, ainda, da presença de sujeitos não convertidos nas estâncias, o que podia envolver diferentes conjunturas. De fato, os “infiéis” visitavam as estâncias para buscar “regalos” ofertados pelos padres que desejavam atraí-los à catequese, não só isso, mas também para promover assaltos e roubar gado.

Temos nos referido já várias vezes a ataques intensivos realizados em 1701 e 1702, contra a estância *San Jose* de *Yapeyú*. A importância desse evento é tão grande que ele aparece às vezes denominado como guerra. Realmente, em decorrência deles, os padres chegaram a solicitar autorização para promover uma “guerra defensiva” contra invasores⁵⁹. Como veremos logo abaixo, o aspecto “defensivo” da medida se justificaria mediante os ataques sofridos.

O número de “invasores” envolvidos nos eventos destes anos varia levemente nos documentos. O Padre Bernardo de la Vega⁶⁰ se refere a “hasta setecientos índios armados y

⁵⁸ Para este autor, a vivência nas estâncias parece estar ligada a uma atualização das situações de rivalidades e conflitos com novos e velhos inimigos. Segundo Baptista as estâncias parecem estar ligadas não apenas à necessidade de produzir alimentos, “mas também a importantes dimensões relacionadas à guerra, justificando, a existência de armamentos. (...) Sendo assim, a função de resguardo do gado é apenas o elemento inicial da estrutura estancieira. Elas são, principalmente, postos avançados de guerra” (BAPTISTA, 2015b, p.181-182).

⁵⁹ Parecer del P.^{es} del Uruguay y Parana en el q manifiestan q es muy justo y licito el q se haga la guerra à la naciones de yndios coligados, Julio y Agost^o del 1701. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁶⁰ O padre Bernardo de la Vega nasceu na Espanha em 1649, ingressou na Companhia de Jesus em 1673, chegou em Buenos Aires em 1674, recebeu seus últimos votos em São Nicolau, RS e faleceu em Buenos Aires em 1707 (STORNI SI, 1980).

com caballos muchos”⁶¹ e Gerónimo Delfin⁶² diz que “seiscentos armados apoderanse da estancia”⁶³. Enquanto isto, Francisco de Avendaño se refere a 700 homens em armas e mais de 1000 de “chusma”⁶⁴.

Datado de agosto de 1701, um Informe enviado ao Padre Superior do rio Uruguai, Juan Bautista Zea, registra os danos causados pelos infieis. Segundo seu autor, os agressores tomaram a estância de *Yapeyú* por vários meses, trazendo fortes prejuízos. No assalto, levaram toda a “cavallada”, bem como armas. A tomada da estância, se lê, ainda, colocava em risco o povoado “que depende” dela, tendo sido inúteis as tratativas para que os “infieis” se retirassem pacificamente⁶⁵:

[...] hablo de la defenciba que echar la violencia injusta. que es cierta, aun con autorid. pribada, la ofenciba es la que los infieles nos hacen injustam. ^(te) haz. ^{do} todo el mal y daño que pueden en las terras de deses indios, gana. ^s estan [...] q haceles requerido que se baian de bien tambien y hav. ^{do} estado mu. ^{os} meses, hechos [...] de la estancia del Yapeyu, continuan sin hacer remedio de salir de hayendo la estancia; y por consig. ^{te} el pueblo, que depende de la estancia, ante balido de las armas p. ^a mantenerse en ella y siendo [...] la primer vez, se uso de piedad con ellos. y estituyen doles la gente q. se les avia quett. ^{do} an abresado dela pre. de y en vez de mostrase agradezi. ^s hiz. ^{on} sangrientta guerra ofenciba, a cometiendo a traicion a los que fueron a defender la estancia, mattar. ⁿ birieron y hizieron todo el mal y daño, que pudieron, llevaronce la cavallada y todos los despojos y armas denra g. ^{te} estancada bez insolentiles asi amenazado, que an de destruir los pueblos de Yapeyu y La Cruz, que se an de bengar de q. ^{tas} valzas y tente se encontraren de estas misiones⁶⁶.

Há ainda outra fonte que relata estes acontecimentos a partir da perspectiva de um indígena missioneiro, Lucas, descrito nela como “capitán y cabo”. A passagem que se refere ao ataque à *San Jose*, estância de *Yapeyú*, é narrada pelo nativo para o governador Prado Maldonado, “cerca del final de invierno de 1701”. O declarante compunha um grupo de 8 guaranis que chegam de canoa a Buenos Aires, trazendo notícias do ocorrido.

⁶¹ Parecer del Padre Bernardo de la Vega, San Carlos, 1701 apud BRACO, 2004, p 201. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁶² O padre Gerónimo Delfin nasceu em 1635 na Espanha, ingressou na Companhia de Jesus em 1656, chegou a Buenos Aires em 1658, seus últimos votos foram em 1673, São Carlos, Corrientes e faleceu em Santo Ignácio em 1714 (STORNI SI, 1980).

⁶³ Parecer del Padre Gerónimo Delfin, Loreto, 1701. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁶⁴ Parecer del Padre Francisco de Avendaño, San Luís, 1701 apud BRACCO, 2004, p. 200. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁶⁵ A expressão “que an de destruir los pueblos de Yapeyu y La Cruz, que se an de bengar de q. ^{tas} valzas y tente se encontraren de estas misiones” parece sustentar a reflexão de Baptista (2015b) sobre a permanência de uma “ética” de guerra entre os nativos ao longo do período colonial.

⁶⁶ Informe de la situación de la estancia del Yapeyú. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Leg. 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Nossa utilização deste documento se faz por meio da obra de Diego Bracco (2004), que analisa os referidos acontecimentos de 1701-1702 dentro de um arco maior, ao discutir as relações entre as sociedades coloniais ibéricas nesta região, assim como de guaranis e grupos nômades desta área. Bracco sugere que a declaração do indígena reflete bastante bem a perspectiva dos jesuítas naquilo que o autor entende fazer parte de uma “campanha” dos padres para o convencimento das autoridades de que se deveria fazer uma guerra colocando fim às possibilidades de os índios nômades causarem danos e ameaças aos seus povoados⁶⁷.

Segundo o documento, Lucas declarou que, em junho de 1701, haviam chegado na estância de *San Jose* cerca de 300 índios das nações “bohanes, matidanes, guinuanes e yaros”, com suas mulheres e filhos e que, durante alguns dias, ali permaneceram em paz. Diz ele, inclusive, que os padres tentaram lidar com a situação entregando erva e tabaco e pedindo que os “infiéis” se retirassem. Contrariamente a isso, a postura assumida pelos “visitantes”, que se tornam “invasores”, foi permanecer e pilhar o rebanho (de mais de 20 mil cabeças) e afirmar que tinham direitos sobre aquela área, conforme segue abaixo,

De forma que cada res que mataban solamente cogían un pedacito de carne la que la res le parecía la mejor y la restante la dejaban quedando la res entera, matando al día veinte y cinco y más reses. (...) Los infieles le respondieron que ellos no se habían de ir y habían de hacer lo que quisieran porque aquellas tierras eran suyas y no del padre ni de sus indios y que comenzaron a darle de empellones al padre, haciendo muchas amenazas (apud BRACCO, 2004, p. 207).⁶⁸

A tentativa do Padre Pablo Restibo de convencer os “invasores” a aceitarem catequese obteve como resposta que “no querian convertirse sino pelear” (apud BRACCO, 2004, p. 207). A narração de Luca, que não difere dos demais documentos, refere-se a um combate de 200 índios que acompanhavam o padre contra os inimigos, resultando cerca de 20 mortes para cada lado. Depois, a gente da estância buscou refúgio na missão enquanto o Padre Cano organizou uma investida para tentar expulsar os “bárbaros”. Cano acabou derrotado e tendo que fugir, enquanto os “invasores” colocavam fogo na Igreja (apud BRACCO, 2004, p. 207).

Finalmente, podemos observar os eventos em tela a partir de Pareceres gerados pelo desejo dos jesuítas de um possível castigo a ser empreendido contra os protagonistas do

⁶⁷ Bracco (2004, p. 207) esclarece que “Lucas debía contar con toda la confianza de los padres, tanto por su habilidad para burlar los enemigos que acechaban su desplazamiento fluvial, como para reflejar fielmente la perspectiva jesuítica frente a las autoridades de Buenos Aires”.

⁶⁸ No depoimento, consta que os infiéis estavam vestidos com roupas que possivelmente provinham dos portugueses. Outras fontes, também apresentadas pelo autor, mencionam que os lusos alcançavam armas aos infiéis, o que abre outra perspectiva para a análise destes eventos que desenvolveremos mais adiante.

ataque à estância. Trabalharemos particularmente 3 deles, observando que são apreciavelmente similares. Trazendo argumentos bastante homogêneos sobre as ações a serem conduzidas contra os invasores da estância e os elementos que poderiam justificá-las, tais documentos ajudam a compreender a perspectiva dos jesuítas sobre o panorama das relações interétnicas que se estabeleciam neste espaço e sobre os grupos que eles não conseguiam “reduzir”.

Em virtude disto, os Superiores do Paraná, Matheo Sanchez, e do Uruguai, Juan Baptista, requereram Pareceres ao P^e. Andrian Gonzales⁶⁹, e aos já referidos Bernardo de la Vega e Geronimo Delfim. Solicitavam que os padres se pronunciassem sobre a necessidade de mover-se uma guerra contra as coligações de infieis. Recordemos que, de acordo com Bracco (2004, p. 197), os jesuítas estavam interessados em convencer os espanhóis da necessidade de medidas para contenção dos charruas. Contudo, as autoridades coloniais procuravam evitar a guerra com estes grupos nômades, com os quais pretendiam manter boas relações.

Segundo o Padre Andrian Gonzales, que foi o primeiro parecerista do material que consultamos, uma aliança de grupos nômades envolvendo 500 charruas, *yaros*, entre outros, atacou a estância de *San Jose*, tomando seu gado. O Parecer, assim como os demais documentos já citados, aponta que os atacantes chegaram a “tomar” a estância. Na ação, feriram ou mataram os “embaixadores” que procuraram restabelecer a paz. Justamente por isso, ele se expressa a favor de um castigo.

Lo primero porque dicho indios infieles mboyas jaros mbatidas y demas coligados son injustos invasores de cosa ajena, y repentinos como se ha visto en como hasta quinientos dellos que se apoderaron de la estancia llamada S Joseph y de sus ganados todo proprio del Pueblo de Yapeyu y ademas sus intentos siempre fueron de invadir los demas Pueblos. Son injustos invasores de las vidas de los indios christianos, pues al P(e) Pablo Cano que iba a hablarles de paz le mataron quarentta y dos hombres, y le hirieron mas de quarentta. Al P^e Bariloche Ximenez que así mismo a la hablarles de paz le acometieron y mataron setenta y dos hombres le hirieron muchos mas, y le hurtaron mas de dois mil caballos⁷⁰.

Percebe-se que o jesuíta avalia que a área pertence às missões (os atacantes invadem “cosa ajena”), e que, além de *S. Jose*, as demais estâncias estavam em risco. Ele ainda não

⁶⁹ O padre Andrian Gonzales nasceu em Buenos Aires em 1639, ingressou na Companhia de Jesus em 1654. Seus últimos votos foram em 1670 em *Encarnación*, faleceu em *La Cruz*, 1709 (STORNI SI, 1980).

⁷⁰ Parecer del Padre Andrian Gonzales, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

deixa de destacar que, ao lado do prejuízo material ocasionado, os assaltantes haviam destruído e profanado o templo:

Son demas destes invasores y sacrilegos profanadores de las cosas sagradas, pues quemaron la iglesia de S Josep a lanzaron o flecharon las imagenes de la Santi^a Virgen y de S Ign^o aguje[aron] la patena se vistieron el alba, y la estola, por todas las cuales razones se les debe hazer guerra pues sera solo defensiva y aun obligatoria en conciencia.⁷¹

Esta informação reforça um dos elementos assinalados nos Pareceres citados por Bracco, ao referir-se ao desrespeito ao templo e às suas imagens: “[...] alancearan las Santas Imágenes, profanaron el Cáliz y paténa, quemaron la Iglesia” (apud BRACCO, 2004, 200). Além disso, eles ainda acusam a presença de apóstatas e de feiticeiros, junto aos infiéis, bem como a ocorrência de pactos com o demônio feitos pelos “bárbaros”: “dichos yndios Yaros, Matidanes, etc, son acogida de cristianos apóstatas, índios y españoles y porque se usa entre ellos hechicerías y pactos com el demônio con grande escândalo de toda da Cristiandad circunvecina” (apud BRACCO, 2004, p. 201).

Em outros depoimentos utilizados por Bracco, os padres também afirmam que entre os atacantes havia cristãos apóstatas, e a uma “junta de hechicerías, de latrocínios y un refugio de malhechores índios cristianos y aun españoles”⁷². Os grupos de “infiéis”, segundo o autor do Parecer, abrigavam, inclusive, *hispanocriollos* evadidos da sociedade colonial. Assim, como “grande escândalo” da situação, se recorda que muitos índios cristãos fugiam “a vivir como infieles apostatando desta fee demas desto hechizeros y malhechores y receptaculo de españoles fugitivos”⁷³.

Podemos, dessa maneira, verificar que encontra sustentação o que anunciamos na abertura desse capítulo: a área das estâncias oportunizava o contato com diversos sujeitos que não eram “índios reduzidos”. Além de outros nativos, há também gente que se subtrai da esfera hispano-colonial da sociedade para estar entre os primeiros. Vê-se, também, que as justificativas para sustentar a guerra contra estes grupos mobilizam argumentos que lidavam com o simbólico (a recusa à fé, o ataque às imagens e objetos sagrados, a presença de apóstatas e feiticeiros) e o material (a necessidade das estâncias para prover os povoados missioneiros).

⁷¹ Parecer del Padre Andrian Gonzales, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁷² Parecer del Padre Francisco de Avedaño, *San Luis*, 1701 apud BRACCO, 2004, p. 201. AGN, Buenos Aires, exp. 1, fs. 91, IX 41-1-3.

⁷³ Parecer del Padre Andrian Gonzales, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

A carne de gado tinha um peso tão importante na dieta das populações reduzidas que, na intenção de reforçar seus argumentos, o Padre Andrian Gonzales se refere a ela como o “único sustento” das reduções⁷⁴.

[...] dichos indios mbojas mbatidas jaros y demas coligados tienen quitado el Co [...] Comercio de las ciudades de los españoles entre si y de los veinte y ocho pueblos de indios christianos entre si y con las dichas ciudades de los españoles por quanto dicho infieles en numero demas de seiscientos armados estan apoderados de los dos rios Uruguay y Parana por donde se comercia y portanto justam.^{te} y con justa fuerza de guerra se deben hechar dichos indios⁷⁵.

Os pareceristas sugerem que não menos ameaçadores eram possíveis ataques às cidades e paralisação do comércio, perigos a que os documentos também aludem, alertando que “[...] júntase también [o risco] el tener cogidas las baquerías y quitado el comercio de las ciudades de los españoles por los dos rios Uruguay y Paraná” (apud BRACCO, 2004, p. 201). Os documentos se referem, efetivamente, ao fato de que, além dos danos às estâncias, os “infieis coligados” dificultavam a navegação nos rios Uruguai e Paraná e, com isto, as trocas comerciais que se valiam destas rotas⁷⁶. Uma possível expansão dessas invasões e saques tornava necessária uma guerra que é apresentada como “defensiva”, uma vez que não só a própria atividade missionária estava em risco, mas outros setores da presença colonial.

⁷⁴ “Estan apoderados de las vaquerias propias destes veinte y ocho pueblos de christianos que son su unico sustento”. Parecer del Padre Andrian Gonzales, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4. Como vimos em capítulo anterior, a importância da atividade de exportação de couro crescerá posteriormente a esta época, tema desenvolvido por Juan Carlos Garavaglia em *Economía, sociedad y regiones* (1987). Ver também em María Inés Morais Vázquez em *Mundos rurales* (2013, 2014).

⁷⁵ Parecer del Padre Andrian Gonzales, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁷⁶ Os 3 pareceres que sustentam a necessidade de castigar os atacantes, se referem aos prejuízos para o comércio e para as cidades, além dos danos causados às estâncias: O padre Andrian González diz que “dichos indios mbojas mbatidas jaros y demas coligados tienen quitado el Comercio de las ciudades de los españoles entre si y de los veinte y ocho pueblos de indios christianos entre si y con las dichas ciudades de los españoles por quanto dicho infieles en numero demas de seiscientos armados estan apoderados de los dos rios Uruguay y Parana por donde se comercia y portanto justam.^{te} y con justa fuerza de guerra se deben hechar dichos indios”. O padre Bernardo de la Vega narra a “peligrosa la cercania de hasta setecientos indios armados y con caballos muchos y diestros a las ciudades de los españoles S^{ta} Fee Corrientes y Paraguay principalm^{te} teniendo cada una destas ciudades enemigos infieles pampas que las trahen siempre al ultimo peligro como el guaycuru al Paraguay y el abipon a las Corrientes, y se puede esperar certissimam^{te} que todos aislados acaben dichas ciudades o las pogan a sumo riesgo”. Já o padre Gerónimo Delfin reclama que “dichos infieles en tanto num^o y victoriosos impidiran el comercio de los dos rios Uruguay e Parana con las ciudades del P^{to} de B^s Ayres S^{ta} Fee [...] y demas ciudades y es forzoso dicho comercio p^a la conservacion de los vasallos de su Mag^d asi españoles de dichas ciudades como de los indios destes veinte y ocho pueblos por lo qual es forzoso pedir se haga dicha guerra pues no sera ofensiva sino defensiva” Parecer del P.^{cs} del Uruguay y Parana en el q manifiestan q es muy justo y licito el q se haga la guerra à la naciones de yndios coligados, Julio y Agost^o del 1701. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

O texto também indica o fato de que os agressores agiam em acordo com os portugueses da Colônia de Sacramento, conforme veremos mais adiante. Em outro argumento apresentado pelo jesuíta, identificamos que já havia reclamações anteriores de autoridades que solicitavam a guerra defensiva ou mesmo o castigo aos “infieis”. As razões seguiam no mesmo sentido, porém, dessa vez, a ação dos agressores se dava sobre as vacarias dos *pueblos*,

Lo segundo porque ya mucho tiempo ha que el S^f D Josep Garro Gov^{or} del Puerto de B Ayres y el S^f D Joseph de Herrera asimismo Gov^{or} del mismo puerto tienen mandado se haga dicha guerra como consta de sus [...] y la Reyna nra^a S^a Governadora de Esp^a mando se castigasen dichos indios jaros mbojas mbatidas y demas coligados. Estan apoderados de las varquerías proprias destes veinte y ocho pueblos de christianos que son su unico sustento y no ay otro modo de buscarle sino es por la guerra defensiva.⁷⁷

Esta “guerra defensiva”, solicitada pelo parecerista, nos conduz ao que Baptista definiu como os “castigos” como sendo uma “instituição hispânica”. Diz ele, que ela era proibida,

[...] enquanto expressão espontânea, dependente das autorizações dos vice-reis, essa medida só parece ser válida quando “alguns índios fizerem dano aos espanhóis e índios de paz, ou a suas pessoas, ou a suas fazendas”. Nesses casos, “podem em até três meses enviar pessoas que os castiguem com armas ou os tragam presos”, de forma que “não se exercite pena contra eles no campo” (BAPTISTA, 2015b p. 184).

O autor aproxima a situação àquilo que John Manuel Monteiro definiu como “guerra justa” nos territórios do império português. Justas seriam as investidas aprovadas pelas autoridades, como único meio legítimo para obter cativos (apud BAPTISTA, 2015b, p. 184).

As afirmações no Parecer mostram que os jesuítas vinham trabalhando há anos na tentativa de converter os índios infieis, entre eles os *yaros*, mas seu objetivo não estava sendo alcançado. Por isso, a visão dos religiosos e das autoridades espanholas era que a guerra se justificava dadas as experiências fracassadas antecedentes. A ameaça das “coligações infieis” cumpria, assim, o requisito da “guerra justa”.

Outro ponto que foi apresentado como motivo para que resolvessem definitivamente os conflitos com grupos não cristãos eram as dificuldades trazidas para as trocas comerciais com as cidades espanholas, bem como para os negócios entre elas e os *pueblos* missioneiros, envolvendo, como vimos anteriormente, em especial o algodão e a erva-mate. Esse comércio

⁷⁷ Parecer del Padre Andrian Gonzales, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

acontecía principalmente por meio da navegação dos rios Uruguai e Paraná, rotas ameaçadas pela situação descrita.

Embora o documento apresente uma fórmula narrativa bastante tradicional entre os escritos jesuítas, no sentido de reforçar o empenho constante dos padres pela conversão dos nativos, ele é notável por quantificar este trabalho (que demandou um gasto de 40 mil pesos) e, especialmente, por solicitar a guerra contra os índios. Além disso, embora reclame do trabalho infrutífero de evangelização, o Parecer registra com veemência os percalços trazidos pelos ataques à economia das estâncias e dos povoados, motivo pelo qual nos interessou particularmente.

[...] los PP de la Comp.^a de Jesus por mas de quarenta años han trabajado sin fruto p.^a convertir a dichos indios mbojas jaros mbandas, han gastado con ellos mas de quarenta mill pesos p.^a atraerlos con dadibas y hagajaso a la fee catholica y todo ha sido en vano; por todas las quales razones siento que que [sic] se debe hazer dicha guerra, y lo juro in verbo sacerdotis, y lo jurare en qualquier tribunal, y lo firme en el pueblo de la Concepcion a veinte y seis dias del mes de julio de mil setecientos y uno. Andrian Gonzales⁷⁸.

Dissemos em outro momento que os ataques de 1701 geraram vários Pareceres. O primeiro já apresentamos, tendo sido produzido por Andrian Gonzales. O segundo foi elaborado pelo padre Bernardo de la Vega, igualmente explicando os motivos que justificavam a guerra contra os infieis e seus associados, uma vez que eles eram autores de uma série de assaltos às estâncias jesuíticas.

Seguindo a mesma linha de argumentos do parecerista anterior, o jesuíta apontou os perigos que estavam rondando os *pueblos*. Deu um novo tom ao de seus colegas, acentuando a proximidade de índios inimigos em grande número, armados e com cavalos. Ele ainda explica que o perigo não ameaçava apenas as missões jesuítas e reitera o argumento dos prejuízos e riscos para as cidades espanholas, tais como Santa Fé e Corrientes, e o Paraguai.⁷⁹ Por isso, também apoiava a guerra defensiva e o castigo aos “malfeitores”:

Lo prim^o porque siempre es muy temerosa y peligrosa la cercania de hasta setecientos indios armados y con caballos muchos y diestros a las ciudades de los españoles S^{ta} Fee Corrientes y Paraguay principalm^{te} teniendo cada una destas ciudades enemigos infieles pampas que las trahen siempre al

⁷⁸ Parecer del Padre Andrian Gonzales, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁷⁹ O terceiro parecerista, padre Gerónimo Delfin, reforça este argumento: “dichos infieles en tanto num^o y victoriosos impidiran el comercio de los dos rios Uruguai e Parana con las ciudades del P^{to} de B^s Ayres S^{ta} Fee [...] y demas ciudades y es forzoso dicho comercio p.^a la conservacion de los vasallos de su Mag^d asi españoles de dichas ciudades como de los indios destes veinte y ocho pueblos por lo qual es forzoso pedir se haga dicha guerra pues no sera ofensiva sino defensiva” Parecer del Padre Bernardo de la Vega, *S. Carlos*, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

ultimo peligro como el guaycuru al Paraguay y el abipon a las Corrientes, y se puede esperar certissimam^{te} que todos aislados acaben dichas ciudades o las pogan a sumo riesgo.

Lo segundo porq̄ otros gobernadores sin mas noticia que la de carta simples sin otro genero de juram^{os} ni informaciones plenarias de meros delitos que dichos pampas cometieron les decretaron guerra como lo hizo el S Gov^{or} D Joseph Garro como consta de su decreto a que me refiero yo al S D Joseph de Herrera de su liz^a p^a lo mismo la qual esta en estos autos, y la reyna nra S^a cuya zedula esta así mismo en estos autos manda que estos indios malhechores pampas sean castigados con armas⁸⁰.

Dos motivos do Parecer para uma ação armada, vemos novamente constar que os governadores anteriores haviam aprovado e decretado a guerra contra os “infieis”, aprovação que era, como vimos, condição para a “guerra justa”. Como seu colega, ele informou sobre as recentes invasões à estância de *Yapeyú*, maus tratos aos seus habitantes e morte de grande quantidade de gado.

Essa estância, como sabemos, estava assentada em área de trânsito dos grupos tidos por “ameaçadores”. Ela era a maior e mais povoada entre todas, mantendo conexões com as demais, visto que, várias vezes, dela se enviava gado para as outras.

Sua importância era fundamental, o que ajuda a compreender a atenção que os jesuítas lhe conferiam. Assim, ao lado das reclamações contra os prejuízos econômicos dos ataques [tendo sido morta “*mucha cantidad de ganado*” e furtados “*mas de dos mil caballos*”], os jesuítas ressaltam a violência simbólica neles contida. O Parecer de Bernardo de la Vega descreve não apenas o saque do gado, mas também ações de intimidação e até de humilhação realizadas contra os sacerdotes que procuravam demover os atacantes. Um deles, o Padre Andres Egidiano, foi “maltratado”, porém no documento não encontramos detalhes do que aconteceu. Já do Padre Pablo Cano, tomaram e destruíram o altar portátil, além de vestirem suas roupas.

Lo terzero por las nuebas y recientes invasiones que dichos indios mbojas yaros mbatidas y demas coligados han hecho recientem^{te} a los pueblos christianos vasallos de su Magd los quales son publicos y notorios y de publica voz y fama como es el averse apodorado como setecientos indios armados y de chusma mas de mil y quinientos de la estancia llamada Joseph del Pueblo del Yapeyu propria por dominio y posesion matando mucha cantidad de ganado y aver maltratado el el P^e Andres Egidiano que les iba hablar de paz y averle dicho a voces [sic] el mal intento que tenian de destruir los pueblos christianos y no contentes con esto pocos dias despues acometieron al P^e Pablo Cano que llebaba p^a su reguardo y les iba a hablar

⁸⁰ Parecer del Padre Bernardo de la Vega, *S. Carlos*, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

de paz y p^a su bien y le mataron quarenta y dos hombres, y le hirieron otros muchos, le quebraron el altar portatil y se vistieron las vestiduras quemaron la yglesia de S Joseph y la patena por un agujero que la hisieron la colgaron del caballo [...] no sosegados con este hecho cometieron otro desastrado pues yendo el P^c Bartolome Ximenez con gente p^a su resguardo le acometieron y mataron setenta hombres y le hirieran mas de sesenta y les hurtaron mas de dos mil caballos todos los quales juzgo ser motivos p^a dicha guerra sin mas tardanza por aver periculum in mora, y en las guerras y milicias no procederse por puebras judiciales y estrepito de juicio quando el enemigo acomete, pues la noticia simple del acometim^o basta p^a salir a la defensa ⁸¹.

O último Parecer foi do padre Geronimo Delfin que segue os argumentos dos colegas condenando os agravos cometidos pelos infieís. Ele expressa a desilusão quanto a possibilidade de sucesso na conversão destes grupos, apesar dos esforços dos missionários em atraí-los, inclusive por meio de “dádivas” (erva, tabaco e roupas). Por fim, recomenda a guerra “hasta humillarlos y si fuere necess^o acabarlos”.

Digo lo prim^o que por aver dichos infieles mbojas mbatidas jaros y otros infieles sus coligados [acercado?] a estas doctrinas p^a destruirlas en qualquier tiempo se debe pedir al S^{or} Gov^{or} del P^o a quien pertenezen dichos infieles les haga la guerra hasta humillarlos y si fuere necess^o acabarlos porq̄ no ay esperanza de su conversion aviendo los predicado por mas de quarenta años los P^{es} que han estado en el pueblo del Yapeyu adonde frequentan de continuo como fueron los P^{es} Luiz Ernoz Felipe de Bineros P Geronimo Delfin y otros y an entrado en sus tierras a este fin los P^{es} fran^{es} Ricardo Fran^{co} de Rojas Hipolito Datilo y Andres Egidiano y gastado con ellos en dadibas mas de treinta mil pesos en generos como yerba tabaco ropa & en orden a su conversion, el fruto de todos estos trabajos y dones ha sido apoderarse de la estancia de bacas del pueblo de Yapeyu maltratando con palabras y obras a los estancieros quitandoles su ropa y caballos, y haciendo otras nejaciones y matando bacas quantas querian y todo se les ha sufrido con esperanza de su conversion y todo agasajo en ellos a sido sin fruto porq̄ cada dia estan peores y el rezelo que siempre ubo de que acometiesen estes pueblos agora lo vemos cumplido y asi justam^{te} nos defenderemos haciendo la guerra pues ellos la quieren como luego dire⁸².

O último argumento do jesuíta, em seu Parecer, datado em 10 de agosto de 1701, é que a ação armada contra os agressores contaria com a licença das autoridades, condição que, como vimos acima, deve ser seguida na execução dos castigos previstos nas leis espanhola.

Lo octavo y ultimo porq̄ los Señores gobernadores se han mandado y dado liz.^a p^a que se haga tal guerra por sus delitos, asi lo mando el S^r Gov^{or} D Joseph Garro como consta de su liz.^a a que me remito, y el S^r D Joseph de Herrera como consta tambien de la suya a que tambien me remito, y tambien

⁸¹ Parecer del Padre Bernardo de la Vega, *S. Carlos*, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁸² Parecer del Padre Geronimo Delfin, *Loreto*, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

el S^r D Agustin de Robles siendo Sup^{or} el P^c Sebastian de Toledo el qual me consulto a mi dicha liz.^a, y la reyna nra S^a por su zedula a que me remito manda se castiguen dichos infieles, el que se les haga guerra, y todo lo q tengo dicho es verdade y lo juro in verbo sacerdotis y lo firmo de mi nombre en dicho día diez del mes de Agosto de mil setecientos y un años en este pueblo de Loreto. Geronimo Delfim⁸³.

Os Pareceres, portanto, se valem de argumentos similares e pedem a mesma solução. Esclarecem os males causados pelas invasões e saques feitos pelos índios. Embora eles estejam buscando sustentar a necessidade de castigo aos agressores da estância, não deixam de apontar que o perigo podia atingir os demais *pueblos*, o que também vinha a ser uma justificativa para a “guerra defensiva”.

Os ataques de índios infieis nas estâncias, portanto, atingiam a comunidade missioneira não só pela violência e morte que traziam, mas pelo saque dos animais, desorganizando seu sistema produtivo. Segundo Levinton (2009, p. 253), “el pueblo de Yapeyú era el centro de todo el sistema. Hubo caminos para comunicar a los habitantes del pueblo con las estancias”. O ataque de 1701, a tomada da estância por meses, o sequestro e a destruição de animais que se sucedeu (bois e cavalos) traziam consequências de larga escala.

Entretanto, ao menos para Bracco (2004), a questão do ataque de 1701-1702 a *San Jose* se cruzava na opinião dos jesuítas com um perigo mais amplo, representado pela presença de grupos hostis aos padres e às missões, potenciais aliados dos portugueses e seus interesses na área. Para este autor, os Pareceres expressam uma tentativa de convencer as autoridades bonaerenses a conduzir uma verdadeira campanha contra os charruas e seus aliados. Por sua vez, o governador Prado Maldonado relutava em tomar medidas neste sentido, uma vez que não percebia nas informações recebidas o risco que era sugerido pelos padres ou a existência de uma aliança entre os portugueses e os infieis.

O Memorial dos Superiores das Missões do Paraná e do Uruguai, datado de maio de 1702, dos padres Juan Bautista de Zea e Matheos Sanchez, refere-se às hostilidades dos índios *yaros* cometidas na estância de *S. Jose* com apoio dos portugueses.

La justa defensa con q estos veinte ocho Pueblos vassallos de V. M. se han defendido de la invasion injusta q los yndios de nacion Yaro, voja e otros Pampas todos infieles rancheados entre la Ciudadela del Portugues y ciudades y Pueblos de V. M. intentando invadirlos y acabarlos con ayuda del Portugues; y fue assi q el Pueblo de Yapeyú de yndios de nacion Guarani y uno de los q V. M. tiene en el Rio Uruguay Jurisd. del Puerto de B. Ayres posee por mas de quarenta años una Estancia de ganado bacuno y otros

⁸³ Parecer del Padre Geronimo Delfim, *Loreto*, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4..

llamada S. Joseph en el paraje llamado Yquarey como veinte leguas de dho Pueblo tiene en ella Casa p. los estancieros y una ygre. p. decir los P.^e missa dedicada a S. Joseph y estando en esta posesion quieta y pacifica de dha estancia se entraron en ella como hasta quinientos yndios de nacion yaros, vojias y otros Pampas todos ynfielos guerreros y desesperados apoderandose de los ganados y matando gran cantidad de ellos y maltratando a los yndios christianos q guardaban muchos ganados y estancia y aviendo amonestado a dhos ynfielos yaros y coligados q dexasen la estancia y cessasen de los otros daños q hazian no quisieron antes amenazaron y aterraron no solo al dho Pueblo del Yapeyu pero aun a los demas pueblos (MCA [V], 1954, p. 130).

Os jesuítas destacaram a condição de perigo que os 28 povoados estavam passando devido à proximidade da Colônia de Sacramento e também os riscos representados pelos “infiéis” estabelecidos em ranchos entre os povoados e a cidadela portuguesa. Os Padres ainda afirmaram que “es cierto q el portugues ayudado de los Ynfielos, o los Ynfielos ayudados del portugueses an de destruir la lucida Christiandad q V. M. tiene en dichos veinte y ocho pueblos” (MCA [V], 1954, p. 115). Tal como outros documentos que já analisamos, este Memorial afirma que os ataques traziam riscos concretos e ainda simbólicos, uma vez que os infiéis davam guarida aos desertores: “Y dichos Yndios yaros y los otros ynfielos sus compañeros recibian españoles foragidos que vivian entre ellos como gentiles; recibian asi mismo yndios Xptianos q apostataban de la fe” (MCA [V], 1954, p. 123).

O Memorial destaca o apoio dos portugueses aos índios infiéis nos acontecimentos que atribularam o ano de 1702. Afirmam seus autores que os lusos defenderam os agressores, apoiando-os com homens e peças de artilharia:

[...] como se á visto aora en los Yndios Ynfielos Yaros, q nos hurtaron nuestros cavallos, bacas y estancias y el portugues hizo alianza con ellos en estas guerras del año de setecientos y dos, y salio a su defensa contra nosotros con tres piezas de artilleria, y setenta portugueses y muchas tropas de dichos yndios yaros se fueron a favorecer de los Portugueses de la Ciudadela. Y con las mismas a los dichos Yndios Yaros y otros Ynfielles tenian quitado el comercio de estos veinte y ocho pueblos con el Puerto de B. Ayres y demas Ciudades de Españoles. Y dichos Yndios yaros y los otros ynfielos sus compañeros recibian españoles foragidos que vivian entre ellos como gentiles; recibian asi mismo yndios Xptianos q apostataban de la fe (MCA [V], 1954, p. 122-123).

Verifica-se no texto uma narrativa que reitera argumentos anteriores, apontando os riscos de serem cortadas as linhas de comunicação e comércio das missões com Buenos Aires e demais cidades espanholas. Conta ainda o Padre Bartholome Ximenez que as tentativas de chegar a um acordo com os “agressores” - presenteando-os com erva e tabaco - foram estéreis e que os *yaros* ameaçaram os padres dizendo “q avian de destruir todos los Pueblos de las Reducciones y a los de los españoles con ayuda del portuguez q ya en su favor. Y por estar en

muy peligroso estado las cosas de por aca nos retiramos y volvemos con el Exercito a comunicar con V. R. lo q hemos de hazer” (MCA [V], 1954, p. 138).

De toda sorte, fica aqui mais uma vez manifesta a necessidade de considerarmos o espaço missioneiro de forma alargada, bem como de perceber as várias dinâmicas processadas em torno e através dele. Da mesma forma, os eventos narrados também permitem verificar a importância do gado, bovino e cavalari, não só para os missioneiros, mas todos os grupos que viviam ou circulavam pelos territórios em que o gado era obtido, inclusive para os portugueses da Colônia de Sacramento.

A expulsão dos “infieis” da estância de *San Jose* não significou o fim dos atritos. Conforme lemos em carta enviada ao Padre Provincial Salvador de Rojas⁸⁴, datada em 1708, sobre o estado geral das doutrinas do Uruguai, os vaqueiros missioneiros eram constantemente atacados. Nesta carta, o padre descreve um caso que ocorreu com os vaqueiros e o capataz da estância de *La Cruz*, referindo-se a problemas que ocorriam principalmente entre os caminhos que ligavam as estâncias e as vacarias.

[...] juntandose todos, ò los mas de ellos, acometieron à los ultimos vaqueros, que fueron los de la Cruz, que à veinte y siete de Enero de hallaban toda via en la Vaqueria con dos lucidísimas tropas, de 24 U e 20 U cabezas, y dieron en cuatro filas sobre la ultima, de que mataron à lanzadas y flechazos à ocho Yndios, y entre ellos al Capataz de todos. Los demas, no teniendo modo de defenderse, se acogieron al refugio de la montana del Rio Negro, por la cual, caminando de dia siempre por lo oculto de ella, y de noche por la campaña, se refugiaron en Santo Domingo Soriano: donde estubieron, hasta que les fué escolta de gente armada, a cuyo abrigo se volvieron, dexando perdida no solo la dicha tropa, y con ella quinientos caballos, y doscientas mulas, y todo su matalopage, que se hallaba mas adelantada; y con el reclamo de lo que habia pasado à sus companeros, habiendo pasado con ella el Rio Pará, no se atrevieron à conducirla hasta las Estancias de su Pueblo, por que temieron que los Ynfieles resolviesen tambien sobre ellos, y à toda priesa se volvieron, con solos los Caballos, y mulas, dexandola tambien desamparada, y perdido todo su trabajo (MCA [IV], 1970, p. 238).

Torna-se notável que os ataques eram frequentes nas áreas estancieiras, e essa situação dificultava o recolhimento do gado pelos vaqueiros que eram agredidos e, muitas vezes, obrigados a abandonar a atividade no meio do caminho. Em função da insegurança provocada por tais ações, procuravam refúgio nos povoados mais próximos.

⁸⁴ O Padre Salvador de Rojas nasceu em 1643 em Málaga na Espanha, ingressou na Companhia de Jesus em 1657 em Andaluzia; seus primeiros votos foram em 1659, em Sevilha. Ele chegou a Buenos Aires em 1663, foi Superior dos guaraníes entre 1689-91, Procurador eleito em 1695 e Superior do Uruguai entre 1706-08. Faleceu em Loreto, em 1714 (STORNI SI, 1980).

Portanto, as divergências entre os diferentes grupos étnicos do território eram visíveis, conforme acompanhamos os vários casos no qual envolveram as missões jesuíticas. De maneira geral, provavelmente os conflitos ocorreram em vista da compreensão por parte dos “infiéis”, de que tinham direitos sobre o território onde os jesuítas agora entendiam como “missioneiro”, da mesma forma, em relação ao gado da região.

Na mesma carta de 1708, Salvador Rojas cita outro caso de conflito violento que envolveu *Yapeyú*, descrevendo que foram queimados muitos ranchos do povoado e saqueada grande quantidade de animais, em torno de “cuatrocientas Yeguas mansas, y numero de Caballos. Y poco despues volvieron, y se llebaron otras dos mil Yeguas de la cria. Y todo el resto de la hacienda de aquel Pueblo, y de los vecinos quedaba expuesto al mismo riesgo” (MCA [IV], 1970, p. 239). O jesuíta destaca no documento apenas 2 nomes (*La Cruz* e *Yapeyú*), mas deixa subentendido que os saques e invasões envolveram outras estâncias, também localizados na Banda Oriental do rio Uruguai.

Estes acontecimentos estão presentes na carta do Padre Francisco Medrano⁸⁵, justificando a guerra contra os *yaros* e *mbohas*, incluindo os guenoas. Para além das agressões (o documento se refere a 26 índios mortos enquanto estavam “laçando potros”) contra *La Cruz* e *Yapeyú*, aqui encontramos, igualmente, menção a problemas causados a outra estância. Estando a estância de *San Borja do Ybicui* e *La Cruz* apossadas por grupos infiéis é enviado socorro a partir da gente de *Yapeyú*. Medrano reclama com argumentos semelhantes aos de seus colegas sobre a ameaça dos infiéis e a insegurança dos caminhos, igualmente defendendo a “guerra defensiva” e ainda manifesta incredulidade quanto às notícias de que os infiéis teriam recebido “papeis” do governador em seu obséquio, especialmente pelo perigo que representavam ao acolher cristãos apóstatas e se congregarem aos portugueses de Sacramento para tomar toda terra e todo gado que fosse possível.

E possible q todo esto se sabe, y dissimula, y se da por pretextos q faltan testim^{os}. autenticos ¿ No consti autenticam^{te} papeles y por desengaño q alla su S^a teve q los guenoas hicieron el hurto de los cavallos del Rey, q calumniosam^{te} se impesto à los yndios de (...) cargo¿ Y q castigo se les hadado ¿ Es el castigo acogerlos ahora, y darles (segun se dise) papel de amparo¿ para que no se les ofenda¿ Deviera su S^a de oficio, extinguir ô obligarnos à q extinguiessemos tan perniciosos inimigos, que toda la vida lo han sido (como consta de las hist.^{as}) de los espanoles y de estos yndios vassalos del Rey N. S^o.⁸⁶

⁸⁵ O Padre Francisco Medrano nasceu em Albacete, Espanha, em 1653. Ele ingressou na Companhia de Jesus em 1672, depois de dois anos foi para Buenos Aires, onde conseguiu seus primeiros votos. Concluiu os últimos votos em Córdoba, em 1689. Faleceu em Candelaria, em 1716 (STORN SI, 1980).

⁸⁶ [CARTA del P. Francisco Medrano, del estado y motivos de la guerra, que se hace á los indios Guanoas, Yaros y Mbohas.]. [S.l.: s.n.], 1708. 4 p. Disponível em: <

Finalmente, manifesta preocupação com a falta de notícias da tropa enviada em socorro aos índios cristãos que haviam sido capturados:

Aviendo precedido el P.^e Herran y P.^e Claret con la gente del Yapeyu, y La Cruz, por una mala aunq siniestra nueva q allo les dieron q les obligo à acelerarse al socorro delos q estavan de presidio en la estancia de la Cruz, y en la de S. Borja del Ybicuí. Las ultimas cartas que tuvimos fueron à la del mismo desde la outra banda del Ybira (...) ya marchando en demanda, y sobre los rastros de los Enemigos. Y ya son oy 9 de febr^o y no temos tenido noticia otra autentica de ninguno de ellos.⁸⁷

Numa tentativa de amenizar os problemas, foi solicitado aos guenoas catequizados de *Jesús Maria* que implorassem a paz para seus parentes infiéis. Na negociação, eles poderiam servir, ao menos nesses casos, para interagir diretamente com os demais que ofereciam ameaças, fato que define uma estratégia utilizada pelos jesuítas para conseguir acordos com os demais grupos indígenas. Porém, os guenoas de *Jesús Maria* não se mostraram inclinados a ajudar, argumentando que não provinha de seus parentes a ofensiva contra *Yapeyú*, responsabilizando *Mbohas* e *Yaros*. Tal situação mostra, por um lado, a ambiguidade do grupo dos guenoas cristãos que assumem a defesa dos parentes não reduzidos. Conforme lemos no documento,

Acudí para ver que reparo se podia poner á tanto daño. Y me quise valer de los Guenoas Cristianos de Jesu Maria, rogandoles, que hablasen à sus Parientes, pues venian alli cada dia, y les extortasen á la paz, y que entregasen á los cautibos recién llevados, ofreciendoles por elles rescate, y que se les perdonarian todos los insultos pasados. Pero estaban tan lexos de esa, que antes defendian con grande resolucion à sus parientes, alegando con demasiada energia, que se ler hacia notable agravio, levantandoles falsos testimonios, como otras veces; por que no ellos, sino los Mbohas y Yaros eran los que cometian semejantes maldades (MCA [IV], 1970, p. 239).

A dúvida não perdurou por muito tempo, tendo o sacerdote se certificado de que os guenoas eram realmente os responsáveis pelas hostilidades. Depois de tentar duas embaixadas de paz, justifica que era “inescusable hacerles guerra. La cual no era ofensiva, sino una natural y necesaria defensa” (MCA [IV], 1970, p. 239).

O jesuíta também entende que era necessário retirar de *San Borja* todos os guenoas que pertenciam a *Jesús Maria*: “de quienes habbia mucho que recelar, y así de que algunos de

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001881/mssp0001881.pdf >. Acesso em: 30 jan. 2018.

⁸⁷ [CARTA del P. Francisco Medrano, del estado y motivos de la guerra, que se hace á los indios Guanoas, Yaros y Mbohas.]. [S.l.: s.n.], 1708. 4 p. Disponível em: <

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001881/mssp0001881.pdf >. Acesso em: 30 jan. 2018.

ellos, menos fundados en la Feè, se fuesen á los Ynfieles”. (MCA [IV], 1970, p. 239). Mesmo em relação àqueles “mais seguros”, ou seja, já doutrinados, há a desconfiança de que podem agir como “espias doubles” alertando seus parentes das intenções dos jesuítas. O receio do sacerdote é mais um indício revelador da ação das relações de parentesco que permaneciam agindo entre reduzidos e não reduzidos.

Vários anos depois, em outro documento datado em 1743, Domingo Ortiz de Rosas, Governador do Rio da Prata, refere-se novamente a problemas que estavam acontecendo nas estâncias do rio Uruguai, destacando constantes pilhagens de gado *vacum* e cavalari. Mais uma vez, a responsabilização sobre os problemas recai sobre índios infieis, espanhóis fugitivos e portugueses. Além de subtrair os animais, os atacantes estariam, conta ele, matando e maltratando os estancieiros. Nesse sentido, o governador, para conter os danos e desordens nas estâncias, solicita ajuda dos corregedores das missões do Uruguai, para que estivessem prontos a defender povoados e estâncias, caso ocorresse uma invasão.

Ordeno, y mando â todos los Corregidores de los referidos pueblos del Uruguay y â cada uno por si, que apereiban todos los yndios capazes de tomar armas, que con las que tuvieren estes prontos para acudir a la parte donde fueren convocados para la defesa de sus pueblos y estancias en caso de ser amenasados de alguna invasion, y para q no sean sorprendidos de repente, los otros corregidores tengan mucho cuydado en hacer consers, y reconocer los campos de las cercanías su Pueblos, desde la mitad del camino, que va pela boca Uruguay al pueblo de Yapeyu; y pala passe el rio negro asia dicho Rio Grande de los Portugueses hasta cinquenta leguas distante de los pueblos, y Estancias, que tienen, siguiendo la misma forma hasta las derezeras, que miran â San Pablo; entrando desde logo quadrillas de yndios de su satisfacion, que contodo cuydado espíen todos los campos, y bosques, para que as avisen â sus corregidores de qualqra novedad que hallaren; con orden de que se muden de tiempo en tiempo⁸⁸.

Como se pode ler, patrulhas deveriam percorrer os campos dando aviso de riscos iminentes. Ortiz de Rosas ainda demanda aos corregedores que fossem presos portugueses, espanhóis fugitivos e infieis que circulassem pela região, do mesmo modo que fosse bloqueada a passagem de gado, cavalos, mulas ou qualquer mercadoria que os inimigos carregassem. Finalmente, ele parece se preocupar com ações de vingança dos guaranis, ressaltando que não se deveriam matar ou maltratar os capturados, pois já estariam rendidos:

Y assimismo los Corregidores por si, ô por los Cabos, que enbiaren con los tales espias exploradores prendan a qualeq^{ra} españoles, ô portugueses,

⁸⁸ Comunicado Don Domingo Ortiz de Rosas Cavallero, Marechal de Campo de los Exercitos, Gov. e Capp Gral de las Prov. Del Rio de la Plata, Buenos Aires, 1743. AGN, Buenos Aires. Companhia de Jesús (1735 - 1745). Legajo 5 [412]. Sala IX 6-9-7.

yndios, negros, y mulatos que hallaren en su campana. vendo, ô viviendo de aria del Rio Grande, ô camino de S.ⁿ Pablo, y los aseguren, y embíen con guardia competente al comandante el campo el bloqueo de la Colonia, con los ganados mayores, ô menores, caballos, y mulas, y qualesq.^{ra} generos de mercancia, q llevaren, ô traseren con la (..) que los yndios que fueren conocidos defensores de los Pueblos los embien â los de donde buyeren, y los ganados que conocieren ser de sus estancias lo mismo, con tal, que todo lo demás venga â poder de dicho Comm^{te} del bloqueo, sin quitar, ni repartirse entre si lo que aprehendieren que yo tendre el cuidado el que se les de la parte que les tacarse â los aprehendedores â demás dela compersacion que correspondere â sutraída. Y también tenían advertido de no matar, herir, ni maltratar â ninguno delos que prendieren porque una vez rendidos les han buen trato, pero llevaram facultad de usar dela fuerza y armas, que llevaren mientras se les resitieren peleando, y no de otra forma, escusando onpenarse contra Superior fuerza, que en tal caso se (...) â buscar (...) â sus pueblos los mas cercanos. Y si necesitaren los del corregidores, que les ayuden y socoran los del pueblos cercanos del Rio Paraná, les requerirán con esta orden, que también en se entienda con ellos. Assimismo mando, que el corregidor del pueblos de Yapeyu, que es el mas cercano, luego q la reciba enbie una copia tradusida el su lengua al del pueblo mas cercano y este al que se sigue, comunicando la de este modo â todos los pueblos, y cada corregidor me dara aviso del lo que executase, por convenir de cumpli.^{to} delo expressado al servicio servicio del su Mag. Y bien común dechas misiones⁸⁹.

O comunicado do Governador reitera o que vimos em outros documentos coetâneos, isto é, que não só grupos “coligados” de infieis, mas também foragidos espanhóis e portugueses da Colônia de Sacramento eram atores sociais com forte participação na área das estâncias e vacarias e que sua presença era elemento decisivo na dinâmica social e econômica da área. Além disso, como veremos a seguir, era preciso ter atenção mesmo com índios cristãos, que igualmente aparecem sendo acusados de saques às estâncias dos demais povoados.

5.2.2 O inimigo pode estar do seu lado: roubo de gado, indígenas missioneiros e espanhóis foragidos

O roubo de gado nas estâncias podia ser perpetrado pelos próprios habitantes dos *pueblos* missioneiros. É o caso de *San Borja*. Como já nos referimos no capítulo anterior, este povoado fundado em 1690, na Banda Oriental do rio Uruguai, foi constituído por descendentes de índios tapes, parcialidade guaranis do Uruguai e guenoas catequizados. *San Borja* vem a ser um dos *pueblos* considerados mais austrais do espaço missioneiro,

⁸⁹ Comunicado Don Domingo Ortiz de Rosas Cavallero, Marechal de Campo de los Exercitos, Gov. e Capp Gral de las Prov. Del Rio de la Plata, Buenos Aires, 1743. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1735 - 1745). Legajo 5 [412]. Sala IX 6-9-7.

localizado, em termos atuais, no Rio Grande do Sul. Sua estância, também localizada no lado esquerdo do mesmo rio, limitava-se com o território de influência dos charruas, estando também próxima ao estabelecimento português de Rio Grande⁹⁰.

A proximidade destas duas frentes (de um lado a dos lusitanos e, de outro, a dos charruas) pode ter influenciado em desavenças de *San Borja* com outros povoados. Efetivamente, encontramos reclamações em relação ao comportamento dos borgistas que realizariam saque de gado nas estâncias de outras missões. No documento do Padre Bernardo Nusdorffer sobre o plano de mudança dos “Sete Povos” orientais, datado em 1750, podemos perceber que havia um histórico de divergências com os borgistas, vistos pelos outros povoados como pouco confiáveis. O *Pueblo* de *Yapeyú* não os queria como vizinhos, nem próximos de sua estância, diante de sua reputação de fazerem danos ao gado.

Quando supo el Cura de S.ⁿ Miguel q los Borgistas querian mudarse al Queguay. me escribio protestando contra tales vecinos, el mesmo me escribo el del Yapeyu, porque ninguno gustaba de tenerlos por vecinos por fugitivos y por hacer ellos continuos daños en la estancia de Yapeyu y nos temian se pusiessen cerca de sus ganados. Su Cura despues propuso otro lugar, a las espaldas de su misma estancia, en la misma cercania del Ybicui a la puerta de la estancia del Yapeyu adonde no avia nada de madera, de suerte que parece, q de ninguna manera se querian apartar de la estancia del Yapeyu en la qual hallaban assistidos lo que busqaban; de todo esto desde S.^{to} Thomé di parte de lo executado al P.^e Provincial como me lo ordeno, advistiendole, que de la facilidade de los Yndios no se podia fiar que eran inconstantes (MCA [III], 1969 , p. 146).

Um dos motivos da intriga dos demais *pueblos* para com os borgistas dava-se provavelmente pelo fato de que em *San Borja* havia um frequente acesso de outros grupos indígenas. Esses “infiéis” circulavam por ali, devido principalmente às tradicionais relações de parentesco e aos interesses comuns, conforme apresentamos no item acima.

Em relação aos demais povoados que abrigavam diferentes grupos, os borgistas apresentavam uma característica diferenciada, pois manteriam uma relação mais ativa com grupos de “infiéis” que estavam sendo acusados de saquear os *pueblos*. Essa circunstância pode ter sido responsável pelo receio de algumas reduções que preferiram distância dos primeiros. Em carta do Padre Salvador de Rojas para o Provincial, assinada, naquela missão, em 1708, indicou que “cebados ya estos cruelísimos bárbaros, amigos solapados, que al mismo tiempo entran, y salian y comerciaban en San Borja; fiados en lo que publicaban,

⁹⁰ Uma pequena fortificação instituída sob a advocação de *Jesus, Maria, José de Rio Grande* foi assentada pelos portugueses em fevereiro de 1737, na margem direita da barra do rio Grande (atual Lagoa dos Patos), vindo a se constituir no núcleo da “Colônia do Rio Grande de São Pedro”, fundada oficialmente em Maio de 1737.

que no ellos, sino sus enemigos los Yaros y Mbohas eran, los que cometían estas hostilidades” (MCA [IV], 1970, p. 238).

Neumann também anotou uma característica particular da população residente da Banda Oriental do Rio Uruguai, a qual demonstra os problemas internos que havia nas missões jesuíticas. Conforme o autor (2000, p. 87), “os Tapes missioneiros não desfrutavam de grande simpatia dos seus contemporâneos, sendo vistos como “ladrones y desertores” condição facilitada pela vizinhança portuguesa, fator de estímulo às evasões periódicas”.

Vê-se, pois, que o panorama de interações entre os grupos indígenas da região era bastante complexo e instável. Encontramos nela, relações de parentesco, troca e convivência, assim como inimizades e agressões. Todavia, as ameaças provinham também de outros atores sociais, como “espanhóis fugitivos” que ameaçavam especialmente as estâncias com roubo do gado. Os Pareceres de 1701, em meio às queixas dos padres sobre os conflitos e roubos que estavam ocorrendo nas estâncias, apontam como responsáveis “espanhóis fugitivos”.

españoles fugitibos adonde se vivian y viven como gentiles por todo lo q^c siento que toda a guerra a dichos indios jaros mbojas y mbatidas y demas coligados es licita y debe hazerse y lo juro in verbo sacerdotis y lo jurare delante de qualquier tribunal y lo firme de mi nombre en este pueblo de S Carlos a tres de Ag^o de mil setecientos y uno. Bernardo de la Vega⁹¹.

Uma ordem expedida em 1735 por parte do Governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salzedo, proibiu os espanhóis de vagarem pela campanha e de se fixarem nas estâncias missioneiras. O Governador relatou que havia a notícia de muitos deles perambularem como ladrões pela Campanha. O roubo do gado tirava dos índios o sustento necessário para sua manutenção.

Y siendo en grave detrimento del servicio del Rey Nuestro Señor. que à semejante Gente se le admita ni abrigue en ninguna de las estancias, como tambien perudizial à la quietud y reposo de los Yndios, en virtud de la presente Ordeno y mando a los Correjidores, Alcaldes y otras Justicias de los dhos Pueblos, no les dèn abrigo, ni resivan a ningun Español que no fuere con permiso suficiente para transitar por ellos, y que no llevando este preciso requisito los prendan y aseguren para conducirlos a esta Ciudad en buena custodia cuando hubiere õportunidad; que àssi combiene al mejor servicio de Su Mag.^a y rruego al R. P. Superior de las Doctrinas para que haga sacar copias autorizadas de este mandamento y se distribuyan a todos los Pueblos afin de que observen pontualmente las dhas justizias en sus respectivos distritos lo que en el se previene; para cuio efecto mandè despacharles firmada de mim mano selada con el sello de mis Armas y refrendado del Ynfra escripto Secretano de esta Capitania General en

⁹¹ Parecer del P.^{es} del Uruguay y Parana en el q manifestam q es muy justo y licito el q se haga la guerra à la naciones de yndios coligados, Julio y Agost^o del 1701. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Buenos Ayresa Diez y siete de Agosto de mil setecientos y y treynta y cinco años. D. Miguel de Salzedo (MCA [V], 1954, p. 255-256).

Dessa maneira, os espanhóis também foram responsáveis por problemas internos ao sistema missioneiro, mesmo que naquele contexto estivessem, ao menos na teoria, no mesmo campo de ação dos jesuítas, respondendo ao mesmo rei e autoridades. Tais situações e a variada gama de posições assumidas pelos agentes sociais em tela evidenciam a complexidade e, por vezes, a ambiguidade observável no “espaço missioneiro”.

5.2.3 O inimigo pode ser o vizinho: os portugueses de Sacramento

Em mais de um momento nas páginas precedentes, os portugueses da Colônia de Sacramento aparecem como atores sociais a serem considerados no desenvolvimento da história relativa às missões da Banda oriental do Uruguai. Desta maneira, a breve reflexão com a qual encerramos esse capítulo pretende apenas reforçar este dado.

Esta constatação se reveste de maior importância se considerarmos que o raio da ação da Colônia se ampliava por meio de alianças com grupos indígenas na área. A partir de uma perspectiva dos estados ibéricos, “a obtenção de alianças com os índios era uma parte fundamental na sua política expansionista, alianças que eram ainda mais importantes nas regiões fronteiriças, onde os estados disputavam entre si territórios e vassallos” (GARCIA, 2007, p. 216). Os avanços coloniais souberam aproveitar a população indígena para alcançar seus propósitos e esta, ao que conclui Garcia para o caso dos minuanos, que poderia ser estendida a outros povos, também buscou manejar de acordo com o que pretendia e podia fazer.

Os acontecimentos que se referem à invasão na estância de *San Jose* em 1701, já várias vezes aqui referidos, nos permitem vislumbrar bem como estes territórios haviam se tornado palco de disputa e de ação de indígenas “infiéis” e missioneiros, “espanhóis” e “portugueses”. O trabalho de Bracco (2004), tendo como norte a ação de charruas, guenoas e guaranis, estuda os laços que se constituíram na região entre estes grupos e os colonizadores. Em relação aos infiéis, Bracco (2004, p.210) elucida que “a su vez procuraron valerse de los conflictos entre los poderes coloniales para la búsqueda de sus objetivos. Y que, así como la política de las sociedades coloniales registró variaciones y disensiones internas, también ello ocurrió entre los nómadas”. No caso em pauta, ligamos essas variações internas não apenas aos infiéis, mas também aos indígenas missioneiros em relação às sociedades coloniais.

Assim, buscamos entender as interações e desavenças que ocorreram entre indígenas missioneiros, jesuítas e vizinhos lusitanos envolvendo as estâncias missioneiras. Sobre o espaço ao qual nos referimos aqui, nos servimos de Lía Quarleri para relembra a sua situação “fronteira”:

Entre 1682 y 1707, los jesuítas del Paraguay repoblaron, con siete doctrinas guaraníes, el territorio que se extiende entre los ríos Ibicuy e Ijuí, en el actual estado brasileiro de Río Grande do Sul. Luego, la base territorial de las misiones orientales se extendió, con estancias y yerbales hasta el río Negro al sur, en el limite de la “banda de los charrúas”, y el río Uruguay, en su vuelta al norte. Lindantes con los portugueses al noroeste y con grupos de “indios infieles” al sur, las misiones orientales crecieron bajo múltiples presiones, enfrentamientos bélicos y conflictos (QUARLERI, 2005, p. 46).

Durante um século e meio, os *pueblos* missioneiros foram alcançando relativa importância econômica para a região, conforme vimos anteriormente, e avançando a área de ocupação de suas estâncias para a Banda Oriental. Nesta região, eles se encontraram com outra frente de expansão, a lusitana, cujo centro era Colônia de Sacramento, na margem oriental da desembocadura do Rio da Prata. Ela foi uma praça de guerra com o fim de defender os interesses comerciais e territoriais da Coroa portuguesa no Rio da Prata que visava, de um lado, aos benefícios em meio ao intercâmbio comercial com Buenos Aires; de outro, a uma expansão territorial que alcançasse o Rio da Prata. Conforme Quarleri (2009, p. 96), assentada “frente a Buenos Aires era concebida como un despropósito, puesto que no se trataba de una población fronteriza, sino de una inserción en los territorios de las jurisdicciones españolas del Plata”.

Se, durante o período da União Ibérica, os portugueses de São Paulo haviam estendido seu interesse para a mão de obra indígena que poderiam capturar a partir das missões jesuíticas, o fim do domínio espanhol e a instalação da praça de Sacramento trouxeram novas circunstâncias. Conforme Quarleri (2007 p. 178), “para los portugueses el territorio “bloqueado” por las misiones era, por un lado, la principal vía de acceso a las minas de Potosí, a las riquezas ganaderas dela Banda Oriental y la Puerto de Buenos Aires y, por otro lado, el reducto imaginario de minas de oro y plata”.

A colônia era um passo a mais dos lusitanos em direção ao Prata e aos interesses que mantinham quanto ao porto. Depois de 1640, o contrabando tornou-se essencial aos seus interesses.

Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista eram os lusos. A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos em suas feitorias na África foram os principais fatores da preponderância comercial dos lusos-brasileiros em Buenos Aires durante a União Ibérica (POSSAMAI, 2010, p. 13).

Os rebanhos de gado que constituíam as estâncias foram alvo de atenção dos vizinhos portugueses para abastecimento de sua população. Porém, os jesuítas e os indígenas missioneiros “por su parte, no querían perder el control de los recursos ganaderos de la Banda Oriental del Uruguay, a partir de los cuales se abastecía a la extensa población de las misiones” (QUARLERI, 2009, p. 96).

No mesmo ano da fundação de Sacramento, houve um ataque ao povoado por parte dos espanhóis, juntamente com as milícias indígenas das missões, desalojando dali os lusos. Logo depois, houve a restituição do território aos portugueses com o Tratado Provisional, em 1681. Essa situação deu início a um período de disputas envolvendo as riquezas pecuárias da região. A querela pelo gado “xucro”, assim como o interesse por aqueles manuseados nas estâncias, foram motivos de conflitos entre portugueses e os missioneiros em função dos assaltos contra os animais.

Nos Pareceres de membros da Companhia, datados em 1701 e 1702, relativas às ações de conter assaltos dos infieis, conforme vimos acima, ainda nos deparamos com as inquietações relativas aos portugueses e a uma possível aliança entre eles. Em meio aos argumentos apresentados pelos jesuítas para justificar as ações contra “agressores”, havia a sinalização da participação dos portugueses como coligados aos infieis:

Lo sexto porque tienen hecha coligacion dichos indios mbojas yaros mbandas y demas coligados con los portugueses dela ciudadela p^a dar sobre estos pueblos por lo q.¹ es obligatoria la guerra p.^a evitar daño de tanta consecuencia, llegase a todas estas razones que los PP de la Comp.^a de Jesus por mas de quarenta años han trabajado sin fruto p.^a convertir a dichos indios mbojas jaros mbandas, han gastado con ellos mas de quarenta mill pesos p.^a atraerlos con dadibas y hagajaso a la fee catholica y todo ha sido en vano; por todas las quales razones siento que que [sic] se debe hazer dicha guerra, y lo juro in verbo sacerdotis, y lo jurare en qualquier tribunal, y lo firme en el pueblo de la Concepcion a veinte y seis dias del mes de julio de mil setecientos y uno. Andrian Gonzales⁹².

Na narrativa dos Pareceres, encontramos vários argumentos dos padres fazendo relação à ajuda que os portugueses estavam dando aos infieis a partir da troca de cavalos por

⁹² Parecer del Padre Andrian Gonzales, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

armas e roupas, sinalizando que eles estavam por trás das invasões e saques. Conforme lemos, “con ayuda de los portugueses sus coligados de quienes avian recibido armas y ropa en precio de caballos”⁹³.

Levando em consideração as desavenças que vinham acontecendo, desde a fundação da Colônia de Sacramento, é possível que os portugueses estivessem incentivando e mesmo apoiando com recursos os ditos “infiéis”. Eduardo Neumann (2000, p. 80) afirma que sua ação “foi potencializada a partir de provocações dos portugueses residentes em Sacramento, estimulando-os a hostilizar as terras dos guaranis, roubando cavalos, promovendo mortes e toda sorte de confusões”. Segundo Magnus Mörner ([1968] 1985, p. 124), “los portugueses se daban cuenta de que los siete pueblos sureños de los jesuítas españoles, con sus vastas estancias constituían la principal amenaza contra el flanco del avance lusitano hacia el Río de la Plata”.

Além da documentação jesuítica, nos deparamos com reclamações realizadas pelas autoridades espanholas em relação ao roubo de gado e às hostilidades praticadas nas estâncias por parte dos portugueses. É o que vemos no comunicado de Domingo Ortiz de Rosas, Governador do Rio da Prata, em 1743. Ao mencionar os invasores das estâncias do rio Uruguai, além de índios, mulatos e “foragidos” espanhóis, menciona os portugueses.

Porq to el protector de los Naturales de estas Provincias preparen los yndios de los pueblos de la costa do Rio Uruguay me hà hecho relación de algunos robos de ganados vacunos, y cavallares, que delas estancias de los pueblos hán hacho en diferentes ocasiones algunos hombres foragidos españoles, yndios, y mulatos, y portugueses de la parte do Rio Grande de San Pedro, matando, maltratando â los Estancieros, pidiéndome las Ordenes que conviane para ocunir átales danôs, mayormente p. que do Rio Grande salía tropa de gente de â cavallo, cujo destino se ignora, rezertandose intenten hostilizar, y robar dichas Estancias.⁹⁴

Nesse sentido, percebemos que, além da mobilização das milícias guaranis contra a Colônia de Sacramento, houve outras situações em que eles eram chamados a atuar contra os portugueses. Sobre essa população que fez frente à expansão portuguesa, Neumann (2000, p. 75) afirma que “a realidade missioneira oriental impunha uma rotina de constante estado de alerta diante das investidas dos “lusitanos”, obrigando os jesuítas a instrumentalizarem melhor os índios das milícias contra seus potenciais rivais”.

⁹³ Parecer do Bernardo de la Vega, *S. Carlos*, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

⁹⁴ Comunicado Don Domingo Ortiz de Rosas Cavallero, Marechal de Campo de los Exercitos, Gov. e Capp Gral de las Prov. Del Rio de la Plata, Buenos Aires, 1743. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1735 - 1745). Legajo 5 [412]. Sala IX 6-9-7.

Mas esta questão se relacionava a outra igualmente sensível. Conforme Baptista (2015b, p. 195), “no interior dos povoados representou-se a participação dos nativos no combate contra portugueses muito mais como uma luta espiritual do que propriamente uma preocupação fronteiriça”. Isso aconteceu devido ao momento das primeiras fundações no início do século XVII, quando o “demônio paulista” se fez constantemente presente nos discursos jesuíticos, circunstância apresentada como cartão de visita aos indígenas. Porém, essa visão, em relação aos portugueses, ao longo do tempo, vai sofrer uma série de variações a partir de longas negociações ligadas a diferentes interesses.

Como demonstrou Garcia (2007), a experiência advinda do contato com os colonizadores, trouxe para a população indígena a possibilidade de manejar, em alguns casos, as disputas entre portugueses e espanhóis. Com isso, os interesses e as alianças não estavam apenas nas mãos dos europeus, mas também dependiam dos indígenas que apresentavam suas próprias demandas. Neste sentido, podemos perceber que havia um receio dos jesuítas em impedir que seus aliados indígenas, ou mesmo seus inimigos, ou seja, os “infiéis”, encontrassem maiores vantagens nos rivais europeus.

Os relacionamentos entre portugueses e seus aliados nativos “passaram por vários momentos, de acordo com os diferentes contextos históricos e dos interesses em jogo. Da mesma forma, o reconhecimento da existência das alianças não significa que elas fossem estáveis, nem por parte dos índios, nem por parte dos portugueses” (GARCIA, 2007, p. 219).

Sugerimos aqui que esta realidade possa ser estendida a outras situações envolvendo, por exemplo, trocas de bens entre os indígenas missionários e os lusitanos. Com esclarece Lía Quarleri (2009, p. 100), durante os enfrentamentos que se sucederam com os moradores da Colônia, “algunos guaraníes aprovecharon as escondidas la oportunidad para trocar bienes e información con los asediados”. Para Guillermo Wilde (2009a, p. 159), o conflito também revela “que los ámbitos misionales del Paraguay, lejos de haber sido zonas cerradas desde un punto de vista político, económico, cultural y lingüístico, constituyeron espacios ambiguos y permeables de interacción y heterogeneidad sociocultural”.

A presença do gado nas estâncias estimulou a participação de diferentes atores sociais que atuaram através de ameaças e conflitos. Esses episódios mostram a importância desse espaço para as missões jesuíticas, assim como das relações que ali se estabeleceram ao longo da história das missões jesuíticas, influenciando na configuração social. Ainda mostram os *pueblos* interligados às suas estâncias, gerenciando meios de defesa do principal sustento da missão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese tratou das estâncias missioneiras localizadas na Banda Oriental do Rio Uruguai e das articulações que mantiveram com suas respectivas reduções, especialmente na primeira metade do século XVIII, de forma a entender como elas fazem parte do que foi convencionalmente chamado de “espaço missioneiro”. Aceitando as ponderações propostas pela historiografia recente no sentido de que este conceito deve ser compreendido como uma projeção mais do que uma realidade, propomos que, feitas tais ressalvas, devemos pensar as estâncias como parte deste espaço, como um elemento que constituiu a sua “paisagem agrária”.

Para desenvolver este argumento, estudamos a historiografia das missões jesuíticas a partir de diferentes abordagens que contemplassem de alguma forma as estâncias. Buscamos, desse modo, subsídios que lançassem luzes sobre elas, uma vez que raros foram os trabalhos que trataram especificamente desse tema. Paralelamente, analisamos um conjunto de documentos elaborados pelos jesuítas, assim como outros, provenientes da administração da colônia espanhola, referentes ao período das reduções, girando em torno das estâncias e envolvendo questões internas e externas a elas.

Os documentos que utilizamos foram prospectados a partir de pesquisas feitas em Buenos Aires, no Archivo General de la Nación, onde encontramos várias informações sobre a Companhia de Jesus, entre esses, Memoriais com dados sobre a situação dos povoados, o funcionamento das estâncias e a presença nelas dos indígenas missioneiros através de atividades laborais. Os Memoriais também traziam elementos sobre os grupos residentes nas estâncias, bem como sobre o tipo e a quantidade de animais que nelas se podiam encontrar.

Um conjunto de documentos muito importante para a Tese, também encontrado no Archivo, foram os Pareceres solicitados aos jesuítas em algumas situações específicas envolvendo disputas de terra entre as estâncias, ou roubo de gado por parte de outros grupos de índios não reduzidos, espanhóis foragidos e portugueses. Tais documentos foram fundamentais para relativizar a ideia de harmonia e solidarismo entre os povoados que é frequente na historiografia, assim como permitem perceber a importância das estâncias para as missões, uma vez que percebemos que a disputa por terras podia colocar os jesuítas de diferentes povoados em situações de forte oposição.

Valemo-nos de Catálogos anuais com aspectos da demografia dos povoados, de Inventários trazendo as espécies e quantidade de animais encontrados nas estâncias, bem

como de Diários dos administradores que assumiram as missões após a expulsão dos jesuítas, cujas informações sobre o que encontraram nestas áreas ajudaram a entender a situação dos povoados no período anterior.

A partir da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a consulta à Coleção de Angelis nos permitiu encontrar fontes importantes como Memoriais dos Superiores das Missões do Paraná e do Uruguai. Esta consulta foi feita ao repositório digital da referida Biblioteca. Nos Memoriais, encontramos fontes que acrescentaram elementos aos temas que estivemos pesquisando, em especial, sobre os conflitos com grupos não reduzidos na área das estâncias. Finalmente, no acervo do Instituto Anchieta de Pesquisa na Unisinos, encontramos os Manuscritos da Coleção de Angelis, isto é, documentos que foram editados da referida Coleção, bem como obras que constituem a literatura clássica sobre as missões jesuíticas.

Alguns dos mapas apresentados nesse trabalho são elaborações históricas, contemporâneas às questões investigadas e nos permitiram compreender como as localizações das estâncias influenciaram na configuração dos territórios sobre os quais os jesuítas pretenderam ter jurisdição. Foram, portanto, importantes documentos de consulta.

Por meio deste material, buscamos elucidar a importância alcançada pelas estâncias que defendemos terem se constituído como parte essencial da própria redução, vindo a ser a área “não urbana”. Por outro lado, as vicissitudes da história destes espaços rurais nos levam a sustentar a necessidade de discutir a ideia de “espaço missionário”, uma vez que grupos que estavam fora das missões frequentavam e usufruíam dele e de seus recursos.

A fim de desenvolver o trabalho, a Tese foi dividida em quatro capítulos, além da Introdução. Naquele que vem a ser o primeiro capítulo propriamente dito, tratamos da produção de alimentos como um fator fundamental para o desenvolvimento do projeto de “missão por redução”. Vimos que alguns produtos sustentavam uma comercialização que era importante (destacando os produtos erva mate, algodão, tabaco e açúcar) a qual era feita através dos “Ofícios das Missões”, localizados em Buenos Aires, Assunção e Santa Fé.

Bartomeu Melià (1990) defendeu a ideia de uma “base natural” que os guaranis trouxeram consigo e que foi aproveitada no projeto das missões jesuíticas, a partir de uma série de combinações e adaptações. Esta suposta “base cultural” aproveitada pelos jesuítas compreendeu especialmente a horticultura, sendo que a criação de gado correspondeu à introdução de um elemento tipicamente europeu.

O gado foi importante para a sobrevivência dos pueblos e conseqüentemente para a economia das missões. Sua criação ocupou um papel fundamental no que se refere à sustentabilidade das reduções, vindo a ser um dos principais fornecedores de alimentos aos

indígenas missioneiros. As vacarias, até as primeiras décadas do século XVIII, foram predominantes para obtenção deste gado, funcionando como uma reserva dos animais, área onde eles reproduziam-se livremente e cresciam selvagens.

A expedição até as vacarias estava, de certa forma, relacionada à atividade de caça, por isso havia a necessidade do vaqueiro ter habilidade para conduzir os animais e saber lidar com os obstáculos encontrados pelos caminhos, tais como longas distâncias, clima não favorável e tentativa de desviar-se do encontro com os índios infieis.

No entanto, não eram apenas os indígenas missioneiros que aproveitavam desse recurso constituído pelos rebanhos de gado. Os índios não cristãos que as fontes chamam de “infieis”, assim como portugueses provenientes da Colônia de Sacramento e hispano-crioulos também recolhiam esses animais para benefício próprio, o que propiciou disputas em torno desse recurso das vacarias. Tal questão foi frequente na história das missões jesuíticas. A própria constituição das estâncias veio a ser um meio de lidar com os problemas gerados pela falta de legitimação quanto à posse do gado selvagem, situação que se agravou com o estabelecimento português na margem oriental do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, em 1680, estabelecendo-se vários pleitos que se estenderam durante o século XVIII.

Em 1716, os jesuítas sustentavam seu direito ao gado por meio de várias declarações que justificavam a pretendida legitimidade que teriam sobre os rebanhos, para isso utilizavam depoimentos dos padres com mais experiências na vida missional. Eles apontaram seu direito a partir de esclarecimentos com menção às origens desse gado, para isso recorreram ao tempo das primeiras fundações, no século XVII, e aos conflitos que levaram os pueblos a realizar a mudança para a outra margem do rio, recordando que a fuga que empreenderam os levaram a deixar o gado para trás.

Somando aos argumentos, os padres fazem relação aos antepassados dos índios guaranis, que por ali estiveram e sofreram com os conflitos ocasionados pelos portugueses durante a primeira fase das reduções. Também acrescentaram a importância desses animais para o sustento dos povoados, a partir do abastecimento proporcionado pelas estâncias.

As disputas que iniciaram no século XVII seguiram acontecendo ao longo do período jesuítico, provocando conflitos entre diferentes atores sociais que circulavam pela região da Banda Oriental, indígenas missioneiros, índios infieis, colonos “espanhóis” e portugueses. Desse modo, a preocupação com a escassez do gado e as iniciativas dos colonos em demandar direito de explorar este recurso levou os padres a reunir testemunhos para defender o direito dos povoados que conduziam em relação aos animais. Não obstante, outras providências foram tomadas, como por exemplo, a concentração do gado nas estâncias.

A escassez acentuada dos rebanhos e a necessidade de buscarem-se novas formas de provisão foram centrais para a constituição das estâncias. Desse modo, elas ocuparam um papel importante, pois eram significativamente mais próximas dos pueblos em relação às vacarias, oferecendo mais controle sobre os animais que podiam ser reunidos e colocados próximos aos cuidados dos indígenas missionários que trabalhavam em tais estabelecimentos.

As questões administrativas, tais como o funcionamento da estância, problemas envolvendo reparos nas construções ou pontos de limites do território, deveriam ser resolvidas a partir do cabildo na redução qual pertencia, através do Cura. Na estância, ficava um Irmão estancieiro que dava assistência às atividades temporais, voltadas para as lidas do campo, tais como o rodeio e outras tarefas de manuseio com o gado nos currais. Já o Cura da Missão fazia visitas periódicas, sendo que não encontramos, nos documentos, dados que indiquem o intervalo em que eles se dirigiam a esses estabelecimentos.

Portanto, a estância estava ligada ao seu povoado, sendo que o estancieiro, apesar do papel que cumpria em coordenar as atividades, não tinha autonomia para fazer acordos ou negociações, o que cabia ao Cura. Este, aparentemente, desempenhava uma administração controlada, desejo que podia ser manipulado por determinadas circunstâncias envolvendo doações de terra.

Pudemos, assim, perceber que elas não foram elementos dissociados ou externos às Missões. Fizeram, com certeza, parte de um sistema econômico, direcionando ações dos jesuítas e da comunidade indígena, motivando disputas e conflitos. Situações como a invasão sofrida pela estância da missão de Yapeyú, no início do século XVIII, podiam chegar a provocar crise de abastecimento e certa instabilidade.

No terceiro capítulo, analisamos de forma mais específica as estâncias da Banda Oriental, as quais fizeram parte do segundo momento de fundações do Tape, sendo edificadas no final do século XVII e início do século XVIII. Elas estavam localizadas no atual estado do Rio Grande do Sul, Brasil, situadas próximas aos rios da região. Isso mostra a importância da hidrografia para o território das missões jesuíticas e para a demarcação das estâncias, pois os rios deveriam facilitar a comunicação entre elas.

No que se refere à estrutura que as compõem, os postos edificados podem ser comparados a pequenas “nucleações”. Eles eram estabelecidos em pontos estratégicos dentro das estâncias para facilitar a circulação, tanto de animais quanto de pessoas, oferecendo um espaço relativamente seguro para descanso nas viagens que levavam o gado de um lugar para o outro. Também havia pequenos ranchos onde viviam famílias dos indígenas missionários, e

ainda currais, alguns circulares e outros retangulares, onde se desenvolveram atividades específicas separando os animais por espécies. Nesse sentido, percebe-se que havia uma organização nas tratativas com o gado e o cuidado na manutenção e reprodução dos animais.

Nas estâncias, também havia as capelas que deveriam demarcar o que os jesuítas entendiam como “espaço missionário”, não só através das práticas do culto, mas também pelo seu significado simbólico. Porém, ainda cumpriam o papel de conectar os caminhos de longa distância entre os pueblos, funcionando como ponto de passagem para descanso, especialmente para os padres e seus acompanhantes. A sua distribuição variava conforme a extensão da estância, elas estavam espalhadas pelos postos e pelos caminhos.

Em função das incursões dos “infiéis”, os indígenas missionários também deveriam estar prontos para ações de ordem defensiva. Nesse sentido, sinalizamos a importância desses espaços não só para o manuseio com os animais, nos cuidados e na reprodução de espécies, mas também de fiscalização dos perigos que rondavam a estância.

Os Inventários produzidos depois da expulsão dos jesuítas trouxeram várias informações sobre vida material da área urbana e do espaço agrário associado aos povoados missionários da Banda Oriental do rio Uruguai. Embora não os tenhamos consultado no original, aqueles que se referiam aos “Sete Povos” foram objeto de uma publicação a qual pudemos utilizar. Os dados ali apontados sobre os rebanhos que constituíram as estâncias acusam expressiva quantidade de gado e indicam suas diferentes espécies, tais quais bovinos, equinos, ovinos e muars. Em 1768, a maior delas, San Miguel, alcançou um número de 24.751 cabeças, e o conjunto dos estabelecimentos alcançaram 103.424. A partir do gado que havia nas estâncias, se organizava a distribuição da carne para os povoados, que era controlada pelos jesuítas.

As estâncias foram povoadas por indígenas missionários que, entre homens, mulheres e crianças, desenvolveram atividades voltadas para o campo. Assim, além de vaqueiros para o cuidado com os “rodeios”, havia indígenas que também atenderam a outras demandas voltadas para a área da cozinha, sacristia, horta, entre outros. Os espaços de criação e reprodução dos animais levaram ao desenvolvimento, para aqueles que ali viviam, de uma vida fora da área urbana, espaço ao qual as estâncias permaneceram interligadas, a partir de diversos elementos. Por exemplo, certas atividades religiosas eram realizadas apenas no povoado, tais como os casamentos, que não eram permitidos nas capelas das estâncias. A partir disso, percebe-se que nesses estabelecimentos ocorreram cerimônias que não precisavam de determinados registros.

Os catálogos anuais dos povoados missioneiros indicam números a respeito de homens, mulheres, batizados e famílias que havia em cada um deles. Não encontramos, contudo, catálogos específicos sobre as estâncias, o que nos leva a pensar que os habitantes da área rural estavam incluídos nos registros do povoado, já que as atividades que solicitaram apontamentos eram encaminhadas para a redução. Entre os documentos analisados, o que mais informação nos trouxe sobre os habitantes das estâncias foi uma lista com a distribuição dos indígenas pelos postos, destacando nomes e o número destes moradores. Trata-se de um arrolamento contendo os nomes das pessoas que havia na estância e sua distribuição nos postos, dizendo respeito especialmente aos capatazes, peões e às funções na horta e na sacristia. Nesta lista, pudemos constatar que, além dos homens, também havia participação das mulheres e crianças, indicando que havia famílias nesses espaços.

Trabalhando nas estâncias, encontramos peões, capatazes, posteiros e vaqueiros, desempenhando funções em meio ao campo e aos cuidados com gado. Os vaqueiros eram responsáveis pelo recolhimento do gado nas Vacarias e pela condução até as estâncias. Os peões concentravam-se nas atividades desenvolvidas nos postos, eram os responsáveis pelo rodeio, domesticação, castração e cuidados para a reprodução dos animais. Os posteiros atuaram nas manobras para evitar os saques, o que exigia fiscalização das entradas e saídas, tanto de animais quanto de pessoas.

Podemos dizer, ao final, que as estâncias foram alicerces das missões. Sua produção era essencial por garantir certa segurança alimentar o que era importante para evitar fugas e dissensões dos povoados. Elas eram, por este motivo, geradoras e propulsoras do crescimento e estabilidade das reduções. No entanto, na mesma medida de sua importância, elas foram objeto de disputas envolvendo animais, bem como os espaços em que eles eram criados. Este foi o tema principal do quarto capítulo da Tese, em que analisamos os pleitos de terra entre os pueblos, envolvendo as estâncias.

Pudemos verificar que tais questões geralmente se resolveram a longo prazo e que, em meio a esses problemas internos, atuavam Curas, Superiores e, até mesmo, Provinciais, tentando resolver os litígios. Os conflitos podiam se estender por longa data até que Pareceres emitidos por autoridades da Companhia viessem a deslindá-los. Este tipo de situação se agravou especialmente no contexto da re-ocupação da Banda Oriental do Rio Uruguai, através da fundação de reduções ali instaladas no final do século XVII e início do século XVIII, situação que definiu uma nova configuração para o território missioneiro.

O caso de La Cruz e Yapeyú, sobre o qual nos debruçamos particularmente neste aspecto, lançou luzes sobre algumas questões importantes a respeito disto. Como pudemos

verificar, um estendido pleito pela posse de terras em áreas onde havia pecuária ocorreu entre estas duas estâncias. A de La Cruz foi organizada em terras que tinham originalmente pertencido ao povoado de Yapeyú, ficando as duas na margem oriental do rio Uruguai.

Em meados do século XVII, estes dois pueblos foram reunidos em uma única missão, porém essa união foi temporária e logo trouxe motivos para longas disputas. Após a separação, foi realizada uma doação de terras pelos índios de Yapeyú para a redução de La Cruz. Logo depois, esse mesmo território foi requerido por Yapeyú, abrindo-se um processo que vai gerar Pareceres com argumentos apresentados pelos dois lados na tentativa de defender suas posições. No primeiro momento, os Superiores tentaram resolver o caso priorizando o argumento do “direito antigo” que os povoados teriam sobre as terras que lhes eram designadas; posteriormente, quando não se conseguiu encerrar o caso, ele foi encaminhado para o Provincial Simon de Leon. Esse, por sua vez, indicou outro jesuíta, Anselmo de la Matta, para julgar a questão. Ao nomear o colega para analisar e julgar o litígio, o Provincial pretendeu que a decisão pudesse ser aceita como imparcial pelos litigantes. Sem essa nomeação, a responsabilidade por dirimir o conflito era dos próprios Superiores e, nesse caso, podia haver alegação de privilégios na sentença final, uma vez que cada um, o do Uruguai e o do Paraná, estava ligado a um dos povoados litigantes.

Observamos que as doações de terra podiam trazer problemas em função do que deveria ser a sua “certificação”. Era necessário o aval tanto do Provincial quanto do Superior. Sem uma dessas confirmações, a doação poderia ser inválida. Percebe-se, nos casos estudados, que a falta de aprovação do Superior e da confirmação do Provincial estava levando a desentendimentos e ao prolongamento do litígio.

Depois de analisar os argumentos apresentados por ambas as partes, o caso foi favorável à La Cruz, mas isto não findou a questão, sendo que os *yapeyuanos* fizeram nova reclamação. Foi preciso, sendo assim, uma nova intervenção de parte do Provincial Simon de Leon o qual finalizou o processo. Instituiu-se que as reclamações de Yapeyú não seriam mais aceitas e que a área permaneceria com La Cruz.

Situação semelhante, encontramos entre San Miguel e San Juan, em 1713 e 1742. Uma cessão de terras feita por uma missão em favor da outra foi, de fato, posteriormente contestada. Não localizamos, porém, documentos que expliquem as circunstâncias da doação feita por San Miguel. O pleito terminou favorecendo San Juan, com a decisão de que esta missão teria direitos sobre a área em litígio. Em razão de situações desta natureza, isto é, de reclamações derivadas de cessões de terra não reconhecidas, determinou-se que cada povoado

deveria guardar uma cópia autorizada do documento de doação em seus arquivos, ficando o original no Arquivo de Córdoba.

A ocorrência envolvendo San Miguel e Santo Thomé, ocorrida em 1713, chamou a atenção, pelas reclamações durante o processo sobre referidas imprecisões nas demarcações apresentadas nos títulos de posse do território. Elas, muitas vezes, eram pouco precisas, não apresentando claramente os limites do espaço em disputa.

Na medida do possível, tais querelas foram resolvidas de forma local, mas, quando não se chegava a um acordo, o caso era levado ao Provincial que nomeava padres especialmente para tratar dos casos em pauta. Entretanto, algumas dessas situações chegaram a ser levadas a instâncias superiores, inclusive ao Geral da Companhia. Títulos sobre limites e mapas eram usados para auxiliar a resolver os problemas.

A dimensão deste tipo de conflito pode ser compreendida, uma vez que a perda de territórios afetaria as condições materiais de existência dos povoados a um nível em que as práticas de solidariedade entre eles não seriam capazes de superar.

Finalmente, no último capítulo, verificamos que as interações e disputas que estavam relacionadas às estâncias não se davam apenas envolvendo as missões a que elas se ligavam. Nesse momento do trabalho, analisamos as estâncias missioneiras como horizontes de relações, em diferentes níveis, com grupos chamados “infiéis”, com espanhóis fugitivos e mesmo portugueses em busca de gado. Essa situação mostrou o trânsito que havia na área rural a partir dos pontos: invasões e roubos de gado e laços de parentesco ou acolhida como forma de refúgio.

A historiografia hoje reconhece que, nos povoados missioneiros, havia grupos indígenas que não eram guaranis. Alguns deles, como os guenoas e charruas, eram tidos como hábeis em certas atividades desenvolvidas nas estâncias. Através do “Diario de viaje a las vaquerias del mar”, escrito pelo Padre Silvestre Gonzalez, por exemplo, conseguimos perceber a participação dos guenoas atuando como vaqueiros nas áreas rurais. Da mesma forma, hoje também sabemos que reduzidos e não reduzidos encontravam meios de interação, o que verificamos a partir de cartas e pareceres de membros da Companhia de Jesus. As estâncias oportunizavam o contato com diversos sujeitos que não eram “índios reduzidos”, os “infiéis” visitavam as estâncias para buscar “regalos” ofertados pelos padres que desejavam atraí-los à catequese, e também para promover assaltos e conflitos. Além de outros nativos, há também gente que se subtrai da esfera hispano-colonial da sociedade e se fez presente nesses espaços.

Um dos problemas que se apresentava com constância no cenário das missões diz

respeito ao roubo de gado. Via de regra este era um conflito ocasionado pelos grupos nômades que frequentavam o espaço que os jesuítas consideravam como relacionado às suas estâncias e, corretamente, às suas missões. Caso exemplar disso que estudamos com mais profundidade ocorreu em 1701, na estância de *Yapeyú: San Jose*. Naquela oportunidade, um grupo de “infiéis” tomou-a por vários meses, causando destruição material, matando animais e colocando em risco o povoado que dependia daquele estabelecimento. Na ação, também feriram ou mataram os “embaixadores” que procuraram restabelecer a paz. Esse ataque despertou ameaças aos outros pueblos a partir da proximidade de índios inimigos em grande número, armados e com cavalos. Também colocava em risco as rotas entre as reduções e as cidades coloniais, ameaçando o comércio entre elas. Por meio deste evento, pudemos verificar uma série de danos concretos como a morte de grande quantidade de gado bovino e furto de cavalos. Também houve a destruição material das estruturas da estância, causando outro tipo de prejuízo.

Diante do ocorrido, os padres justificavam que as autoridades movessem guerra contra os “infiéis”. Em seus argumentos, acusavam a recusa à fé dos agressores, seu ataque às imagens e objetos sagrados, a presença de apóstatas e feiticeiros. Além disso, denunciavam os prejuízos no âmbito material e a necessidade de defender as estâncias para prover os povoados missioneiros. A ameaça das “coligações infiéis” cumpriria, portanto, o requisito para promover contra elas a “guerra justa”.

Assim, a partir dos eventos analisados nesse trabalho, manifesta-se a necessidade de considerarmos o “espaço missioneiro” de forma alargada, bem como de perceber as várias dinâmicas processadas em torno e através dele. Da mesma forma, os eventos estudados também permitem verificar a importância das estâncias e do gado não só para os missioneiros, mas também para todos os grupos que viviam ou circulavam pelos territórios em que os animais eram obtidos, inclusive para os portugueses. A partir da documentação analisada, verificamos que, ao lado dos guaranis das reduções, grupos de infiéis, espanhóis foragidos e portugueses da Colônia de Sacramento foram atores sociais com forte participação na área das estâncias e vacarias, sendo um elemento decisivo na dinâmica social e econômica da área rural das missões.

Desse modo, concluímos que, no universo das missões jesuíticas, as estâncias missioneiras ocuparam o papel imprescindível que vai muito além do que a historiografia até então considerava. Elas constituíram um espaço de experiência fora da área urbana da redução, mas a ela interligada por meio de várias questões de ordem administrativa, econômica e religiosa. Todos os casos analisados nesse trabalho dão boa mostra da

importância das estâncias e das articulações que havia entre elas e suas respectivas reduções, exibindo, ainda, as complexidades do chamado espaço missioneiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANTINO, Marcia. Fazendas, engenhos e haciendas: Os bens materiais e os escravos dos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro e na Província Jesuítica do Paraguai, século XVIII. São Paulo: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011. p. 1-17.

AMANTINO, Marcia; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ENGEMANN, Carlos (org). **A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina** (século XVIII). Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

ARIAS, Fabián. Las tierras, los ganados, los trabajadores...Una posible reconstrucción de las estancias reduccionales de la experiencia jesuítica bonaerense. **Mundo Agrario**: Centro de Estudios Histórico Rurales, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, Vol. 10, nº 20, p. 1-42, 2010.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos**: O cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

AVELLANEDA, Mercedes. **Conflicto y Poder**: Las Misiones jesuíticas en las Revoluciones Comuneras del Paraguay, siglos XVII y XVIII. 2011. 316f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, 2011.

BAPTISTA, Jean. Dossiê Missões **O Temporal**: sociedades e espaços missionais. Brasília: IBRAM, 2015a. v. 1.

BAPTISTA, Jean. Dossiê Missões **O Eterno**: crenças e práticas missioneiras. Brasília: IBRAM, 2015b. v. 2.

BAPTISTA, Jean. Dossiê Missões **As Ruínas**: a crise entre o temporal e o eterno. Brasília: IBRAM, 2015b. v. 3.

BARCELOS, Artur H. F. **Espaço & Arqueologia nas missões jesuíticas**: o caso de São João Batista. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2000a.

BARCELOS, Arthur H. F.. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. **Revista Complutense de História de América**, vol. 26. Madrid: Universidad Complutense, 2000b, p. 93-116.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. **O Mergulho no Seculum**: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial. 2006. 543f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2006.

BARCELOS, Artur H. F. A cartografia indígena no Rio da Prata colonial. **Anais X Encontro Estadual de História**. O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria, 2010. p.1-15.

BARNADAS, Josep M. A Igreja Católica na América Colonial. In: BETHELL, Leslie. (Org). **História da América Latina: América Latina Colonial**. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

BENSO, Griselda de las Mercedes; SIGNORELE, Analía María. **La estancia jesuítica de San Ignacio de Calamuchita**. Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2004.

BOXER, Charles R. **A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BLUMERS, Teresa Blumers. **La contabilidad en las Reducciones guaraníes**. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica. 1992.

BRACCO, Diego. **Charrúas, guenoas y guaraníes interacción y destrucción: indígenas en el Río de la Plata**. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

BRACCO, Diego. Los guenoas minuanos misioneiros. **Memoria Americana**, Caderno de Etnohistoria, 24.1, 2016, p. 33-54.

BRUXEL, Arnaldo. **Os trinta povos guaranis**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1909.

BRUXEL, Arnaldo S. J. O gado na Antiga banda Oriental do Uruguai. São Leopoldo: **Pesquisas**, Instituto São Leopoldo de Pesquisa, História Nº. 13, parte I, 1960. p. 79-97.

BRUXEL, Arnaldo S. J. O gado na Antiga banda Oriental do Uruguai. São Leopoldo: **Pesquisas**, Instituto São Leopoldo de Pesquisa História Nº. 14, parte II, 1961. p.165-208.

BRUM, Ceres Karam. **“Esta terra tem dono”**: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARBONELL DE MASY, Rafael. **Estrategias de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609 -1767)**. Barcelona: Antonio Bosch, 1992.

CADORE, Marli Antunes. Inventário do povo de São João Batista. In: NASCIMENTO, Anna Olívia do; OLIVEIRA, Ivone de Avila (Org.). **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p. 145-157.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801**: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CONI, Emilio A. **Historia de las Vaquerias de Rio de la Plata 1555-1750**. Buenos Aires: Editorial Devenir Rivadavia, 1956.

CUSHNER, Nicholas P. **Jesuit Ranches and the Agrarian Development of Colonial Argentina 1650-1767**. Albany: State University of New York Press, 1983.

DE LABOUGUE, Raul. **Litigios de Antaño**. Buenos Aires: Imprenta y casa Editora, 1941.

DRUPRAT, Ronald David Isler. **Tras las huellas del ganado en las misiones jesuítica-guaraníes**. Identificación de la ruta y catalogación de los caminos y estancias de La Cruz. 2015. 558f. Tesis (Doctorado en Historia) – Asociación Iberoamericana de Posgrado, Universidad de Granada. Granada, 2015.

FELIPPE, Guilherme Galhegos. **A cosmologia construída de fora**: A relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18. 2013. 267f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2013.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros; MARTINS, Maria Cristina Bohn. **Enlaçar mundos**: três jesuítas e suas trajetórias no Novo Mundo. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

FRANDKIN, Raúl O. Caminos abiertos en la pampa. Dos décadas de renovación de la historia rural rio-platense desde mediados del siglo XVIII a mediados del XIX. In: GELMAN, Jorge. **La historia economica Argentina en la encrucijada**. Balance y Perpectivas. Buenos Aires: Prometeu livros, 2006, p. 189-208.

FURLONG, Guillermo S. J. **Misiones y sus pueblos de guaranies**. Buenos Aires: Imprenta Balmes, 1962.

GADELHA, Regina Maria A. F. **As missões jesuíticas do Itatim**: estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial, séculos XVI-XVII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GALILEANO, Ana Maria. **Las Reducciones Guaraníticas**. Ministerio de Cultura y Educación Secretaría de Estado de Cultura. Ediciones Culturales Argentinas, 1979.

GÁLVEZ, Lucía. **Guaraníes y jesuitas de la tierra sin Mal al Paraíso**. Buenos Aires: Sudamericana Joven ensayo, 1995.

GATTIBONI, Luiza Maria Krieger. Inventário do povo de São Miguel. In: NASCIMENTO, Anna Olívia do; OLIVEIRA, Ivone de Avila (Org.). **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p. 100-112.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Economia, sociedade y regiones**. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1987.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. **El Mundo rural rio-platense a fines de la época colonial**: Estudios sobre producción y mano de obra. Buenos Aires: Editorial Biblios, 1989.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. 2007. 319f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GOLIN, TAU. **A Guerra Guaranítica**. Passo Fundo: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, EDIUPF, 1998.

GUZMÁN, Yuyú. **En la ruta de las estancias**. Buenos Aires: Claridad, 2014.

HAUBERT, Maxime. **Índios e jesuítas no tempo das missões** (séculos XVII – XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HERNÁNDEZ, Pablo. **Organización social de las doctrinas de guaraníes de la Compañía de Jesús**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2 Volume, 1913.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez; JACKSON, Robert. **Missões Ibéricas e Coloniais: da Califórnia ao Prata**. Porto Alegre: Palier, 2006.

LANGER, Paulo Protásio. **Os Guarani-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2005.

LEVINTON, Norberto. Las estancias de Nuestra Señora de los Reyes de Yapeyú: tenencia de la tierra por uso cotidiano, acuerdo interétnico y derecho natural (Misiones jesuíticas del Paraguay). **Revista Complutense de Historia de América**, vol 31, Madrid: Universidad Complutense, 2005, p. 33-51.

LEVINTON, Norberto. **El espacio jesuítico-guaraní: la formación de una Región Cultural**. Asunción: CEADUC, 2009.

LEVINTON, Norberto. **Misiones: território de fronteras**. Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2015.

LEVINTON, Norberto e BAQUERO, Carlos Germán. **Curuzú Cuatiá: El derecho a ser ciudad**. Corrientes: Fundación Tierra Sin Mal, 2016.

MAEDER, Ernesto J. A. BOLSI, Alfredo S. C. **La población guarani de las misiones jesuíticas**. Evolución y características. Cuadernos de Geohistoria Regional N° 4. Instituto de Investigaciones Geohistóricas, CONICET, Corrientes, 1983. p. 1-38.

MAEDER, Ernesto J. A. De las vaquerías a las estancias. Desarrollo inicial de la ganadería en la cuenca del Plata. Chaco – Rep Argentina. **Revista Nordeste** 2 da. Época N° 7, 1997. p. 27-42.

MAEDER, Ernesto; GUTIERREZ, Ramón. **Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes**. Argentina, Paraguay y Brasil. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2009.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. **Sobre festas e celebrações**. As reduções do Paraguai (século XVII e XVIII). Passo Fundo: AnpuhRS; Editora da Universidade de Passo Fundo, 2006.

_____. Jesuítas na América do Sul: Práticas missionárias, escrita política. In: MOREIRA, Luiz Felipe Viel (Org.). **Instituições, Fronteiras e Política na História Sul-Americana**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 45-73.

_____. Sobre “agir muy poco á poco hasta tenerlos gañado”. As Instruções do Padre Diego de Torres Bollo para a missão entre os guaranis. In: ALMEIDA, Suely Creuza C. de; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo. **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 213-233.

_____. As celebrações, a comunidade e o poder. Os faustos reais de Carlos III e os múltiplos sentidos das festas. **Artelogie**, Nº 4, 2013, p. 1-16.

_____. Jesuítas e índios nas “Missões Austrais”: Uma experiência na Pampa Argentina (século XVIII). Franca – SP: **Revista História e Cultura**, vol. 3, n 2, 2014, p. 233-249.

MAYO, Carlos A. **Estancia y sociedade en la Pampa (1740-1820)**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

MELIÀ, Bartomeu. A terra sem mal dos guaranis. Economia e profecia. **Revista de Antropologia**. (33) 1990, p. 33-46.

_____. **El Guaraní Conquistado y reducido**: Ensayos de Etnohistoria. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología, Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, 1997.

MORAES, María Inés. Crecimiento del litoral rio-platense colonial y decadência de la economía missioneira: un analse desde la ganadería. **Investigaciones de Historia Económica**, otoño, num. 9, 2007. p. 11 a 44.

MORAES, María Inés. **Mundos rurales**. Nuestro Tiempo. Montevideo, Uruguay: Libro de los Bicentenarios, 2013-2014.

MÖRNER, Magnus. **Actividades políticas y económicas de los jesuítas en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985.

NASCIMENTO, Anna Olívia do. Inventário do povo de São Borja. In: NASCIMENTO, Anna Olívia do; OLIVEIRA, Ivone de Avila (Org.). **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p. 38-45.

NASCIMENTO, Anna Olívia do. Inventário do povo de São Nicolau. In: NASCIMENTO, Anna Olívia do; OLIVEIRA, Ivone de Avila (Org.). **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p. 61-69.

NASCIMENTO, Anna Olívia do. Inventário do povo de São Luiz. In: NASCIMENTO, Anna Olívia do; OLIVEIRA, Ivone de Avila (Org.). **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p. 81-90.

NEUMANN, Eduardo. **O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial (1640 - 1750)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

NEUMANN, Eduardo. Fronteira e Identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757. **Revista Complutense de História de América**, 26, Madrid: Universidad Complutense, 2000, p.73-92.

OLIVEIRA, Maria Ivone de Avila. Inventário do povo de Santo Ângelo. In: NASCIMENTO, Anna Olívia do; OLIVEIRA, Ivone de Avila (Org.). **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p. 126-138.

PADRÓN FAVRE, Oscar. **Ocaso de un pueblo índio**: Historia del éxodo guarani-misionero al Uruguay. Durazno: Terra a Dentro, 2009.

PALACIOS, Silvio; ZOFFOLI, Ena. **Gloria Y Tragedia de Las Misiones Guaraníes**: Historia de las Reducciones Jesuíticas durante los siglos XVII y XVIII en el Río de la Plata. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1991.

PAGE, Carlos A. El espacio arquitectónico de negros en las estancias jesuíticas del Paraguay: las viviendas y los obrajes. **Rede-A**: Volume. 1, Nº 2, jul.-dez. 2011. p. 23-39.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Em tudo semelhante, em nada parecido**: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos, Chiquitos, Guaranis e Maynas (1607 -1767). 2014, 226f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2014.

PIRES, Ana Teresa Cavalheiro. Inventário do povo de São Lourenço. In: NASCIMENTO, Anna Olívia do; OLIVEIRA, Ivone de Avila (Org.). **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p. 122-138.

POENITZ, Edgar; POENITZ, Alfredo. **Misiones, Provincia Guaranítica**. Defensa y disolución. Posadas, Misiones: Editorial Universidad Nacional de Misiones, 1993.

POENITZ, Alfredo J.E; PLATINI, Santos A. El puesto y la capilla de San Alonso, de la reducción de Apóstoles. **V Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas**. Montevideo - Uruguay: Ministerio de Educación y Cultura, 1994. p. 395 - 405.

POPESCU, Oreste. **El sistema econômico en las misiones jesuíticas**. Bahia Blanca, Argentina: Editorial Pampa-mar, 1952.

PORTO, Aurélio. **Jesuítas no Sul do Brasil**. História das Missões Orientais do Uruguai. Porto Alegre: Edição da Livraria Selbach & Cia, Volume III – IV, 1954.

POSSAMAI, Paulo. **A vida quotidiana na Colônia do Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

POSSAMAI, Paulo. A Guarnição da Colônia do Sacramento. In: POSSAMAI, Paulo (Org.) **Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. Da UFPEL, 2010, p. 13-31.

QUARLERI, Lía. La rebelión anunciada de las misiones guaraníes del antiguo Paraguay. **Suplemento Antropológico**, vol. XL, nº 2, 2005, p. 41-74.

QUARLERI, Lía. El territorio jesuítico-guaraní: del enfrentamiento de sentidos al conflicto armado (1750-1761) **História Unisinos**, 11(2): Maio-Agosto, 2007, p. 173-184.

QUARLERI, Lía. **Rebelión en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

QUARLERI, Lía. Expediciones, narrativas y utopías: nuevas miradas sobre el “espacio guaraní-misionero” hacia fines del siglo XVIII. **Antíteses**, Volume 4, Nº 8, jul. dez. 2011, p. 753-782.

REICHEL, H.; GUTFREIND, I. **As Raízes Históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros; HARRES, Marluza Marques. (org.) **A experiência missioneira: território, cultura e identidade**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2012.

ROUILLON ARRÓSPIDE, José Luis S. J. **Antonio Ruiz de Montoya y las reducciones del Paraguay**. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 1997.

SAHLINS, Marshall. **La economía de la edad de la piedra**. Madrid: Akal, 1977.

SARREAL, Julia J. S. **The Guaraní and their Missions**, a Socioeconomic History. Stanford, California: Stanford University Press, 2014.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. **Missões: reflexões e questionamentos**. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2006.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A economia pastoril missioneira. In MAESTRI, Mario; BRASIL, Maria do Carmo. **Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 15-50.

SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos (Org.). **Protagonismo ameríndio de ontem e hoje**. Jundiá: Paco Editorial. 2016.

SILVA, André F. da. **Reduções Jesuítico-guarani: espaço de diversidade étnica**. 2011. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2011.

SILVA, Juliana Aparecida Camilo da. **A fronteira negociada: índios e espanhóis nos confins meridionais do império (século XVIII)**. 2016. 155f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2016.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. **As Missões Orientaes e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Typographia, 1979.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dezembro de 2002.

SUSTERSIC, Bozidar D.; AULETTA, Estela; SERVENTI, Cristina. El Pleito entre Jesus y Trinidad por la calera de Itaendy. **Anais V Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas**, Montevideo, Uruguay, 1994, p.311-394.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; VARGAS, José Afonso de; ROGGE, Jairo Henrique. As Estâncias das reduções guaranis – a Estância Santiago. **Bens culturais: da pesquisa à educação patrimonial** – Ironita A. Policarpo Machado, Gizele Zanotto (Org.) Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017. p. 83-109.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses**. Cascavel – PR: Coluna do Saber, 2006.

STORNI, Hugo S. I. **Catálogo de los jesuitas de la Provincia del Paraguay** (Cuenca del Plata) 1585-1768. Roma: Institutum Historicum S. I., 1980.

VARGAS, Afonso de. **A estância missioneira de Yapeyú: a estância Santiago e o Passo do Aferidor**. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

WILDE, Guillermo. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas: dinámicas políticas y transacciones simbólicas. **Revista Complutense de Historia de América**, 27: 69-106, 2001.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009a.

WILDE, Guillermo. Territorio y Etnogénesis Misional en el Paraguay del siglo XVIII. Dourados: **Fronteiras**, vol. 11, nº 19, 2009b, p. 83-106.

WILDE, Guillermo (Ed). **Saberes de la Conversión**. Jesuitas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la cristiandad. Buenos Aires: SB, 2011.

FONTES MANUSCRISTAS

Catálogo de la numeración anual de las Doctrinas del Río Paraná y Río Uruguay Año de 1724. AGN, Buenos Aires. División Colonia Sección Gobierno Compañía de Jesús, 1723-1734. Leg. n° 4 [411], Sala IX 6-9-6.

Catálogo de la numeración anual de las Doctrinas del Río Paraná y Río Uruguay Año de 1728. AGN, Buenos Aires. División Colonia Sección Gobierno Compañía de Jesús, 1723-1734. Leg. n° 4 [411], Sala IX 6-9-6.

Catálogo de la numeración anual de las Doctrinas del Río Paraná y Río Uruguay Año de 1731. AGN, Buenos Aires. División Colonia Sección Gobierno Compañía de Jesús, 1723-1734. Leg. n° 4 [411], Sala IX 6-9-6.

Catálogo de la numeración anual de las Doctrinas del Río Paraná y Río Uruguay Año de 1733. AGN, Buenos Aires. División Colonia Sección Gobierno Compañía de Jesús, 1723-1734. Leg. n° 4 [411], Sala IX 6-9-6.

Carta del P.^e Joseph Pablo de Castañeda y Bartolome Navarro Notario Apostolico, 1716. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1703-1722). Leg. n° 3 [410], Sala IX 6-9-5.

Carta del Cabildo y Administrador, Santo Ángel. AGN, Buenos Aires. Misiones (1786). Sala IX 17-8-4.

CARTA del P. Francisco Medrano, del estado y motivos de la guerra, que se hace á los indios Guanoas, Yaros y Mbohas. [S.l.: s.n.], 1708. 4 p. Disponible em: <
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001881/mssp0001881.pdf>. Acceso em: 30 jan. 2018.

Carta del Cabildo y Administrador, Santo Ángel. AGN, Buenos Aires. Misiones (1786). Sala IX 17-8-4.

Comunicado Don Domingo Ortiz de Rosas Cavallero, Marechal de Campo de los Exercitos, Gov. e Capp Gral de las Prov. del Río de la Plata, Buenos Aires, 1743. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1735 - 1745). Legajo 5 [412]. Sala IX 6-9-7.

Consesión de tierras hecha al pueblo de San Luiz Gonzaga. [S.l.: s.n.], 1698. 4 p. Disponible em: <
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0002169/mssp0002169.pdf>. Acceso em: 5 fev. 2018.

Informe sobre balsas en las doctrinas. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús, 1676-1702. Leg. n° 2 [409], Sala. IX 6-9-4.

Informe sobre balsas en San Miguel. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús, 1676 – 1702. Leg n° 2 [409], Sala IX 6-9-4.

Informe de la situación de la estancia del Yapeyú. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Leg. 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Libros Diarios, D.ⁿ Nicolas de Atienza. AGN, Buenos Aires. División Colonia-Sección Gobierno Misiones (1794-1795). Sala IX 18-02-01.

Libro Diario perteneciente al administrador Don Juan Thadeo Ybarrola, Pueblo de La Cruz. AGN, Buenos Aires. División Colonia, Sección Gobierno, Temporalidades [1948]. Sala IX 22-9-2.

Linderos y tierras que pertencen a los Pueblos del San Miguel y San Juan, 1713. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús. [410]. Sala IX 6-9-5.

Memorial del P.^e Bernardo Nusdorffer, 1744. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1735 - 45). Leg. 5 [412], Sala IX 6-9-7.

Memorial del Provincial Ignacio de Arteaga, de julio de 1727. AGN, Buenos Aires. División Colonia Sección Gobierno, Compañía de Jesús, 1723-1734, [411], Sala IX 6-9-6.

Memorial del P.^e Bernardo Nusdorffer, 1744. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1735 - 45). Legajo. 5 [412], Sala IX 6-9-7.

Memorial de habitantes de Estancia de la Compañía de Jesús. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús, Leg. [418], Sala IX 6-10-6.

Parecer del P.^e Angelo Camillo Petragrassa de la Compañía de Jesús. AGN, Buenos Aires. División Colonia Sección Gobierno Compañía de Jesús 1723-1734, Leg. n° 4 [411] Sala. IX 6-9-6.

Parecer del P.^e Anselmo de la Mata de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyu en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús (1676-1702). Legajo n° 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Parecer del P.^e Juan María Pompeyo sobre el Pleito seguido de las reducciones del Santo Thomé y S.ⁿ Miguel sobre tierras hecho en 14 del henero del 1713. AGN, Buenos Aires. Compañía Jesús. [410]. Sala IX 6-9-5.

Parecer del P.^{es} del Uruguay y Parana en el q manifiestan q es muy justo y licito el q se haga la guerra a la naciones de yndios coligados, Julio y Agost^o del 1701. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Parecer del Padre Gerónimo Delfin, Loreto, 1701. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Parecer del Padre Andrian Gonzales, Concepción, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Parecer del Padre Bernardo de la Vega, S. Carlos, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

Poblaciones de Estancias de la Banda Oriental del Rio Uruguay. AGN, Buenos Aires. División Colonia, Sección Gobierno, Temporalidades [1948]. Sala IX 22-9-2.

FONTES PUBLICADAS

BRABO, Francisco Javier. **Colección de Documentos relativos á la Expulsion de los jesuitas de la República Argentina y del Paraguay. En el reinado de Carlos III.** Madrid: Establecimiento Tipográfico de José María Perez, Corredero Baja de San Pablo, N° 27, 1872.

CARDIEL, José. **Las misiones del Paraguay.** Edición de Héctor Sáinz Ollero. Madri: Dastin, [1771] 2002.

CARDIEL, José, SJ **Dificultades que hay en la conversión de Mocovíes, Pampas y Serranos.** Copia en Archivo General de la Nación, Buenos Aires. Biblioteca Nacional, Sala VII, Legajo 289, Manuscritos 4390/1 y 4390/2, 1747.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; MARTINS, Maria Cristina Bohn (Orgs.). **Carta ânua da Província Jesuítica do Paraguai 1659-1662.** São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

FURLONG, Guillermo S. J. **Antonio Sepp S. J. y su “Gobierno Temporal”.** Buenos Aires: Ediciones Theoria, [1732] 1962.

GAY, Cônego João Pedro. **História da República Jesuítica do Paraguay: desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, ano de 1861.** Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, 1863.

GONZALEZ, Silvestre. **Diario de viaje a las vaquerias del mar.** Montevideo: Piedra alta, [1705] 1966.

HENIS, Tadeo Xavier. **Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraníes, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año de 1754.** Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cevantes, 2002.

Manuscritos da Coleção de Angelis. In: CORTESÃO, Jaime. **Tratado de Madri, antecedentes – Colônia do Sacramento (1669-1749).** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954. (MCA:V,1954).

Manuscritos da Coleção de Angelis. In: CORTESÃO, Jaime. **Antecedentes do Tratado de Madri, Jesuítas e Bandeirantes do Paraguai (1703-1751).** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955. (MCA: VI,1955).

Manuscritos da coleção de Angelis. In: CORTESÃO, Jaime. **Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802).** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. (MCA:III, 1969).

Manuscritos da coleção de Angelis. In: VIANNA, Helio. **Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758).** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. (MCA:IV, 1970).

MAEDER, Ernesto J. A. **Cartas ânuas de la Província Jesuítica del Paraguay 1632 a 1634**. Academia Nacional de la História. Buenos Aires, 1990.

MAEDER, Ernesto J. A. **Cartas ânuas de la Província Jesuítica del Paraguay 1641 a 1643**. Academia Nacional de la História. Buenos Aires, 1996.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. **Conquista espiritual**. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1639]1985.

NICOLÁS DEL TECHO, S.J. **História de la Província del Paraguay de La Compañía de Jesús**. Asunción: Versión del texto latino por Manuel Serrano y Sanz. Nueva edición, prólogo de Bartomeu Melià, S. J. Tomo único, [1897] 2005.

PAGE, Carlos A. Cartas del general Francisco Retz a la Provincia del Paraguay. **IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica. Córdoba: Centro de investigaciones sobre Sociedad y Cultura (CIECS) - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – Universidad nacional de Córdoba (UNC)**, Vol. 1 n° 2, dezembro, 2013, p. 259-322.

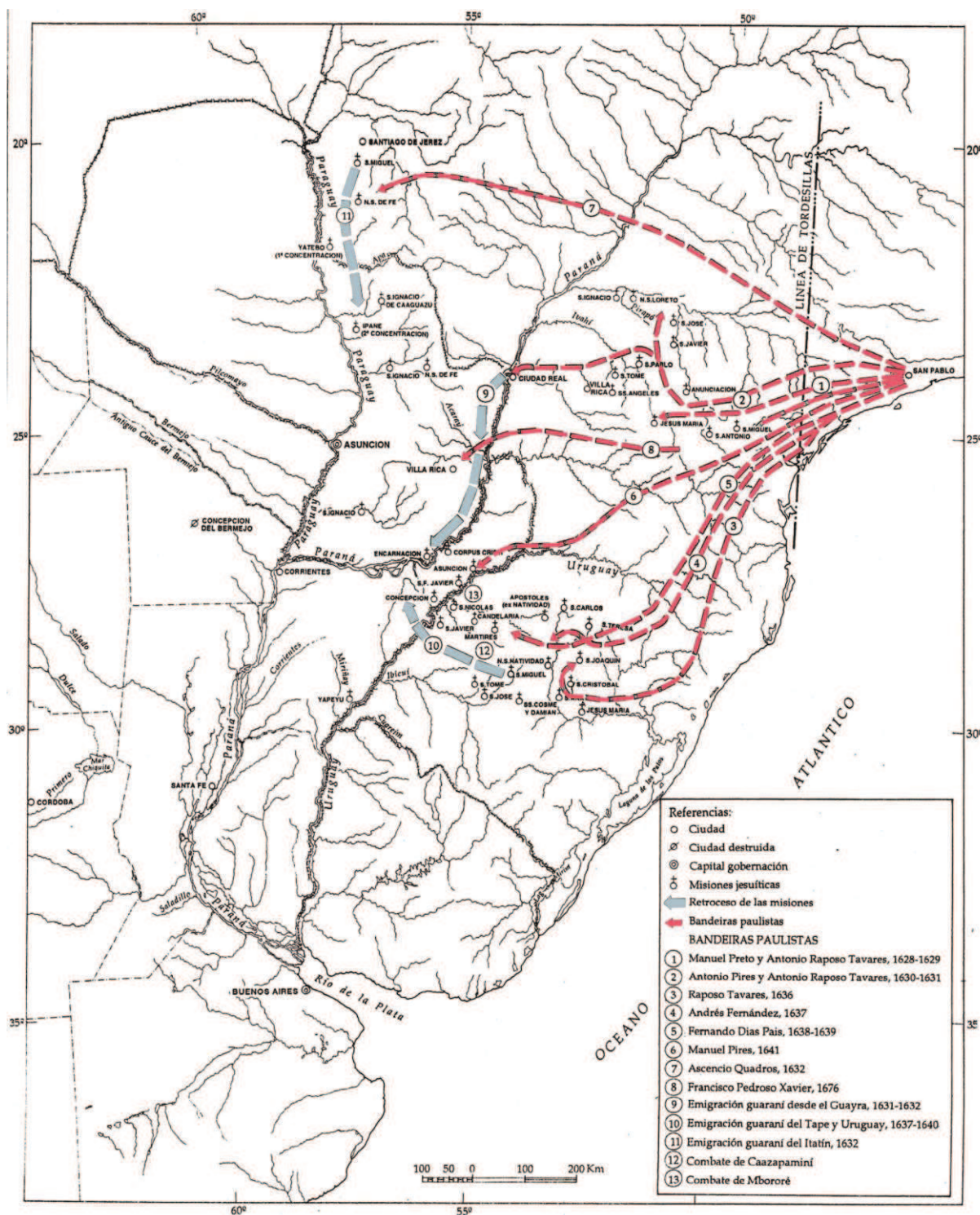
PASTELLS, R. P. Pablo, S. J. **Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay** (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos Originales del Archivo General de Indias.Tomos I a VIII, Madrid: Libreria General de Vistoriano de Preciados, [1912] 1949.

PEYRET, Alejo. **Cartas sobre Misiones**. Universidade de Princeton: La Tribuna Nacional, 1881.

SEPP, Antônio (S.J.). **Viagem as missões jesuíticas e trabalhos apostólicos**. Belo Horizonte: Itatiaia, [1690] 1980.

ANEXOS

ANEXO 1 – BANDEIRAS PAULISTAS Y REUBICACIÓN DE MISIONES



Fonte: MAEDER; GUTIERREZ, 2009, p 22.

ANEXO 2 – CATALOGO ANNUAL DE LAS DOCTRINAS DEL RIO URUGUAY, 1728.

Catálogo de la numeracion Annual de las Doctrinas del Rio Uruguay Año de 1728

<i>Pueblos</i>	<i>Fam.^{as}</i>	<i>Viudos</i>	<i>Viudas</i>	<i>Much.^{os}</i>	<i>Much.^{as}</i>	<i>Bapt.^{os}</i>	<i>Cofam.^{os}</i>	<i>Dif.^{os}</i>	<i>Dif.^{os}</i>	<i>Comun.^{os}</i>	<i>Almas.</i>
<i>S. Apollon</i>	0970	003	275	1251	1271	293	92	29	89	3968	4746
<i>Concep.^{ta} de N. S.</i>	1157	006	230	1432	1349	280	74	40	102	6975	5331
<i>S. Martyres</i>	0866	005	148	943	807	216	39	38	105	4769	3637
<i>S. M.^a Laimon</i>	0866	008	149	922	954	224	35	38	104	2763	3775
<i>S. Fran.^{co} Xavier</i>	0830	010	156	994	956	203	45	49	091	4592	3776
<i>S. Nicolas</i>	1697	004	330	1652	1675	502	102	57	215	5519	7055
<i>S. Luis</i>	1273	010	301	1455	1509	363	90	68	189	5545	5821
<i>S. Lorenzo</i>	1379	008	327	854	555	335	53	65	135	8415	5899
<i>S. Miguel</i>	0980	006	278	1114	1211	231	76	39	071	4391	4569
<i>S. Juan Bapt.^{ta}</i>	0965	008	179	898	899	254	42	69	218	7350	3914
<i>S. Angel</i>	0915	002	158	584	451	168	42	62	208	3453	4512
<i>S.^{to} Thome</i>	0652	061	559	663	569	200	33	21	093	4099	3393
<i>S. Fran.^{co} de Borja</i>	0774	005	341	743	808	242	90	61	130	4273	3366
<i>S. Cruz.</i>	0912	002	304	919	1008	344	41	23	181	4100	4057
<i>Lapeyu</i>	1185	004	318	1014	1069	362	85	17	145	7326	4775
<i>Uruguay</i>	15381	142	4053	15438	15091	4217	939	676	2076	77536	68425
<i>Parana</i>	13103	087	2857	14690	14941	3397	678	438	1541	59142	56940
<i>Suma</i>	28484	229	6910	30128	30032	7614	1617	1114	3617	136678	125365

Fonte: AGN: Buenos Aires, Compañía Jesús (1723-1734). Legajo N^o 4 [411]. Sala IX 6-9-6.

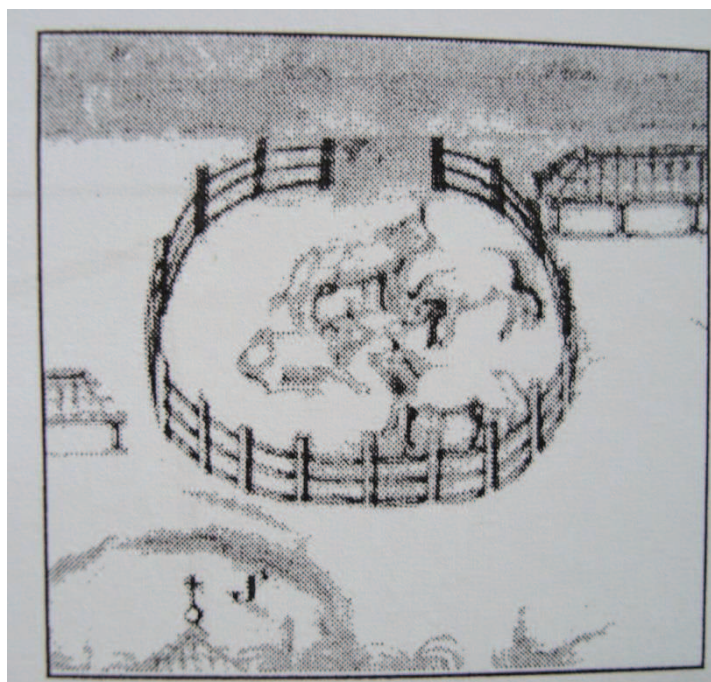
ANEXO 3 – CATALOGO ANUAL DE LAS DOCTRINAS DEL RIO URUGUAY, 1733.

Catalogo de la numeracion Annual de las Doctrinas del Rio Uruguay Año de 1733.											
Pueblos.	fam. ^o	Viudos.	Viudas.	Muc. ^{os}	Muc. ^{as}	Bap. ^{os}	Casam. ^{os}	Dif. ^{os}	Dif. ^{os}	Com. ^{os}	Almas.
SS. Apostoles	1180	06	268	1258	1315	148	115	149	178	5229	5207
Conc. de N. S.	1195	21	371	1604	1495	245	081	102	229	6223	5881
SS. Martyres	901	09	121	0810	0923	202	093	154	337	3560	3665
S. M. la mayor	845	19	183	0844	0849	198	104	223	298	4945	3585
S. Fr. Xavier.	831	28	174	0884	0915	132	16	172	289	4834	3663
S. Nicolas.	1812	05	272	1703	1811	495	179	204	595	11126	7415
S. Luis.	1326	52	271	1385	1259	267	161	218	718	6463	5619
S. Lorenzo.	1359	01	247	1560	1574	280	155	400	371	8318	6100
S. Miguel.	985	18	168	1167	1141	146	068	240	296	4320	4466
S. Jn. Bap. ^{ta}	1050	12	129	1348	1379	209	130	226	272	4498	4968
S. Angel.	1065	23	188	1297	1287	194	090	129	207	6899	4925
S. Thome.	846	04	370	0678	0750	220	050	060	140	3082	3494
S. Fr. de Bor. ^{ca}	675	04	466	0895	0943	147	057	124	235	4882	3658
S. Cruz	1053	07	380	0967	0885	261	069	246	617	7359	4345
Yapeyu	1443	018	235	1101	1139	326	114	174	559	6102	5374
Uruguay.	16567	227	3843	17501	17665	3470	1482	2721	5342	89850	72370
Parana.	11298	443	2888	14231	13861	2280	1034	3119	7591	31884	54039
Summa.	27865	670	6731	31732	31526	5750	2516	5840	12933	121734	126389

Fonte: AGN: Buenos Aires, Compañía Jesús (1723-1734). Legajo N^o 4 [411]. Sala IX 6-9-6.

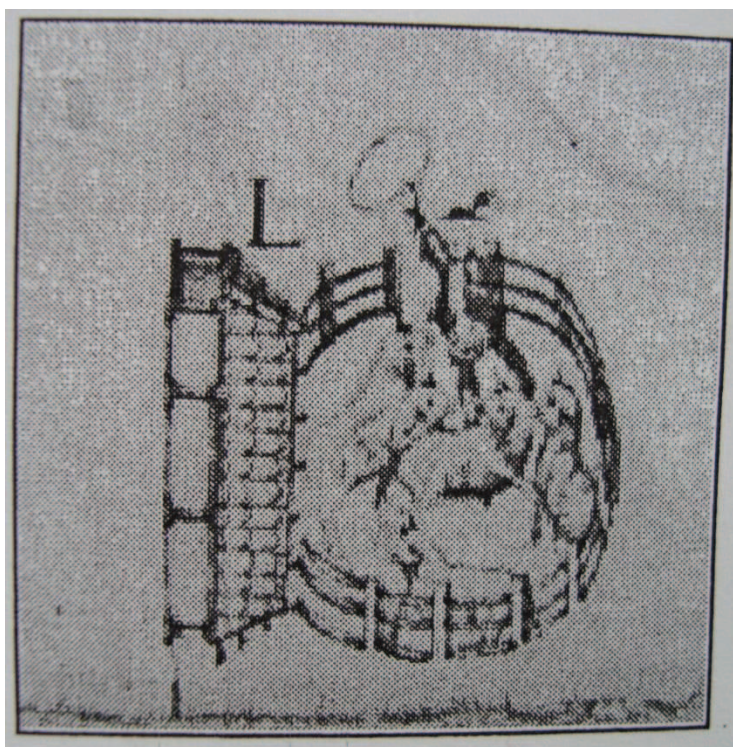
ANEXO 4 – HORTA COM CAPELA REPRESENTADA NA ILUSTRAÇÃO.

Fonte: BARCELOS, 2000a, p. 388.

ANEXO 6 – CURRAIS DE GADO BOVINO REPRESENTADOS NA ILUSTRAÇÃO

Fonte: BARCELOS, 2000a, p. 392.

**ANEXO 7 – CURRAIS DE GADO BOVINO REPRESENTADOS NA
ILUSTRAÇÃO**



Fonte: BARCELOS, 2000a, p. 392.